

Banco Europeu  
de Investimento



## Relatório Anual 1986





# O Banco Europeu de Investimento em 1986 e 1985

## Dados-chave

Dados-chave	1986	1985	
	(milhões de ECUs)		
<b>Montante total dos financiamentos concedidos</b> durante o ano	<b>7 544,8</b>	<b>7 184,6</b>	
dos quais — empréstimos por conta de recursos próprios	7 059,9	6 225,0	
— financiamentos por conta de outros recursos (contabilizados na Secção Especial)	484,9	959,6	
<b>Financiamentos na Comunidade</b>		EUR 12 <sup>(1)</sup>	EUR 10 <sup>(1)</sup>
Montante total	<b>7 071,1</b>	<b>6 784,4</b>	<b>6 524,4</b>
dos quais — empréstimos por conta de recursos próprios	6 678,1	5 900,7	5 640,7
— empréstimos por conta do NIC	393,0	883,7	883,7
<b>Financiamentos no exterior da Comunidade</b>			
Montante total	<b>473,7</b>	<b>400,2</b>	<b>660,2</b>
do qual — por conta de recursos próprios	381,8	324,3	584,3
— por conta de recursos orçamentais da Comunidade	91,9	75,9	75,9
<i>Distribuição entre:</i>			
Países da bacia mediterrânica	264,0	165,2	425,2
Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e Países e Territórios Ultramarinos (PTUM)	209,7	235,0	235,0
<b>Empréstimos por conta de recursos próprios e garantias em curso</b> em 31 de Dezembro	<b>36 959,8</b>	<b>33 290,9</b>	
<b>Financiamentos em curso</b> contabilizados na <b>Secção Especial</b> em 31 de Dezembro	<b>8 866,4</b>	<b>8 198,2</b>	
<b>Capital subscrito</b> em 31 de Dezembro	<b>28 800,0</b>	<b>14 400,0</b>	
Realizado e a realizar	2 595,9	1 465,7	
Reservas, provisões e resultados de gestão	3 804,4	2 971,1	
<b>Recursos obtidos</b> durante o ano	<b>6 785,5</b>	<b>5 709,2</b>	
<b>Empréstimos</b> a longo e a médio prazo <b>em curso</b> em 31 de Dezembro	<b>30 271,1</b>	<b>26 735,8</b>	
<b>Total do Balanço</b> em 31 de Dezembro	<b>40 720,9</b>	<b>35 092,1</b>	

(<sup>1</sup>) EUR 12: para permitir uma comparação, os financiamentos concedidos em 1985 em Espanha e em Portugal no âmbito da ajuda de pré-adesão são contabilizados com os financiamentos na Comunidade.

EUR 10: o montante dos empréstimos concedidos em 1985 em Espanha e em Portugal é contabilizado com os financiamentos no exterior da Comunidade (cf. Relatório Anual de 1985).





Banco Europeu  
de Investimento



## **Relatório Anual 1986**

O presente relatório é igualmente  
fornecido nas seguintes línguas:

DA ISBN 92-861-0121-X  
DE ISBN 92-861-0122-8  
EN ISBN 92-861-0124-4  
ES ISBN 92-861-0120-1  
FR ISBN 92-861-0125-2  
GR ISBN 92-861-0123-6  
IT ISBN 92-861-0126-0  
NL ISBN 92-861-0127-9

---

Índice		
	Conselho de Governadores — Comité de Fiscalização	4
	Conselho de Administração	5
	Comité Executivo — Estrutura dos serviços do Banco	6
	Nota ao leitor	8
	Contexto económico das actividades do Banco	9
	As políticas comunitárias	18
	Financiamentos concedidos em 1986	23
	Empréstimos na Comunidade	27
	Perspectiva geral	27
	Financiamentos do BEI ao serviço das políticas comunitárias	27
	Distribuição sectorial	34
	Apresentação dos financiamentos por países	36
	Lista dos empréstimos	45
	Financiamentos no exterior da Comunidade	67
	Financiamentos nos países da bacia mediterrânica	67
	Financiamentos nos Estados ACP e nos PTUM	69
	Lista dos financiamentos	73
	Recursos	77
	Evolução do mercado de capitais	77
	Actividade do Banco no mercado de capitais em 1986	80
	Resultados de Gestão	87
	Administração do Banco	88
	Demonstrações Financeiras	92
	Balanço	92
	Secção Especial	94
	Conta de Lucros e Perdas	96
	Notas Explicativas	97
	Declaração do Comité de Fiscalização	105
	Evolução dos financiamentos concedidos de 1959 a 1986	107
	Na Comunidade	108
	No exterior da Comunidade	110

---

## Conselho de Governadores

*Composição em 1 de Junho de 1987*

Mark EYSKENS (Bélgica)  
*até Junho de 1986*

### **Presidente**

Palle SIMONSEN (Dinamarca)

BÉLGICA

Mark EYSKENS, Ministro das Finanças

DINAMARCA

Palle SIMONSEN, Ministro das Finanças

ALEMANHA

Gerhard STOLTENBERG, Ministro Federal das Finanças

GRÉCIA

Constantinos SIMITIS, Ministro da Economia Nacional

ESPANHA

Carlos SOLCHAGA CATALÁN, Ministro da Economia e das Finanças

FRANÇA

Pierre BEREGOVVOY, Ministro da Economia, das Finanças e do Orçamento  
*até Março de 1986*

Edouard BALLADUR, Ministro de Estado, Ministro da Economia, das Finanças e da Privatização

IRLANDA

John BRUTON, Ministro das Finanças  
*até Março de 1987*

Ray MacSHARRY, Ministro das Finanças

ITÁLIA

Giovanni Giuseppe GORIA, Ministro do Tesouro e do Orçamento

LUXEMBURGO

Jacques POOS, Vice-Presidente do Governo, Ministro do Tesouro

PAÍSES BAIXOS

H. Onno RUDING, Ministro da Finanças

PORTUGAL

Miguel José Ribeiro CADILHE, Ministro das Finanças

REINO UNIDO

Nigel LAWSON, Chanceler do Tesouro

## Comité de Fiscalização

*Composição em 1 de Junho de 1987*

### **Presidente**

Albert HANSEN, Secretário-Geral do Conselho do Governo, Luxemburgo,  
*até Junho de 1986*

Constantinos THANOPOULOS, Administrador do Banco de Grécia, Atenas

### **Membros**

Constantinos THANOPOULOS

Jørgen BREDSDORFF, fhv. rigsrevisor, Tribunal de Contas, Copenhaga

Albert HANSEN

# Conselho de Administração

Composição em 1 de Junho de 1987

**Presidente:** Ernst-Günther BRÖDER

## Vice-Presidentes:

C. Richard ROSS  
Arie PAIS  
Lucio IZZO  
Noel WHELAN  
Alain PRATE  
Miguel A. ARNEDO ORBAÑANOS

## Administradores

Luigi ARCUTI	Presidente dell'Istituto Mobiliare Italiano, Roma
Paul ARLMAN	Directeur, plaatsvervangend hoofd van de Directie Buitenlandse Financiële Betrekkingen, Ministério das Finanças, Haia, <i>até Outubro de 1986</i>
Richard BRANTNER	Sprecher des Vorstands der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Francoforte
Karl BREDAHL	Fhv. afdelingschef, Ministério das Finanças, Copenhaga, <i>até Outubro de 1986</i>
Cornelle BRÜCK	Président-Directeur de la Caisse d'Epargne de l'Etat, Luxemburgo
David DELL	Deputy Secretary, Ministério do Comércio e da Indústria, Londres, <i>até Maio de 1987</i>
Jos DE VRIES	Plaatsvervangend Directeur, Directie Buitenlandse Financiële Betrekkingen, Ministério das Finanças, Haia, <i>a partir de Novembro de 1986</i>
José María GARCÍA ALONSO	Director General del Tesoro y Política Financiera, Ministério da Economia e das Finanças, Madrid, <i>até Outubro de 1986</i>
Julián GARCÍA VARGAS	Presidente del Instituto de Crédito Oficial, Madrid, <i>até Outubro de 1986</i>
José António GIRÃO	Director-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa, <i>até Abril de 1987</i>
Paolo GNES	Condirettore Centrale, Banca d'Italia, Roma
Erling JØRGENSEN	Departementschef, Ministério das Finanças, Copenhaga, <i>a partir de Novembro de 1986</i>
Roger LAVELLE	Deputy Secretary (Overseas Finance), Tesouro, Londres
Elizabeth LLEWELLYN-SMITH	Deputy Secretary, Ministério do Comércio e da Indústria, Londres, <i>a partir de Junho de 1987</i>
Pedro MARTÍNEZ MÉNDEZ	Director General del Tesoro y Política Financiera, Ministério da Economia e das Finanças, Madrid, <i>a partir de Novembro de 1986</i>
David McCUTCHEON	Former Second Secretary, Ministério das Finanças, Dublin
Ludovicus MEULEMANS	Directeur-generaal van de administratie der Thesaurie, Ministério das Finanças, Bruxelas
Rudolf MORAWITZ	Ministerialdirigent, Ministério Federal da Economia, Bona
Luis MORENO	Director-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa, <i>a partir de Maio de 1987</i>
Waldemar MÜLLER-ENDERS	Ministerialdirektor, Ministério Federal das Finanças, Bona
Miguel MUÑOZ DE LAS CUEVAS	Presidente del Instituto de Crédito Oficial, Madrid, <i>a partir de Novembro de 1986</i>
Alexander J. O. RITCHIE	Chairman, Grindlays Bank plc and Union Discount Co., Londres, <i>a partir de Novembro de 1986</i>
Yves ROLAND-BILLECART	Directeur Général de la Caisse Centrale de Coopération Economique, Paris
Massimo RUSSO	Director-Geral para os Assuntos Económicos e Financeiros, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas
Jean SAINT-GEOURS	Président-Directeur Général du Crédit National, Paris, <i>até Maio de 1987</i>
Denis SAMUEL-LAJEUNESSE	Chef du Service des Affaires internationales, Direction du Trésor, Ministério da Economia, das Finanças e da Privatização, Paris, <i>a partir de Junho de 1986</i>
Gerassimos SAPOUNZOGLU	Consultor do Ministro da Economia Nacional, Ministério da Economia Nacional, Atenas, <i>até Maio de 1986</i>
Mario SARCINELLI	Direttore Generale del Tesoro, Ministério do Tesouro, Roma
Jean-Claude TRICHET	Chef du Service des Affaires Internationales, Direction du Trésor, Ministério da Economia, das Finanças e do Orçamento, Paris, <i>até Maio de 1986</i>
Dimitrios ZACHARIADIS-SOURAS	Consultor do Ministro de Economia Nacional, Ministério da Economia Nacional, Atenas, <i>a partir de Junho de 1986</i>
Kaj BARLEBO-LARSEN	<b>Suplentes</b> Director-Geral da Coordenação dos Instrumentos Estruturais, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, <i>a partir de Outubro de 1986</i>
T. Alastair CLARK	Senior Manager, Gilt-Edged Division, Bank of England, Londres, <i>a partir de Junho de 1986</i>
Jacques DELMAS-MARSALET	Directeur Général-adjoint de la Caisse des Dépôts et Consignations, Paris
Andrew EDWARDS	Under Secretary (Overseas Finance), Tesouro, Londres
Flemming FARUP-MADSEN	Kontorchef, Banco Nacional da Dinamarca, Copenhaga
Winfried HECK	Ministerialdirigent, Ministério Federal das Finanças, Bona
Pierre MATHIJSSEN	Director-Geral para a Política Regional, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, <i>até Julho de 1986</i>
Horst MOLTRECHT	Ministerialdirektor i. e. R., Ministério Federal da Cooperação Económica, Bona
Miguel MORA HIDALGO	Consejero Técnico de la Dirección General del Tesoro y Política Financiera, Ministério da Economia e das Finanças, Madrid
Ariane OBOLENSKY	Sous-Directeur des Affaires multilatérales, Direction du Trésor, Ministério da Economia, das Finanças e da Privatização, Paris, <i>a partir de Junho de 1986</i>
Ian PLENDERLEITH	Assistant Director, Head of Gilt-Edged Division, Bank of England, Londres, <i>até Maio de 1986</i>
Paolo RANUZZI DE BIANCHI	Direttore Generale, Ministério do Tesouro, Roma
Denis SAMUEL-LAJEUNESSE	Sous-Directeur des Affaires multilatérales, Direction du Trésor, Ministério da Economia, das Finanças e do Orçamento, Paris, <i>até Maio de 1986</i>
Savino SPINOSI	Direttore Generale a. r., Ministério do Tesouro, Roma
Jan VANORMELINGEN	Eerste adviseur bij de administratie der Thesaurie, Ministério das Finanças, Bruxelas

# Comité Executivo

*Composição em 1 de Junho de 1987*

Ernst-Günther BRÖDER, Presidente  
C. Richard ROSS, Vice-Presidente  
Arie PAIS, Vice-Presidente  
Lucio IZZO, Vice-Presidente  
Noel WHELAN, Vice-Presidente  
Alain PRATE, Vice-Presidente  
Miguel A. ARNEDO ORBAÑANOS, Vice-Presidente

## Estrutura dos serviços do Banco <sup>(1)</sup>

*em 1 de Junho de 1987*

### Secretário-Geral

Dieter HARTWICH, Director,

### Direcção da

### Administração-Geral

### Directores de Departamento

Auditoria Interna

Coordenação

Informação, Relações Públicas

### Pessoal

Ronald STURGES, Consultor,  
Chefe do Pessoal

Recrutamento, Formação

Administração do Pessoal

Regulamentação

### Secretariado e Assuntos Gerais

Bruno EYNARD, Director Adjunto

Secretariado

Tradução

Bureau de Representação em Bruxelas

Serviços Internos

### Serviços de Gestão

Roger ADAMS, Consultor

Organização e Métodos

Informática

Orçamento

### Chefes de Divisão

Jan VOORDECKERS,  
Consultor Principal  
Andrew ALLEN

Karl Georg SCHMIDT,  
Consultor Principal

Thomas CRANFIELD,  
Consultor Adjunto  
Jean-Claude CARREAU,  
Consultor Adjunto  
Arnout BRANDT CORSTIUS

Gerlando GENUARDI  
Klaus WOSZCZYNA, Consultor  
Manfred TEICHERT,  
Consultor Principal  
Michel HATTERER

Penrhyn TURNER, Consultor  
Ernest ERPELDING, Consultor  
Rémy JACOB

### Financiamentos na Comunidade, Direcção 1

Eugenio GREPPI, Director <sup>(2)</sup>

### Operações na Itália, Roma

Giorgio RATTI, Director Central  
Ernest LAMERS, Consultor, Director de  
Departamento Adjunto

### Operações na Dinamarca, na Alemanha e em Espanha

José OLIVA MARÍN

Alessandro MORBILLI, Consultor  
Filippo MANZI, Consultor  
Alain BELLAVOINE, Consultor

Fridolin WEBER-KREBS, Consultor  
Manfred KNETSCH, Consultor

### Direcção 2

Pit TREUMANN, Director

### Operações na Bélgica, França, Grécia, Luxemburgo e Países Baixos

Gérard d'ERM, Director Adjunto

Bureau de Representação em Atenas

Anders ANKERSEN, Consultor  
Jean-Louis BIANCARELLI,  
Consultor Adjunto  
Konstantin ANDREOPOULOS,  
Consultor

### Operações na Irlanda, Portugal, Reino Unido e Mar do Norte

Christopher LETHBRIDGE, Director Adjunto

Bureau de Ligação em Lisboa

Bureau de Ligação em Londres

Jos VAN KAAM, Consultor  
Richard POWER  
Maria Antónia BRAGA SIMÃO  
Dominique de CRAYENCOUR  
(Chefe do bureau)  
Guy BAIRD (Chefe do bureau)

### Unidades organizacionais ligadas às Direcções 1 e 2

Coordenação

### Administração dos financiamentos

Thomas HALBE, Director Adjunto

Francis CARPENTER, Consultor

André DUNAND, Consultor  
Brian FEWKES, Consultor  
Agostino FONTANA,  
Consultor Adjunto  
José Manuel MORI

<sup>(1)</sup> Ver igualmente capítulo «Administração», pág. 88—91.

<sup>(2)</sup> Dirige igualmente o grupo de coordenação para o conjunto das operações na Comunidade.



# Estrutura dos serviços do Banco *(cont.)*

	Directores de Departamento	Coordenação	Chefes de Divisão
<b>Direcção dos financiamentos no exterior da Comunidade</b> Jacques SILVAIN, Director	Divisão de apoio ao controlo dos financiamentos		Martin CURWEN Alfred KAWAN, Consultor Principal
	<b>ACP 1</b> Thomas OURSIN, Director Adjunto		Jacqueline NOËL Guy BERMAN .....
	<b>ACP 2</b> Rex SPELLER, Consultor		John AINSWORTH, Consultor Nicolas URMES, Consultor Patrick THOMAS
	<b>Países Mediterrânicos</b> Pietro PETTOVICH, Consultor		Terence BROWN, Consultor Adjunto .....
<b>Direcção das Finanças e da Tesouraria</b> Philippe MARCHAT, Director		Coordenação	Henri-Pierre SAUNIER
	<b>Emissões</b> Ulrich DAMM, Director Adjunto		Jean-Claude BRESSON, Consultor Principal Ulrich MEIER, Consultor Thomas HACKETT, Consultor Adjunto Joseph VOGTEN, Consultor Adjunto
	<b>Tesouraria</b> John VAN SCHIL, Director Adjunto		Lucio RAGUSIN, Consultor Eberhard UHLMANN, Consultor Adjunto
	<b>Contabilidade Geral</b> François ROUSSEL, Director Adjunto		
<b>Direcção de Estudos</b> Herbert CHRISTIE, Director	<b>Estudos Económicos na Comunidade</b> Michel DELEAU, Director Adjunto		Joachim MÜLLER-BORLE, Consultor Principal Carlo BOLATTI, Consultor Adjunto Horst FEUERSTEIN Patrice GERAUD
	<b>Estudos Económicos no exterior da Comunidade</b> Luigi GENAZZINI, Consultor		Klaus ACKERMANN, Consultor Stephen MCCARTHY
	<b>Estudos Financeiros</b> Desmond G. McCLELAND, Director Associado Alfred STEINHERR		Pier Luigi GILIBERT
	Documentação e Biblioteca		Marie-Odile KLEIBER
<b>Direcção dos Assuntos Jurídicos</b> Jörg KÄSER, Director	Xavier HERLIN, Director Adjunto		Konstantin ANDREOPOULOS <sup>(1)</sup> , Consultor Giannangelo MARCHEGIANI, Consultor Adjunto Roderick DUNNETT Marc DUFRESNE
<b>Serviço de Consultores Técnicos</b>			
Hellmuth BERGMANN, Chefe de Serviço			
Agricultura, Ambiente, Marketing		Jean-Jacques SCHUL, Consultor Técnico Jean-Paul JACQUOT, Consultor Especial	
Indústria Química e Electrónica Filippo BARILLI, Chefe de Serviço Adjunto		Jean-Jacques MERTENS, Consultor Técnico Adjunto	
Indústria Transformadora J. Garry HAYTER, Chefe de Grupo		Richard M. DEELEY, Consultor Técnico Adjunto	
Minas e Energia Robert VERMEERSCH, Chefe de Grupo		Gerhart GERECHT, Consultor Técnico Adjunto Günter WESTERMANN, Consultor Técnico Adjunto	
Infra-estruturas Peter BOND, Chefe de Grupo		Zdenek HAVELKA, Consultor Técnico Jean-Pierre DAUBET, Consultor Técnico	

<sup>(1)</sup> Igualmente responsável pelo Bureau de Representação em Atenas.

## Nota ao leitor

**ECU** — Salvo indicação em contrário, todos os montantes referidos no Relatório são expressos em ECUs.

**Unidade de conta:** Nos termos do nº 1 do artigo 4º dos Estatutos, a unidade de conta do Banco é definida como sendo o ECU utilizado pelas Comunidades Europeias; ver na pág. 101 a respectiva composição.

**Taxa de conversão estatística:** Para efeitos de elaboração das estatísticas relativas às suas operações de financiamento e de obtenção de recursos, o Banco utiliza durante cada trimestre as taxas de conversão em vigor no último dia útil do trimestre anterior, sendo as mesmas em 1986:

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
1 ECU =				
DM	2,18386	2,17136	2,14788	2,09059
FF	6,70474	6,68034	6,85490	6,84577
£	0,615334	0,632076	0,637486	0,712521
Lit	1 489,94	1 477,47	1 475,89	1 445,29
Pta	136,519	136,389	137,245	137,554
FB	44,6450	44,4739	43,9198	43,3485
Hfl	2,46133	2,44816	2,41963	2,36189
Dkr	7,95672	8,02081	7,96958	7,89441
Dr	131,200	134,590	137,479	139,098
Esc	140,736	140,979	146,342	151,350
£lrl	0,714055	0,718357	0,710660	0,762944
Flux	44,6450	44,4739	43,9198	43,3485
US\$	0,887927	0,936737	0,978223	1,02959
FS	1,84023	1,81699	1,75493	1,69698
Yen	178,207	168,051	160,184	159,072

**Taxa de conversão contabilística:** O balanço e as demonstrações financeiras são elaborados com base nas taxas de conversão em 31 de Dezembro do exercício em apreço.

**Arredondamentos:** Em virtude de se ter procedido a arredondamentos, poderão verificar-se diferenças entre os totais indicados e a soma dos montantes individuais.

**Acumulação e ajustamentos:** Devido a ajustamentos estatísticos, os montantes dos exercícios anteriores podem não coincidir com os publicados recentemente.

Os montantes são indicados aos preços e às taxas de câmbio correntes. A recapitulação durante um período prolongado, como por exemplo de 1959 a 1986, deve ser interpretada com prudência; efectivamente, o significado dos dados relativos aos diferentes anos é afectado pela evolução dos preços e as variações das taxas de câmbio ocorridas no decurso dos anos.

**Objectivos económicos:** Certos empréstimos na Comunidade correspondem simultaneamente a vários objectivos económicos (cf. páginas 27 a 34 e lista dos contratos), pelo que os sub-totais de alguns quadros correspondentes a estes diferentes objectivos não são acumuláveis.

**Deflactor:** O deflactor aplicável à actividade do Banco foi calculado em 0 % para o ano de 1986, pelo que as variações percentuais a preços correntes e em volume são comparáveis. Isto resulta do facto da subida dos preços inerente à FBCF (3,6 % segundo as estimativas dos serviços da Comissão) ter sido globalmente anulada, em virtude da distribuição por países dos empréstimos, pelas variações da taxa de câmbio das moedas nacionais em relação ao ECU.

**Projectos situados no exterior do território europeu dos Estados-membros:** o financiamento destes projectos pode ser efectuado nos termos do nº 1, parágrafo 2 do artigo 18 dos Estatutos do Banco, que confere poderes ao Conselho de Governadores para autorizar este tipo de operações.

### Abreviaturas e siglas:

FBCF = Formação bruta de capital fixo  
JO = Jornal Oficial das Comunidades Europeias  
NIC = Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos  
OCDE = Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico  
ver igualmente na pág. 82 os nomes de certos promotores.

OSCE = Serviço de Estatística das Comunidades Europeias  
PIB = Produto Interno Bruto  
PNB = Produto Nacional Bruto  
PME = Pequenas e médias empresas  
tep = toneladas de equivalente petróleo  
ure = utilização racional da energia

## Contexto económico das actividades do Banco

---

Em 1986, as actividades do Banco voltaram a inscrever-se num contexto económico internacional de crescimento moderado. No conjunto dos países da OCDE, o crescimento económico cifrou-se em 2,5% (contra 3% em 1985): verificou-se um crescimento relativamente fraco pelo segundo ano consecutivo nos Estados Unidos, um abrandamento nítido no Japão e praticamente a mesma taxa de crescimento do ano transacto (2,5%) na Comunidade Europeia (ver quadro na pág. 10). Esta evolução deveu-se principalmente à queda dos preços do petróleo e à descida acelerada da taxa de câmbio do dólar.

Os preços, em dólares, do petróleo importado pelos países industrializados desceram em média 43% em relação a 1985. Se se tiver também em conta a descida menos acentuada, mas apreciável, dos preços de outras matérias-primas, estes países beneficiaram de uma melhoria das razões de troca equivalente a um aumento das receitas correspondente a cerca de 1% do seu Produto Interno Bruto. No que respeita aos países europeus e ao Japão, este efeito foi acentuado pela descida do dólar, que, ponderada pelas trocas comerciais, foi em média, de 18% em 1986. Os dois efeitos acumulados representaram por conseguinte, em percentagem do PIB, cerca de 2,5% para o Japão e de 2 a 3% para a maioria dos países europeus, excepção feita ao Reino Unido, que registou uma deterioração das razões de troca equivalente a 0,5 — 1% do PIB. O resultado final foi praticamente nulo para os Estados Unidos, em virtude da redução da margem obtida pelos exportadores no mercado americano, devida à depreciação do dólar. Todavia, os défices da balança comercial e da balança de transacções correntes deste país registaram posteriormente um novo agravamento.

O impacto da alteração das razões de troca diferiu de país para país, consoante o efeito em cada sector da economia e a reacção de cada país à evolução relativa dos preços. Em muitos países industrializados, a descida dos preços de importação dos produtos energéticos teve uma certa repercussão nos preços no consumidor. Neste domínio, as políticas fiscais divergiram bastante, tendo certos Estados aumentado os impostos sobre os combustíveis, para restringir o relançamento do consumo de produtos petrolíferos e reduzir os défices públicos e outros aproveitado a descida dos preços do petróleo para reforçar o processo de deflação.

O crescimento da procura interna foi mais acelerado na Comunidade do que no Japão, mas estabilizou nos Estados Unidos. Este crescimento resultou simultaneamente do aumento acentuado do consumo

dos agregados familiares, da consolidação dos seus investimentos em habitações e de um crescimento firme, mas não acelerado, dos investimentos produtivos. O menor crescimento da produção nos países industrializados traduziu-se, por conseguinte, num menor crescimento das suas exportações líquidas para os países em vias de desenvolvimento. Perante uma descida das receitas, os países exportadores de petróleo reduziram as importações, em certos casos de uma forma drástica, a fim de travar o aumento do défice acumulado das respectivas balanças de pagamentos correntes (51 biliões de dólares em 1986, contra 5 biliões em 1985). No que se refere aos restantes países em vias de desenvolvimento, a forte redução da sua factura energética foi acompanhada de uma redução menos acentuada dos lucros de exportação, decorrente da baixa persistente dos preços das matérias-primas. A adopção por parte destes países de políticas mais rigorosas contribuiu também para a redução do respectivo défice global da balança de pagamentos correntes (7 biliões de dólares em 1986, contra 20 biliões em 1985). Esta estabilização teve, no entanto, um impacto negativo nas exportações dos países desenvolvidos.

A descida dos preços do petróleo e das matérias-primas favoreceu o prosseguimento do processo de deflação nos países industrializados, tendo a descida do dólar tido o mesmo efeito nos restantes países. Globalmente, os preços no consumidor registaram uma subida de 2,2% nos Estados Unidos, de 0,7% no Japão e de 3,7% na Comunidade, contra respectivamente 3,5%, 2,2% e 5,8% em 1985.

**Na Comunidade Europeia**, o aumento do Produto Interno Bruto em 1986 foi muito semelhante ao de 1985. O consumo dos agregados familiares cresceu rapidamente, graças a uma melhoria do poder de compra, os investimentos na habitação aumentaram e o investimento produtivo registou igualmente um crescimento acentuado. A desaceleração nítida do aumento do volume de exportações (1,7% contra 5,6% em 1985), concomitante a uma aceleração do ritmo de importações (6,5% contra 5,5% em 1985), conduziu a que o crescimento se estabilizasse. Esta degradação da capacidade de exportação da Comunidade constitui um factor preocupante em termos de futuro, particularmente face à evolução do dólar. Todavia, a melhoria das razões de troca conduziu ao aumento do excedente da balança de pagamentos correntes, que passou para mais do dobro do de 1985.

A formação bruta de capital fixo registou um aumento de 3,4% em 1986, contra 2,3% em 1985. O



aumento dos investimentos em bens de equipamento manteve-se acentuado na maioria dos Estados-membros (no conjunto, 4,3%, contra 8% em 1985). No sector da construção civil, a recessão registada em 1985 foi praticamente reabsorvida pelo aumento dos investimentos (2,4%), mais particularmente pronunciado na Dinamarca (9,8%), em Espanha (6,3%), em Portugal (6%) e nos Países Baixos (5,8%).

O relançamento dos investimentos produtivos na maior parte dos países da Comunidade confirmou a inversão, já observada em 1985, da tendência verifi-

cada a partir dos anos setenta, para uma acentuada redução da sua participação no PIB. Até 1985, o aumento da produção provinha de uma maior utilização das capacidades. Além disso, o declínio da rentabilidade, conjugado com a subida das taxas de juro reais, tinha conduzido a que se desse prioridade ao investimento financeiro ou à redução do endividamento, em detrimento do investimento produtivo. O restabelecimento das contas das empresas e da respectiva capacidade de autofinanciamento, já verificado em 1985, favoreceu o relançamento dos investimentos destas, embora a melhoria dos índices de rentabilidade e de endividamento se processasse a um ritmo mais lento.

#### Dados de base de 1982 a 1986: CEE — EUA — Japão

	CEE					EUA					Japão				
	1982	1983	1984	1985	1986*	1982	1983	1984	1985	1986*	1982	1983	1984	1985	1986*
Taxas anuais de crescimento em volume (%)															
PIB (1)	0,5	1,2	2,0	2,4	2,5	-3,0	3,0	7,2	2,8	2,8	4,3	3,1	2,7	4,5	2,0
FBCF	-1,5	-0,3	1,3	2,4	4,2	-6,7	8,2	17,9	7,7	2,1	0,9	-0,2	5,7	5,2	5,6
PIB/per capita em volume (índices CEE 1980 = 100) (2)	100	101	103	105	108	153	157	166	169	169	108	110	115	119	119
em paridades de poder de compra em ECUs	9 433	10 340	11 242	12 166	13 229	14 495	16 082	18 107	19 562	20 723	10 210	11 301	12 611	13 881	14 649
FBCF em % do PIB	19,5	18,9	18,7	18,5	18,4	16,5	16,7	17,9	16,6	16,5	29,7	28,3	27,8	28,0	29,0
Preços (deflactor do consumo privado) (%)	10,4	8,4	7,0	5,8	3,7	5,9	3,8	3,2	3,5	1,9	2,6	1,8	2,1	2,2	0,7
Produtividade (3)	1,5	2,1	2,5	1,9	1,8	-1,3	2,2	2,2	0,7	0,3	2,3	1,6	4,4	3,8	1,8
Balança comercial (fob/fob) em biliões de ECUs	-15,6	-4,3	-1,3	12,1	48,5	-37,6	-75,7	-143,3	-162,9	-146,7	18,6	35,5	56,5	73,1	87,6
Capacidade ou necessidades de financiamento do sector público (em % do PIB)	-5,6	-5,5	-5,4	-5,2	-4,7	-3,8	-4,1	-3,4	-3,5	-3,4	-3,6	-3,5	-2,7	-1,2	-1,0
Emprego (taxa de variação)	-0,9	-0,8	0,1	0,5	0,8	-1,1	0,7	4,4	2,0	2,2	0,8	1,7	1,0	0,7	0,5
Taxa de desemprego	9,4	11,0	11,7	12,0	12,0	9,7	9,6	7,5	7,2	6,9	2,4	2,7	2,7	2,6	2,9

(1) PIB para a CEE e PNB para os EUA e o Japão.

(2) Os índices para os EUA e o Japão baseiam-se igualmente no valor CEE 1980 = 100.

(3) Taxas anuais de crescimento do PIB por pessoa empregada.

\* Estimativas

Origem: Comissão das Comunidades Europeias; OCDE.

A lenta melhoria da situação global do mercado de trabalho, iniciada dois anos antes, continuou a verificar-se (+ 0,8% contra 0,5% em 1985 e + 0,1% em 1984). Conquanto se tenha observado pela primeira vez desde 1973 uma ligeira descida da taxa média de desemprego na Comunidade e certos países (Bélgica, Dinamarca, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal) já a tivessem registado no ano transacto, a situação do mercado do emprego ainda é extremamente difícil na maioria dos Estados-membros; na Irlanda e em Espanha, a taxa de desemprego atingiu quase o dobro da média comunitária. No entanto, o reaparecimento de uma relação positiva entre o crescimento económico e o emprego constitui um factor encorajante. As tensões observadas em certas regiões e relativamente a certas profissões ilustram bem a importância da mobilidade profissional e geográfica, da adaptação do sistema de formação às novas exigências da economia e, de uma forma mais geral, de uma flexibilidade adequada do mercado de trabalho.

A taxa de inflação na Comunidade voltou a baixar em 1986, graças especialmente aos efeitos da evolução dos preços do petróleo e do dólar. A maioria dos países registou um decréscimo sensível das taxas de inflação, tendo-se atenuado as disparidades entre eles. A subida moderada dos salários reais, inferior ao crescimento da produtividade do trabalho, contribuiu para esta evolução, acentuando a desaceleração dos custos salariais unitários e transferindo para as próprias empresas uma maior quota-parte dos lucros.

A maior convergência das políticas económicas e monetárias contribuiu, juntamente com os factores externos já citados, para o prosseguimento da redução da inflação e para a continuação de um crescimento económico firme, embora modesto. A diminuição desejada das necessidades de financiamento do sector público foi acompanhada, na maioria dos países, por uma redução dos impostos, que manteve a procura interna. Esta alteração das políticas orçamentais revelou-se particularmente necessária em países como a Bélgica, a Irlanda e Portugal, em que o peso crescente da dívida pública e dos juros a liquidar constituía um importante factor de risco. As políticas monetárias nacionais, sujeitas a condicionamentos externos crescentes, mostraram uma maior coerência, que se traduziu numa menor disparidade do crescimento das massas monetárias, especialmente no que se refere aos países que integram o Sistema Monetário Europeu.

Em 1986. A maioria dos **Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)** voltaram a ver-se con-

frontados com uma conjuntura económica externa problemática. Os preços dos principais produtos de exportação mantiveram-se baixos (como foi o caso do açúcar e do cobre) ou mesmo, diminuíram sensivelmente (por exemplo, o óleo de palma). Em contrapartida, um certo número de países beneficiou do surto temporário dos preços do café e todos, salvo os que são produtores de petróleo, registaram uma descida considerável do custo das importações de petróleo. Além disso, diversos países africanos que tinham sido assolados pela seca voltaram felizmente a beneficiar de condições meteorológicas mais clementes, tendo a produção alimentar aumentado de uma forma geral. Nestas condições, a qualidade de vida de uma grande parte das populações rurais registou uma incontestável melhoria, mas, perante o rápido crescimento demográfico verificado, é provável que o rendimento *per capita* nos países ACP tenha voltado a descer.

Inúmeros países empreenderam uma série de reformas e de ajustamentos estruturais, que consistiram essencialmente na subida dos preços agrícolas na produção, numa maior liberalização do controlo das importações e dos preços e na adopção de taxas de câmbio mais realistas, concretizada através de desvalorização, ou da venda em leilão de divisas. Em muitos casos, estas medidas implicaram opções políticas difíceis, e possivelmente, os governos experimentarão dificuldades em mantê-las durante o tempo necessário para que as reformas produzam plenamente os seus efeitos.

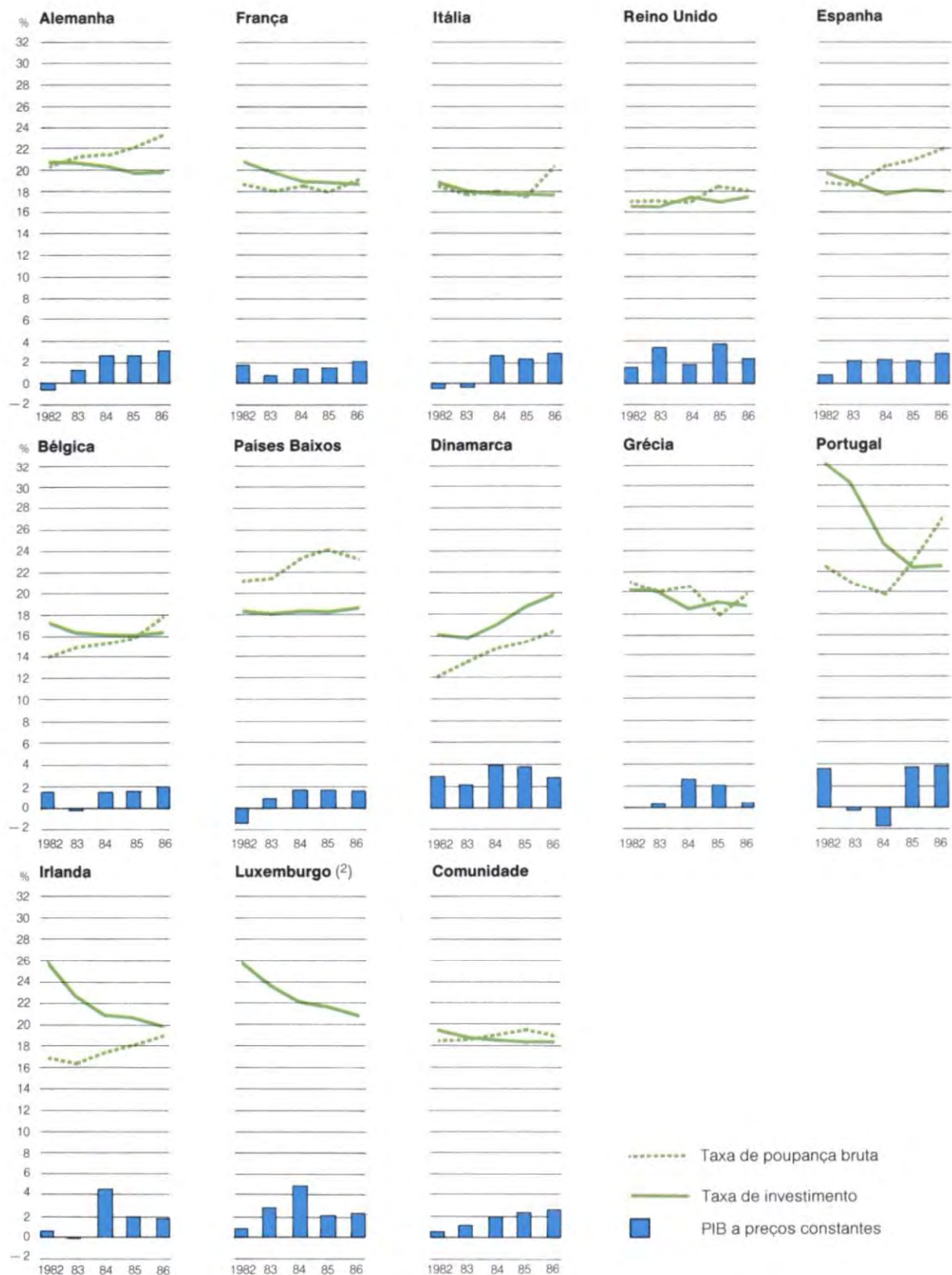
Não tendo atingido as proporções assustadoras da América Latina, a crise de endividamento em África chamou menos a atenção dos meios financeiros internacionais. Mas para muitos dos países ACP, o reembolso da dívida, que absorve mais de um terço ou mesmo metade dos lucros de exportação, tornou-se um grave obstáculo à retoma do crescimento, mesmo após a adopção de reformas económicas. Além disso, apesar dos inúmeros incentivos ao investimento privado (perante a atitude mais positiva de diversos governos), o afluxo de capitais privados foi praticamente nulo. Deste modo, a ajuda financeira concedida em condições favoráveis, mesmo se não tem aumentado em termos reais, contribui hoje em dia em muitos dos Estados africanos, para metade ou mais do total da formação de capital, facto que confere uma enorme responsabilidade às instituições encarregadas da respectiva administração.

No que se refere aos **países da bacia mediterrânica**, os condicionamentos de ordem estrutural a que estão sujeitos impediram-os de reagir rapida-

## Produto Interno Bruto na Comunidade

Varição percentual em relação ao ano anterior <sup>(1)</sup>

Taxa de investimento e taxa de poupança bruta



(1) Obtida a partir de agregados expressos em moedas nacionais, no caso dos Estados-membros, e em ECUs, no caso da Comunidade.

(2) A taxa de poupança bruta não é representativa no Luxemburgo.



mente à evolução do contexto económico internacional ocorrida nestes últimos anos. O peso da dívida externa tornou-se o principal problema dos países desta área, muitos dos quais apresentam uma balança de pagamentos cada vez mais deficitária. Embora dotados de um potencial agrícola não negligenciável, quase todos estes países têm carências alimentares graves. Muitos dos seus organismos públicos encontram-se em situação deficitária e não são competitivos a nível internacional. Além disso, as despesas militares absorvem frequentemente uma proporção crescente dos recursos nacionais.

Os efeitos da evolução do contexto económico mundial não se manifestaram com a mesma acuidade em todos os países desta região. Os países importadores de petróleo tiraram de uma forma geral proveito da baixa dos preços do mesmo, mas sofreram um decréscimo das remessas dos trabalhadores emigrados e uma deterioração das perspectivas de exportação. Os países exportadores de hidrocarbonetos, tais como a Argélia, registaram uma grande redução das receitas.

A maior parte dos pequenos países desta área, tais como a Jordânia, Malta, Chipre e Israel, conseguiram adaptar-se melhor à nova conjuntura, mas em muitos deles o desemprego agravou-se e a inflação continua a ser uma fonte de preocupações. No Líbano, a guerra e as divisões no país continuaram a destruir a economia. A Turquia, país em que o relançamento ainda é muito precário, continuou a tentar introduzir ajustamentos indispensáveis; a Jugoslávia experimentou dificuldades na contenção da inflação e do desequilíbrio da balança de pagamentos. A Tunísia empreende esforços vigorosos no sentido de uma maior abertura aos mecanismos do mercado e de uma profunda reestruturação da economia. Marrocos (que empreendeu um programa de ajustamento, adoptado em conjunção com o FMI), a Argélia, e sobretudo o Egipto, terão de introduzir importantes reformas, para criar as condições necessárias a um crescimento continuado.

\* \* \*

Tal como se referiu acima, têm-se verificado progressos na Comunidade a nível macroeconómico, cujas perspectivas de desenvolvimento a mais longo prazo dependerão da capacidade estrutural da mesma, de fazer face à concorrência internacional. Além de uma tentativa de análise conjuntural a curto prazo, afigura-se, pois, oportuno proceder a uma

apreciação a mais longo prazo, e tendo em conta o contexto internacional, da situação comunitária e das perspectivas que a esta se abrem no que se refere ao desenvolvimento regional, energético e industrial. Estes sectores, em que as políticas comunitárias a seguir descritas foram confirmadas ou aplicadas, são precisamente áreas privilegiadas de intervenção do Banco.

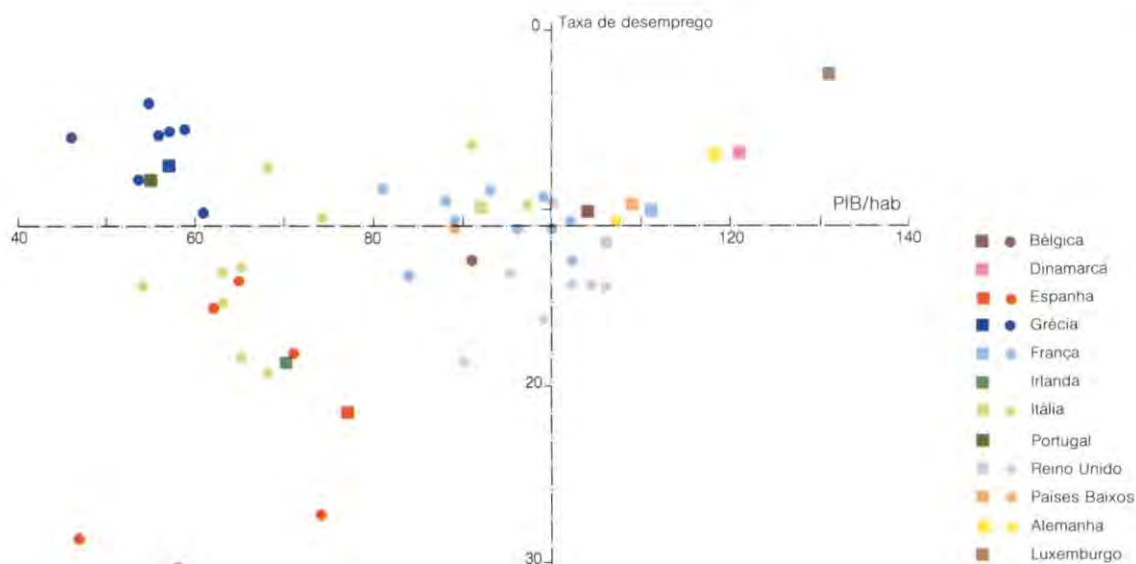
Continuam inegavelmente a verificar-se importantes disparidades regionais no seio da Comunidade, embora a respectiva avaliação seja dificultada pela diversidade de práticas estatísticas e de metodologias aplicadas. Há, contudo, que assinalar que as disparidades são nitidamente maiores na Comunidade que nos Estados Unidos.

Em virtude do menor crescimento económico verificado desde a primeira crise do petróleo, o desequilíbrio existente no seio da Comunidade dos Nove no início da década de setenta não foi praticamente atenuado desde então. No decurso dos anos, seguindo a evolução geral da Europa, às regiões desfavorecidas eminentemente agrícolas, vieram juntar-se regiões tradicionalmente industriais, por vezes altamente urbanizadas, confrontadas com graves problemas de declínio e de reconversão do respectivo aparelho produtivo e que em consequência, registaram elevadas taxas de desemprego. A análise das disparidades regionais tornou-se assim, ainda mais complexa. No entanto, foram conseguidos alguns resultados positivos: no Mezzogiorno italiano, a situação foi melhorada no que se refere às infra-estruturas e a alguns serviços essenciais, tendo-se paralelamente procedido à modernização do aparelho produtivo, tanto industrial, como agrícola; do mesmo modo, embora continue a ser um dos Estados-membros menos favorecidos da Comunidade, a Irlanda conseguiu melhorar, desde a entrada na CEE, a sua posição em relação ao PIB médio da Comunidade.

Não obstante, a adesão da Grécia, e em seguida da Espanha e de Portugal, veio acentuar as disparidades entre as regiões da Comunidade, por exemplo, em termos de rendimento *per capita*. A média comunitária do PIB *per capita* (em paridades de poder de compra, 1985) desceu cerca de 5%, como consequência do alargamento de 10 para 12 membros e a relação entre o Estado-membro menos favorecido e o mais próspero passou de 1/2,2 (EUR-10) para 1/2,5 (EUR-12); a mesma relação entre o grupo das dez regiões menos desenvolvidas e das dez regiões mais avançadas aumentou de 1/2,8 (EUR-10) para 1/3,1 (EUR-12). Na Comunidade dos Doze, cerca de um quinto da população total (o dobro da anterior)

### Classificação das regiões em que o Banco interveio em 1986 no contexto do desenvolvimento regional ●

com indicação das médias nacionais ■



Média comunitária (EUR 12): desemprego: 10,9 — PIB/hab: 100

Origem: OSCE Taxa de desemprego; inquérito comunitário ao Emprego — Abril de 1986  
Índices de PIB/hab — 1985

vive em regiões com um PIB *per capita* pelo menos 25% inferior à média comunitária; por último, no que se refere ao desemprego, o desequilíbrio ainda é maior.

A atenuação das disparidades regionais continua a ser uma condição essencial para o desenvolvimento e a coesão da Comunidade no futuro, facto que é sublinhado pelo Acto Único (cf. pág. 20); essa atenuação justifica que o Banco continue a dar prioridade ao financiamento de projectos que visem o desenvolvimento do potencial das regiões e dos países menos favorecidos (ver gráfico a seguir).

Entre 1963 e 1973, antes da primeira crise petrolífera, o consumo de **energia** na Comunidade registou um crescimento anual médio ligeiramente superior à taxa de crescimento macroeconómico. A subida dos preços da energia suscitou uma adaptação

dos hábitos dos utilizadores e conduziu à introdução de políticas, tanto a nível comunitário, como nacional, cujos resultados a médio prazo se fizeram particularmente sentir. Em 1985, o consumo de energia total na Comunidade foi 4% inferior ao de 1973, enquanto o PIB comunitário aumentou em volume 25%. Por outro lado, observou-se no mesmo período uma considerável redução da dependência da Comunidade das importações de petróleo (-30%) graças à sua substituição por fontes de energia alternativas (energia nuclear e gás natural, cujas importações são menos significativas) e ao desenvolvimento da produção interna de petróleo, principalmente no Reino Unido.

Esta evolução estrutural, para a qual o Banco deu o seu contributo, constitui uma conquista importante para a Comunidade, que deve ser consolidada em conformidade com as linhas de orientação comunitárias que a seguir se descrevem.

Conquanto os resultados conseguidos no sector energético melhorem nitidamente a posição da Comunidade face aos seus concorrentes, a situação no que respeita ao **potencial industrial** apresenta-se de forma diversa.

Considerando o conjunto dos países desenvolvidos, o crescimento industrial declinou substancialmente a partir de 1979, passando de 6% ao ano no período de 1973-1979, para apenas 1% ao ano de 1979 a 1985. Apesar deste abrandamento do crescimento

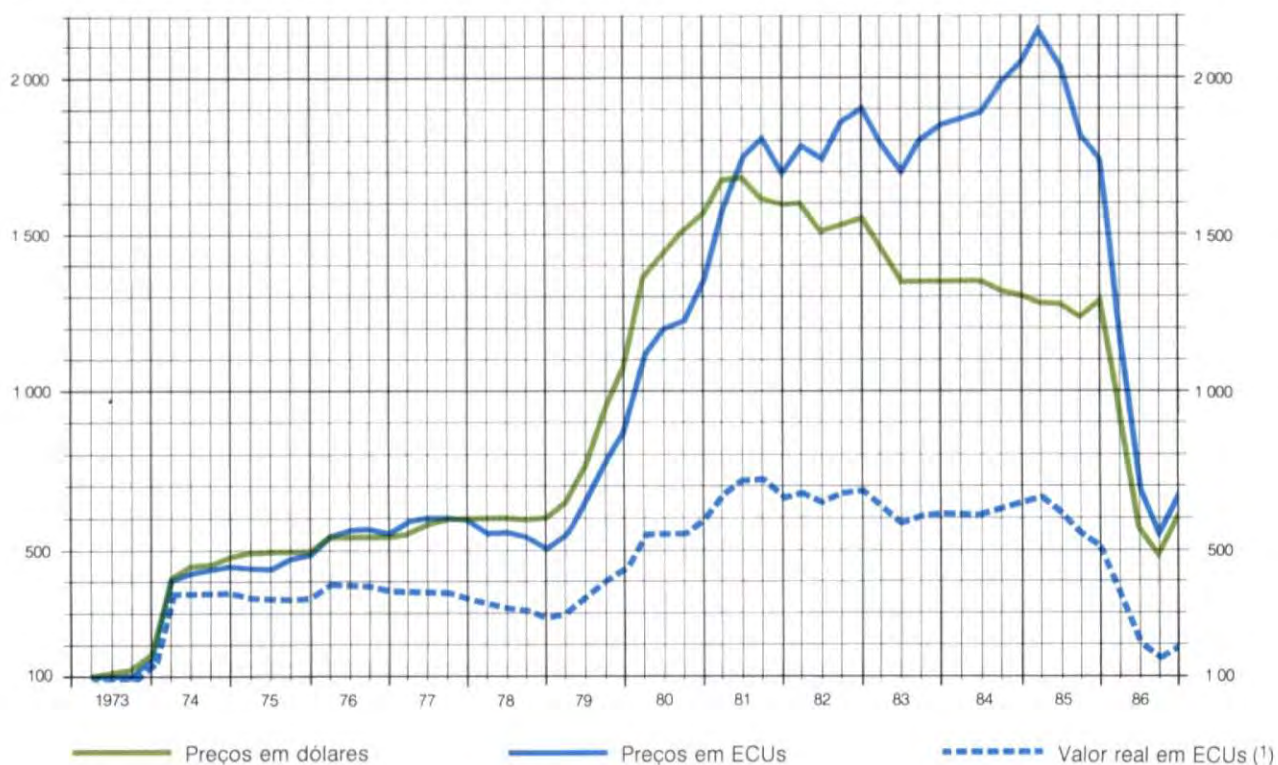
### Consumo de energia da Comunidade dos Dez

(incluindo *stocks*)

	1973		1980		1983		1985	
	Milhões de tep	%	Milhões de tep	%	Milhões de tep	%	Milhões de tep	%
Combustíveis sólidos	222,0	(23)	222,7	(23)	212,2	(23)	218,0	(23)
Petróleo	601,3	(62)	520,0	(54)	438,3	(48)	438,8	(45)
Gás natural	115,8	(12)	169,3	(17)	165,2	(18)	181,2	(19)
Energia nuclear	17,7	(2)	42,7	(4)	76,1	(9)	116,4	(12)
Energia hidroeléctrica, geotérmica, outras	11,0	(1)	15,4	(2)	15,5	(2)	11,8	(1)
<b>Total</b>	<b>967,8</b>	<b>(100)</b>	<b>970,1</b>	<b>(100)</b>	<b>907,3</b>	<b>(100)</b>	<b>966,2</b>	<b>(100)</b>

### Preços do petróleo: médias trimestrais dos preços de importação na Comunidade (EUR 12)

(índice 1973 = 100)



(1) Corrigido pelo índice implícito dos preços no consumo privado.  
Origem: OSCE e serviços da Comissão das Comunidades Europeias.



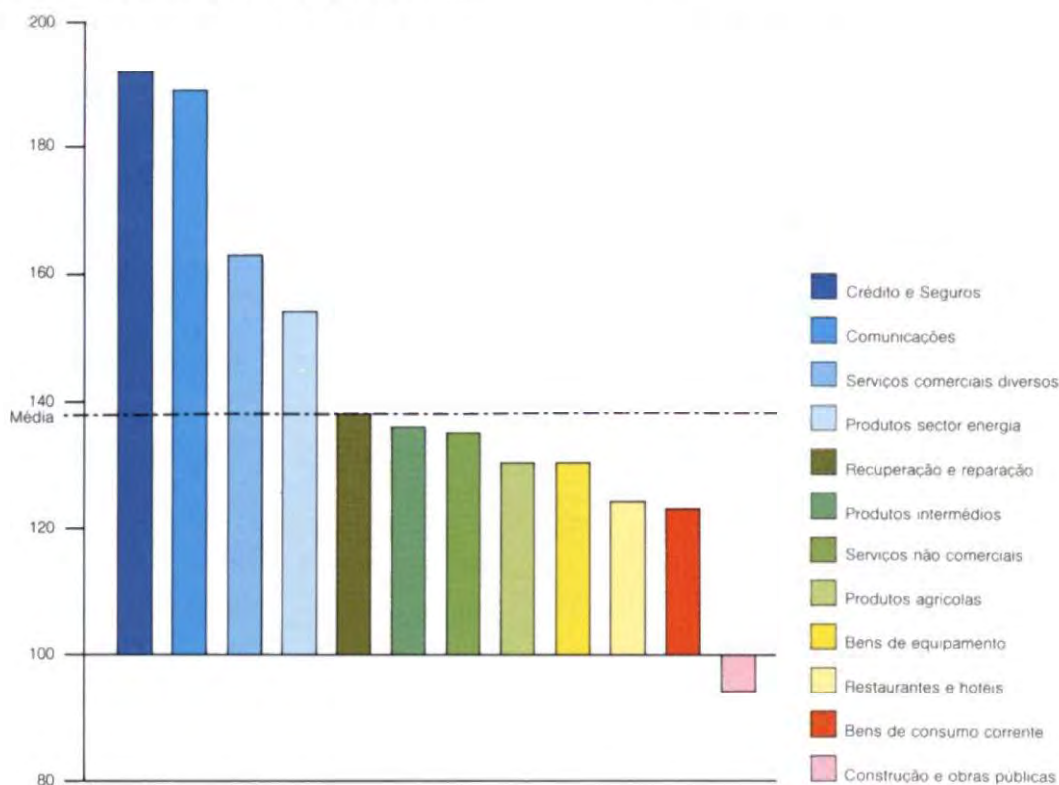
industrial, que corresponde em parte ao crescimento do sector terciário (ver gráfico a seguir), não se observou um decréscimo muito acentuado do comércio de produtos industriais. Contrariamente ao que se passou nos sectores da energia e das matérias-primas, o comércio destes produtos continuou a crescer mais rapidamente (5,1% ao ano) que a produção e a procura mundial, evidenciando uma maior interdependência das economias nacionais.

A economia comunitária tem-se mostrado tradicionalmente muito aberta ao comércio internacional, o que se traduz por uma penetração maior dos seus mercados que a dos seus principais parceiros comerciais: as importações de bens provenientes de países terceiros cifraram-se em média, nos três últimos anos, em percentagem do PIB global, em 11,4% na Comunidade dos Doze e em 8,8% nos Estados Unidos e no Japão. Do mesmo modo, as exportações atingiram, em percentagem do PIB global, um valor praticamente duplo do dos Estados Unidos (respectivamente 11,2% e 5,5%, embora no Japão o valor fosse de 12,4%).

Durante o período de 1967 a 1985, a CEE e o Japão mantiveram ou aumentaram os seus excedentes no sector transformador, em relação à procura interna, contrariamente ao que se passou nos Estados Unidos, que registou um défice. Os principais excedentes da Comunidade resultaram do comércio com países europeus não comunitários (países escandinavos, Suíça e Áustria) e com os países em vias de desenvolvimento de África e do Médio Oriente.

A análise sectorial revela que estes resultados aparentemente favoráveis dissimulam certas falhas estruturais no aparelho industrial da Comunidade. Efectivamente, a Comunidade tem progredido principalmente nos sectores que estão em declínio a nível mundial (tais como as indústrias metalomecânica e siderúrgica, de materiais de construção e de produtos alimentares); em todos estes sectores, os Estados Unidos estão em regressão, pelo que são importadores líquidos. No entanto, a recente desvalorização do dólar poderá inverter esta situação vantajosa. A Comunidade tem-se igualmente especializado na exportação de maquinaria, de materiais de

**Varição 1970—1984 do valor acrescentado por ramo de actividade na Comunidade**  
(1970 = 100 com base nos dados expressos a preços de 1980)



Origem: OSCE

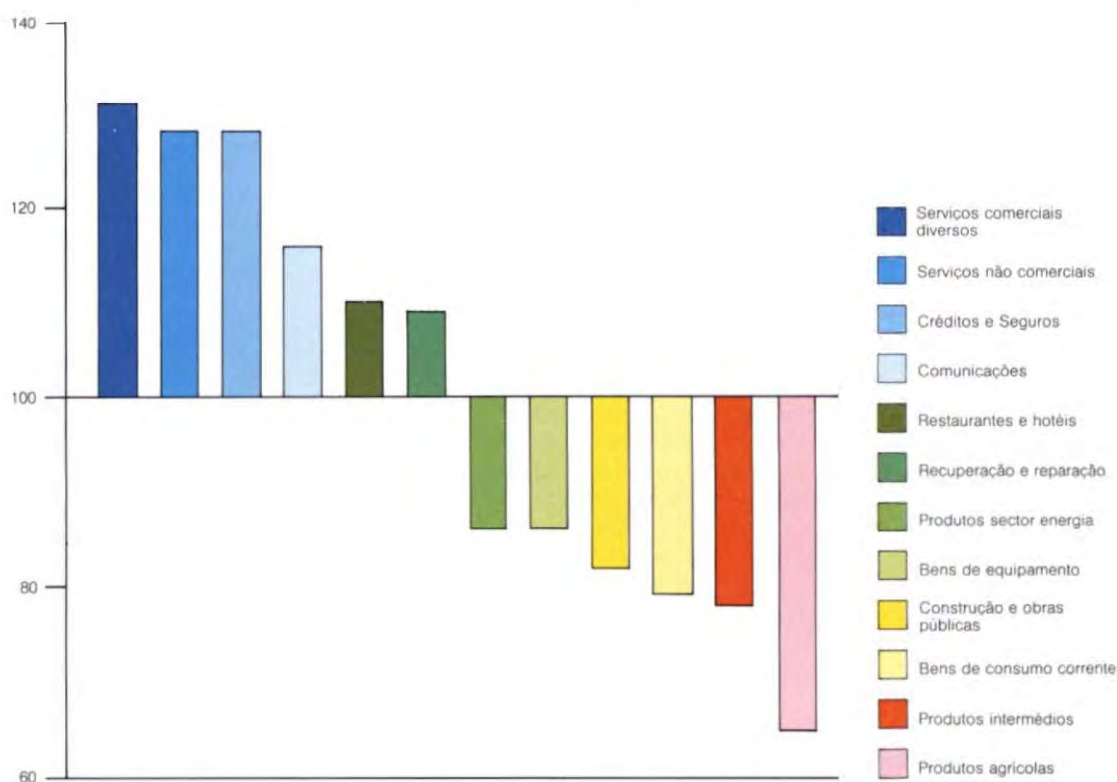
transporte e de produtos químicos, mas os excedentes nestes sectores, especialmente nos dois primeiros, têm vindo a decrescer desde 1975. Por último, nos sectores de alta tecnologia, exceptuando o sector químico, a Comunidade está a perder terreno, assistindo-se a um crescimento substancial das importações, especialmente no sector da informática (a penetração externa no mercado comunitário aumentou cerca de 20% entre 1967 e 1983).

Esta situação indica a existência de certos pontos fracos, cujas causas são múltiplas. Uma das principais, além da compartimentação dos mercados e da investigação, reside na insuficiência do investimento: desde 1973, mas sobretudo desde 1979, o «stock» de capital da indústria europeia aumentou de uma forma muito menos rápida que o da indústria americana ou japonesa. Esta situação foi agravada, pelo menos no período 1973—1982, por uma deficiente distribuição sectorial do investimento. Nos sectores que gozam de grande procura e com elevado teor tecnológico, a diferença entre as taxas anuais médias de crescimento do investimento, em

termos de volume, é de 4,9%, em favor da indústria japonesa, e de 6,8%, em favor da indústria americana. No que se refere à indústria no seu conjunto, as taxas de crescimento do investimento japonesa e americana são, respectivamente, 3,5% e 3,9% mais altas que a taxa comunitária. Por último, apesar de alguns progressos conseguidos, as comparações em termos de investimento em «invisíveis» (investigação e desenvolvimento, redes de comercialização, etc.) também já não são sempre favoráveis à Europa (ver revista «Economia Europeia» — n.º 25 de Setembro de 1985, dedicada à competitividade da indústria comunitária).

De uma forma geral, e apesar dos ajustamentos efectuados e de certos resultados inegáveis, por vezes favorecidos pela elevada paridade do dólar, a indústria comunitária ainda está muito exposta à concorrência internacional. O reforço da sua competitividade continua claramente a constituir uma prioridade fundamental, para a qual — para além do desenvolvimento das regiões menos favorecidas — o Banco deve contribuir.

**Variação entre 1970 e 1984 dos efectivos por ramo de actividade na Comunidade**  
(1970 = 10)



Origem: OSCE

# As políticas comunitárias

## Orientações gerais

O ano de 1986 foi marcado pela **adesão de Espanha e de Portugal**, que elevou o número de Estados-membros para doze <sup>(1)</sup>, a população da Comunidade para cerca de 320 milhões de habitantes (quatro terços da dos Estados Unidos), o Produto Interno Bruto para cerca de duas vezes o do Japão e as exportações — excluindo o comércio intracomunitário — para um sexto das trocas mundiais.

Todavia, este grupo de nações económica e culturalmente proeminentes não poderá florescer e ocupar o lugar que lhe compete na cena mundial, se não reforçar o poder de decisão da Comunidade, a sua coesão interna e a sua competitividade a nível internacional.

Estes objectivos constituíram o centro das negociações conduzidas pelos governos nacionais, que culminaram no início do ano na assinatura do **Acto Único**.

Completando e alterando os Tratados e consequentemente, imprimindo um novo ímpeto à unificação dos Estados democráticos da Europa, este Acto deve ser ratificado pelos parlamentos nacionais antes do Verão, o que permitirá a efectivação da revisão dos Tratados.

São os seguintes os pontos do Tratado CEE relacionados com as actividades do Banco, que sofreram alterações:

— «A Comunidade adoptará as medidas destinadas a estabelecer progressivamente o mercado interno durante um período que termina em 31 de Dezembro de 1992 . . . O mercado interno compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada de acordo com as disposições do presente Tratado.» (Artº 8 A)

— «A fim de garantir a convergência das políticas económica e monetária necessária ao desenvolvimento posterior da Comunidade, os Estados-membros cooperam nos termos dos objectivos do artigo 104. Nesses termos, os Estados-membros têm em conta a experiência adquirida graças à cooperação no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME) e graças à evolução do ECU, no respeito das competências existentes.

Na medida em que o desenvolvimento posterior no plano da política económica e monetária exigir modificações institucionais, será aplicável o disposto no artigo 236. No caso de modificações institucionais no domínio monetário, serão igualmente consultados o Comité Monetário e o Comité dos Governadores dos Bancos Centrais.» (Artº 102 A)

— «A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta desenvolve e prossegue a sua acção tendente ao reforço da sua coesão económica e social.

Em especial, a Comunidade procura reduzir a diferença entre as diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas.» (Artº 130 A)

— «A Comunidade assume o objectivo de reforçar as bases científicas e tecnológicas da indústria europeia e de favorecer o desenvolvimento da sua competitividade internacional.» (Artº 130 F)

— «A acção da Comunidade em matéria de ambiente tem por objectivo:

- preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente,
- contribuir para a protecção da saúde das pessoas,
- assegurar uma utilização prudente e racional dos recursos naturais.» (Artº 130 R)

Aquando das reuniões do Conselho Europeu de Haia e de Londres, os chefes de Estado e de governo reiteraram a necessidade de prosseguir políti-

## Financiamentos comunitários para fins estruturais outorgados nos doze Estados-membros em 1986

(milhões de ECUs)

### Empréstimos

BEI — recursos próprios	6 678,1
— NIC	393,0
Comunidade Europeia do Carvão e do Aço	1 069,0
Comunidade Europeia da Energia Atómica	587,0

**Total** **8 727,1**

### Subvenções

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	3 206,0
Fundo Social Europeu	2 493,0
Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola	844,0

**Total** **6 543,0**

**TOTAL** **15 270,1**

<sup>(1)</sup> Os seis Estados fundadores são a Bélgica, a Alemanha Federal, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos; a Comunidade foi posteriormente alargada em 1973, com a adesão da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido e em 1981, com a adesão da Grécia.



cas macro e microeconómicas visando a adaptação estrutural das economias europeias e sublinharam a importância do sector terciário e das pequenas e médias empresas como fontes de criação de postos de trabalho, e bem assim da criação de um verdadeiro mercado europeu de capitais e de serviços financeiros, incluindo o sector de seguros.

No que respeita aos meios financeiros comunitários susceptíveis de promover a adaptação estrutural do aparelho produtivo dos Estados-membros, o ano transacto assistiu à adopção pelo Conselho de Ministros de medidas de apoio à renovação do **Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos (NIC IV)**, com uma dotação de 750 milhões para o financiamento, essencialmente, de pequenas e médias empresas inovadoras; simultaneamente, o Conselho convidou o Banco a mobilizar para este efeito um montante idêntico, a partir dos seus recursos próprios, e a administrar os recursos do NIC sob mandato da Comunidade.

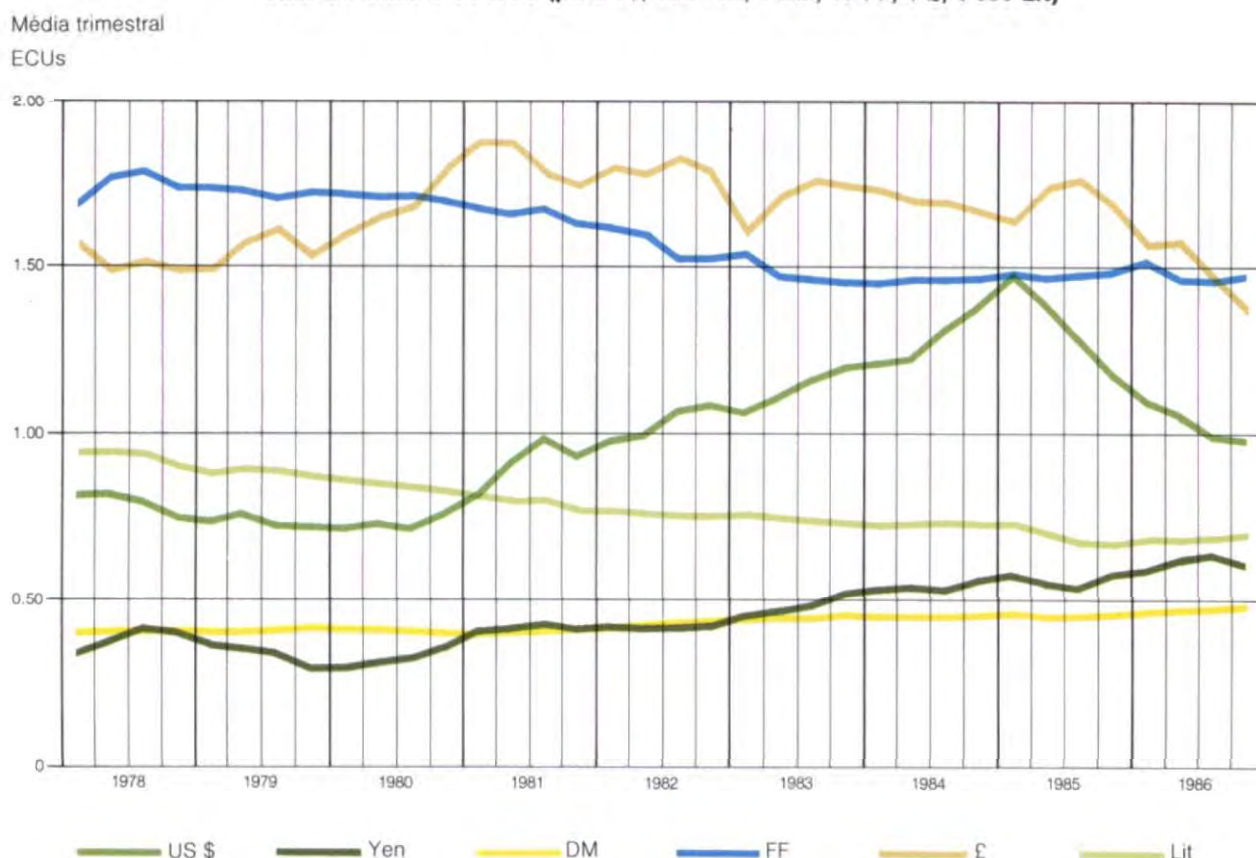
A decisão formal sobre esta matéria teve lugar em 9 de Março de 1987, após concertação do Parlamento

com o Conselho. Por seu turno, o Conselho de Governadores do Banco autorizou este, através da decisão de 25 de Fevereiro de 1987, a aceitar o mandato de gestão do NIC IV e a conceder empréstimos em favor de projectos realizados pelas PME no exterior das zonas assistidas.

A Comissão das Comunidades Europeias prosseguiu, em ligação com o Banco, o estudo do desenvolvimento dos instrumentos e mecanismos de financiamento. Neste contexto, os dirigentes de onze instituições especializadas de crédito a longo prazo decidiram em Junho de 1986 criar, com o apoio do Banco, a «Sociedade Europeia de Engenharia Financeira» (SEFI), vocacionada para apoiar empreendimentos (de preferência de carácter transnacional) das PME dos Estados-membros da Comunidade. Os estatutos desta sociedade, que terá a sua sede no Luxemburgo, foram assinados em 20 de Março de 1987.

Fizeram-se alguns avanços no sentido da constituição de um **espaço financeiro único**, especialmente através de uma maior liberalização dos movimentos

Taxa de câmbio do ECU (para 1\$, 100 Yen, 1 DM, 10 FF, 1 £, 1 000 Lit)



de capitais<sup>(1)</sup>, de uma harmonização das contas anuais dos bancos e outras instituições financeiras<sup>(2)</sup> e de um controlo dos grandes riscos incorridos pelas instituições de crédito<sup>(3)</sup>.

No que se refere ao **Sistema Monetário Europeu** (SME), não obstante a crescente convergência das políticas económicas, os desequilíbrios subjacentes e as tensões verificadas nos mercados cambiais internacionais, especialmente no seguimento da grande desvalorização do dólar, conduziram a um realinhamento das taxas centrais em 6 de Abril e a um reajustamento mais restrito em 2 de Agosto de 1986, seguido de novo realinhamento em 12 de Janeiro de 1987.

## Política regional

As disposições dos artigos 130 A e 130 D, introduzidas pelo Acto Único no Tratado CEE, conferem um papel preponderante aos fundos estruturais e confirmam que o BEI está vocacionado para promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas. Descreve-se na página 27 a contribuição do Banco para o desenvolvimento regional. No que toca ao apoio comunitário ao desenvolvimento regional, o ano de 1986 caracterizou-se por um desenvolvimento do financiamento de programas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), complementando o financiamento de projectos específicos. Neste sentido, o Conselho aprovou os programas STAR (melhor acesso aos serviços avançados de telecomunicações) e VALOREN (aproveitamento do potencial energético das regiões) dotados de um orçamento previsional de 1 180 milhões.

Com vista a ajudar as regiões mediterrânicas, geralmente menos desenvolvidas, a fazer face às mudanças decorrentes do alargamento da CEE, a Comunidade elaborou os Programas Integrados Mediterrânicos. Após um árduo trabalho de preparação e de concertação a nível regional, nacional e comunitário, a Comissão celebrou um primeiro contrato-programa com a República Helénica (ver também pág. 43). Ainda na Grécia, em consequência do terramoto que assolou a região de Kalamata no Peloponeso, a Comunidade decidiu outorgar uma ajuda de emergência e prestar uma contribuição financeira para a reconstrução.

## Objectivos em matéria de energia

A situação da Comunidade no sector energético foi marcada pela queda drástica dos preços do petróleo importado (ver gráfico na pág. 15). Por outro lado, o acidente de Chernobyl relançou o debate sobre o recurso à energia nuclear, como alternativa à dependência das importações maciças de energias primárias provenientes de países que apresentam riscos políticos importantes para a Europa Ocidental.

Por resolução do Conselho de 16 de Setembro de 1986<sup>(4)</sup>, a Comunidade e os Estados-membros comprometeram-se a prosseguir a reestruturação do sistema energético; os principais objectivos a atingir até 1995, na mesma linha das orientações anteriores, são:

- limitação da dependência do petróleo a cerca de 40% do consumo total de energia, devendo as importações líquidas de petróleo ser inferiores a um terço deste consumo;
- limitação a menos de 15% da comparticipação dos hidrocarbonetos na produção total de electricidade;
- aumento da percentagem de combustíveis sólidos e manutenção da do gás natural no orçamento para a energia;
- melhoria da eficácia energética de pelo menos 20%;
- aumento substancial da contribuição das energias novas e renováveis, alternativas aos combustíveis tradicionais.

A resolução do Conselho de 26 de Novembro de 1986<sup>(5)</sup> reportava-se especificamente ao desenvolvimento destas fontes de energia; em vista da incerteza que se verificou quanto à evolução futura dos preços, o Conselho confirmou a necessidade de maiores progressos em matéria de poupança de energia, especialmente no sector dos transportes, que é um sector altamente consumidor de petróleo.

Em 1986, o Banco continuou a financiar inúmeros investimentos que contribuíam para a consecução destes objectivos comunitários e para a consolidação dos resultados conseguidos (ver pág. 28).

## Competitividade industrial

A competitividade da indústria comunitária no mercado mundial constitui um requisito essencial para

(1) JO L 332 de 26. 11. 1986

(2) JO L 372 de 31. 12. 1986

(3) JO L 33 de 4. 2. 1987

(4) JO C 241 de 25. 9. 1986

(5) JO C 316 de 9. 12. 1986



um crescimento firme e equilibrado. A consecução do mercado interno, a eliminação dos obstáculos às trocas internacionais e a adaptação das estruturas produtivas constituem opções estratégicas que visam eliminar certas lacunas preocupantes. Neste contexto, a promoção das empresas inovadoras e eficazes, especialmente de pequena e média dimensão (PME), e o desenvolvimento da cooperação industrial constituem medidas prioritárias que os mecanismos de financiamento comunitários existentes devem apoiar, mediante empréstimos e subvenções, no âmbito das respectivas competências. Graças a eles, aos diferentes programas comunitários de apoio à investigação e à iniciativa multinacional Eureka, a Comunidade pode intervir nas fases de investigação básica e pré-comercial, de desenvolvimento e de investimento na produção.

A abertura de concursos para obras públicas e contratos de fornecimento, a respeito dos quais a Comissão transmitiu em 1986 ao Conselho propostas de directivas que alargam o campo de aplicação das disposições existentes, deve igualmente contribuir para o reforço da economia comunitária.

A criação progressiva de um mercado unificado para o equipamento de telecomunicações foi favorecida pela aprovação de directivas relativas ao reconhecimento mútuo de acordos sobre equipamento terminal e de normas standardizadas para a difusão directa da televisão por satélite. O Conselho aprovou ainda uma recomendação sobre a introdução coordenada da rede digital de serviços integrados — base de um sistema futuro de transmissões à distância de sons, de texto ou de imagens — solicitando a intervenção dos instrumentos financeiros da Comunidade para este tipo de infra-estruturas.

No que respeita mais particularmente às PME, o Conselho aprovou em 20 de Outubro de 1986 <sup>(1)</sup> uma resolução que ratifica um programa de acção visando promover o seu desenvolvimento através de medidas, não só financeiras, mas também jurídicas, fiscais e administrativas.

## Ambiente

As propostas da Comissão para um quarto programa de acção comunitária em matéria de ambiente (1987-1992) <sup>(2)</sup> foram aprovadas pelo Conselho em 19 de Março de 1987: nas suas linhas gerais, as mesmas confirmam o princípio segundo o qual o objectivo da protecção do ambiente deve passar a fazer parte integrante das diferentes políti-

cas adoptadas a nível comunitário e nacional. Foram ainda adoptadas medidas relativas à preservação das águas, do ar, do solo e da vida humana, incluindo a aplicação de acordos internacionais.

## Infra-estruturas comunitárias de transporte

Prosseguindo o seu objectivo de consecução do mercado interno e de uma maior coesão económica e social na Comunidade, o Conselho aprovou conclusões relativas à realização de um programa a médio prazo de infra-estruturas de transporte de interesse comunitário. A criação até 1992 de um mercado único dos transportes rodoviários e a definição progressiva de políticas comunitárias relativas à aviação civil e ao transporte marítimo poderão contribuir para a intensificação das trocas intracomunitárias, a qual exigirá a adaptação das redes existentes. Esta orientação implica, não só a realização de grandes obras visando a ligação das fronteiras dos Estados-membros, tais como o túnel da Mancha, ou a circulação através de países terceiros, mas também a beneficiação de inúmeros itinerários, por vezes no próprio centro dos Estados-membros. Tal como nos exercícios anteriores, os projectos financiados pelo Banco em 1986 (ver pág. 33) ilustram que a eliminação dos obstáculos decorrentes da carência de infra-estruturas de transporte e de telecomunicações constitui uma das suas constantes prioridades.

## Cooperação em favor do desenvolvimento

A **terceira Convenção de Lomé (ACP-CEE)** entrou em vigor em 1 de Maio de 1986, após ratificação pelos Estados-membros e pelo número necessário de Estados ACP.

A primeira fase de aplicação da convenção, a programação da ajuda comunitária, na qual a Comunidade acorda com cada Estado ACP os montantes a financiar e os sectores a desenvolver durante o período de vigência da convenção, ficou praticamente concluída em finais de 1986. Os programas indicativos acordados pelo Estado ACP, por um lado, e a Comissão e o Banco, pelo outro, reflectem o princípio da concentração da ajuda em sectores seleccionados, primordialmente, o desenvolvimento rural e a autosuficiência alimentar.

A convenção reconhece ainda a importância dos investimentos privados no desenvolvimento dos paí-

<sup>(1)</sup> JO C 287 de 14. 11. 1986

<sup>(2)</sup> JO C 70 de 18. 3. 1987

ses ACP e realça a necessidade de assegurar a sua promoção e protecção.

A associação dos vinte e cinco países e territórios ultramarinos (PTUM) ligados à França, aos Países Baixos e ao Reino Unido, e bem assim da Gronelândia, ligada à Dinamarca, entrou em vigor em 1 de Julho de 1986. Assemelhando-se muito aos acordos celebrados com os Estados ACP, esta associação foca principalmente o livre acesso ao mercado comunitário dos produtos dos PTUM e a cooperação financeira, exceptuando no caso da Gronelândia.

No que se refere à **cooperação com os países mediterrânicos**, foi prosseguida a aplicação dos protocolos financeiros, em vigor até 31 de Outubro; durante os primeiros meses de 1987, as entidades comunitárias prepararam a renovação destes protoco-

los, tendo sido entabuladas negociações com os parceiros da Comunidade; foram também retomadas as negociações sobre um novo protocolo financeiro com a Jugoslávia.

A cooperação financeira com a Turquia foi relançada de uma forma restrita, tendo o Banco afectado as verbas disponíveis no âmbito do protocolo complementar celebrado após o primeiro alargamento, mas que apenas entrou em vigor em 1 de Março de 1986.

O segundo protocolo financeiro CEE-Malta entrou em vigor em 1 de Outubro de 1986, prevendo uma cooperação financeira de 29,5 milhões até 31 de Outubro de 1988 (16 milhões de empréstimos do Banco, 3 milhões de empréstimos com condições especiais e 10,5 milhões de ajudas não reembolsáveis).

O reforço da competitividade da indústria comunitária, objectivo vital para o futuro da Comunidade, passa pelo desenvolvimento de tecnologias avançadas em inúmeros sectores. Os créditos concedidos neste domínio em 1986 cifraram-se em 574 milhões de ECUs.



## Financiamentos concedidos em 1986

O Banco Europeu de Investimento outorga essencialmente empréstimos por conta de recursos próprios (constituídos sobretudo pelo produto dos empréstimos que contrai no mercado de capitais) e garantias. É ainda mandatado pela Comunidade para conceder empréstimos por conta de recursos comunitários em países terceiros, promovendo a política de cooperação económica e financeira da Comunidade e, desde 1979, em Estados-membros, por conta de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e concessão de empréstimos (NIC); estes financiamentos, contabilizados como contas extrapatri-moniais na Secção Especial, figuram nas estatísticas e relatórios das actividades do Banco, sempre que a decisão de concessão de financiamento emane do Conselho de Administração.

Os financiamentos concedidos pelo Banco em 1986 atingiram o valor total de 7 544,8 milhões de ECUs (contra 7 184,6 milhões em 1985 e 6 897,1 milhões em 1984), o que corresponde a um aumento de 5%, tanto a preços correntes, como em termos reais (ver nota ao leitor, pág. 8).

Os empréstimos por conta de recursos próprios cifraram-se em 7 059,9 milhões, o que representa um aumento de 13,4% em relação a 1985 (6 225 milhões). Em contrapartida, os financiamentos contabilizados na Secção Especial (cf. pág. 94) registaram uma nova e acentuada descida de 959,6 milhões para 484,9 milhões, devido principalmente ao esgo-

tamento progressivo dos montantes disponíveis no âmbito do NIC.

O exercício de 1986 caracterizou-se pela adesão da Espanha e de Portugal à Comunidade. Tal como ilustra o quadro 1, os financiamentos na Comunidade dos Doze ascenderam em 1986 a 6 678,1 milhões a partir de recursos próprios do Banco e a 393 milhões a partir de recursos do NIC, ou seja, um total de 7 071,1 milhões, que representa 93,7% do conjunto das novas verbas concedidas.

Os créditos concedidos no exterior da Comunidade elevaram-se a 381,8 milhões a cargo de recursos

Quadro 1: **Financiamentos efectuados em 1986, de 1982 a 1986 e de 1959 a 1986**

Distribuição global segundo a origem dos recursos e a localização do projecto de investimento

	1986		1982—1986		1959—1986	
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%
<b>Empréstimos por conta de recursos próprios e garantias <sup>(1)</sup></b>	<b>7 059,9</b>	<b>93,6</b>	<b>27 439,4</b>	<b>85,1</b>	<b>46 490,5</b>	<b>87,3</b>
na Comunidade	6 678,1	88,5	25 015,3	77,6	42 142,8	79,1
no exterior da Comunidade	381,8	5,1	2 424,1	7,5	4 347,7	8,2
<b>Financiamentos por conta de outros recursos <sup>(2)</sup></b>	<b>484,9</b>	<b>6,4</b>	<b>4 798,7</b>	<b>14,9</b>	<b>6 746,9</b>	<b>12,7</b>
(contabilizados na Secção Especial)						
na Comunidade, por conta de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos	393,0	5,2	4 449,1	13,8	5 463,6	10,3
no exterior da Comunidade, por conta de recursos orçamentais dos Estados-membros ou da Comunidade	91,9	1,2	349,6	1,1	1 283,3	2,4
<b>Total geral</b>	<b>7 544,8</b>	<b>100,0</b>	<b>32 238,1</b>	<b>100,0</b>	<b>53 237,4</b>	<b>100,0</b>
na Comunidade	7 071,1	93,7	29 464,4	91,4	47 606,4	89,4
<i>dos quais garantias</i>			97,6	0,3	622,1	1,2
no exterior da Comunidade	473,7	6,3	2 773,7	8,6	5 631,0	10,6

(1) Os empréstimos em Espanha e em Portugal são contabilizados no exterior da Comunidade até final de 1985.

(2) Excepção feita aos empréstimos EURATOM e aos empréstimos com condições especiais concedidos no âmbito das convenções de Lomé, cuja decisão compete à Comissão das Comunidades Europeias.

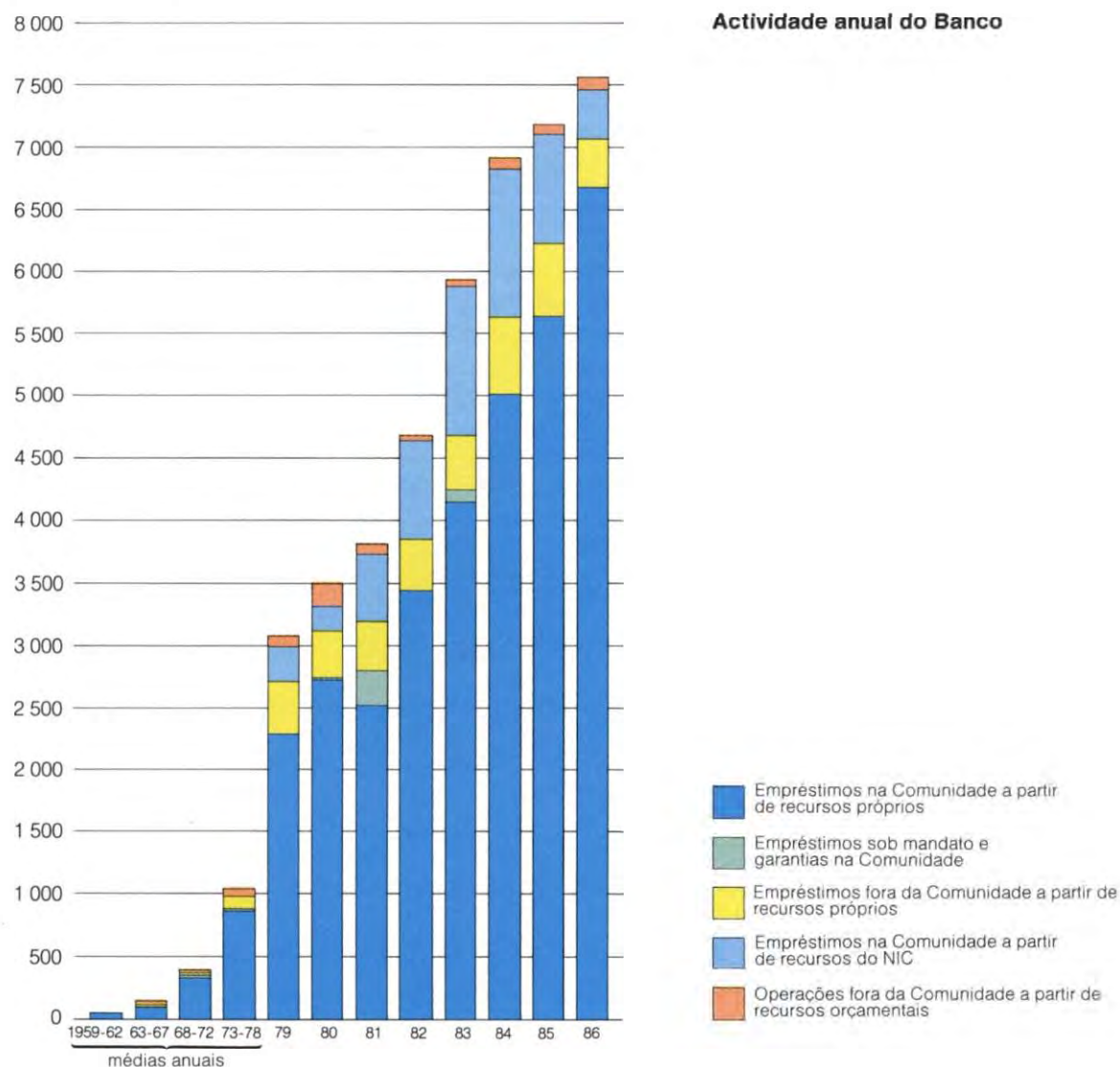


próprios do Banco e a 91,9 milhões a cargo de recursos orçamentais da Comunidade, totalizando 473,7 milhões.

O Banco angariou no mercado de capitais o montante de 6 785,5 milhões (5 709,2 milhões em 1985). Para financiar os créditos concedidos a partir dos seus recursos próprios, obteve 6 153,1 milhões através de emissões públicas e de colocações privadas a taxa fixa (249,2 milhões dos quais foram converti-

dos em operações a taxa variável por meio de *swaps* de moedas e de juros) e 291,4 milhões através de empréstimos directos a taxa variável. O montante disponível para operações a taxa variável atingiu assim os 540,6 milhões, ou seja, 8% do total angariado. Por outro lado, foram obtidos 321 milhões através de operações interbancárias e 20 milhões através da atribuição a terceiros de certificados de participação no financiamento dos empréstimos do Banco, munidos da garantia deste.

(milhões de ECUs)





## Tipos de empréstimo e taxas de juro

### Tipos de empréstimo

O BEI coloca à disposição dos seus mutuários:

- empréstimos a taxa fixa
  - desembolsados em várias divisas, em misturas adaptadas às disponibilidades e às preferências do mutuário;
  - desembolsados numa só divisa, comunitária ou não comunitária;
  - desembolsados em várias divisas, em misturas-padrão, cuja composição, duração e taxa de juro são pré-determinadas;
- empréstimos a taxa variável, dentro de certos limites.

O ECU faz parte das moedas de reembolso, quer como divisa única, quer como componente de uma mistura de divisas.

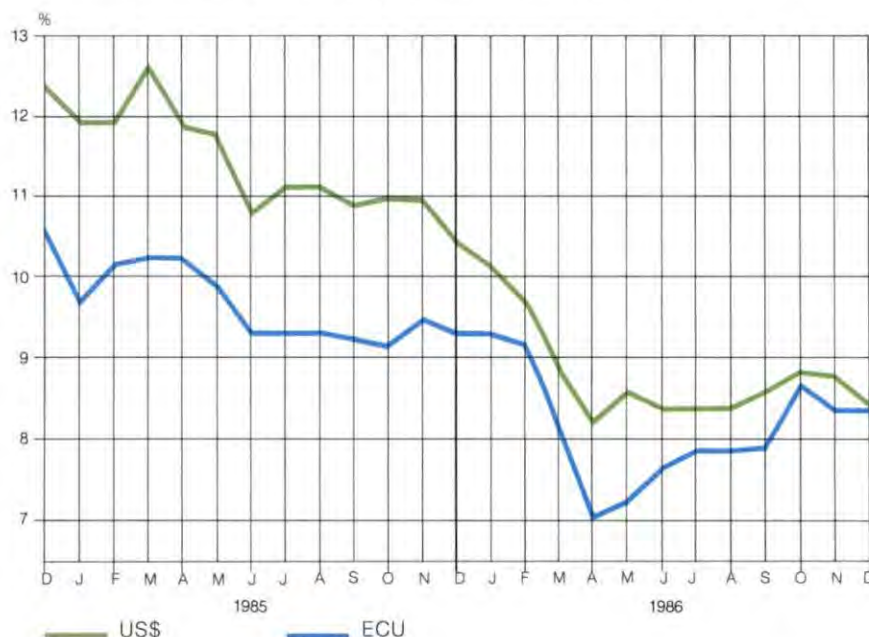
**Taxas de juro** - O Conselho de Administração determina as taxas de juro aplicáveis aos empréstimos do BEI. É determinada uma taxa específica para cada divisa utilizada pelo Banco, principalmente as moedas dos Estados-membros e o ECU, assim como o dólar dos EUA, o iene e o franco suíço. Caso um empréstimo seja desembolsado em várias divisas, aplica-se a taxa em vigor para cada uma delas.

Em virtude do BEI não prosseguir fins lucrativos, as taxas de juro dos seus empréstimos reflectem rigorosamente as condições do mercado de capitais em que o Banco obtém a maior parte dos seus recursos. A(s) taxa(s) aplicada(s) a cada empréstimo a taxa fixa é (são) em geral aquela(s) em vigor na data de celebração do contrato, ou em certos casos, nas datas de reembolso, não sendo posteriormente objecto de revisão. As taxas aplicáveis aos empréstimos a taxa variável são determinadas trimestral ou semestralmente. Os empréstimos são desembolsados ao par e os reembolsos e pagamentos de juros são efectuados na(s) moeda(s) recebida(s), em geral em semestralidades iguais.

Ilustra-se no gráfico a seguir a evolução em 1985 e 1986 das taxas de juro aplicadas pelo Banco nos empréstimos em ECUs e em dólares americanos.

Em 1986, assistiu-se a uma descida acentuada das taxas de juro, que prosseguiu a tendência esboçada em inícios de 1985. Esta descida foi mais marcada durante os primeiros meses do ano, tendo-se invertido em meados do ano e voltando a verificar-se progressivamente durante os últimos meses. A comparação com os gráficos da página 78 permite verificar o paralelismo existente entre as condições prevalentes no mercado de capitais e as taxas de juro do Banco.

**Taxas de juro aplicáveis aos empréstimos do BEI por 10 anos expressos em ECUs e em US\$ (reembolso semestral)**



Os desembolsos efectuados em 1986 no contexto de empréstimos a cargo de recursos próprios totalizaram os 6 942,3 milhões, designadamente, 6 657,7 milhões na Comunidade e 284,6 milhões no exterior desta.

O total dos empréstimos por conta de recursos próprios e das garantias em curso <sup>(1)</sup> aumentou de 33 291 milhões em 31 de Dezembro de 1985, para 36 960 milhões em 31 de Dezembro de 1986, o que representa um acréscimo de 11%. Indicam-se no Anexo B (Nota 2) das Demonstrações Financeiras as principais formas de garantia de que beneficiam os empréstimos em curso.

(1) Montante inicial dos empréstimos e garantias, após dedução ou adição dos reembolsos de capital, rescisões, anulações, ajustamentos de câmbio e, no caso de operações por conta de recursos próprios, da participação de terceiros em empréstimos do Banco (cf. Nota 3 do Anexo B das Demonstrações Financeiras).

Em 31 de Dezembro de 1986, o total do balanço atingiu os 40 720,9 milhões, em comparação com 35 092 milhões no final de 1985 (ver igualmente Anexo E, Nota A, ponto 3 das Demonstrações Financeiras).

Os desembolsos efectuados em 1986 no âmbito de financiamentos provenientes de recursos da Comunidade cifraram-se em 634,9 milhões, destinando-se 543,5 milhões a empréstimos a partir de recursos do NIC e 91,4 milhões a operações por conta de recursos comunitários nos Estados de África, Caraíbas e Pacífico e em certos países da bacia mediterrânica.

O montante em curso relativo às operações da Secção Especial registou um aumento de 8 198,2 milhões em 31 de Dezembro de 1985, para 8 865,4 milhões em 31 de Dezembro de 1986, o que representa um acréscimo de 8%.

Em 1986, os empréstimos para investimentos produtivos, essencialmente industriais, ascenderam a 1,9 biliões de ECUs; metade desta verba (955 milhões, 261 dos quais a partir de recursos NIC) foi concedida sob a forma de empréstimos globais; no contexto dos empréstimos globais em curso, foram financiados 3 472 investimentos de pequenas e médias empresas (1 365 a partir de recursos NIC).





# Empréstimos na Comunidade

---

## Perspectiva geral

No decurso deste primeiro ano da Comunidade dos Doze, o Banco concedeu empréstimos no valor de 6 678,1 milhões de ECUs a cargo de recursos próprios, para investimentos de interesse directo para cada um dos Estados-membros. Ao analisar a evolução das actividades, há que ter em conta o alargamento da Comunidade à Espanha e a Portugal. Caso apenas se considerem os dez antigos Estados-membros, os financiamentos passaram de 5 640,7 milhões em 1985 para 6 177,7 milhões em 1986 (+ 9,5%), mas se considerarmos a Comunidade dos Doze, incluindo os financiamentos concedidos em Espanha e em Portugal no âmbito da ajuda financeira de pré-adesão, que ascenderam a 5 900,7 milhões em 1985, a taxa de crescimento cifra-se em 13,2%. Qualquer que seja o critério adoptado para o cálculo, o crescimento da actividade a partir de recursos próprios foi muito acentuado.

Em contrapartida, os empréstimos concedidos a partir de recursos do NIC continuaram a registar um declínio acentuado, em virtude do esgotamento progressivo dos montantes disponíveis; estes empréstimos distribuíram-se por sete países, incluindo a Espanha e Portugal, e atingiram os 393 milhões (883,7 milhões em 1985).

O montante total dos empréstimos na Comunidade aumentou, pois, de 6 784,4 milhões em 1985, para 7 071,1 milhões em 1986 (incluindo os empréstimos em Espanha e em Portugal), o que significa um aumento de 4,2%.

Foram concedidos empréstimos no valor de 24,4 milhões, a partir de recursos próprios e beneficiando de uma bonificação de juro de 3% a cargo do orçamento geral das Comunidades, para a reconstrução das zonas sinistradas da Campânia e da Basilicata. Tendo em conta os exercícios anteriores,

o montante total dos empréstimos bonificados, relativamente aos quais estava previsto um pacote global de um bilião (1), elevou-se a 927,3 milhões, 611,5 dos quais por conta de recursos do NIC.

(1) Decisão do Conselho 81/19/CEE de 20. 1. 1981

## Financiamentos do BEI ao serviço das políticas comunitárias

A prossecução de um **desenvolvimento regional mais harmonioso** constitui um dos principais objectivos contemplados no Acto Único, no sentido do reforço da coesão económica e social da Comunidade (ver pág. 20). O texto do mesmo, que visa o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e das zonas em declínio industrial, coaduna-se com o do artigo 130 do Tratado, que comete ao Banco a missão de «contribuir para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do Mercado Comum no interesse da Comunidade» e determina os seus objectivos de política económica, objectivos esses especificados e adaptados pelas directivas e decisões do Conselho de Governadores; entre eles, figura em primeiro lugar a contribuição para o desenvolvimento regional, mediante financiamento de projectos em todos os sectores da economia (cf. 3ª pág. da capa).

No período de mutação que atravessa actualmente a Europa, o qual confronta vastas zonas com difíceis reconversões, as intervenções em favor de regiões em atraso ou em declínio revestem-se de uma prioridade particular. Com a adesão de Espanha e de Portugal, as zonas com um PIB *per capita* pelo menos 20% inferior à média comunitária passam a

abranger mais de 110 milhões de habitantes; simultaneamente, o alargamento conduziu a um aumento das disparidades em termos de produto *per capita*, de taxa de desemprego ou de dotação em certos equipamentos e serviços.

Tal como em 1985, a acção do Banco desenvolveu-se num contexto económico pouco favorável a um crescimento dos investimentos produtivos ou das infra-estruturas nas regiões menos favorecidas.

Não obstante, os empréstimos para projectos visando o desenvolvimento regional continuaram a progredir em termos absolutos e a mobilizar uma parte significativa dos fundos do Banco (54% dos empréstimos a partir de recursos próprios nos Estados-membros). Cerca de 70% destes empréstimos, que atingiram o montante total de 3 685,1 milhões (88,3 milhões a cargo de recursos do NIC), concentraram-se nas regiões mais prioritárias do ponto de vista da política regional comunitária, ou seja, Portugal, Grécia, Irlanda, Mezzogiorno italiano, certas regiões da Espanha e Irlanda do Norte. O Banco continuou a contribuir para o financiamento de investimentos nas zonas afectadas pelo declínio das indústrias tradicionais e noutras regiões menos favo-

recidas, especialmente em França e no Reino Unido. Mais de três quartos destes financiamentos destinaram-se a regiões em que o desemprego é pelo menos 20% superior à média comunitária.

Os financiamentos do Banco correspondem a cerca de 1% do investimento global na Comunidade; dado que os empréstimos representam em média cerca de um terço do custo dos projectos, pode considerar-se que os investimentos em cujo financiamento o Banco participou representam mais de 3% do total dos investimentos da Comunidade.

No que se refere aos países ou regiões menos prósperos, a contribuição do Banco em relação ao investimento global foi nitidamente maior: 3% em Portugal, 3,3% na Grécia e na Itália (6,1% no Mezzogiorno) e 5,4% na Irlanda.

Estes créditos apoiaram sobretudo os investimentos na indústria e em menor grau, nos sectores dos serviços, da agricultura e da pesca, que absorveram um terço dos financiamentos (1 211,1 milhões, sendo 636,6 milhões no âmbito de empréstimos globais para o financiamento de PME) e destinaram-se também à realização de infra-estruturas de base, para as quais foram afectados 1 871,1 milhões, des-

tinando-se três quartos desta verba a projectos de infra-estruturas de transportes e de telecomunicações.

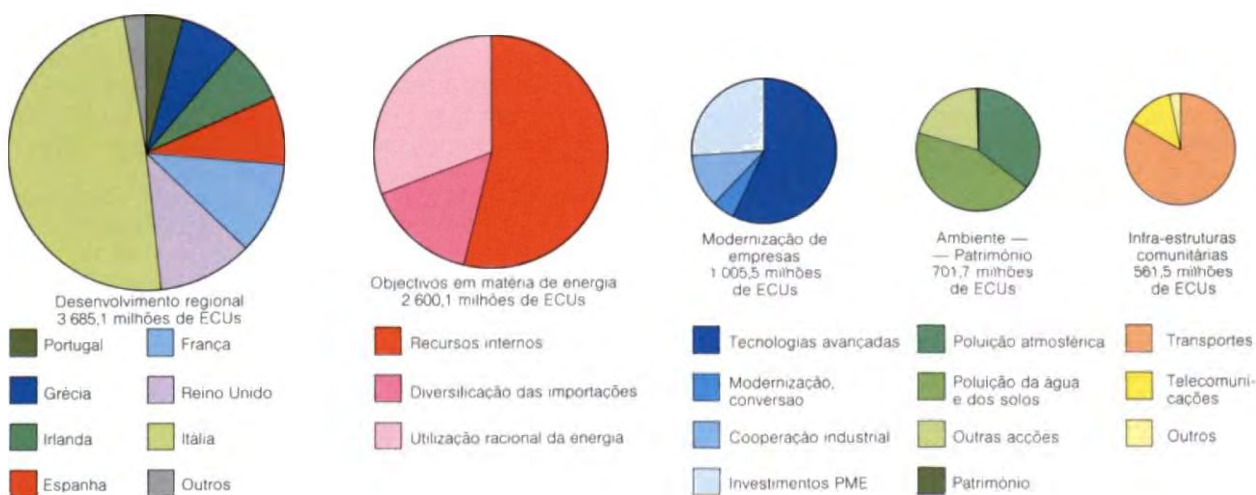
\* \* \*

Os novos **objectivos comunitários em matéria de energia** para 1995, aprovados em finais de 1986 (cf. pág. 20), e as perspectivas de evolução a médio prazo dos preços do petróleo confirmam que é necessário manter as prioridades anteriores, a saber, controlo mais severo do consumo de energia, redução da dependência face ao petróleo, mediante promoção da produção a partir de recursos endógenos, prossecução de uma política equilibrada de diversificação e maior flexibilidade em termos de abastecimento.

Em 1986, os empréstimos do Banco neste contexto elevaram-se a 2 600,1 milhões, tendo visado sobretudo o prosseguimento de grandes programas empreendidos há vários anos, nomeadamente no sector nuclear, e destinando-se igualmente a equipamento de segurança e de protecção do ambiente, para acompanhar a rápida evolução da regulamentação nesta matéria.

## Empréstimos na Comunidade em 1986

Distribuição segundo os principais objectivos de política económica <sup>(1)</sup>



<sup>(1)</sup> Certos empréstimos correspondem simultaneamente a vários objectivos, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável.



Na qualidade de agente da Euratom, o Banco assinou conjuntamente com a Comissão sete contratos de empréstimo no montante total de 586,6 milhões, para centrais nucleares no Reino Unido, na França, na Itália e na Alemanha. Estas operações, que são contabilizadas como contas extrapatrimoniais na Secção Especial (pág. 94), são instruídas e administradas pelo Banco, mas não constam das estatísticas de actividades do mesmo, na medida em que a decisão de financiamento é tomada pela Comissão.

Os créditos visando a promoção de uma **utilização racional** da energia (797,1 milhões) destinaram-se sobretudo a redes de aquecimento urbano, à exploração de recursos geotérmicos, à interligação de redes eléctricas de alta tensão e à electrificação de linhas de caminho de ferro. Os empréstimos visando a **diversificação das importações**, e que incidiram sobre gasodutos e centrais a carvão, elevaram-se a 402 milhões. Por último, a maior parte dos financiamentos destinou-se à promoção da **autonomia energética** da Comunidade, sendo outorgados 1 400,9 milhões para projectos no sector nuclear, para centrais hidroeléctricas e jazigos de petróleo e de gás.

Uma vez concluídos, os novos projectos financiados pelo Banco permitirão uma redução da dependência da Comunidade das importações de petróleo, de 6,2 milhões de tep/ano, 1,3 milhões dos quais obtidos através da utilização racional da energia (ure). Globalmente, os projectos financiados desde 1982 contribuirão para uma redução da dependência do petróleo de 56 milhões de tep/ano (15,6 milhões dos quais através da ure), o que representa cerca de 15% do volume de importações da Comunidade previsto para 1995.

\* \* \*

O reforço da competitividade da Comunidade no mercado mundial implica um esforço dinâmico e coordenado de adaptação estrutural da indústria europeia e de difusão das tecnologias avançadas. Prosseguindo objectivos idênticos aos dos programas europeus de cooperação (ESPRIT, EUREKA, RACE e BRITE), o Banco intensificou os seus financiamentos nestes domínios e empenhou-se muito especialmente em promover a aplicação de tecnolo-

Quadro 2: **Empréstimos outorgados na Comunidade em 1986, por conta de recursos próprios do Banco**  
Distribuição por países, sectores e objectivos

	Sectores				Objectivos (1)				
	Total	Indústria, agricultura, serviços	Energia	Infra-estruturas	Desenvolvimento regional	Objectivos energéticos	Tecnologias avançadas e modernização de empresas	Meio-ambiente	Infra-estruturas comunitárias
Bélgica	46,1	46,1	—	—	46,1	—	46,1	—	—
Dinamarca	198,3	5,0	193,3	—	5,0	193,3	—	—	—
Alemanha	441,8	—	302,1	139,7	25,7	311,6	—	266,4	62,7
Grécia	253,0	178,3	24,4	50,2	253,0	125,0	—	113,2	21,2
Espanha	340,0	92,0	27,3	220,8	294,6	27,3	62,7	—	87,3
França	565,0	121,6	22,3	421,1	389,6	22,3	105,8	16,0	65,8
Irlanda	214,3	19,2	69,2	125,9	214,3	47,2	—	—	—
Itália	2 912,5	951,5	908,3	1 052,8	1 802,2	814,0	304,0	143,3	232,8
Luxemburgo	18,2	—	—	18,2	—	—	—	—	18,2
Países Baixos	98,2	94,9	—	3,3	18,1	—	94,9	—	—
Portugal	160,4	34,9	29,1	96,4	160,4	64,0	—	34,9	—
Reino Unido	1 355,3	110,7	866,4	378,1	387,7	874,3	55,5	128,0	61,2
Outros (2)	75,0	—	—	75,0	—	—	75,0	—	75,0
<b>Total</b>	<b>6 678,1</b>	<b>1 654,3</b>	<b>2 442,4</b>	<b>2 581,4</b>	<b>3 596,8</b>	<b>2 479,1</b>	<b>744,0</b>	<b>701,7</b>	<b>561,5</b>

(1) Certos empréstimos correspondem simultaneamente a vários objectivos, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável.

(2) Por derrogação do Conselho de Governadores, cf. página 8.

## Electrónica de ponta

O reforço da competitividade da indústria comunitária, através do desenvolvimento de tecnologias avançadas, passou a constituir um objectivo vital para o futuro da Europa. Em conformidade com as recomendações ratificadas pelo Conselho de Governadores em Junho de 1984 (Relatório Anual de 1985, pág. 19), o BEI tem consagrado a este objectivo um volume cada vez maior de financiamentos.

Em 1986, os empréstimos outorgados para projectos de tecnologia avançada elevaram-se a 574 milhões (em comparação com 325,6 milhões em 1985), 530,4 milhões dos quais concedidos sob a forma de empréstimos individuais e 43,6 milhões sob a forma de empréstimos globais. Mais de metade do montante dos empréstimos individuais (53%) destinou-se aos sectores da informática e da electrónica e se se incluir as telecomunicações, a percentagem atinge os 75%. As verbas restantes distribuíram-se pelos sectores químico, farmacêutico, automóvel e metalúrgico.

Nos últimos dois anos, foram concedidos 781,3 milhões para 32 projectos de tecnologia de ponta <sup>(1)</sup> que, na sua grande maioria, permitiram o desenvolvimento de novos produtos (19 projectos) e por vezes também, simultaneamente, o desenvolvimento de tecnologias específicas (14 projectos). Cinco projectos consistiam na informatização e na automatização de processos de fabrico, relacionando-se seis outros com o financiamento de centros de investigação. Treze dos projectos situavam-se nas zonas menos desenvolvidas ou em declínio, pelo que o BEI pôde prosseguir concomitantemente os objectivos de um desenvolvimento harmonioso da Comunidade e de um reforço da competitividade.

\*  
\* \*

Em 1986, o sector de componentes electrónicos, só por si (que a seguir analisamos), beneficiou de financiamentos no valor de 149,1 milhões, para iniciativas que visavam tornar as empresas interessadas competitivas em relação aos seus congéneres japoneses e americanos. Alguns destes projectos eram empreendimentos conjuntos de empresas de países diferentes ou foram realizados em ligação com programas de investigação europeia, tais como o ESPRIT, o RACE ou o EUREKA.

Nos Países Baixos, o Banco financiou um projecto que incluía instalações de investigação e desenvolvimento, uma fábrica piloto e equipamento CAD (Concepção Assistida por Computador) para o fabrico de semicondutores de memória estática de grande capacidade (*mega-chips*). Este programa integra-se num programa mais vasto, empreendido conjuntamente com uma firma alemã, que visa atingir o nível de competitividade das indústrias japonesa e americana neste domínio.

Em França, foi concedido um empréstimo para a concepção e o fabrico de circuitos integrados do tipo CMOS, destinados a aplicações específicas, e de produtos em pequenas séries. A fim de encurtar o processo de fabrico, adoptaram-se tecnologias de ponta a nível mundial na concepção dos circuitos (*software* de compilação) e no fabrico (gravação directa por feixe de electrões).

Na Itália, o Banco apoiou um projecto visando o desenvolvimento e a produção de dois tipos de circuitos, os circuitos lineares bipolares, especialmente destinados a aplicações profissionais, e os circuitos MOS, em particular, memórias ROM, EPROM e EEPROM, e microprocessadores. Este projecto representa um grande avanço tecnológico no campo dos produtos e dos processos de fabrico.

Outros projectos nos sectores da informática e da electrónica visavam consolidar ou conquistar uma posição de vanguarda no mercado mundial.

Tal é o caso de um projecto situado na Bélgica, de ampliação e automatização de uma fábrica de leitores de discos compactos. Os investimentos destinaram-se igualmente à pesquisa, desenvolvimento e fabrico de protótipos de novas gerações de produtos (como por exemplo, aparelhos de gravação e de leitura de discos compactos desgraváveis ou que permitem uma utilização interactiva de discos ROM).

Em França, o Banco concedeu um empréstimo para a ampliação das instalações de produção, de pesquisa e de desenvolvimento para fabricação de sistemas CAD e CAM (Concepção e Fabrico Assistidos por Computador) e de maquinaria de corte automático, destinada às indústrias de confecções e de calçado.

Por último, na Itália, foi empreendida a automatização avançada de uma fábrica de microcomputadores para fins profissionais, que permitiu um aumento rápido da produção e o desenvolvimento das exportações para mercados no exterior da CEE, em particular para os Estados Unidos.

Todos estes investimentos se integram em sectores de ponta, em que é significativa a penetração de fabricantes estrangeiros nos mercados europeus. Muitos destes projectos ocupam uma posição de vanguarda na investigação mundial e constituem um testemunho encorajador do dinamismo das empresas europeias neste campo.

A consolidação da competitividade da indústria comunitária pressupõe uma intensificação deste esforço e o seu alargamento a sectores considerados tradicionais, em que a introdução de tecnologias avançadas também é necessária, se se pretender garantir na Comunidade uma estrutura industrial activa e diversificada.

<sup>(1)</sup> Acrescem a estes créditos os financiamentos concedidos a 18 PME, no âmbito de empréstimos globais, e que ascenderam a 59,4 milhões.

gias ainda pouco divulgadas, em particular no seio de pequenas e médias empresas.

Neste contexto, o BEI concedeu 1 005,5 milhões, 744 milhões dos quais outorgados a partir de recursos próprios.

A maior parte dos empréstimos a partir de recursos próprios destinou-se a projectos de **tecnologias avançadas** (573,9 milhões), localizados na Itália, em França, em Espanha, no Reino Unido, nos Países Baixos e na Bélgica, e principalmente nos domínios da microelectrónica, da informática e das telecomunicações (ver caixa), tendo ainda sido financiados diversos investimentos nos sectores químico-farmacológico (produtos anticancerígenos, laboratórios de pesquisa, etc.). Muitos destes projectos eram empreendimentos conjuntos comunitários.

Promovendo a **cooperação industrial** a larga escala entre empresas de diferentes Estados-membros, o Banco financiou projectos no sector automóvel, na

Itália e em Espanha e no sector das comunicações, em França e no Reino Unido (117,3 milhões).

Em Espanha, foram concedidos três empréstimos no valor global de 52,7 milhões, para promover a **adaptação de empresas** ligadas ao sector automóvel, às novas condições de mercado decorrentes da adesão à Comunidade.

Por último, foram concedidos 261,5 milhões a partir de **recursos do NIC**, para investimentos produtivos de pequenas e médias empresas; esta verba é muito menor que a dos anos anteriores, reflectindo o gradual esgotamento dos fundos disponíveis.

\* \* \*

Tal como salienta o Acto Único Europeu, a **protecção do ambiente** é uma componente da política comunitária que requer uma acção cada vez mais concertada dos Estados-membros, devido aos efeitos além-fronteiras da poluição atmosférica e da água e

Quadro 3: Localização dos financiamentos na Comunidade em 1986 e 1985 e de 1982 a 1986

	1986				1985				1982—1986			
	Total		Recursos		Total		Recursos		Total		Recursos	
	Milhões de ECUs	%	próprios Milhões de ECUs	NIC Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%	próprios Milhões de ECUs	NIC Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%	próprios Milhões de ECUs	NIC Milhões de ECUs
Bélgica	46,1	0,7	46,1	—	77,8	1,2	77,8	—	217,0	0,7	217,0	—
Dinamarca	258,2	3,7	198,3	59,9	332,5	5,1	264,0	68,5	1 555,1	5,3	1 102,9	452,2
Alemanha	441,8	6,2	441,8	—	91,4	1,4	91,4	—	840,5	2,9	840,5	—
Grécia	253,0	3,6	253,0	—	423,7	6,5	401,7	22,0	1 929,7	6,5	1 628,1	301,6
Espanha (1)	409,3	5,8	340,0	69,2	—	—	—	—	409,3	1,4	340,0	69,2
França	623,4	8,8	565,0	58,4	1 247,4	19,1	889,6	357,8	4 427,0	15,0	3 400,7	1 026,3
Irlanda	262,1	3,7	214,3	47,8	174,5	2,7	146,6	27,9	1 323,1	4,5	1 044,9	278,2
Itália	3 024,0	42,8	2 912,5	111,4	2 978,0	45,6	2 603,9	374,1	13 686,7	46,5	11 589,0	2 097,7
Luxemburgo	18,2	0,3	18,2	—	—	—	—	—	34,7	0,1	34,7	—
Países Baixos	98,2	1,4	98,2	—	69,1	1,1	69,1	—	167,3	0,6	167,3	—
Portugal (1)	190,3	2,7	160,4	29,9	—	—	—	—	190,3	0,6	160,4	29,9
Reino Unido	1 371,5	19,4	1 355,3	16,3	1 130,1	17,3	1 096,7	33,4	4 608,8	15,6	4 414,8	194,0
Outros	75,0	1,1	75,0	—	—	—	—	—	75,0	0,3	75,0	—
<b>Total</b>	<b>7 071,1</b>	<b>100,0</b>	<b>6 678,1</b>	<b>393,0</b>	<b>6 524,4</b>	<b>100,0</b>	<b>5 640,7</b>	<b>883,7</b>	<b>29 464,4</b>	<b>100,0</b>	<b>25 015,3</b>	<b>4 449,1</b>

(1) Financiamentos concedidos em Espanha e em Portugal de 1982 a 1986, incluindo no contexto da ajuda de pré-adesão

(milhões de ECUs)

	1986	1985	1982—1986
Espanha	409,3	160,0	919,3
Portugal	190,3	100,0	535,3

(Cf. igualmente Relatório Anual de 1985, quadro 16, pág. 111)



## Cinco anos de financiamentos para a protecção do ambiente

O quarto programa de acção comunitária em matéria de ambiente, aprovado em vésperas do Ano Europeu do Ambiente, marca uma nova etapa importante: a defesa do ambiente, regida por normas estritas, passará a fazer parte integrante das políticas comunitárias prosseguidas.

Durante os últimos cinco anos, o BEI interveio de uma forma crescente no domínio da protecção do ambiente, seguindo as directivas comunitárias e as recomendações homologadas pelo Conselho de Governadores em Junho de 1984. O Banco, que antes de financiar os projectos se certifica de que estes não têm qualquer impacto prejudicial no ambiente, procura apoiar a realização de investimentos que contribuam de uma forma significativa para a protecção do ambiente, através, por exemplo, da redução da poluição atmosférica ou da água, incluindo os lagos interiores e os mares que circundam o território da Comunidade, em conformidade com as convenções internacionais em vigor (como a Convenção de Barcelona, que rege a protecção do Mediterrâneo). O Banco participa igualmente no financiamento de instalações antipo-

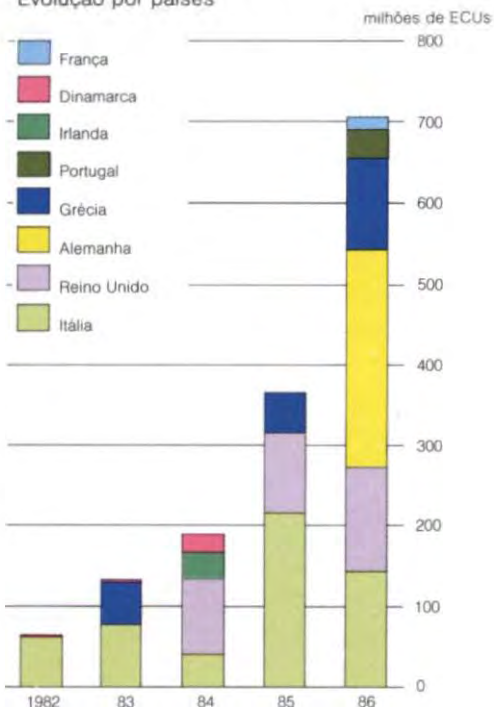
lução em fábricas já existentes ou recém-construídas, independentemente da respectiva localização. Adaptando as suas intervenções às novas exigências, passou a contemplar projectos que visem o aumento das disponibilidades em água potável, desde que os mesmos se inscrevam em planos de ordenamento coordenados e contribuam de uma forma significativa para a gestão racional dos recursos hídricos nas áreas carentes dos mesmos.

A salvaguarda do património cultural, nomeadamente arquitectónico, é objecto de uma abordagem idêntica, que visa proteger a qualidade de vida e salvaguardar potencialidades turísticas muitas vezes postas em perigo. Embora com verbas relativamente modestas, o Banco participou no financiamento da restauração do Palácio Ducal em Veneza e para a protecção do património arqueológico de Pompeia, Herculaneum e Stabiae.

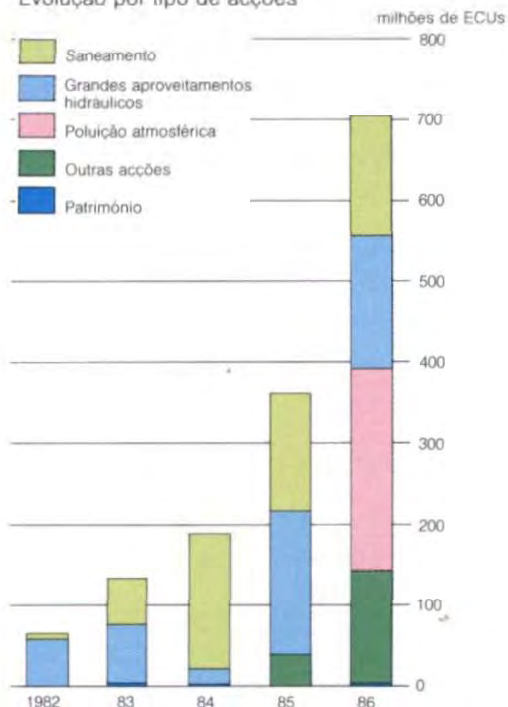
Os gráficos a seguir permitem apreciar, não só o acréscimo das verbas dedicadas à protecção do ambiente, mas também a diversificação do tipo de intervenções e o número crescente de países que delas beneficiam.

### Empréstimos para a defesa do ambiente

Evolução por países



Evolução por tipo de acções



também à necessidade de evitar as distorções provocadas pela competição.

O montante dos créditos concedidos para investimentos visando este objectivo voltou a duplicar em relação ao ano transacto (701,7 milhões).

Os financiamentos dividiram-se em duas categorias principais. A primeira incluiu grandes projectos de tratamento de efluentes e de melhoria da qualidade da água potável na Itália, no Reino Unido, na Alemanha e em França (310,1 milhões), alguns dos quais se inscreveram em programas a longo prazo abrangendo várias regiões, como foi o caso na Itália, no que respeita ao ordenamento e saneamento do Pó, do Tibre e do Arno. Estes projectos constituem um exemplo para possíveis acções a empreender no Reno. A segunda categoria abrangeu equipamento visando reduzir a poluição de centrais eléctricas e térmicas na Alemanha, e de refinarias de petróleo implantadas na Grande Atenas e nas proximidades de Cagliari, na Sardenha (250,1 milhões).

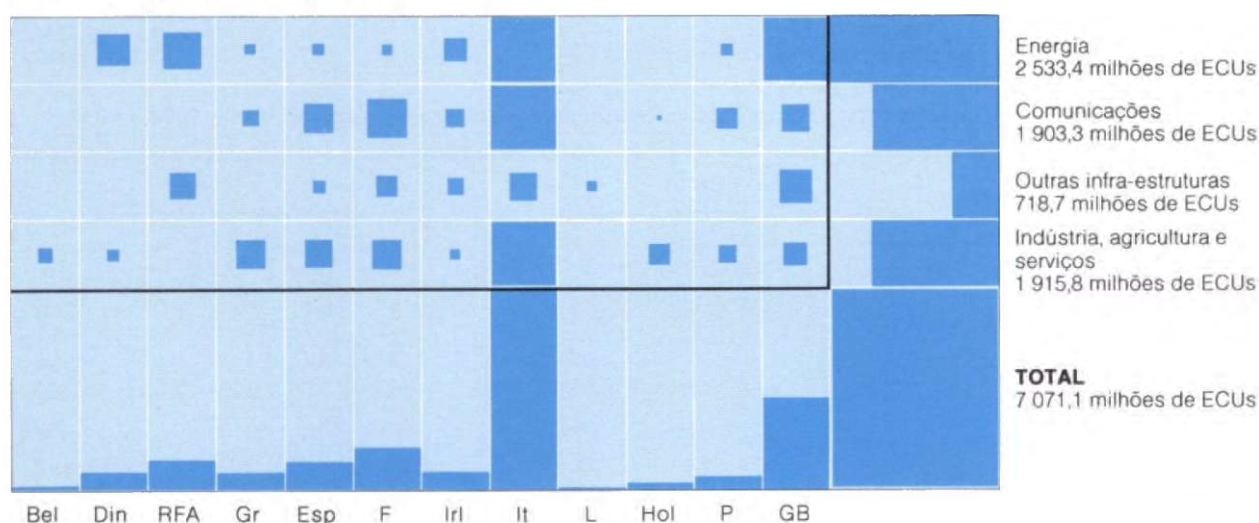
O Banco concedeu ainda empréstimos globais para o financiamento de obras de protecção do ambiente, específica ou concomitantemente com outros objectivos, em Portugal, na Alemanha e na Itália, e financiou operações de reflorestação e de protecção do património na Itália (141,5 milhões).

\* \* \*

A consecução de uma rede de **infra-estruturas comunitárias de transporte e de telecomunicações** suficientemente densa e isenta de pontos de estrangulamento constitui uma condição necessária para a realização de um mercado interno unificado, sobretudo após a adesão de Espanha e de Portugal, países cujas redes rodoviárias ainda estão deficientemente ligadas às redes dos restantes Estados-membros. Já no passado se financiaram numerosas ligações de auto-estrada, túneis alpinos e instalações aeroportuárias e portuárias. Com os grandes projectos em preparação, tais como o túnel sob a

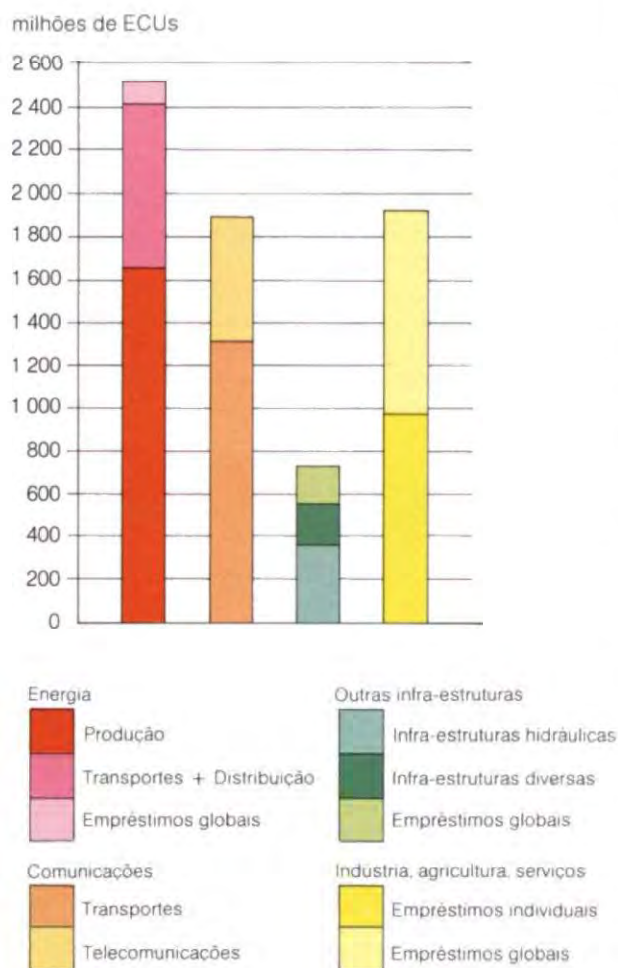
## Empréstimos na Comunidade em 1986

### Distribuição por países e por sectores





### Distribuição sectorial dos financiamentos na Comunidade em 1986



Mancha ou o TGV (comboio de alta velocidade) norte-europeu, não faltam ao Banco oportunidades para prosseguir as suas actividades neste domínio, o mesmo se podendo dizer no sector das telecomunicações, especialmente por satélite.

Os financiamentos de projectos visando estes objectivos elevaram-se em 1986 a 561,5 milhões, sendo canalizados para numerosas secções de estrada e de auto-estrada entre a Itália e a Suíça, Portugal e a Espanha, a França e a Itália, a Suíça e o Luxemburgo, para ligações ferroviárias na Grécia, em Espanha e em Portugal, para portos e aeroportos no Norte da Itália, em Atenas e no Sudeste da Inglaterra, e ainda, para o reforço das frotas aéreas que asseguram as ligações entre a Itália e os restantes Estados-membros.

Por último, o financiamento de vultosos projectos de telecomunicações permitirá a compra, o lançamento e a exploração pela Eutelsat de satélites cuja área de cobertura abrange toda a Europa, assim como a ligação desta aos Estados Unidos e ao Médio Oriente e Singapura, por meio de dois cabos transoceânicos.

### Distribuição sectorial

O desdobramento dos empréstimos por grandes sectores evidencia um ligeiro aumento dos financiamentos nos sectores da indústria, da agricultura e dos serviços e um acréscimo mais firme dos créditos para equipamento de base nos sectores das infra-estruturas e da energia (cf. quadro 13).

**Na indústria, na agricultura e nos serviços,** os empréstimos elevaram-se a 1 915,8 milhões, o que corresponde a 27% da actividade total do Banco na

Quadro 4: Créditos concedidos nos sectores da indústria, da agricultura e dos serviços de 1982 a 1986

	1982	1983	1984	1985	1986
Empréstimos individuais:					
montante (a) — milhões de ECUs	470,8	431,6	506,2	509,0	960,6
Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso:					
montante (b) — milhões de ECUs	438,0	1 010,9	1 381,1	1 582,5	1 023,6
número	1 183	3 172	4 563	5 747	3 569
Total (a + b = c)	908,8	1 442,5	1 887,3	2 091,5	1 984,2
Percentagem de créditos no âmbito de empréstimos globais no conjunto dos créditos concedidos (b/c) (%)	48	70	73	76	52

Comunidade. Verificou-se um acréscimo acentuado dos empréstimos individuais por conta de recursos próprios, que duplicaram em relação a 1985 (960,6 milhões), cobrindo uma vasta gama de investimentos em oito países e especialmente, projectos de tecnologias avançadas. Os empréstimos globais por conta de recursos próprios estabilizaram e os empréstimos por conta de recursos do NIC registaram um declínio acentuado.

No que se refere às **infra-estruturas** (2 621,9 milhões e 37% do total), o aumento dos empréstimos foi particularmente sensível no sector dos transportes, especialmente rodoviários e ferroviários, tendo-se observado uma certa estabilização no que toca às redes clássicas de telecomunicações, aos projectos hidráulicos (incluindo o tratamento de efluentes) e às infra-estruturas mistas. Os projectos financiados localizaram-se essencialmente nas áreas menos desenvolvidas.

Os créditos no **sector da energia** atingiram os 2 533,4 milhões (36%), sendo uma parte importante, embora menor que nos anos anteriores, canalizada para o financiamento de centrais nucleares e de instalações de reprocessamento e de armazenagem de combustível nuclear. Os restantes empréstimos destinaram-se a centrais hidroeléctricas, geotérmicas e a carvão, à exploração de jazigos de gás e ao transporte ou à distribuição de electricidade, de gás e de calor.

\* \* \*

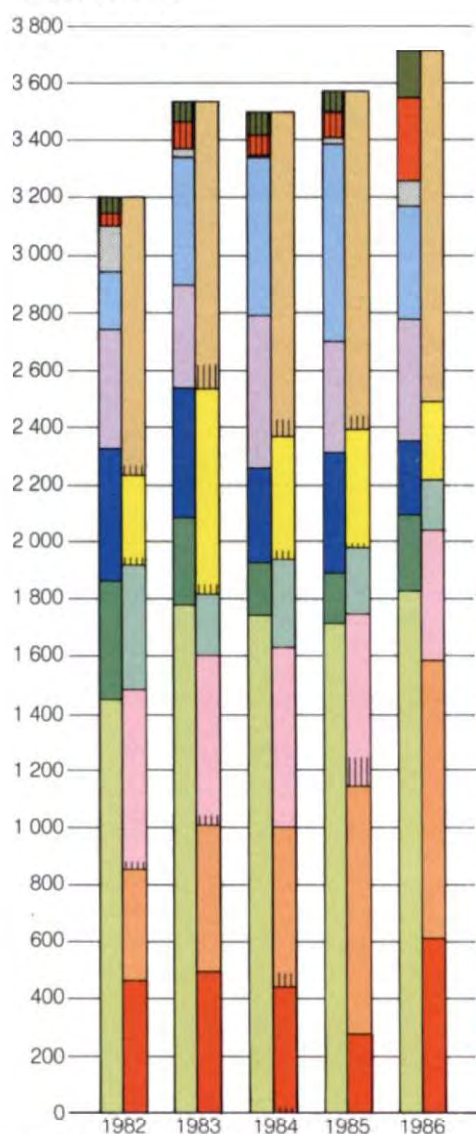
Em 1986, os créditos concedidos pelo Banco para **investimento** orçaram em 23 biliões (5,3 biliões para investimentos industriais), o que representa cerca de um terço do respectivo custo total.

Segundo os dados previsionais fornecidos aquando da instrução dos projectos, o conjunto destes investimentos deve contribuir directamente para a criação de cerca de 30 mil **postos de trabalho** permanentes, incluindo 23 mil na indústria. A maior parte dos mesmos (18 500) é criada pelas pequenas e médias empresas que beneficiam de empréstimos globais.

Os empréstimos financiados pelo Banco permitiram igualmente melhorar a produtividade e salvaguardar postos de trabalho em inúmeras empresas, enquanto que as obras e os fornecimentos necessários à realização dos projectos contribuíram, durante períodos de construção por vezes bastante prolongados, para o apoio ao emprego na Comunidade.

### Financiamentos de interesse regional na Comunidade de 1982 a 1986

milhões de ECUs



Distribuição segundo a localização do projecto de investimento



dos quais Espanha e Portugal, no âmbito dos acordos de pré-adesão



A duração média dos empréstimos concedidos em 1986 foi da ordem dos 13 anos, para projectos de infra-estruturas e de instalações no sector da energia, e de 9 a 10 anos, para projectos industriais.

No que se refere ao sector industrial, 73% dos empréstimos individuais foram outorgados ao sector privado, que absorveu 100% dos créditos concedidos sob a forma de empréstimos globais, por intermédio de instituições financeiras públicas ou mistas. Os projectos nos sectores da energia e das infra-estruturas emanaram essencialmente de empresas públicas e de colectividades locais.

\* \* \*

## Empréstimos globais e créditos afectados

Em 1986, foram concedidos 87 novos **empréstimos globais** a 37 instituições intermediárias de oito Estados-membros, os quais totalizaram 1 234,4 milhões (1 858,5 milhões em 1985), e representam 17% dos empréstimos na Comunidade (28% em 1985).

Os empréstimos por conta de **recursos próprios** elevaram-se a 964,3 milhões (1 229,4 milhões em 1985), dividindo-se em:

— créditos concedidos nas regiões menos favorecidas, a pequenas e médias iniciativas nos sectores da indústria, serviços e turismo (595 milhões), e das infra-estruturas (103,6 milhões);

— créditos concedidos, tanto nas regiões assistidas, como fora destas, para investimentos industriais de pequena e média dimensão que contribuíam para a introdução ou o desenvolvimento de tecnologias avançadas (43,6 milhões) e para investimentos na indústria ou nas infra-estruturas conformes com os objectivos comunitários no domínio da energia e da protecção do ambiente, ou simultaneamente nestes dois domínios (222,1 milhões).

Os empréstimos concedidos por conta de **recursos do NIC**, para o financiamento de investimentos pro-

ductivos de pequenas e médias empresas fora das zonas assistidas, ascenderam a 231,6 milhões e, no domínio da energia, a 38,6 milhões (629,1 milhões em 1985).

O número de **créditos afectados** em 1986, no âmbito de empréstimos globais em curso, diminuiu muito (3 930 afectações, contra 6 465 em 1985), enquanto o respectivo montante (1 267 milhões, contra 1 877,9 milhões) declinou na proporção dos empréstimos globais concedidos durante o exercício.

Esta redução reflectiu-se nos créditos às PME nos diferentes países (2 104 créditos, no total de 572,7 milhões, nas áreas assistidas e 1 368 créditos, no valor de 304,1 milhões, fora dessas áreas), nas infra-estruturas nas zonas de ajuda regional (249 obras no valor de 91,2 milhões) e nos projectos no sector da energia (180 créditos, no valor de 218,8 milhões). Embora tivessem registado um aumento, as verbas correspondentes aos créditos para projectos de tecnologia avançada e para a protecção do ambiente foram insuficientes para contrariarem esta evolução (29 créditos, no total de 80,3 milhões).

Globalmente, foram afectados 3 569 créditos para investimentos na indústria. No que respeita às PME, o desdobramento dos 3 472 créditos em função dos efectivos empregues revela que as empresas de pequena dimensão foram as principais beneficiárias: 78% do número de créditos e 54% das respectivas verbas destinaram-se a PME com menos de 50 efectivos. Apresenta-se no quadro 14 o desdobramento dos créditos.

Se o financiamento de grandes empresas é importante, na medida em que estas desempenham um papel essencial na renovação industrial da Comunidade, sobretudo em virtude do seu potencial de investigação e desenvolvimento e de exportação, o apoio ao investimento das PME não o é menos, em virtude do facto do seu impacto no mercado de trabalho ser maior em relação ao capital investido, por força da diversidade e do dinamismo que as caracterizam.

## Apresentação dos financiamentos por países

### Itália

Na Itália, os empréstimos por conta de recursos próprios registaram um aumento para 2 912,5 milhões, em comparação com 2 603,9 milhões em 1985, enquanto os empréstimos por conta de recursos do NIC diminuíram de 374,1 milhões em 1985, para 111,4 milhões. Globalmente, o total dos em-

préstimos (3 024 milhões) voltou a atingir o nível de 1984, após um ligeiro decréscimo em 1985 (2 978 milhões).

Os créditos distribuíram-se pelos sectores das infra-estruturas (1 077 milhões), de projectos industriais (1 030 milhões, sendo uma parte significativa sob a forma de empréstimos globais) e de investimentos



no sector da energia (916,9 milhões). Os financiamentos concentraram-se em projectos que contribuíam para o desenvolvimento regional (60%) e de uma forma crescente, em investimentos que correspondiam aos objectivos comunitários no domínio das tecnologias avançadas ou da protecção do ambiente.

\* \*

Os créditos para infra-estruturas visavam essencialmente a melhoria dos transportes e das telecomunicações, o saneamento básico e a regularização dos rios. No sector da energia, a registar o aumento acentuado dos empréstimos para centrais hidroeléctricas e geotérmicas e para a exploração dos recursos em hidrocarbonetos.

Apesar da acentuada redução dos empréstimos globais por conta de recursos do NIC, o montante dos financiamentos para projectos industriais ultrapassou o de 1985, devido ao crescimento acentuado dos empréstimos por conta de recursos próprios, especialmente para iniciativas individuais que contribuíam para a difusão de tecnologias avançadas.

Os empréstimos globais celebrados com 19 instituições de crédito totalizaram os 673,4 milhões (20,1% dos quais outorgados a partir de recursos próprios); este montante corresponde a 22,3% do total dos financiamentos na Itália e reflecte a colaboração estreita instaurada desde há longos anos com as instituições italianas de crédito a médio e a longo prazo.

Estes empréstimos globais destinaram-se principalmente ao financiamento de pequenas e médias empresas industriais nas zonas assistidas (423,9 milhões por conta de recursos próprios) e fora dessas zonas (78,6 milhões por conta de recursos do NIC). Os empréstimos globais em curso permitiram a afectação de 610,5 milhões a 1994 pequenas e médias empresas.

Uma verba de 43,6 milhões foi afectada ao financiamento de 14 investimentos que contribuíam para a introdução de tecnologias avançadas e as restantes verbas, ao financiamento de investimentos industriais e de infra-estruturas compatíveis com os objectivos comunitários em matéria de energia (97,1 milhões) e ainda, à protecção do ambiente (20,3 milhões), (primeiro empréstimo global concedido para este fim, na Itália).

\* \*

Os empréstimos para projectos de **desenvolvimento regional** elevaram-se a 1 826,5 milhões (24,2

milhões por conta de recursos do NIC), o que representa três quintos do total de operações na Itália.

Estes empréstimos destinaram-se essencialmente (90%) a investimentos situados no **Mezzogiorno** (1 622,6 milhões). Esta concentração advém do reiterado apoio conferido aos investimentos industriais, na maioria dos casos através dos fundos colocados à disposição das instituições intermediárias e do prosseguimento da realização de infra-estruturas de transporte e de telecomunicações empreendidas pelas autoridades regionais ou contempladas no âmbito do Fundo para o Investimento e o Emprego (FIO).

Os empréstimos concedidos no Mezzogiorno continental e nas ilhas distribuíram-se da seguinte forma: Campânia (273,3 milhões), Sicília (147,1 milhões), Lácio (137,1 milhões), Sardenha (93,5 milhões), Abruzzos (76,1 milhões), Basilicata (27,9 milhões), Apúlia (34,1 milhões), Marcas (23,5 milhões) e Molissa (16,3 milhões). Na Campânia e na Basilicata, estes valores incluem uma verba de 24,4 milhões concedida no enquadramento da ajuda financeira à reconstrução das zonas sinistradas aquando dos sismos de finais de 1980, com a qual ficará aplicado 93% do total previsto.

O Banco concedeu igualmente empréstimos multiregionais, no valor de 474,3 milhões, nos sectores das telecomunicações e da distribuição de gás natural, assim como empréstimos globais no valor de 257,9 milhões, principalmente para investimentos de pequenas e médias iniciativas industriais, dos serviços e do turismo, dispersas por um grande número de regiões.

Vários projectos financiados apresentavam um interesse de âmbito mais vasto: o reforço da frota aérea de carreiras inter-regionais (42,7 milhões), o equipamento dos serviços aéreos de protecção civil (9,7 milhões) e um empréstimo global visando promover o artesanato em todo o país (20,8 milhões).

Segue-se a especificação das restantes intervenções nas diferentes regiões:

Na **Campânia**, uma parte importante dos créditos destinou-se a infra-estruturas na zona urbana de Nápoles. Inscrevendo-se na Operação Integrada de Desenvolvimento, os financiamentos abrangeram a construção de uma nova área de escritórios no centro da cidade, a melhoria das infra-estruturas de transporte (criação da primeira linha de metropolitano, extensão da rede ferroviária suburbana, nó de ligação de auto-estrada) e igualmente a distribuição de electricidade, de água e de gás natural.



Foram igualmente concedidos créditos para a modernização de fábricas de fibras sintéticas e de material ferroviário em Nápoles, de máquinas de escrever em Pozzuoli, de componentes electrónicos para as telecomunicações em Pagani, de cabos de comunicação por fibras ópticas em Battipaglia e de gelados em Caivano.

Além disso, um novo empréstimo permitirá prosseguir as obras empreendidas para a preservação das ruínas de Pompeia, Herculaneum e Stabiae. Por último, o Banco prosseguiu o financiamento da reconstrução de estradas e de zonas industriais nas regiões sinistradas pelos sismos de finais de 1980.

Na **Sicília**, os empréstimos concentraram-se no sector dos hidrocarbonetos: aproveitamento do maior jazigo de petróleo do país, situado no canal da Sicília, e de um jazigo de gás na província de Catânia e modernização de uma refinaria de petróleo em Augusta. O Banco financiou também um centro de investigação avançada no campo da física nuclear, com aplicação industrial e clínica.

No **Lácio**, os créditos destinaram-se sobretudo à circular de Roma, que eliminará as descontinuidades existentes entre as ligações com o norte (Florença-Milão), leste (Pescara-Áquila) e sul (Nápoles-Reggio Calabria) e, no sector industrial, a uma fábrica de caixas registadoras em Pomezia e a uma fábrica têxtil em Frosinone.

Na **Sardenha**, os financiamentos destinaram-se a uma central hidroeléctrica próximo de Sassari, ao reforço da rede eléctrica, à melhoria do abastecimento de água, à modernização de uma refinaria com vista à produção de gasolina sem chumbo, à racionalização de uma fábrica têxtil em Villa Cidro, ao desenvolvimento da piscicultura nas lagoas próximo de Oristano e à reforestação de 1 800 ha em Cagliari.

Nos **Abruzos**, predominaram os créditos ao sector industrial: em Atessa, uma fábrica de veículos utilitários realizada por um consórcio de empresas francesas e em San Salvo, uma fábrica de vidros para automóveis e para a construção civil. Foram ainda financiadas a construção de uma marina em Pescara e a melhoria da rede de abastecimento de água potável a municípios das províncias de Áquila e de Teramo.

Na **Basilicata**, o Banco financiou o reforço da rede eléctrica e a melhoria da distribuição de água potável em Potenza, bem como a reconstrução de várias secções da rede de estradas.

Na **Apúlia**, além do prosseguimento das obras de protecção do porto carbonífero de Brindisi, foram financiados investimentos industriais, nomeadamente,

a introdução de novos processos tecnológicos numa fábrica de papel em Foggia e o desenvolvimento de uma fábrica de máquinas para terraplenagem em Lecce.

Na **Molissa**, o Banco contribuiu para o financiamento da exploração de um jazigo de petróleo na província de Campobasso, do reforço da rede de abastecimento de água e de obras de consolidação de terrenos instáveis nas zonas montanhosas do interior.

Nas regiões menos favorecidas do **Centro e do Norte**, os empréstimos para projectos de interesse regional elevaram-se a 170,6 milhões, 122,8 milhões dos quais se destinaram a pequenas e médias empresas, no enquadramento de empréstimos globais. Os empréstimos individuais foram canalizados para a modernização de uma fábrica de papel em Riva del Garda, obras no porto de Trieste, construção de estradas florestais nas províncias de Udine e de Pordenone e realização de obras visando a protecção de certas zonas das províncias de Rovigo, Mantua e Ferrara contra as inundações do Pó, a regularização do rio Cordevole na região de Veneza e o saneamento básico na Ilha de Grado e ao longo do rio Metauro nas Marcas.

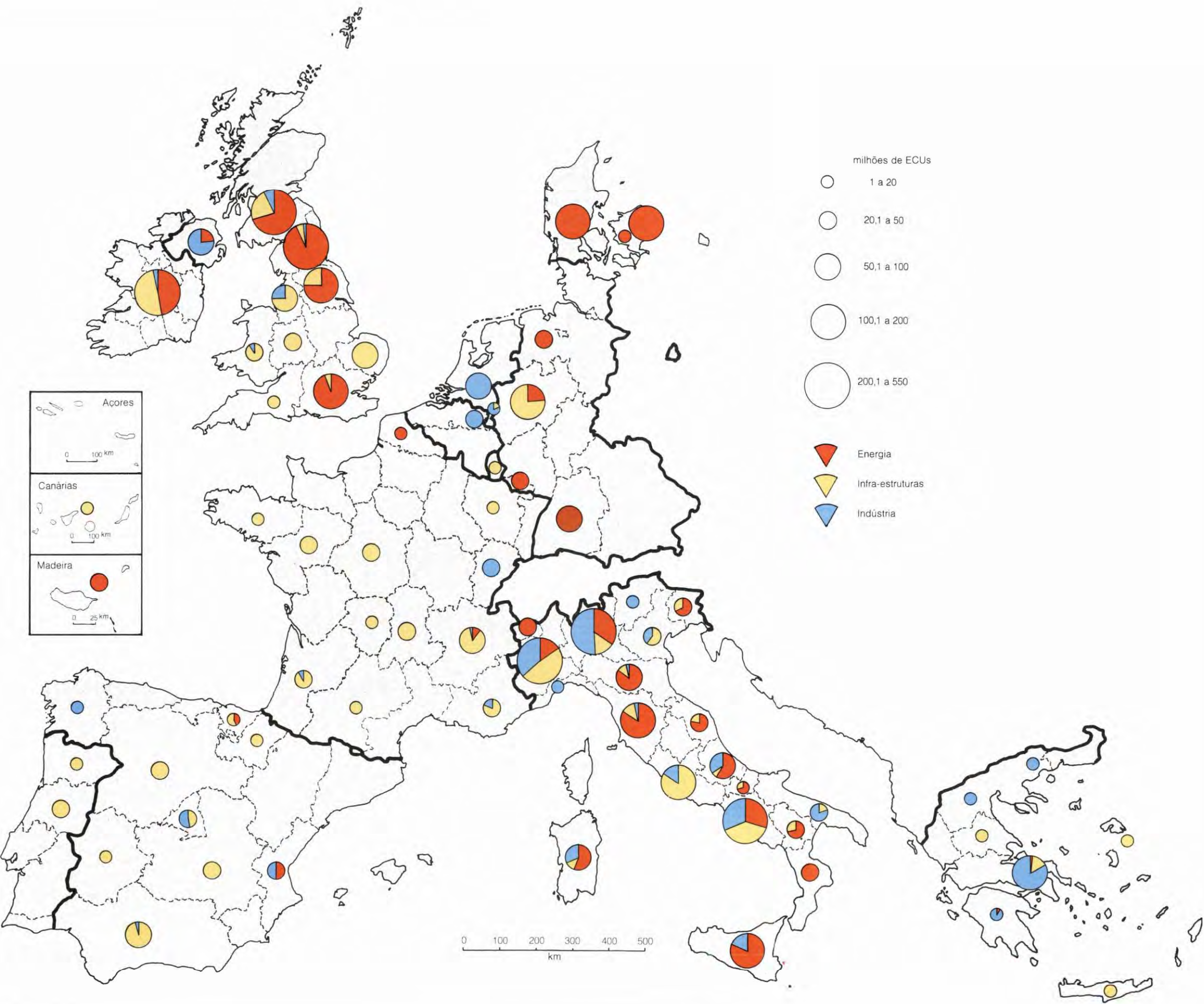
\*  
\* \* \*

Alguns dos projectos situados nas regiões assistidas são igualmente financiados no âmbito da respectiva contribuição para a realização de outros objectivos de política económica, pelo que não são detalhados a seguir.

Os empréstimos para projectos visando a consecução dos **objectivos comunitários em matéria de energia** elevaram-se a 822,7 milhões. Os projectos realizados no Norte absorveram 537,8 milhões e consistiam no aproveitamento do potencial hidroeléctrico e geotérmico, exploração de jazigos de gás, desenvolvimento da rede de gasodutos, construção de reservatórios de armazenagem e instalação de redes de distribuição de gás nas áreas urbanas de Milão e de Turim. Foram ainda financiadas a interligação das redes de alta tensão italiana e francesa, a instalação de aquecimento urbano em Reggio Emilia e a colocação de equipamento economizador de energia numa fábrica de vidro da região de Veneza.

Os empréstimos para **infra-estruturas de transporte de interesse comunitário** (232,8 milhões)







destinaram-se à auto-estrada dos túneis, que liga o Piemonte à Suíça, ao acesso ferroviário ao aeroporto internacional de Milão e à renovação da aerogare de Pisa, à compra de aviões MD 82 destinados a voos europeus e a obras nos portos de Livorno e de Trieste, para a acostagem de navios porta-contentores e rolantes.

Os empréstimos para projectos visando a **protecção do ambiente** elevaram-se a 143,3 milhões, sendo 121 milhões concedidos no Centro e no Norte do país, para instalações de recolha e de tratamento de efluentes nas bacias do Pó, do Gorzone e do Arno, onde estão igualmente em curso obras visando a protecção contra inundações, e para a melhoria da qualidade da água potável nas províncias de Novara e de Alessandria.

Foram ainda concedidos 304 milhões para projectos envolvendo **tecnologias avançadas** na indústria, ou fruto da **cooperação industrial** entre empresas de vários países. A maioria localizou-se nas regiões assistidas do Centro e do Norte (274,2 milhões num total de 304 milhões), sobretudo nos sectores da microelectrónica (fábricas de computadores em Scarmagno e de componentes em Agrate), de técnicas avançadas da metalurgia do cobre em Lucques e Pistoia, de produtos químicos em Alessandria e da borracha em Settimo Torinese. O Banco financiou igualmente centros de pesquisa no domínio de produtos farmacêuticos, em Varese, Milão e Nerviano e no domínio das telecomunicações, em Turim.

## Reino Unido

O montante dos empréstimos concedidos no Reino Unido ascendeu a 1 371,5 milhões, 16,3 milhões dos quais a partir de recursos do NIC. O acréscimo de 21% em relação a 1985 advém do persistente aumento dos empréstimos no sector da energia (866,4 milhões, ou seja, quase dois terços do total), seguidos dos empréstimos para infra-estruturas (394,4 milhões) e para a indústria (110,7 milhões).

No **sector da energia**, os empréstimos destinaram-se à central nuclear de Torness Point e à sua ligação à rede, bem como a instalações de armazenagem e de reprocessamento em Sellafield (660,8 milhões), ao aproveitamento dos jazigos de gás natural de Sean e Esmond, no Mar do Norte, e à central a carvão de Kilroot, na Irlanda do Norte (205,7 milhões).

As **infra-estruturas** financiadas (158,4 milhões), que são em grande número, de pequena dimensão e se

situam geralmente nas áreas assistidas, visam a melhoria das comunicações por estrada (especialmente na Escócia, próximo de Edimburgo e nos Highlands, no Centro, nas regiões de Birmingham, Coventry, Nuneaton e Bewdley, no País de Gales, nas zonas de Llandudno e de Swansea e na Cornualha), por caminho de ferro (nas linhas de Cambridge, Norwich e Glasgow) e a beneficiação das infra-estruturas portuárias (em Felixstowe e em Wisbech) e aeroportuárias (em Essex e sobretudo em Londres, na área das antigas docas); alguns destes projectos visam também a melhoria das ligações com outros Estados-membros.

O Banco participou ainda no financiamento de uma rede de comunicações por cabo utilizando uma tecnologia de ponta em Glasgow, de várias obras de recolha e de tratamento de efluentes (visando a protecção do ambiente e a melhoria da qualidade da água potável) no North West, no Yorkshire, no País de Gales e na Escócia e de diversos projectos integrados que incluem zonas industriais, estruturas rodoviárias, obras de saneamento básico e obras públicas.

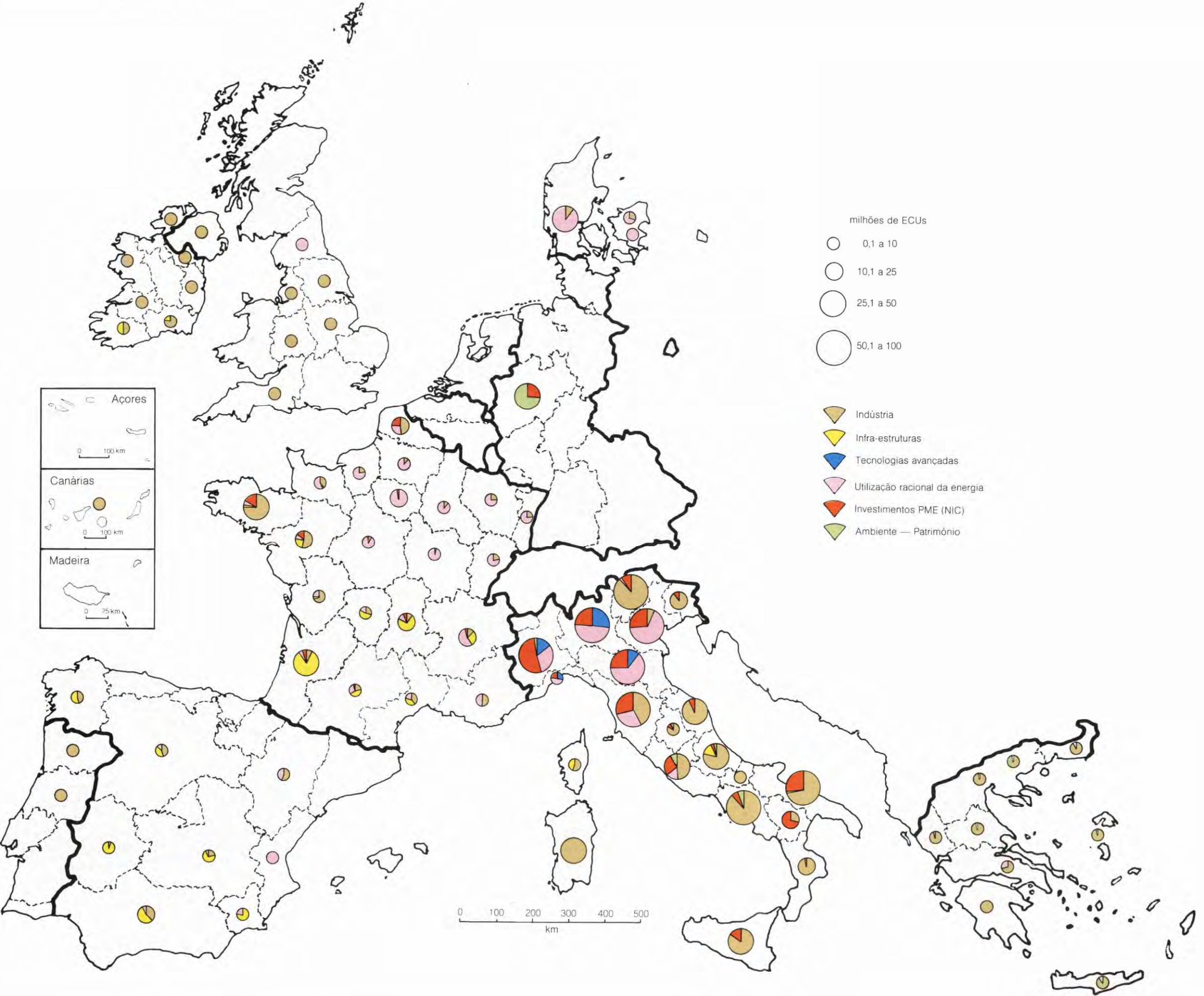
No **sector industrial**, os empréstimos destinaram-se à construção aeronáutica (novo avião de pequeno curso na Irlanda do Norte e oficinas de revisão na Escócia), ao sector metalúrgico (laminagem de alumínio no Northumberland e em Gwent e fabrico de cabos de cobre no Merseyside), ao sector de materiais de construção (pedreira de granito na Escócia e fábrica de painéis mistos no País de Gales), ao turismo (hotéis em Manchester e em Dundee) e à informatização da gestão numa cooperativa de lojas.

No âmbito dos empréstimos globais em curso, foram concedidos 25 créditos no montante de 10,8 milhões a pequenas e médias empresas industriais.

## França

Os empréstimos em França elevaram-se a 623,4 milhões, incluindo 58,4 milhões por conta de recursos do NIC. O decréscimo registado em relação a 1985 (1 247,4 milhões) reflecte o declínio dos empréstimos globais em favor de pequenas e médias iniciativas (123,7 milhões contra 678,7 milhões em 1985) e dos créditos para projectos no sector da energia (22,3 milhões contra 191,6 milhões em 1985).

No **sector da produção**, foram concedidos 180 milhões, que se destinaram a um número crescente de projectos industriais aplicando tecnologias avançadas: generalização da robótica numa oficina de pintura de uma fábrica de automóveis, produção de





equipamento de *design* computadorizado na indústria têxtil, fabrico de circuitos integrados e de material de extrusão.

Os créditos a instituições intermediárias dividiram-se em empréstimos por conta de recursos próprios em favor das PME situadas nas regiões assistidas, nomeadamente no Oeste, no Languedoc-Rossilhão e nas zonas costeiras, e empréstimos por conta de recursos do NIC para investimentos nas regiões mais desenvolvidas do país. A redução do volume de empréstimos globais repercutiu-se no número de créditos concedidos (1 078) e no respectivo montante (165 milhões). Os créditos destinaram-se principalmente aos sectores metalúrgico (29,8 milhões), tipográfico (16 milhões), dos serviços às empresas e da pesca (17,4 milhões).

Os financiamentos para **infra-estruturas** de comunicação (281,1 milhões) destinaram-se essencialmente à melhoria do acesso ao Maciço Central (lanço Bourges — Clermont-Ferrand da A 71), a um melhor acesso ao oeste e ao sudoeste (linha do TGV-Atlântico entre Paris e Le Mans, lanço Le Mans — Angers da A 11, desvio da auto-estrada de Toulouse, que assegura a continuidade do itinerário Bordéus — Narbonne, infra-estruturas rodoviárias diversas na Bretanha, na região do Loire e no Sudoeste) e ao reforço da rede de estradas da Lorena, principalmente nos Vosges e na bacia siderúrgica. Foram financiados outros eixos que asseguraram as ligações com a Suíça e a Itália (lanço Mâcon — Châtillon da A 40 e desvio leste de Lião) ou com o Luxemburgo (desvio de Thionville).

No domínio das telecomunicações, foi financiada a colocação de dois cabos telefónicos submarinos, parcialmente em fibras ópticas, de ligação, respectivamente, aos Estados Unidos e ao Médio Oriente e à Ásia.

A construção de uma estação de tratamento de efluentes em Marselha permitirá também a utilização das lamas residuais como adubo na reforestação das áreas devastadas pelos incêndios. O Banco financiou também, no âmbito de um empréstimo global, a realização pelas colectividades locais de infra-estruturas de pequena e média dimensão que contribuíam para o desenvolvimento regional. Durante o exercício, foram concedidos 56,5 milhões para 214 projectos, principalmente de beneficiação de estradas.

Foram ainda concedidos créditos para duas operações no **sector da energia** (22,3 milhões): uma central hidroeléctrica no Ródano, a montante de

Lião e a interligação das redes eléctricas de alta tensão francesa e britânica por cabo submarino.

## Alemanha

Na Alemanha, os empréstimos cifraram-se em 441,8 milhões, verba nunca até aqui atingida. Os créditos destinaram-se a projectos conformes com os objectivos comunitários nos domínios da **protecção do ambiente** ou da energia, tendo o Banco financiado várias centrais eléctricas ou de produção combinada de calor e de electricidade (126,7 milhões) que, para se adaptarem à regulamentação em vigor, tinham de ser dotadas de dispositivos para o tratamento dos gases de combustão ou de geradores menos poluentes. Estes investimentos, bem como a rede de aquecimento urbano do Sarre, que utiliza calor de origem industrial, contribuem para uma utilização mais racional da energia.

O Banco reforçou a sua colaboração com a banca alemã, tendo celebrado um empréstimo global para o financiamento de infra-estruturas tendentes a reduzir a poluição ou a economizar energia (durante o exercício, foram concedidos 31,4 milhões para 11 projectos).

A construção de uma barragem-albufeira no Dhünn, próximo de Colónia, permitirá melhorar a qualidade da água potável distribuída na Renânia do Norte e reduzir o abastecimento a partir do Reno, o qual implica difíceis processos de depuração.

Os restantes financiamentos (149,7 milhões) destinaram-se às centrais nucleares de Emsland e de Neckarwestheim, bem como a um gasoduto para o transporte de gás da União Soviética para a Comunidade.

## Espanha

Os créditos em Espanha elevaram-se a 409,3 milhões (incluindo 69,2 milhões a cargo de recursos do NIC), destinando-se principalmente a infra-estruturas de comunicação e a projectos industriais. A assinalar um acréscimo sensível das verbas em relação às concedidas no âmbito da ajuda de pré-adesão.

No domínio das **infra-estruturas** de transportes, os financiamentos, que atingiram um montante total de 191,5 milhões, visaram a melhoria das ligações rodoviárias e ferroviárias de interesse regional entre

Madrid e a Andaluzia e sobretudo, dos eixos que asseguram as ligações com a França e a Comunidade, mais especificamente: estradas de Madrid a Burgos e Saragoça e entre a fronteira portuguesa de Vilar Formoso e Burgos; vias férreas para a França, através do País Basco e da Catalunha. Os financiamentos contribuíram igualmente para obras nos portos de Cádiz e de Tenerife e para a construção de pequenas infra-estruturas de interesse regional realizadas pelas colectividades locais, tendo sido concedidos 29,2 milhões para 19 obras.

Os créditos para projectos nos **sectores da produção** tomaram a forma de três empréstimos globais para investimentos de pequenas e médias empresas (98,5 milhões) e de financiamento de investimentos industriais de iniciativa privada (62,7 milhões).

Esta última categoria incluiu três fábricas de aparelhagem de telecomunicações nos subúrbios de Madrid, na Corunha e em Algeciras e projectos ligados ao sector automóvel, localizados em áreas industriais tradicionais: duas fábricas de produção de automóveis, próximo de Madrid e em Vigo, e uma fábrica de vidros para automóveis, próximo de Valência.

No âmbito dos empréstimos globais já em curso, foram concedidos 65,8 milhões para 116 investimentos (45,3 milhões foram afectados a 62 investimentos, no contexto da ajuda de pré-adesão); 11 créditos, no valor de 3,9 milhões, foram concedidos no âmbito de um empréstimo global NIC.

No **sector da energia**, foram outorgados dois empréstimos no total de 27,3 milhões, para um importante complexo hidroeléctrico a sudoeste de Valência e para uma rede de condutas de gás natural, de abastecimento do País Basco.

## Irlanda

Os créditos na Irlanda elevaram-se a 262,1 milhões (incluindo 47,8 milhões por conta de recursos do NIC), verba sensivelmente superior à dos anos anteriores, e que foi em grande parte canalizada para infra-estruturas e obras subsidiárias essenciais, designadamente: central a carvão de Moneypoint e respectiva ligação à rede eléctrica, visando sobretudo o abastecimento de Dublin (117 milhões); melhoria da rede de estradas, em particular na região de Cork e várias instalações de adução de água e de tratamento de efluentes (87,9 milhões).

Por outro lado, o Banco continuou a financiar programas de ordenamento florestal e de construção de fábricas «chave-na-mão» (42,2 milhões).

Foram ainda concedidos três empréstimos globais (15 milhões) que permitiram financiar investimentos de pequenas e médias empresas industriais.

## Dinamarca

Os empréstimos na Dinamarca cifraram-se em 258,2 milhões, incluindo 59,9 milhões por conta de recursos do NIC e destinaram-se principalmente ao financiamento de redes de distribuição de gás e de calor.

Foram concedidos 73,2 milhões para melhorar a distribuição de gás natural proveniente do sector dinamarquês do Mar do Norte, em vários municípios da Jutlândia do Sul e do Sjælland, e assim, aumentar a autonomia da Dinamarca em matéria de energia.

Os empréstimos para projectos de aquecimento urbano contribuirão para uma utilização racional da energia e para a redução da poluição, permitindo alargar este sistema de aquecimento a casas de habitação, a escritórios e a instalações industriais da Grande Copenhaga, especialmente em Gentofte, e ainda, nas cidades de Fredericia e Aarhus e em diversos municípios do estreito de Lillebælt (154,7 milhões).

No decurso do exercício, foram concedidos empréstimos globais no valor de 30,3 milhões para o financiamento de pequenas e médias empresas, tendo 168 de entre elas beneficiado de 49,8 milhões, no âmbito dos empréstimos globais em curso.

## Grécia

O montante dos empréstimos na Grécia elevou-se a 253 milhões, destinando-se a infra-estruturas de comunicação (50,2 milhões), à geração e distribuição de electricidade (24,5 milhões), à modernização de duas refinarias (113,2 milhões), a financiamentos no âmbito de empréstimos globais (56,5 milhões) e à construção de centros de ensino técnico e profissional, que promoverão a formação de quadros qualificados de que a economia do país carece (8,6 milhões).

Entre as infra-estruturas financiadas, contam-se: estradas nas ilhas de Creta, Rodas e Eubeia e no Centro e Norte da Grécia continental, modernização do Aeroporto Internacional de Atenas e melhoria da rede ferroviária. Os empréstimos concedidos para o financiamento das pequenas centrais hidroeléctricas



de Stratos e Ghiona e para uma nova linha de alta tensão entre a Macedónia e Atenas permitirão melhorar o abastecimento em electricidade de diversas zonas do país.

O Banco financiou igualmente a modernização de duas refinarias próximo de Atenas, que contribuirá para reduzir a poluição do ar e da água na área urbana da capital e permitirá produzir gasolina sem chumbo ou com baixo teor de chumbo.

Dois empréstimos globais contribuíram para o financiamento de investimentos de pequena e média dimensão na indústria, no turismo, na agricultura e na agro-indústria. No âmbito dos empréstimos globais já em curso, foram concedidos 151 créditos no valor total de 29 milhões, para investimentos agro-industriais e artesanais.

Em meados do ano, a Comunidade e as autoridades gregas celebraram, no enquadramento do Programa Integrado Mediterrânico (PIM), um «contrato-programa» acompanhado de uma declaração de intenções do Banco, relativos às operações deste em Creta.

## Portugal

Os empréstimos em Portugal atingiram os 190,3 milhões (incluindo 29,9 milhões a partir de recursos do NIC), sendo canalizados para projectos de infra-estruturas de comunicação (96,4 milhões), empréstimos globais (64,8 milhões) e o reforço da produção e a melhoria da distribuição de electricidade na Ilha da Madeira (29,1 milhões).

Os financiamentos no sector das infra-estruturas destinaram-se à auto-estrada e à via férrea Lisboa — Porto, à construção de lanços de auto-estrada na região do Porto e a obras de estrada no norte, centro e leste, especialmente no eixo Aveiro-Coimbra-Vilar Formoso. O Banco contribuiu ainda para a melhoria das ligações telefónicas e telex, financiando equipamento que utiliza tecnologia digital.

Os três empréstimos globais celebrados com instituições intermediárias ajudarão a financiar um número crescente de projectos de pequenas e médias empresas, com vista a modernizar as respectivas instalações, reduzindo o consumo de energia e, em certos casos, a melhorar o equipamento antipoluição; no âmbito dos empréstimos globais já em curso, foram concedidos 60 créditos no valor de

10,5 milhões, 58 dos quais (totalizando 9 milhões) se inscrevem nos empréstimos globais celebrados no contexto da ajuda de pré-adesão.

## Países Baixos

Nos Países Baixos, foram concedidos 98,2 milhões, destinando-se uma parcela importante (80,1 milhões) ao financiamento de instalações de investigação e desenvolvimento em Eindhoven. Este projecto de tecnologia avançada (produção de *megachips*, a nova geração de semi-condutores com uma capacidade de armazenagem muito elevada) é fruto da cooperação de várias empresas europeias. Os restantes créditos financiaram a construção de uma fábrica de edulcorantes artificiais e a compra e instalação de um simulador de voo para a formação de pilotos, no Limburgo.

## Bélgica

Na Bélgica, o Banco concedeu um empréstimo de 46,1 milhões, para a ampliação e automatização de uma fábrica de leitores de discos compactos para a venda ao público. Esta fábrica, que desenvolve técnicas de ponta (leitura optoelectrónica por raio *laser* e processamento digital dos dados), situa-se em Hasselt, no Limburgo, região particularmente afectada pelo encerramento das minas de carvão.

## Luxemburgo

Foi concedido um empréstimo de 18,2 milhões para a ampliação dos edifícios do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, tornada necessária pelo crescimento da sua actividade jurisdicional e pelo alargamento da Comunidade.

## Outros

Foi ainda outorgado um empréstimo de 75 milhões à Organização Europeia de Telecomunicações por Satélite — Eutelsat, para a compra e a exploração de satélites que asseguram transmissões digitais de alto débito entre os países europeus. Este empréstimo foi autorizado pelo Conselho de Governadores, nos termos do artigo 18 dos Estatutos do Banco, em virtude do interesse de que se reveste para a Comunidade.

# Lista dos empréstimos concedidos na Comunidade <sup>(1)</sup>

## A. Empréstimos por conta de recursos próprios do Banco

Contratos celebrados em 1986

O montante global dos contratos de empréstimo a cargo de recursos próprios do Banco celebrados em 1986 para projectos de investimento na Comunidade, elevou-se a 6 678,1 milhões. Estas operações são efectuadas sob a responsabilidade financeira do Banco e são contabilizadas no balanço. Os objectivos económicos visados são indicados no quadro 12.

			Modernização de empresas		
			Ambiente — Património		
			Infra-estruturas comunitárias		
			Objectivos energéticos		
			Desenvolvimento regional		
		milhões de ECUs			
<b>BÉLGICA</b>		<b>46,1</b>			
2 biliões de francos belgas (FB)					
1. Ampliação e automatização de uma fábrica de leitores de discos compactos em Hasselt (Limburgo)					
<b>N. V. Philips industrie</b>					
2 biliões de FB		46,1	●		●
<b>DINAMARCA</b>		<b>198,3</b>			
1 581 milhões de coroas dinamarquesas (Dkr)					
2.—4. Rede de distribuição de gás natural para o abastecimento de 43 dos 53 municípios dos condados de Vejle, Ribe e Sønderjylland (Jutlândia do Sul)					
<b>Naturgas Syd I/S — NGS</b> por intermédio de <b>Kongeriget Danmarks Hypotekbank og Finansforvaltning</b>					
200 milhões de Dkr		25,1	●		
162 milhões de Dkr		20,2	●		
150 milhões de Dkr		18,8	●		
5. Rede de transporte e de distribuição de gás natural nos condados de Vestsjælland e Storstrøm (Sjælland)					
<b>Naturgas Sjælland I/S</b> por intermédio de <b>Kongeriget Danmarks Hypotekbank og Finansforvaltning</b>					
72 milhões de Dkr		9,0	●		
6.—7. Rede de aquecimento urbano em cinco municípios do estreito do Pequeno Belt					
<b>Trekantområdets Varmetransmissionselskab I/S</b>					
100 milhões de Dkr		12,5	●		
100 milhões de Dkr		12,5	●		
8. Rede de aquecimento urbano na área da Grande Copenhaga					
<b>Centralkommunernes Transmissionselskab I/S</b>					
275 milhões de Dkr		34,5	●		
9.—10. Rede de aquecimento urbano (68 km) para abastecimento de edifícios públicos, industriais e de habitação no município de Gentofte (Copenhaga)					
<b>Gentofte Kommune</b>					
50 milhões de Dkr		6,3	●		
50 milhões de Dkr		6,3	●		
11. Condutas de água quente para diversas redes de aquecimento urbano na área ocidental de Copenhaga					
<b>Vestegnens Kraftvarmeselskab I/S</b>					
250 milhões de Dkr		31,4	●		
12. Extensão da rede de aquecimento urbano de Århus (Jutlândia do Norte)					
<b>Århus Kommune</b>					
100 milhões de Dkr		12,5	●		
13. Ligação da rede local de aquecimento urbano de Fredericia à rede regional de transporte de calor (Vejle)					
<b>Fredericia Fjernvarmecentral a.m.b.a.</b>					
32 milhões de Dkr		4,1	●		
14. Empréstimo global ao <b>Estado Dinamarquês (Conselho de Desenvolvimento Regional)</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas industriais e turísticas nas áreas assistidas					
40 milhões de Dkr		5,0	●		

(1) As aberturas de crédito são, de um modo geral, expressas no contravalor em moeda nacional.

		Modernização de empresas	Ambiente — Património	Infra-estruturas comunitárias	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional
	milhões de ECUs					
<b>ALEMANHA</b>	<b>441,8</b>					
946 milhões de marcos (DM)						
15. Central nuclear de Emsland de 1 230 MW em Lingen (Baixa Saxónia) <b>Kernkraftwerke Lippe-Ems GmbH</b> 50 milhões de DM	22,9	•				
16.—17. Central nuclear de Neckarwestheim (Bade-Wurtemberg); segunda unidade (1 230 MW) <b>EVS Kernkraft Neckarwestheim GmbH</b> 100 milhões de DM 30 milhões de DM	45,8 14,0	• •				
18. Central a carvão para a produção de calor e de electricidade em Stöcken, nos arredores de Hanôver (Baixa Saxónia), que substituirá unidades obsoletas e poluentes <b>Gemeinschaftskraftwerk Hannover GmbH</b> 100 milhões de DM	47,8	•	•			
19.—20. Grupo termoeléctrico de 300 MW que substituirá três unidades obsoletas e poluentes a carvão, em Elberfeld (Renânia do Norte — Vestefália) <b>Wuppertaler Stadtwerke AG</b> 50 milhões de DM 50 milhões de DM	23,0 23,3		• •			
21. Substituição de três geradores a vapor obsoletos alimentados a gás e/ou a diesel por uma caldeira a linhite moderna e menos poluente numa central em Colónia (Renânia do Norte — Vestefália) <b>Gas-, Elektrizitäts- und Wasserwerke Köln A.G.</b> por intermédio do <b>Westdeutsche Landesbank Girozentrale</b> 40 milhões de DM	18,6	•	•			
22.—23. Instalações de dessulfuração e de desnitrificação numa central eléctrica a carvão em Voerde (Renânia do Norte — Vestefália) <b>Kraftwerk Voerde STEAG-RWE oHG</b> 10 milhões de DM 20 milhões de DM	4,7 9,3		• •			
24.—26. Rede de aquecimento urbano de Dillingen e Saarlouis alimentada com o calor recuperado em instalações industriais (Sarre) <b>Fernwärme-Verbund Saar GmbH</b> por intermédio de <b>Beleggingsmaatschappij C. Floris-Corsten B.V.</b> 20 milhões de DM 20 milhões de DM 16 milhões de DM	9,2 9,2 7,4	• • •	• • •			
27. Gasoduto suplementar para o transporte de gás natural soviético de Waidhaus (fronteira checoslovaca) até Medelsheim (fronteira francesa) <b>Mitteleuropäische Gasleitungsgesellschaft mbH</b> por intermédio de <b>MEGAL Finance Company Ltd</b> 140 milhões de DM	67,0	•				
28. Barragem-albufeira no Dhünn, estações de depuração, elevatórias e de tratamento e condutas de distribuição de água potável na Renânia do Norte — Vestefália <b>Wuppverband</b> por intermédio do <b>Westdeutsche Landesbank Girozentrale</b> 150 milhões de DM	69,8		•			
29. Empréstimo global ao <b>Westdeutsche Landesbank Girozentrale</b> para o financiamento de infra-estruturas de pequena e média dimensão que contribuem para a defesa e a melhoria do ambiente e/ou para uma utilização racional da energia 150 milhões de DM	69,8	•	•			
<b>GRÉCIA</b>	<b>253,0</b>					
35 biliões de dracmas (Dr)						
30. Centrais hidroeléctricas de Stratos (6 MW) no Acheloos (Centro-Oeste) e de Ghiona (8,5 MW) (Centro-Leste) <b>Public Power Corporation</b> 400 milhões de Dr	2,9	•	•			
31. Linhas eléctricas de alta tensão (400 kV) entre a subestação de Kardia (Macedónia Ocidental) e a de Aghios Stefanos (Grande Atenas) <b>Public Power Corporation</b> 3 biliões de Dr	21,6	•	•			



		Modernização de empresas	Ambiente — Património	Infra-estruturas comunitárias	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional
		milhões de ECUs				
<b>32.</b>	Duplicação e beneficiação da linha de caminhos de ferro Atenas—Salónica—Idómene <b>Organismos Sidirodromon Ellados</b> 2,5 biliões de Dr	18,0	•	•		
<b>33.</b>	Beneficiação das estradas nacionais e regionais (290 km) nas Ilhas de Creta, Eubeia e Rodas <b>Estado Grego (Ministério do Ambiente, do Urbanismo e das Obras Públicas)</b> 3 biliões de Dr	21,8	•			
<b>34.</b>	Obras em cerca de 210 km de estradas nacionais e regionais <b>Estado Grego (Ministério do Ambiente, do Urbanismo e das Obras Públicas)</b> 1 bilião de Dr	7,2	•			
<b>35.</b>	Modernização e ampliação do aeroporto de Atenas <b>Estado Grego (Ministério do Ambiente, do Urbanismo e das Obras Públicas)</b> 450 milhões de Dr	3,2	•	•		
<b>36.</b>	Modernização de uma refinaria de petróleo em Aghii Theodori (sudoeste de Atenas); construção de duas unidades de produção de gasolina com baixo teor de chumbo e sem chumbo <b>Motor Oil (Hellas) Corinth Refineries</b> 1,65 bilião de Dr	12,6	•		•	
<b>37.</b>	Modernização de uma refinaria de petróleo situada em Aspropyrgos, próximo de Elefsis (noroeste de Atenas) <b>Hellenic Aspropyrgos Refineries S.A.</b> 14 biliões de Dr	100,6	•	•	•	
<b>38.</b>	Construção e equipamento de institutos de tecnologia em Kavala (Macedónia) e no Pireu (Grécia Central) e de uma escola técnica em Salónica (Macedónia) <b>Estado Grego (Ministério da Economia Nacional)</b> 1,2 bilião de Dr	8,6	•			
<b>39.</b>	Empréstimo global ao <b>Banco Helénico de Desenvolvimento Industrial S.A.</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e do turismo 1 bilião de Dr	7,6	•			
<b>40.</b>	Empréstimo global ao <b>Banco Agrícola da Grécia</b> para financiamento de pequenas e médias iniciativas agro-industriais e de investimentos em explorações agrícolas e em pequenas empresas industriais no meio rural 6,8 biliões de Dr	48,9	•			
<b>ESPAÑHA</b>		<b>340,0</b>				
46,713 biliões de pesetas (Ptas)						
<b>41.</b>	Complexo hidroeléctrico composto por três barragens e duas centrais no Jucar, a sudoeste de Valência <b>Hidroeléctrica Española S.A.</b> por intermédio do <b>Banco de Crédito Industrial</b> e do <b>Instituto de Crédito Oficial</b> 2,75 biliões de Ptas	20,0		•		
<b>42.</b>	Rede de gasodutos no País Basco <b>Sociedad de Gas de Euskadi</b> 1 bilião de Ptas	7,3		•		
<b>43.—44.</b>	Melhoria da rede ferroviária principal entre Madrid e a Andaluzia e da rede regional andaluza — <b>RENFE</b> 5,5 biliões de Ptas	40,0	•			
	— <b>Ministério das Finanças e Ministério dos Transportes, do Turismo e das Telecomunicações</b> 3,5 biliões de Ptas	25,4	•			
<b>45.—46.</b>	Melhoria em cerca de 220 km das principais linhas de caminhos de ferro para a França (passando por Irún e Port Bou) — <b>Ministério das Finanças e Ministério dos Transportes, do Turismo e das Telecomunicações</b> 4 biliões de Ptas	29,1	•		•	
	— <b>RENFE</b> 4 biliões de Ptas	29,1	•		•	

		Modernização de empresas	Ambiente — Património	Infra-estruturas comunitárias	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional
		milhões de ECUs				
47.	Alargamento e beneficiação de 10 troços (180 km) da estrada nacional IV de ligação de Madrid à Andaluzia <b>Reino de Espanha (Ministério das Finanças e Ministério das Obras Públicas e do Urbanismo)</b> 3 biliões de Ptas	21,8	●			
48.	Alargamento e construção de 12 troços (215 km) das estradas nacionais I e II de ligação de Madrid a Burgos e a Saragoça e da N620, eixo de ligação de Portugal (Vilar Formoso) ao Norte de Espanha e a França, passando por Burgos <b>Reino de Espanha (Ministério das Finanças e Ministério das Obras Públicas e do Urbanismo)</b> 4 biliões de Ptas	29,1	●	●		
49.	Ampliação da zona portuária da baía de Cádiz (Andaluzia) mediante construção de um cais para mercadorias a granel e compra de equipamento; prolongamento do molhe de protecção e construção de três molhes no porto de Santa Cruz de Tenerife nas Canárias <b>Reino de Espanha (Ministério das Finanças e Ministério das Obras Públicas e do Urbanismo)</b> 2,338 biliões de Ptas	17,0	●			
50.	Fábrica de vidros para automóveis em Sagunto (Valência) <b>SIV Española S.A.</b> 2,75 biliões de Ptas	20,0	●			●
51.	Modernização e racionalização de uma fábrica de automóveis em Vigo (Galiza) <b>Citroën Hispania S.A.</b> 2 biliões de Ptas	14,5	●			●
52.	Modernização e racionalização de uma fábrica de automóveis em Villaverde, próximo de Madrid <b>Automóviles Talbot S.A.</b> 2,5 biliões de Ptas	18,2				●
53.	Ampliação de fábricas de materiais de telecomunicações e construção de instalações de investigação e desenvolvimento em Algeciras (Andaluzia), Corunha (Galiza) e nos arredores de Madrid <b>Telettra Española S.A.</b> 1,375 bilião de Ptas	10,0	●			●
54.	Empréstimo global ao <b>Banco de Crédito Local de España</b> por intermédio do <b>Instituto de Crédito Oficial</b> para o financiamento de projectos de infra-estruturas realizados por colectividades locais nas regiões menos desenvolvidas 4 biliões de Ptas	29,3	●			
55.	Empréstimo global ao <b>Banco de Crédito Industrial</b> por intermédio do <b>Instituto de Crédito Oficial</b> para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria e dos serviços nas regiões menos desenvolvidas 4 biliões de Ptas	29,3	●			
<b>FRANÇA</b>		<b>565,0</b>				
3,854 biliões de francos franceses (FF)						
56.	Central hidroeléctrica de 45 MW em Sault-Brenaz, 60 km a montante de Lião (Ródano-Alpes) <b>Compagnie Nationale du Rhône</b> 50 milhões de FF	7,3		●		
57.	Interligação das redes eléctricas de alta tensão francesa e britânica mediante colocação de cabos submarinos na Mancha entre Bonningues-lès-Calais (Norte-Pas-de-Calais) e Sellindge (South-East) <b>Electricité de France</b> 100 milhões de FF	15,0		●		
58.	Linha do TGV-Atlântico; construção de vias electrificadas (273 km) nos trajectos Paris—Le Mans e Paris—Tours, de acesso respectivamente à Bretanha e ao Sudoeste; colocação em serviço de 95 composições de alta velocidade <b>Société Nationale des Chemin de Fer Français</b> 300 milhões de FF	43,8	●			
59.	Lanço Bourges—Clermont-Ferrand (182 km) da auto-estrada A 71, Orléans—Clermont-Ferrand (Auvergne) <b>Société des Autoroutes Paris-Rhin-Rhône</b> por intermédio da <b>CNA</b> 400 milhões de FF	58,4	●			

		<div>Modernização de empresas</div> <div>Ambiente — Património</div> <div>Infra-estruturas comunitárias</div> <div>Objectivos energéticos</div> <div>Desenvolvimento regional</div>			
		milhões de ECUs			
60.	Lanço Le Mans—Angers (81,5 km) da auto-estrada A 11, Paris—Nantes (Região do Loire) <b>Société des Autoroutes du Sud de la France</b> por intermédio da <b>CNA</b> 156 milhões de FF	22,8	●		
61.	Lanço Mâcon—Châtillon (96 km) da auto-estrada A 40 de acesso ao túnel do Monte Branco (Ródano-Alpes) <b>Société des Autoroutes Paris-Rhin-Rhône</b> por intermédio da <b>CNA</b> 400 milhões de FF	58,4		●	
62.	Auto-estrada de desvio a leste de Lião; lanço Rillieux—Neyron da A 46 (Ródano-Alpes) <b>Communauté urbaine de Lyon</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 20 milhões de FF	3,0	●	●	
63.	Auto-estrada de desvio a leste de Toulouse de ligação da A 61 à A 62 (Midi-Pirinéus) <b>Região Midi-Pirinéus, Departamento da Haute-Garonne e Município de Toulouse</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 30 milhões de FF	4,4	●		
64.	Beneficiação de nove troços da rede de estradas e auto-estradas (84,4 km), no Sudoeste, próximo de Marselha e na bacia siderúrgica da Lorena <b>Fonds Spécial de Grands Travaux</b> 500 milhões de FF	73,0	●		
65.	Melhoria das infra-estruturas rodoviárias em mais de 100 km, especialmente nos eixos Rennes—Nantes e St. Brieuc—Quimper <b>Região e Departamentos da Bretanha, Região do Loire e Departamento do Loire-Atlântico</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 88 milhões de FF	12,9	●		
66.	Beneficiação de nove troços da rede de estradas e de auto-estradas na Lorena <b>Região da Lorena, Departamentos de Meurthe-et-Moselle e dos Vosges</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 30 milhões de FF	4,4	●	●	
67.	Colocação de dois cabos telefónicos submarinos transoceânicos: um, com 6 679 km, permitirá efectuar 7 560 comunicações simultâneas com os EUA e o outro, com 13 473 km, ligará a França a Singapura <b>Administration des Postes et Télécommunications</b> por intermédio da <b>CNT</b> 340 milhões de FF	50,9			●
68.	Estação de depuração em Marselha para o tratamento de efluentes de uma grande parte da zona urbana; fábrica de tratamento de lamas residuais (Provença-Côte d'Azur) <b>Município de Marselha</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 110 milhões de FF	16,0	●	●	
69.	Ampliação e modernização das oficinas de fabrico de extrusadoras para as indústrias alimentar e química em Firminy (Loire) <b>Clextal S.A.</b> 10 milhões de FF	1,5	●		
70.	Aplicação generalizada da informática e da robótica numa oficina de pintura de carroçarias de uma fábrica de automóveis em Sochaux (Franche-Comté) <b>Automobiles Peugeot S.A.</b> 300 milhões de FF	43,8			●
71.	Reforço da capacidade de produção, de investigação e de desenvolvimento de uma empresa de equipamento de concepção e de fabrico computadorizado, em Cestas (Aquitânia) <b>Lectra-Systèmes S.A.</b> 16 milhões de FF	2,3	●		●
72.	Fábrica de circuitos integrados para aplicações específicas próximo de Aix-en-Provence (Provença-Côte d'Azur) <b>ES2 — European Silicon Structures S.A. France</b> 60 milhões de FF	8,8	●		●
73.	Empréstimo global à <b>CAECL</b> para o financiamento de infra-estruturas de pequena e média dimensão realizadas por colectividades locais ou entidades públicas nas áreas assistidas 500 milhões de FF	73,0	●		



		Modernização de empresas		
		Ambiente — Património		
		Infra-estruturas comunitárias		
		Objectivos energéticos		
		Desenvolvimento regional		
		milhões de ECUs		
<b>74.—78.</b>	Empréstimos globais a <b>Sociedades de Desenvolvimento Regional (SDR)</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria, do turismo e dos serviços nas áreas assistidas			
—	SDR de Bretagne			
	20 milhões de FF	2,9	●	
	40 milhões de FF	5,8	●	
—	SDR de l'Ouest — Sodero			
	20 milhões de FF	2,9	●	
	40 milhões de FF	5,8	●	
—	SDR du Languedoc-Roussillon — Sloder			
	75 milhões de FF	11,0	●	
<b>79.</b>	Empréstimo global ao <b>CEPME</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria, do turismo e dos serviços nas áreas assistidas			
	99 milhões de FF	14,5	●	
<b>80.</b>	Empréstimo global à <b>Caisse Centrale de Crédit Coopératif</b> para o financiamento de iniciativas de pequena e média dimensão do sector da pesca marítima nas áreas assistidas do litoral			
	150 milhões de FF	22,4	●	
<b>IRLANDA</b>		<b>214,3</b>		
	159,8 milhões de libras irlandesas (£ Irl)			
<b>81.—82.</b>	Ampliação da central eléctrica a carvão de Moneypoint; terceira unidade de 300 MW			
	<b>Electricity Supply Board</b>			
	15 milhões de £ Irl	21,0	●	●
	20 milhões de £ Irl	26,2	●	●
<b>83.</b>	Extensão e reforço da rede eléctrica de alta tensão e em particular instalação de linhas de 400 kV entre a central de Moneypoint e Dublin			
	<b>Electricity Supply Board</b>			
	16,8 milhões de £ Irl	22,0	●	
<b>84.—89.</b>	Beneficiação de vários troços da rede rodoviária nacional			
	<b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
	5 milhões de £ Irl	7,0	●	
	18,5 milhões de £ Irl	24,2	●	
	10 milhões de £ Irl	13,1	●	
	5 milhões de £ Irl	6,6	●	
	3,5 milhões de £ Irl	4,6	●	
	7,5 milhões de £ Irl	9,8	●	
<b>90.</b>	Estrada de desvio em Athlone e ponte sobre o Shannon			
	<b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
	3 milhões de £ Irl	3,9	●	
<b>91.—93.</b>	Obras de adução de água e estações de tratamento de efluentes			
	<b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
	4 milhões de £ Irl	5,6	●	
	4 milhões de £ Irl	5,2	●	
	6 milhões de £ Irl	7,9	●	
<b>94.</b>	Construção de fábricas «chave na mão» e por medida			
	<b>Shannon Free Airport Development Company Ltd e Udaras na Gaeltachta</b> por intermédio do <b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
	3 milhões de £ Irl	4,2	●	
<b>95.—96.</b>	Ordenamento florestal e rearborização de mais de 13 000 ha			
	<b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
	24 milhões de £ Irl	33,4	●	
	3,5 milhões de £ Irl	4,6	●	
<b>97.—99.</b>	Empréstimos globais à <b>Industrial Crédit Corporation plc</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas industriais e turísticas			
	3 milhões de £ Irl	4,2	●	
	3 milhões de £ Irl	4,2	●	
	5 milhões de £ Irl	6,6	●	

		Modernização de empresas	Ambiente — Património	Infra-estruturas comunitárias	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional
		milhões de ECUs				
<b>ITÁLIA</b>		<b>2 912,5</b>				
4 279,9 biliões de liras (Lit)						
<b>100.</b> Centrais hidroeléctricas (potência total: cerca de 70 MW), no Friul, na Emilia Romana e na Lombardia						
<b>ENEL</b>						
35 biliões de Lit		23,5	●			
<b>101.</b> Modernização e aumento da capacidade de uma central hidroeléctrica (23,4 MW) em Coghinas, na província de Sassari (Sardenha)						
<b>ENEL</b>						
20 biliões de Lit		13,6	●	●		
<b>102.—103.</b> Modernização e aumento da capacidade de oito centrais hidroeléctricas (potência total: cerca de 224 MW) no Piemonte, na Emilia Romana e na Lombardia						
<b>ENEL</b>						
80 biliões de Lit		54,2		●		
40 biliões de Lit		27,7		●		
<b>104.</b> Central hidroeléctrica de 18,6 MW no rio Braulio (Lombardia)						
<b>Município de Milão</b> por intermédio do <b>IMI</b>						
7,5 biliões de Lit		5,0		●		
<b>105.—106.</b> Sete centrais geotérmicas na Toscana (potência total: 140 MW)						
<b>ENEL</b>						
100 biliões de Lit		67,8		●		
60 biliões de Lit		41,5		●		
<b>107.—108.</b> Rede de aquecimento de Reggio Emilia e central de geração combinada de electricidade e calor a partir de diversos combustíveis (Emilia Romana)						
<b>Azienda Gas Acqua Consorziale</b> por intermédio do <b>BNL-SAFOP</b>						
10,5 biliões de Lit		7,3		●		
4,5 biliões de Lit		3,1		●		
<b>109.—112.</b> Aproveitamento do jazigo de petróleo de Vega, o mais importante da Itália, no Canal da Sicília, ao largo da província de Ragusa						
<b>Società Energia Montedison, Canada N.W. Itália e Petromarine Italia</b> por intermédio do <b>MEDIOBANCA</b>						
56 biliões de Lit		37,9	●	●		
24 biliões de Lit		16,2	●	●		
28 biliões de Lit		19,0	●	●		
12 biliões de Lit		8,1	●	●		
<b>113.</b> Aproveitamento dos jazigos de gás de Eleonora e Penina, ao largo das províncias de Teramo (Abruzos) e Ascoli (Marcas) e de Bronte, na província de Catânia (Sicília); centro de controlo em Chieti (Abruzos)						
<b>AGIP</b> por intermédio do <b>ENI</b>						
130 biliões de Lit		89,9	●	●		
<b>114.</b> Ampliação e aproveitamento de três jazigos de gás natural, ao largo das Marcas (Barbara) e da Emilia Romana (Armida e Antares)						
<b>AGIP S.p.A.</b>						
80 biliões de Lit		54,2		●		
<b>115.—116.</b> Aproveitamento do jazigo de Torrente Tona, na província de Campobasso (Molissa)						
<b>AGIP S.p.A.</b> por intermédio do <b>ENI</b>						
11,9 biliões de Lit		8,1	●	●		
5,1 biliões de Lit		3,5	●	●		
<b>117.</b> Interligação das redes eléctricas de alta tensão italiana e francesa; secção de 138 km, de Rondissone (Vale de Aosta) à passagem do Petit Saint-Bernard (fronteira francesa)						
<b>ENEL</b>						
35 biliões de Lit		24,4		●		
<b>118.</b> Gasoduto de ligação do reservatório subterrâneo de Minerbio (Emilia Romana) a Alessandria (Piemonte); conversão em reservatório de armazenamento de gás de um jazigo parcialmente esgotado em Settala (Lombardia)						
<b>SNAM S.p.A.</b>						
80 biliões de Lit		54,2		●		

		Modernização de empresas				
		Ambiente — Património				
		Infra-estruturas comunitárias				
		Objectivos energéticos				
		Desenvolvimento regional				
		milhões de ECUs				
<b>119.</b>	Reforço da rede de transporte e de distribuição de electricidade na Campânia, na Calábria, na Basilicata e na Sardenha					
<b>ENEL</b>						
200 biliões de Lit		135,4	●			
<b>120.</b>	Criação e extensão de redes de distribuição de gás natural em várias zonas do Mezzogiorno					
<b>Italgas Sud S.p.A.</b> por intermédio do <b>Banco di Napoli</b>						
50 biliões de Lit		33,9	●	●		
<b>121.—122.</b>	Conversão para gás natural e extensão da rede de distribuição da cidade de Nápoles e dos municípios vizinhos (Campânia)					
<b>Napoletana Gas S.p.A.</b> por intermédio do <b>ENI</b>						
14 biliões de Lit		9,5	●	●		
6 biliões de Lit		4,1	●	●		
<b>123.—126.</b>	Conversão para gás natural e extensão da rede de distribuição da área de Milão (Lombardia)					
<b>Município de Milão, Azienda Energetica Municipale</b> por intermédio do <b>BNL</b>						
21 biliões de Lit		14,5		●		
9 biliões de Lit		6,2		●		
14 biliões de Lit		9,7		●		
6 biliões de Lit		4,2		●		
<b>127.—130.</b>	Instalação de redes de distribuição de gás natural em 47 municípios e extensão das redes existentes em 59 municípios, principalmente na província de Turim (Piemonte)					
<b>ITALGAS S.p.A.</b>						
17,5 biliões de Lit		12,1		●		
7,5 biliões de Lit		5,2		●		
17,5 biliões de Lit		12,1		●		
7,5 biliões de Lit		5,2		●		
<b>131.**</b>	Duplicação da linha de caminhos de ferro Milão—Saronno, que melhorará o acesso ao aeroporto internacional de Malpensa (Lombardia)					
<b>Ferrovie Nord Milano Esercizio S.p.A.</b> por intermédio do <b>Ministério dos Transportes</b>						
30 biliões de Lit		20,3			●	
<b>132.—133.</b>	Alargamento para três vias da auto-estrada A 2 Roma—Nápoles (176 km) (Lácio e Campânia)					
<b>AUTOSTRADA</b>						
40 biliões de Lit		27,1	●			
60 biliões de Lit		41,5	●			
<b>134.—135.</b>	Conclusão da circular de Roma (46,9 km) que ligará as auto-estradas A 1 para Milão e A 2 para Nápoles (Lácio)					
<b>AUTOSTRADA</b> por intermédio do <b>IRI</b>						
60 biliões de Lit		40,7	●			
40 biliões de Lit		27,7	●			
<b>136.—138.</b>	Auto-estrada dos Túneis; cinco novos lanços (54 km) na direcção da fronteira suíça (Piemonte)					
<b>AUTOSTRADA</b> por intermédio do <b>CREDIOP</b>						
59,5 biliões de Lit		39,9			●	
25,5 biliões de Lit		17,1			●	
100 biliões de Lit		67,8			●	
<b>139.**</b>	Extensão do nó de ligação de Vomero da auto-estrada urbana de Nápoles (Campânia)					
<b>Região Campânia</b>						
10 biliões de Lit		6,9	●			
<b>140.*</b>	Reconstrução de seis viadutos da auto-estrada Nápoles—Avellino—Bari (A 16), danificados pelos sismos de Novembro de 1980 (Campânia)					
<b>AUTOSTRADA</b>						
5 biliões de Lit		3,4	●			
<b>141.*</b>	Reconstrução de doze viadutos da auto-estrada Nápoles—Avellino—Bari, danificados pelos sismos de Novembro de 1980 (Campânia)					
<b>AUTOSTRADA</b>						
8 biliões de Lit		5,5	●			

\* Reconstrução das áreas sinistradas em 1980.

\*\* Projecto financiado no âmbito do Fundo para o Investimento e o Emprego (FIO).



		<div>Modernização de empresas</div> <div>Ambiente — Património</div> <div>Infra-estruturas comunitárias</div> <div>Objectivos energéticos</div> <div>Desenvolvimento regional</div>				
		milhões de ECUs				
<b>142.*</b>	Prosseguimento da reconstrução da rede rodoviária da Campânia e da Basilicata danificada pelos sismos de Novembro de 1980 <b>ANAS</b> por intermédio do <b>Estado Italiano</b> 20 biliões de Lit	13,4	●			
<b>143.**</b>	Prolongamento do molhe VII do porto de Trieste, para a acostagem de navios porta-contentores e rolantes (Friul-Veneza-Juliana) <b>Estado Italiano (Ministério das Obras Públicas)</b> 5 biliões de Lit	3,4	●		●	
<b>144.**</b>	Reforço da protecção do porto exterior de Brindisi e particularmente dos cais carboníferos (Apúlia) <b>Estado Italiano (Ministério das Obras Públicas)</b> 10 biliões de Lit	6,9	●	●		
<b>145.**</b>	Obras na doca «Toscana» do porto de Livorno, para a acostagem de navios porta-contentores e rolantes (Toscana) <b>Estado Italiano (Ministério das Obras Públicas)</b> 10 biliões de Lit	6,7			●	
<b>146.**</b>	Construção de uma marina em Pescara (Abruzos) <b>Região Abruzos</b> 4 biliões de Lit	2,8	●			
<b>147.**</b>	Ampliação e renovação do terminal para passageiros do aeroporto internacional de Pisa (Toscana) <b>Società Aeroporto Toscano «Galileo Galilei» S.p.A.</b> por intermédio do <b>Estado Italiano (Ministério dos Transportes)</b> 5 biliões de Lit	3,4			●	
<b>148.—150.</b>	Compra de 10 aviões MD 82 destinados às ligações aéreas entre os países da Comunidade <b>Alitalia</b> por intermédio de — <b>MEDIOBANCA</b> 35 biliões de Lit 15 biliões de Lit — <b>IRI</b> 60 biliões de Lit	23,5 10,1 40,7			● ● ●	
<b>151.</b>	Compra de aviões MD 82 destinados às ligações regionais <b>Aero Trasporti Italiani</b> por intermédio do <b>IRI</b> 63,1 biliões de Lit	42,7	●			
<b>152.**</b>	Compra de três aviões e de três helicópteros destinados aos serviços de protecção civil <b>Estado Italiano (Ministério da Protecção Civil)</b> 14 biliões de Lit	9,7	●		●	
<b>153.**</b>	Reforço da linha Cumana da rede ferroviária suburbana de Nápoles e instalação de entrepostos/oficinas (Campânia) <b>Estado Italiano (Ministério dos Transportes)</b> 10 biliões de Lit	6,9	●			
<b>154.**</b>	Primeira linha de metropolitano de Nápoles; secção de cerca de 9 km de ligação dos arredores Norte ao bairro central de Vomero (Campânia) <b>Município de Nápoles</b> por intermédio da <b>Região Campânia</b> 15 biliões de Lit	10,4	●			
<b>155.</b>	Reforço da rede telefónica em Abruzos, Molissa, Lácio, Campânia, Basilicata, Apúlia, Calábria, Sicília e Sardenha <b>SIP</b> por intermédio do <b>IRI</b> 650 biliões de Lit	440,4	●			
<b>156.**</b>	Reforço da rede de distribuição de água potável de Potenza (Basilicata) <b>Região Basilicata</b> 4,6 biliões de Lit	3,1	●			
<b>157.</b>	Melhoria do abastecimento de água potável em Nápoles e na respectiva província, na província de Caserta e na Ilha de Ischia (Campânia) <b>Cassa per il Mezzogiorno</b> 20 biliões de Lit	13,5	●			

\* Reconstrução das áreas sinistradas em 1980.

\*\* Projecto financiado no âmbito do Fundo para o Investimento e o Emprego (FIO).

		Modernização de empresas	Ambiente — Património	Infra-estruturas comunitárias	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional	milhões de ECUs
158.**	Reforço da rede de adução de água de vários municípios de Molissa						
<b>Região Molissa</b>							
	2 biliões de Lit						1,4
159.**	Racionalização e melhoria do abastecimento de água potável em 67 municípios das províncias de Áquila e de Teramo (Abruzos)						
<b>Região Abruzos</b>							
	4 biliões de Lit						2,7
160.**	Melhoria e racionalização do abastecimento de água em Cagliari (Sardenha)						
<b>Município de Cagliari e Região da Sardenha</b>							
	10 biliões de Lit						6,7
161.**	Melhoria do abastecimento de água potável em 28 municípios (44 000 habitantes) nas províncias de Novara e Alessandria (Piemonte)						
<b>Região Piemonte</b>							
	3,6 biliões de Lit						2,4
162.**	Obras nas províncias de Rovigo (Veneza), de Mântua (Lombardia) e de Ferrara (Emilia Romana) para prevenção de inundações no vale do Pó						
<b>Estado Italiano (Ministério das Obras Públicas)</b>							
	30 biliões de Lit						20,1
163.—164.**	Instalações de recolha e de tratamento de efluentes visando reduzir a poluição do Pó e seus afluentes numa área com 3,5 milhões de habitantes						
— <b>Região Lombardia</b>							
	15 biliões de Lit						10,2
— <b>Região Piemonte</b>							
	10 biliões de Lit						6,9
165.**	Obras de protecção contra a erosão e de regularização do rio Cordevole, principal afluente do Piave (Veneza)						
<b>Região Veneza</b>							
	4 biliões de Lit						2,7
166.**	Redes de recolha e estações de tratamento de efluentes domésticos e industriais lançados na bacia do Gorziona (Veneza)						
<b>Região Veneza</b>							
	8 biliões de Lit						5,5
167.**	Obras de recolha e de tratamento de efluentes na Ilha de Grado visando reduzir a poluição e melhorar o abastecimento de água						
<b>Região Friul-Veneza-Juliana</b>							
	4 biliões de Lit						2,7
168.	Construção dos colectores principais da estação de depuração de Roma-Sul e ampliação da estação de Roma-Ostia (Lácio)						
<b>Município de Roma por intermédio do Instituto Bancario San Paolo di Torino</b>							
	27 biliões de Lit						18,7
169.**	Obras visando a regularização do rio Arno, a protecção do vale e, principalmente, de Florença e de Pisa contra as inundações, instalações de adução de água e de recolha e depuração de efluentes						
<b>Região Toscana</b>							
	30 biliões de Lit						20,3
170.**	Obras visando impedir a erosão e prevenir os deslizamentos de terras nas áreas montanhosas da província de Isernia (Molissa)						
<b>Estado Italiano (Ministério das Obras Públicas) e Região Molissa</b>							
	5 biliões de Lit						3,5
171.*	Ordenamento e equipamento de zonas industriais em Conza, Morra de Sanctis, Porrara e Oliveto Citra (Campânia), municípios sinistrados pelos sismos de Novembro de 1980						
<b>Estado Italiano</b>							
	3 biliões de Lit						2,0
172.**	Equipamento de abastecimento de água, de saneamento de efluentes e de evacuação de detritos sólidos no rio Metauro, na província de Pesaro e Urbino (Marcas)						
<b>Região Marcas</b>							
	10 biliões de Lit						6,8
173.**	Estradas florestais em 8 300 ha de florestas nos Pré-alpes Julianos e no Vale de Natisone						
<b>Região Friul-Veneza-Juliana</b>							
	2 biliões de Lit						1,4

\* Reconstrução das áreas sinistradas em 1980.

\*\* Projecto financiado no âmbito do Fundo para o Investimento e o Emprego (FIO).





		Modernização de empresas			
		Ambiente — Património			
		Infra-estruturas comunitárias			
		Objectivos energéticos			
		Desenvolvimento regional			
		milhões de ECUs			
<b>198.—199.</b>	Modernização de uma fábrica de veículos utilitários para a Fiat e a PSA em Atezza (Abruzzo)				
	<b>SEVEL S.p.A. — Società Europea Veicoli Leggeri</b> - por intermédio do <b>CREDIOP</b>				
	19,6 biliões de Lit	13,6	●		●
	8,4 biliões de Lit	5,8	●		●
<b>200.—201.</b>	Automatização e ampliação de uma fábrica de microcomputadores para fins profissionais em Scarmagno (Piemonte)				
	<b>Ing. C. Olivetti &amp; Co S.p.A.</b> por intermédio do <b>IMI</b>				
	89,6 biliões de Lit	60,1		●	
	38,4 biliões de Lit	25,8		●	
<b>202.</b>	Ampliação de um centro de investigação e desenvolvimento no campo das telecomunicações e da electrónica em Turim (Piemonte)				
	<b>Centro Studi e Laboratori Telecomunicazioni S.p.A.</b> por intermédio do <b>IRI</b>				
	15 biliões de Lit	10,2		●	
<b>203.</b>	Ampliação de uma fábrica de «sistemas integrados de fabrico» e de máquinas-ferramenta de comando digital em Piacenza (Emilia Romana)				
	<b>Mandelli S.p.A., Mandelli Industriale S.p.A. e Plasma S.p.A.</b> por intermédio do <b>IMI</b>				
	3 biliões de Lit	2,0		●	
<b>204.—205.</b>	Renovação e conversão das linhas de fabrico de circuitos impressos para as telecomunicações numa fábrica em Pagani (Campânia)				
	<b>Fabbrica Apparecchiature Telefoniche e Materiale Elettrico S.p.A.</b> por intermédio do <b>ISVEIMER</b>				
	17,5 biliões de Lit	12,1	●		
	7,5 biliões de Lit	5,2	●		
<b>206.—208.</b>	Ampliação e modernização de uma fábrica de componentes electrónicos (circuitos integrados e tecnologia MOS) em Agrate (Lombardia)				
	<b>SGS Microelettronica S.p.A.</b> por intermédio do <b>IRI</b>				
	14 biliões de Lit	9,7		●	
	6 biliões de Lit	4,2		●	
	80 biliões de Lit	55,4		●	
<b>209.—210.</b>	Ampliação de uma fábrica de cabos de comunicação por fibras ópticas em Battipaglia (Campânia)				
	<b>Fibre Ottiche Sud S.p.A.</b> por intermédio do <b>ISVEIMER</b>				
	7 biliões de Lit	4,8	●		●
	3 biliões de Lit	2,1	●		●
<b>211.—212.</b>	Modernização e aumento da capacidade de produção de uma fábrica de gelados em Caivano (Campânia) e reforço da rede de distribuição				
	<b>SAGIT S.p.A.</b> por intermédio do <b>ISVEIMER</b>				
	10,5 biliões de Lit	7,3	●		
	4,5 biliões de Lit	3,1	●		
<b>213.—214.</b>	Melhoria da produtividade e desenvolvimento de novos tipos de fibras numa fábrica de fibras sintéticas da província de Nápoles (Campânia)				
	<b>Società Italiana Poliestere S.p.A.</b> por intermédio do <b>INTERBANCA</b>				
	17,5 biliões de Lit	11,8	●		
	7,5 biliões de Lit	5,1	●		
<b>215.—216.</b>	Modernização e ampliação de uma fábrica têxtil em Frosinone (Lácio)				
	<b>Klopman International S.p.A.</b> por intermédio do <b>IMI</b>				
	13,7 biliões de Lit	9,2	●		
	5,8 biliões de Lit	4,0	●		
<b>217.—222.</b>	Modernização, incluindo introdução de novas tecnologias, de várias fábricas de fibras sintéticas em				
	— Castellaccio (Lácio) e Nápoles (Campânia)				
	<b>SNIA Fibre S.p.A.</b> por intermédio do <b>ISVEIMER</b>				
	12,6 biliões de Lit	8,7	●		
	5,4 biliões de Lit	3,7	●		
	— Villacidro (Sardenha)				
	<b>SNIA Fibre S.p.A.</b> por intermédio do <b>CIS</b>				
	6,3 biliões de Lit	4,4	●		
	2,7 biliões de Lit	1,9	●		
	— Cesano Maderno (Lombardia)				
	Introdução de tecnologias avançadas numa fábrica de fibras sintéticas				
	<b>SNIA Fibre S.p.A.</b> por intermédio do <b>MEDIOBANCA</b>				
	16,1 biliões de Lit	11,1			●
	6,9 biliões de Lit	4,8			●

		<div>Modernização de empresas</div> <div>Ambiente — Património</div> <div>Infra-estruturas comunitárias</div> <div>Objectivos energéticos</div> <div>Desenvolvimento regional</div>			
		milhões de ECUs			
<b>223.—224.</b>	Modernização e ampliação de uma fábrica de papel em Riva del Garda (Trentino-Alto Adige)				
	<b>Cartiere del Garda</b> por intermédio do <b>IMI</b>				
	10,5 biliões de Lit	7,0	●		
	4,5 biliões de Lit	3,0	●		
<b>225.—226.</b>	Reestruturação e modernização de uma fábrica de papel em Foggia (Apúlia)				
	<b>Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato</b> por intermédio do <b>CENTROBANCA</b>				
	15,9 biliões de Lit	10,8	●		
	6,8 biliões de Lit	4,6	●		
<b>227.—228.</b>	Investimentos necessários à produção de películas radiográficas de alto rendimento e ao aperfeiçoamento de um sistema de radiografia computadorizada numa fábrica em Ferrania (Ligúria)				
	<b>3M Italia S.p.A.</b> por intermédio do <b>MEDIOBANCA</b>				
	4,2 biliões de Lit	2,8		●	
	1,8 bilião de Lit	1,2		●	
<b>229.—230.</b>	Racionalização de uma fábrica em Settimo Torinese e instalação de equipamento altamente automatizado para o fabrico de pneus radiais para camiões (Piemonte)				
	<b>Pirelli Pneumatici S.p.A.</b> por intermédio do <b>CREDIOP</b>				
	14 biliões de Lit	9,5		●	
	6 biliões de Lit	4,1		●	
<b>231.</b>	Centro de investigação biotecnológica e de engenharia genética para o aperfeiçoamento de novos medicamentos em Gerenzano, próximo de Varese (Lombardia)				
	<b>Gruppo Lepetit S.p.A.</b> por intermédio do <b>IMI</b>				
	2 biliões de Lit	1,4		●	
<b>232.—233.**</b>	Modernização e ampliação dos laboratórios de investigação farmacêutica e desenvolvimento de equipamento de diagnóstico e de tratamento num instituto de investigação e de tratamento do cancro em Milão (Lombardia)				
	<b>Istituto Nazionale per lo Studio e la Cura dei Tumori</b> por intermédio do <b>Ministério das Obras Públicas</b>				
	6 biliões de Lit	4,1		●	
	6 biliões de Lit	4,2		●	
<b>234.**</b>	Laboratórios de investigação em Catânia (Sicília) e em Milão (Lombardia) nos domínios da física nuclear, da supracondutividade e da criogenia com aplicação industrial e clínica				
	<b>Istituto Nazionale di Fisica Nucleare</b> por intermédio do <b>Estado Italiano</b>				
	5 biliões de Lit	3,5	●		●
<b>235.**</b>	Desenvolvimento da piscicultura nas lagoas da costa ocidental da Sardenha, próximo de Oristano				
	<b>Região Sardenha</b>				
	8 biliões de Lit	5,4	●		
<b>236.**</b>	Restauração e protecção dos recintos arqueológicos de Pompeia, Herculaneum e Stabies (Campânia)				
	<b>Estado Italiano (Ministério da Cultura e do Ambiente)</b>				
	5 biliões de Lit	3,4	●		●
<b>237.</b>	Empréstimo global à <b>ARTIGIANCASSA</b> para o financiamento de iniciativas promovidas por empresas artesanais nas zonas assistidas				
	30 biliões de Lit	20,8	●		
<b>238.—240.</b>	Empréstimos globais ao <b>BNL — Sezione Speciale per Il Credito Industriale</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno				
	25 biliões de Lit	16,9	●		
	10,5 biliões de Lit	7,3	●		
	4,5 biliões de Lit	3,1	●		
<b>241.—243.</b>	Empréstimos globais ao <b>BNL-SACAT</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas hoteleiras e turísticas no Mezzogiorno				
	15 biliões de Lit	10,1	●		
	14 biliões de Lit	9,7	●		
	6 biliões de Lit	4,1	●		
<b>244.</b>	Empréstimo global ao <b>Banco di Napoli — Sezione di Credito Industriale</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno				
	35 biliões de Lit	24,2	●		

\*\* Projecto financiado no âmbito do Fundo para o Investimento e o Emprego (FIO).

		Modernização de empresas	Ambiente — Património	Infra-estruturas comunitárias	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional
		milhões de ECUs				
245.	Empréstimo global ao <b>Banco di Sicilia</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços na Sicília 13,5 biliões de Lit	9,1	●			
246.	Empréstimo global ao <b>CIS</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços na Sardenha 35 biliões de Lit	23,7	●			
247.	Empréstimo global ao <b>IMI</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno 40 biliões de Lit	27,1	●			
248.	Empréstimo global (por intermédio do <b>IMI</b> ) a várias <b>sociedades especializadas</b> no financiamento mediante locação financeira ( <i>leasing</i> ) de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno 30 biliões de Lit	20,1	●			
249.	Empréstimo global ao <b>IRFIS</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços na Sicília 30 biliões de Lit	20,3	●			
250.	Empréstimo global ao <b>Istituto di Credito delle Casse Rurali e Artigiane S.p.A.</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno 7,5 biliões de Lit	5,1	●			
251.—253.	Empréstimos globais ao <b>ISVEIMER</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno continental 75 biliões de Lit 19,4 biliões de Lit 8,3 biliões de Lit	50,8 13,4 5,8	● ● ●			
254.—257.	Empréstimos globais ao <b>Mediocredito Centrale</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno 9,2 biliões de Lit 12,6 biliões de Lit 13,9 biliões de Lit 7,7 biliões de Lit	6,2 8,5 9,4 5,3	● ● ● ●			
258.—259.	Empréstimos globais ao <b>BNL-SACAT</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da hotelaria e do turismo nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte 3,5 biliões de Lit 1,5 bilião de Lit	2,4 1,0	● ●			
260.—261.	Empréstimos globais ao <b>EFIBANCA</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte 10,5 biliões de Lit 4,5 biliões de Lit	7,3 3,1	● ●			
262.—263.	Empréstimos globais ao <b>IMI</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria, do turismo e dos serviços nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte 28 biliões de Lit 12 biliões de Lit	19,4 8,3	● ●			
264.—265.	Empréstimos globais ao <b>INTERBANCA</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria, do turismo e dos serviços nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte 10,5 biliões de Lit 4,5 biliões de Lit	7,1 3,1	● ●			
266.—269.	Empréstimos globais ao <b>Mediocredito Centrale</b> para o financiamento, através dos <b>Mediocrediti regionali</b> , de pequenas e médias iniciativas da indústria, do turismo e dos serviços nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte 23,3 biliões de Lit 25,1 biliões de Lit 21,8 biliões de Lit 34,3 biliões de Lit	15,6 17,0 14,8 23,8	● ● ● ●			
270.	Empréstimo global à <b>Cassa Depositi e Prestiti</b> para o financiamento de infra-estruturas públicas realizadas por colectividades locais do Mezzogiorno 1,9 bilião de Lit	1,3	●			



		Modernização de empresas	Ambiente — Património	Infra-estruturas comunitárias	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional
		milhões de ECUs				
<b>271.—276.</b>	Empréstimos globais ao <b>BNL</b> para o financiamento de investimentos de pequena e média dimensão conformes com os objectivos da Comunidade em matéria de energia					
— no Mezzogiorno						
14 biliões de Lit	9,5	•	•			
6 biliões de Lit	4,1	•	•			
— no Centro-Norte						
21 biliões de Lit	14,2		•			
9 biliões de Lit	6,1		•			
17,5 biliões de Lit	12,1		•			
7,5 biliões de Lit	5,2		•			
<b>277.—278.</b>	Empréstimos globais ao <b>CENTROBANCA</b> para o financiamento de investimentos industriais ou de infra-estruturas de pequena e média dimensão conformes com os objectivos da Comunidade em matéria de energia					
10,5 biliões de Lit	7,1		•			
4,5 biliões de Lit	3,1		•			
<b>279.</b>	Empréstimo global ao <b>INTERBANCA</b> para o financiamento no Centro-Norte de investimentos industriais ou de infra-estruturas de pequena e média dimensão conformes com os objectivos da Comunidade em matéria de energia					
20 biliões de Lit	13,8		•			
<b>280.</b>	Empréstimo global ao <b>Istituto Bancario San Paolo di Torino</b> para o financiamento de investimentos industriais e de infra-estruturas conformes com os objectivos da Comunidade em matéria de energia					
15 biliões de Lit	10,2		•			
<b>281.—282.</b>	Empréstimos globais ao <b>Mediocredito Centrale</b> para o financiamento, através dos <b>Mediocrediti regionali</b> , de investimentos conformes com os objectivos da Comunidade em matéria de energia nas regiões do Centro-Norte					
6 biliões de Lit	4,1		•			
1,4 bilião de Lit	1,0		•			
<b>283.</b>	Empréstimo global ao <b>Mediocredito Lombardo</b> para o financiamento no Centro-Norte de pequenas e médias infra-estruturas no sector da energia					
10 biliões de Lit	6,7		•			
<b>284.—288.</b>	Empréstimos globais ao <b>IMI</b> para o financiamento, no Centro-Norte, de iniciativas industriais de pequena dimensão no domínio das tecnologias avançadas					
27,1 biliões de Lit	18,2					•
21 biliões de Lit	14,2					•
5,5 biliões de Lit	3,8					•
2,3 biliões de Lit	1,6					•
8,4 biliões de Lit	5,8					•
<b>289.—290.</b>	Empréstimos globais às secções especializadas do <b>BNL (Sezione Speciale per il Credito Industriale, SAFOP, Coopercredito e SACAT)</b> para o financiamento de projectos de pequena e média dimensão visando a protecção ou a melhoria do ambiente					
— no Mezzogiorno						
10 biliões de Lit	6,8	•				•
— no Centro-Norte						
20 biliões de Lit	13,5					•
<b>LUXEMBURGO</b>	<b>18,2</b>					
800 milhões de francos luxemburgueses (Flux)						
<b>291.</b>	Ampliação do edifício do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias					
<b>Hochtief — Luxembourg</b> por intermédio da <b>Caisse d'Épargne de l'État</b>						
800 milhões de Flux	18,2		•			
<b>PAÍSES BAIXOS</b>	<b>98,2</b>					
242,7 milhões de florins (Hfl)						
<b>292.</b>	Compra e instalação de um simulador de voo para os aviões Fokker F-27 no aeroporto de Maastricht (Limburgo)					
<b>V.o.f. Friendship Simulation co.</b>						
7,7 milhões de Hfl	3,3	•				
<b>293.</b>	Construção de uma fábrica para a produção de aspartame (edulcorante artificial) em Geleen (Limburgo)					
<b>Holland Sweetener Company v.o.f.</b>						
35 milhões de Hfl	14,8	•				•

milhões de ECUs

**294.** Instalações para investigação e desenvolvimento no domínio da produção de circuitos impressos em Eindhoven (Noord-Brabant)

**Philips Finance Company b.v.**

200 milhões de Hfl

80,1

**PORTUGAL**

**160,4**

23 734 milhões de escudos (Esc)

**295.** Centrais eléctricas da Vitória e da Calheta; rede de transporte de electricidade (Madeira)

**Empresa de Electricidade da Madeira, E.P.**

4 400 milhões de Esc

29,1

**296.** Beneficiação da linha de caminhos de ferro Lisboa—Porto com vista a melhorar a velocidade, a segurança e o conforto dos passageiros; reforço do parque de material circulante para mercadorias

**República Portuguesa (Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.)**

6 902 milhões de Esc

45,6

**297.** Lanços de auto-estradas próximo do Porto: Porto—Maia (8,5 km) e Maia—Famalicão—Cruz (27 km) da A3 e Águas Santas-Campo (12 km) da A4

**BRISA — Auto-Estradas de Portugal, SARL** por intermédio da **República Portuguesa**

2 195 milhões de Esc

15,0

**298.** Construção do lanço Mealhada-Albergaria (38 km) da auto-estrada Lisboa—Porto

**BRISA — Auto-Estradas de Portugal, SARL** por intermédio da **República Portuguesa**

1 514 milhões de Esc

10,0

**299.** Beneficiação de cinco itinerários rodoviários no norte e no leste: lanço Campo—Paredes da A4; variantes de Vila do Conde—Póvoa do Varzim, Oliveira de Azeméis, Fail (Viseu) e Castelo Branco

**República Portuguesa (Junta Autónoma de Estradas)**

1 463 milhões de Esc

10,0

**300.** Novos troços rodoviários (99 km) nos itinerários principais de ligação de Aveiro e de Coimbra a Vilar Formoso

**República Portuguesa (Junta Autónoma de Estradas)**

1 665 milhões de Esc

11,0

**301.** Novas ligações telefónicas e centro de comutação telex em Lisboa, que utiliza a tecnologia de transmissão digital

**Correios e Telecomunicações de Portugal, E.P.**

680 milhões de Esc

4,8

**302.** Empréstimo global ao **Banco Português de Investimento** para o financiamento de pequenas e médias iniciativas na indústria, no turismo e nos serviços e de projectos de poupança de energia ou de defesa do ambiente

2 115 milhões de Esc

15,0

**303.** Empréstimo global à **República Portuguesa** para o financiamento de pequenas e médias iniciativas na indústria, no turismo e nos serviços e de projectos de poupança de energia ou de defesa do ambiente

2 800 milhões de Esc

19,9

**REINO UNIDO**

**1 355,3**

863,8 milhões de libras (£)

**304.—308.** Central nuclear de Torness Point (Escócia); primeira e segunda unidades (611 MW cada uma)

**South of Scotland Electricity Board**

29 milhões de £

45,0

80 milhões de £

128,1

40 milhões de £

63,4

28 milhões de £

42,9

25 milhões de £

34,0

**309.—310.** Construção de uma fábrica de reprocessamento de combustíveis nucleares em Sellafield (North)

**British Nuclear Fuels plc**

50 milhões de £

78,8

50 milhões de £

84,5

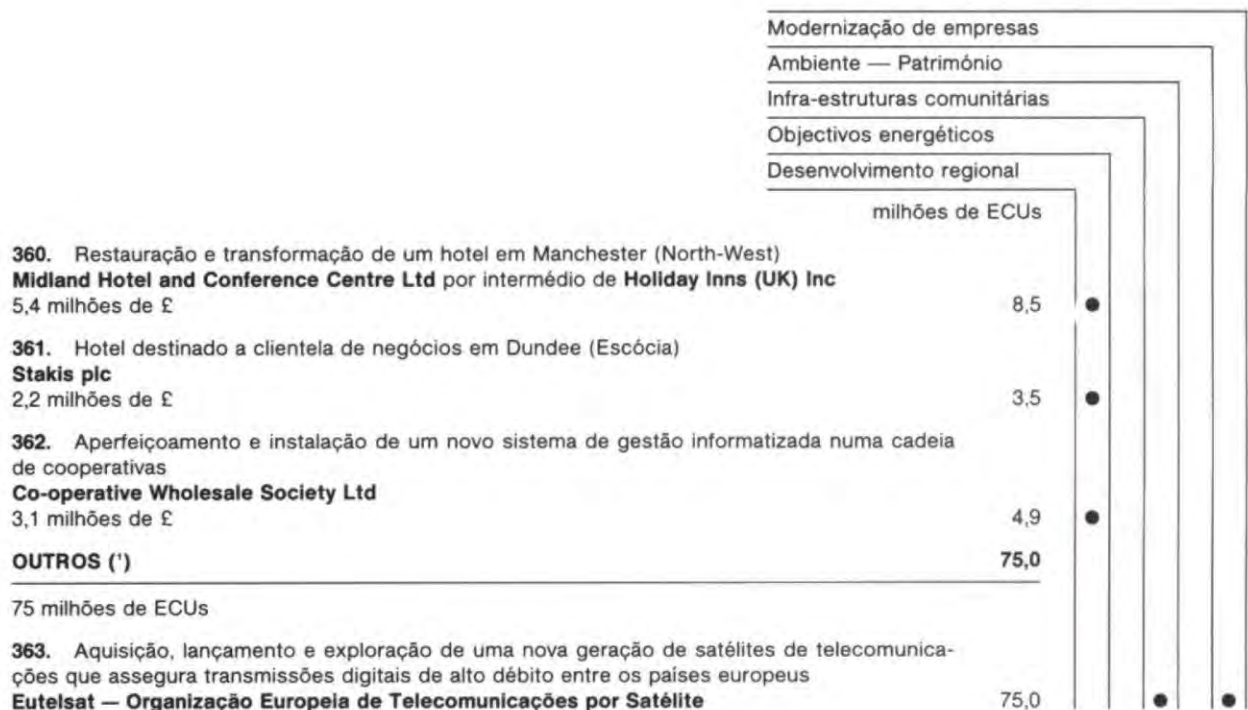


		Modernização de empresas	Ambiente — Património	Infra-estruturas comunitárias	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional
		milhões de ECUs				
311.	Conversão da Central de Kilroot (600 MW) para um sistema misto carvão/mazute, modernização e ampliação da rede de transporte e de distribuição de electricidade <b>Northern Ireland Electricity Service</b> 10 milhões de £	14,0	●	●		
312.	Aproveitamento do jazigo de gás natural «Esmond» no sector britânico do Mar do Norte <b>Hamilton Oil Great Britain plc</b> 60 milhões de £	97,5		●		
313.	Aproveitamento do jazigo de gás de Sean no sector britânico do Mar do Norte, a cerca de 100 km da costa inglesa <b>Britoil (P.I.) Ltd</b> 60 milhões de £	94,1		●		
314.	Linhas eléctricas de ligação da central nuclear de Torness Point à rede britânica de alta tensão (Escócia) <b>South of Scotland Electricity Board</b> 20 milhões de £	30,7		●		
315.	Instalações de vitrificação e de armazenagem de detritos radioactivos em Sellafield (North) <b>British Nuclear Fuels plc</b> 100 milhões de £	153,3		●		
316.	Modernização e electrificação das principais linhas de caminhos de ferro de Anglia (para Cambridge e Norwich) <b>British Railways Board</b> 25 milhões de £	38,8			●	
317.	Beneficiação de estradas de acesso e de estradas de desvio na Cornualha (South-West) <b>Cornwall County Council</b> 2,8 milhões de £	4,5	●			
318.	Circular de Edimburgo; troço de Sighthill (Escócia) <b>Lothian Regional Council</b> 6 milhões de £	9,8	●			
319.	Obras para a construção de estradas e de pontes nos Highlands (Escócia) <b>Highland Regional Council</b> 7 milhões de £	11,0	●			
320.	Beneficiação de diversos troços de grandes vias urbanas (18 km no total), especialmente em Birmingham, Coventry e Wolverhampton (West Midlands) <b>West Midlands County Council</b> 15 milhões de £	24,4	●			
321.	Variante em Nuneaton (West Midlands) <b>Warwickshire County Council</b> 1,4 milhão de £	2,3	●			
322.	Circular de Bewdley e acesso à zona industrial de Hartlebury Trading Estate na zona de Kidderminster (West Midlands) <b>Hereford and Worcester County Council</b> 2,4 milhões de £	3,8	●			
323.	Beneficiação da rede de estradas no Condado de Dyfed (País de Gales) <b>Dyfed County Council</b> 0,29 milhão de £	0,5	●			
324.	Via rápida de ligação de Llandudno à A 55, obras de beneficiação da rede de estradas no Condado de Gwynedd (País de Gales) <b>Gwynedd County Council</b> 2,2 milhões de £	3,5	●			
325.	Melhoria das condições de circulação nas três principais vias de acesso a Swansea (País de Gales) <b>West Glamorgan County Council</b> 3 milhões de £	4,7	●			



		<div>Modernização de empresas</div> <div>Ambiente — Património</div> <div>Infra-estruturas comunitárias</div> <div>Objectivos energéticos</div> <div>Desenvolvimento regional</div>				
		milhões de ECUs				
326.	Melhoria da rede de estradas no Condado de Durham (North)					
	<b>Durham County Council</b>					
	1,85 milhão de £	3,0	●			
327.	Desvio de Middlesbrough (North)					
	<b>Cleveland County Council</b>					
	5 milhões de £	8,1	●			
328.—329.	Terminal para porta-contentores em Felixstowe (East Anglia)					
	<b>Felixstowe Dock &amp; Railway Company</b>					
	5 milhões de £	8,1		●		
	5 milhões de £	7,8		●		
330.	Obras para a construção do cais do porto de Wisbech (East Anglia)					
	<b>Fenland District Council</b>					
	0,15 milhão de £	0,2		●		
331.	Terminal para passageiros no aeroporto de Southend em Essex (South-East)					
	<b>Southend-on-Sea Borough Council</b>					
	0,35 milhão de £	0,6		●		
332.	Construção de um novo aeródromo para aviões de descolagem e aterragem curta, no local das antigas docas do porto de Londres (South-East)					
	<b>London City Airport Ltd</b>					
	4 milhões de £	5,6		●		
333.	Colocação nas zonas centro e noroeste de Glasgow de uma rede de comunicações por cabo de banda larga (Escócia)					
	<b>Clyde Cablevision Ltd</b>					
	6 milhões de £	8,4	●			●
334.—335.	Obras de saneamento básico nas bacias do Wiske, do Don e do Calder; melhoria do abastecimento de água de quatro cidades do sul de Yorkshire					
	<b>Yorkshire Water Authority</b>					
	10 milhões de £	16,3			●	
	10 milhões de £	15,8			●	
336.—337.	Redes de recolha e de tratamento de efluentes; instalações de adução de água (North-West)					
	<b>North-West Water Authority</b>					
	10 milhões de £	16,3	●		●	
	14 milhões de £	22,8	●		●	
338.	Instalações de recolha de efluentes em Newcastle-upon-Tyne (North)					
	<b>Northumbrian Water Authority</b>					
	6 milhões de £	8,3	●		●	
339.	Melhoria das redes de adução, de distribuição de água e de esgotos do País de Gales					
	<b>Welsh Water Authority</b>					
	17 milhões de £	26,7	●		●	
340.	Instalações de recolha e de tratamento de efluentes e emissários marítimos nos condados de Avon, de Somerset e de Dorset (South-West)					
	<b>Wessex Water Authority</b>					
	10 milhões de £	14,0			●	
341.	Melhoria das redes de abastecimento e das estações de tratamento de efluentes a leste do Lothian (Escócia)					
	<b>Lothian Regional Council</b>					
	5 milhões de £	7,8			●	
342.	Beneficiação de 10 troços rodoviários (13,5 km), acesso a um novo parque tecnológico e construção de um centro para a inovação no Condado de Clwyd (País de Gales)					
	<b>Clwyd County Council</b>					
	3,5 milhões de £	5,5	●			
343.	Obras de estrada, construção de um terminal e de instalações no aeroporto de Liverpool; restauração de entrepostos destinados ao Museu Marítimo de Liverpool					
	<b>Merseyside County Council</b>					
	8,5 milhões de £	13,8	●			

		Modernização de empresas	Ambiente — Património	Infra-estruturas comunitárias	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional
		milhões de ECUs				
<b>344.—345.</b>	Estradas, zonas industriais e obras de protecção costeira no Lancashire (North-West) <b>Lancashire County Council, Blackpool e Blackburn Borough Councils</b> por intermédio do <b>Lancashire County Council</b> 3 milhões de £ 3 milhões de £	4,9 4,7	● ●			
<b>346.</b>	Obras de estrada, ampliação de uma escola técnica e obras visando a realização de economias de energia nos edifícios públicos de Staffordshire (West Midlands) <b>Staffordshire County Council</b> 5 milhões de £	7,9	●	●		
<b>347.</b>	Construção ou ampliação de parques de actividades artesanais, industriais e científicas, parque de estacionamento e obras de estrada na área urbana de Birmingham (West Midlands) <b>City of Birmingham Metropolitan District Council</b> 7 milhões de £	11,1	●			
<b>348.</b>	Obras de estrada, de adução de água e de saneamento básico no centro da Escócia <b>Central Regional Council</b> 7,5 milhões de £	12,2	●			
<b>349.</b>	Obras de estrada, instalações e redes de adução de água e de saneamento básico na região de Strathclyde (Escócia) <b>Strathclyde Regional Council</b> 17 milhões de £	27,6	●			
<b>350.</b>	Obras de estrada, instalações e redes de adução de água e de saneamento básico nos distritos de Dunfermline e de Kirkcaldy (Escócia) <b>Fife Regional Council</b> 5 milhões de £	7,9	●			
<b>351.</b>	Obras de estrada, redes de adução de água e de saneamento na região leste da Escócia <b>Tayside Regional Council</b> 6 milhões de £	9,5	●			
<b>352.</b>	Aproveitamento de uma pedreira de granito e instalações portuárias em Glensanda, Argyll (Escócia); construção de um armazém em Purfleet (no estuário do Tamisa) <b>Foster Yeoman Ltd</b> 10 milhões de £	15,7	●			
<b>353.</b>	Modernização de instalações de produção e de laminagem de alumínio no nordeste da Inglaterra e no País de Gales <b>British Alcan Aluminium Ltd</b> 3,4 milhões de £	5,4	●			
<b>354.</b>	Modernização do equipamento numa fábrica de cabos em Huyton (North-West) <b>BICC Connollys Ltd</b> por intermédio de <b>BICC Finance N.V.</b> 3 milhões de £	4,7	●			
<b>355.</b>	Fabrico de painéis mistos em Flint (País de Gales) <b>Huurre Oy. Tampere</b> 2,3 milhões de £	3,5	●			
<b>356.</b>	Reconstrução de um forno para o fabrico de recipientes em vidro em Wigan, próximo de Manchester (North-West) <b>Co-operative Wholesale Society Ltd</b> 2,5 milhões de £	3,5	●			
<b>357.—358.</b>	Oficinas de revisão de motores e de componentes de grandes aviões a jacto (Escócia) <b>Caledonian Airmotive Ltd</b> 5 milhões de £ 5 milhões de £	7,0 7,0	● ●			
<b>359.</b>	Construção de um novo avião a jacto de pequeno curso (90 a 110 lugares) em Belfast (Irlanda do Norte) <b>Short Bros plc</b> 30 milhões de £	47,1	●			●



**Abreviaturas utilizadas** (aplicam-se igualmente à lista de empréstimos a cargo de recursos do Novo Instrumento Comunitário)

Espanha	RENFE	Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles	CIS	Credito Industriale Sardo
França	CAECL	Caisse d'Aide à l'Equipement des Collectivités Locales	CREDIOP	Consorzio di Credito per le Opere Pubbliche
	CEPME	Crédit d'Equipement des Petites et Moyennes Entreprises	EFIBANCA	Ente Finanziario Interbancario
	CNA	Caisse Nationale des Autoroutes	EFIM	Ente Partecipazione e Finanziamento Industria Manifatturiera
	CNT	Caisse Nationale des Télécommunications	ENEL	Ente Nazionale per l'Energia Elettrica
Itália	AGIP	Azienda Generale Industria Petroli	ENI	Ente Nazionale Idrocarburi
	ANAS	Azienda Nazionale Autonoma delle Strade	IMI	Istituto Mobiliare Italiano
	ARTIGIANCASSA	Cassa per il credito alle imprese artigiane	INTERBANCA	Banca per Finanziamenti a Medio e Lungo Termine
	AUTOSTRADA	Autostrade-Concessioni e Costruzioni Autostrade S.p.A.	IRFIS	Istituto Regionale per il Finanziamento alle Industrie in Sicilia
	BNL	Banca Nazionale del Lavoro	IRI	Istituto per la Ricostruzione Industriale
	BNL/SACAT	Sezione Autonoma per l'Esercizio del Credito Alberghiero e Turistico della BNL	ISVEIMER	Istituto per lo Sviluppo Economico dell'Italia Meridionale
	BNL/SAFOP	Sezione Autonoma per il Finanziamento di Opere Pubbliche e di Impianti di Pubblica Utilità della BNL	ITALGAS	Società Italiana per il Gas p.A.
	CENTROBANCA	Banca Centrale di Credito Popolare	MEDIOBANCA	Banca di Credito Finanziario
			MEDIOCRECITO CENTRALE	Istituto Centrale per il Credito a Medio Termine
			SIP	Società Italiana per l'Esercizio delle Telecomunicazioni
			SNAM	Società Nazionale Metanodotti p.A.
			SNIA	Società Nazionale Industria Applicazioni (Fibre)
			VENEFONDIARIO	Istituto di Credito Fondiario delle Venezie

(\*) Empréstimo assimilado a empréstimos para projectos na Comunidade (cf. pag. 8 e pag. 98).



## B. Empréstimos a cargo dos recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos (NIC)

### Contratos celebrados em 1986

O montante global dos contratos de empréstimo por conta de recursos do NIC, celebrados em 1986 conjuntamente pela Comissão das Comunidades Europeias e o Banco para projectos de investimento na Comunidade, elevou-se a 393 milhões.

Estas operações são efectuadas pelo Banco sob mandato, em nome e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia e são contabilizadas como contas extrapatrimoniais na Secção Especial; a responsabilidade do Banco no que se refere a estes empréstimos limita-se à boa execução, em conformidade com as práticas bancárias usuais, do mandato que lhe é confiado. Os objectivos económicos visados por estes empréstimos são indicados no quadro 12.

		Investimentos das PME	Objectivos energéticos	Desenvolvimento regional
		milhões de ECUs		
<b>DINAMARCA</b>		<b>59,9</b>		
475 milhões de coroas dinamarquesas (Dkr)				
<b>364.</b> Rede de aquecimento urbano na área urbana de Copenhaga <b>Centralkommunernes Transmissionselskab I/S</b>				
275 milhões de Dkr		34,6	•	
<b>365.</b> Empréstimo global ao <b>Finansieringsinstituttet for Industri og Håndværk A/S</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas industriais				
200 milhões de Dkr		25,3	•	
<b>ESPANHA</b>		<b>69,2</b>		
9,5 biliões de pesetas (Ptas)				
<b>366.</b> Empréstimo global ao <b>Banco de Crédito Agrícola</b> por intermédio do <b>Instituto de Crédito Oficial</b> para o financiamento de pequenas e médias empresas agro-industriais em todo o território espanhol				
2,7 biliões de Ptas		19,8	•	
<b>367.</b> Empréstimo global ao <b>Banco de Crédito Industrial</b> por intermédio do <b>Instituto de Crédito Oficial</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas da indústria e dos serviços nas zonas menos desenvolvidas				
6,8 biliões de Ptas		49,4	•	
<b>FRANÇA</b>		<b>58,4</b>		
400 milhões de francos franceses (FF)				
<b>368.</b> Empréstimo global ao <b>CEPME</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas				
400 milhões de FF		58,4	•	
<b>IRLANDA</b>		<b>47,8</b>		
36,5 milhões de libras irlandesas (£ Irl)				
<b>369.—370.</b> Central eléctrica a carvão (2º e 3º grupos de 300 MW cada um) em Moneypoint (Mid-West) <b>Electricity Supply Board</b>				
20 milhões de £ Irl		26,2	•	•
16,5 milhões de £ Irl		21,6	•	•
<b>ITÁLIA</b>		<b>111,4</b>		
162,5 biliões de liras italianas (Lit)				
<b>371.</b> Construção das infra-estruturas de base de uma nova área de escritórios em Nápoles (Campânia) <b>MEDEDIL — Società Edilizia Mediterranea p.A.</b> por intermédio do <b>ISVEIMER</b>				
35 biliões de Lit		24,2	•	
<b>372.—373.</b> Empréstimos globais ao <b>BNL — Sezione Speciale per il Credito Industriale</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte, fora das zonas assistidas				
17,5 biliões de Lit		11,9	•	
7,5 biliões de Lit		5,0	•	

Investimentos das PME			
Objectivos energéticos			
Desenvolvimento regional			
		milhões de ECUs	
374. Empréstimo global ao <b>Banco di Sicilia</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte, fora das zonas assistidas	10 biliões de Lit	6,9	●
375. Empréstimo global ao <b>EFIBANCA</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte, fora das zonas assistidas	20 biliões de Lit	13,6	●
376.—377. Empréstimos globais ao <b>IMI</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte, fora das zonas assistidas	24,5 biliões de Lit	17,0	●
	10,5 biliões de Lit	7,3	●
378. Empréstimo global ao <b>Istituto Bancario San Paolo di Torino — Sezione di Credito Agrario</b> , para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas agro-industriais no Centro-Norte, fora das zonas assistidas	15 biliões de Lit	10,2	●
379. Empréstimo global ao <b>Istituto Federale di Credito Agrario del Piemonte, della Liguria e delle Val d'Aosta</b> para investimentos produtivos de pequenas e médias empresas agro-industriais	10 biliões de Lit	6,8	●
380. Empréstimo global ao <b>VENEFONDIARIO</b> para o financiamento no Centro-Norte de pequenos e médios investimentos visando uma utilização racional da energia nos sectores das infra-estruturas, da indústria e da construção civil	12,5 biliões de Lit	8,6	●
<b>PORTUGAL</b>		<b>29,9</b>	
4,53 biliões de escudos (Esc)			
381. Empréstimo global ao <b>Banco de Fomento Nacional</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas da indústria, do turismo e dos serviços e de investimentos visando economias de energia ou a protecção do ambiente	4,53 biliões de Esc	29,9	● ●
<b>REINO UNIDO</b>		<b>16,3</b>	
10 milhões de libras (£)			
382. Electrificação da rede ferroviária próximo de Glasgow e compra de material circulante (Escócia)	<b>Strathclyde Regional Council</b>		
	10 milhões de £	16,3	●

# Financiamentos no exterior da Comunidade

O montante dos financiamentos no exterior da Comunidade elevou-se a 381,8 milhões a cargo de recursos próprios do Banco e a 91,9 milhões a cargo de recursos orçamentais, totalizando 473,7 milhões.

O Banco interveio em nove países mediterrânicos no âmbito de protocolos financeiros celebrados entre os países em questão e a Comunidade (231,1 milhões a partir de recursos próprios e 32,9 milhões a partir de recursos orçamentais, perfazendo 264 milhões).

Nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, os empréstimos foram concedidos no âmbito das segunda e terceira convenções de Lomé e nos Países e Territórios Ultramarinos, no contexto de decisões do Conselho das Comunidades, tendo-se cifrado em 150,7 milhões por conta de recursos próprios e 59 milhões de capitais de risco por conta de recursos orçamentais (no total, 209,7 milhões).

## Financiamentos nos países da bacia mediterrânica

O Banco prosseguiu e praticamente concluiu a afectação dos montantes previstos na segunda geração de protocolos financeiros que, no que se refere aos países do Magrebe, do Machrek e a Israel, expiravam em finais de Outubro de 1986. Foi ainda concedido um empréstimo na Turquia, no âmbito do relançamento do protocolo complementar de 1973.

### Magrebe

Na **Tunísia**, foram outorgados seis empréstimos num montante total de 63,5 milhões (sendo 13 milhões com condições especiais por conta de recursos orçamentais) por intermédio do Banque Nationale de Développement Agricole. Estes emprésti-

### A segunda geração de protocolos financeiros com os países do Magrebe, do Machrek e com Israel

A segunda geração de protocolos financeiros celebrados com os países do Magrebe e do Machrek e com Israel previam no total a concessão de 600 milhões sob a forma de empréstimos por conta de recursos do BEI, de 155 milhões sob a forma de empréstimos com condições especiais, concedidos pelo Banco ou pela Comissão, e de 260 milhões sob a forma de ajudas não reembolsáveis a cargo do orçamento comunitário. Na maioria destes países, os empréstimos a cargo de recursos próprios do BEI beneficiavam de uma bonificação de juro, cujo montante é imputado às ajudas não reembolsáveis. Em finais de 1986, a verba afectada atingia os 545,2 milhões, o que corresponde à quase totalidade das verbas previstas para o efeito, tendo sido financiados 34 projectos.

Parte dos financiamentos destinou-se a investimentos no sector da energia (138,5 milhões) e das infra-estruturas (estradas, abastecimento de água, saneamento básico e portos, num total de 171,5 milhões). Estes financiamentos contribuirão para melhorar as condições necessárias ao desenvolvimento industrial e agrícola destes países. De uma forma geral, os projectos financiados têm grandes dimensões e são realizados por entidades públicas.

Os empréstimos concedidos à indústria ascenderam a 263 milhões (28 milhões dos quais por conta de recursos orçamentais), centrando-se em três projectos individuais (55 milhões para materiais de construção no Egipto) e

em investimentos de menores dimensões, financiados por intermédio de bancos de desenvolvimento locais, principalmente sob a forma de empréstimos globais.

Durante o período de aplicação dos protocolos, o BEI concedeu 17 empréstimos globais no montante de 143,5 milhões a sete bancos de desenvolvimento da região, os quais já afectaram 117,7 milhões a 544 pequenas e médias empresas. A técnica dos empréstimos globais, que no contexto da primeira geração de protocolos apenas foi aplicada ao sector industrial, foi alargada a investimentos em explorações agrícolas de grande importância: foram realizadas sete operações deste tipo com bancos locais em Marrocos, na Jordânia e na Tunísia; neste último país, foram concedidos empréstimos por intermédio do Banque Nationale de Développement Agricole, para investimentos de maior envergadura, nos sectores da pecuária e de géneros alimentícios (55,5 milhões).

Estes bancos constituem, de uma certa forma, as «antenas» do BEI, devendo portanto ter competência para proceder a uma apreciação séria dos possíveis mutuários e das respectivas propostas. É dada uma atenção muito particular ao grau de competitividade das iniciativas financiadas, a nível internacional. A experiência revelou que o recurso a estes bancos constitui um bom meio de acesso ao sector privado e de promoção de um maior número de projectos válidos.



mos destinaram-se principalmente ao desenvolvimento da arboricultura e da pecuária, bem como a uma fábrica de lacticínios em Bou Salem; dois empréstimos globais concedidos contribuíram para o financiamento de investimentos agrícolas e agro-industriais (no âmbito dos empréstimos globais já em curso, foram afectados 242 créditos, no valor de 10,4 milhões). Na **Argélia**, o Banco outorgou um crédito de 60 milhões para a conversão da estrada nacional nº 1 em auto-estrada, entre a saída de Argel e Blida.

## Machrek

Os créditos concedidos no **Egipto** (62,5 milhões) destinaram-se à construção, a sul do Cairo, de uma fábrica de cimento branco para abastecimento do mercado local e à adição de um quarto grupo gerador a gás natural na central de Shoubrah El Kheima. Na **Síria**, um empréstimo de 16 milhões contribuiu para o reforço da rede de recolha e de tratamento de efluentes de Alep, no norte do país. Na **Jordânia**,

foram concedidos 9,1 milhões para a rede de saneamento básico da cidade de Zarqa, a nordeste de Amman, e para uma zona industrial próximo da capital.

## Outros países

Em **Israel**, um empréstimo global de 20 milhões permitiu financiar 16 pequenas e médias empresas industriais. Em **Malta**, foi concedido um empréstimo de 13 milhões, no enquadramento do Primeiro Protocolo Financeiro, que permitiu a renovação e a extensão da rede de telecomunicações internas e internacionais, necessárias ao desenvolvimento do comércio e do turismo. Em **Chipre**, a concessão de um crédito de 1,2 milhão, a cargo de recursos orçamentais, contribuirá para o prosseguimento da instalação de uma rede de saneamento básico nos dois sectores de Nicósia. Por último, na **Turquia**, foram concedidos 18,7 milhões para a central hidroeléctrica de Özlüce, na Anatólia Oriental, alimentada por uma barragem no rio Peri.

Quadro 5: **Montantes da ajuda financeira da Comunidade prevista nas convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou negociados em 12 de Maio de 1987**

(milhões de ECUs)

		Intervenções por conta de recursos orçamentais					
Tipo de acordo	Período de aplicação	Empréstimos por conta de recursos do BEI	Empréstimos com condições especiais	Operações de capitais de risco	Ajudas não reembolsáveis (2)	Total	
<b>Bacia Mediterrânica</b>							
Jugoslávia	protocolo financeiro	em negociação					
Turquia	4º protocolo financeiro	ainda não assinado	225	325 (3)	50	600	
Magrebe	3º protocolos financeiros	em negociação					
Machrek							
Israel							
Malta	2º protocolo financeiro	1. 10. 1986— 31. 10. 1988	16	3 (3)	10,5	29,5	
Chipre	2º protocolo financeiro	1. 5. 1984— 31. 12. 1988	28 (1)	6 (3)	10	44	
Libano	ajuda excepcional		50				
<b>Estados ACP—PTUM</b>							
ACP	Convenção de Lomé III	1986—1990	1 100 (1)	600 (2)	600 (3)	4 860	
PTUM	Decisão do Conselho	1986—1990	20 (1)	25 (2)	15 (3)	55	
<b>Total ACP—PTUM (4)</b>			<b>1 120</b>	<b>625</b>	<b>615</b>	<b>4 915</b>	
						<b>7 275</b>	

(1) Empréstimos que beneficiam de bonificação de juros por conta de recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento para projectos nos Estados ACP e PTUM e por conta dos recursos do orçamento geral das Comunidades para projectos nos países da bacia mediterrânica. Os montantes necessários para as bonificações de juro são imputados nas ajudas não reembolsáveis.

(2) Financiamentos concedidos pela Comissão das Comunidades Europeias.

(3) Financiamentos concedidos pelo Banco.

(4) Não inclui o fundo de estabilização das receitas de exportação dos ACP (925 milhões) e dos PTUM (5 milhões), nem o sistema especial para os produtos mineiros dos ACP (415 milhões); financiamentos concedidos pela Comissão.

## Financiamentos nos Estados ACP e nos PTUM

A actividade do Banco foi muito condicionada pela situação económica persistentemente difícil da maioria destes países, pela entrada em vigor tardia, em 1 de Maio de 1986, da Convenção de Lomé III e pelas dificuldades inerentes ao arranque de uma nova convenção. As verbas ainda disponíveis no contexto de Lomé II, a partir de capitais de risco, foram afectadas no início do exercício.

Os financiamentos destinaram-se a 18 países de África, das Caraíbas e do Pacífico e a um PTUM, designadamente, a Ilha de Montserrat.

Mais de 60% do montante dos financiamentos (incluindo os estudos de viabilidade) foram concedidos para investimentos industriais (125,4 milhões), que se centraram principalmente nas indústrias

extractivas (50,5 milhões), no sector transformador (47,4 milhões) e nas empresas de pequena dimensão, através de empréstimos globais concedidos a bancos de fomento (27,5 milhões). Em 1986, foram afectados 41,1 milhões no contexto dos empréstimos globais já em curso, sendo concedidos 85 créditos a pequenas e médias empresas, especialmente nos sectores do turismo (7,6 milhões), dos produtos alimentares (6,6 milhões), da indústria têxtil e da transformação de matérias plásticas.

Os restantes empréstimos destinaram-se a equipamento energético (52,3 milhões, ou seja, 25% do total) e a infra-estruturas de telecomunicações ou de abastecimento de água (32 milhões).

Mais de 40% dos financiamentos foram canalizados para operações que visavam a reestruturação e a aju-

### Balanço da Segunda Convenção de Lomé

Para os países ACP, o período de 1981 a 1985, durante o qual foi aplicada a **2ª Convenção de Lomé**, caracterizou-se por inúmeros aspectos desfavoráveis. A queda dos preços das matérias-primas exportadas continuou a verificar-se, acarretando a deterioração das razões de troca e a retracção do crescimento económico. Além disso, um grande número de países ACP foi afectado por más condições climáticas (secas sucessivas em várias regiões de África, ciclones no Pacífico). Esta conjuntura revelou-se pouco propícia à estruturação e financiamento de novos projectos nos sectores produtivos e particularmente nos sectores industrial e mineiro. Todavia, apesar destas dificuldades, o Banco conseguiu afectar durante o período de aplicação da Segunda Convenção de Lomé, cerca de 82% do seu limite máximo de intervenção a partir de recursos próprios (685 milhões) e a totalidade do pacote de 284 milhões de financiamentos com capitais de risco, por conta de recursos orçamentais.

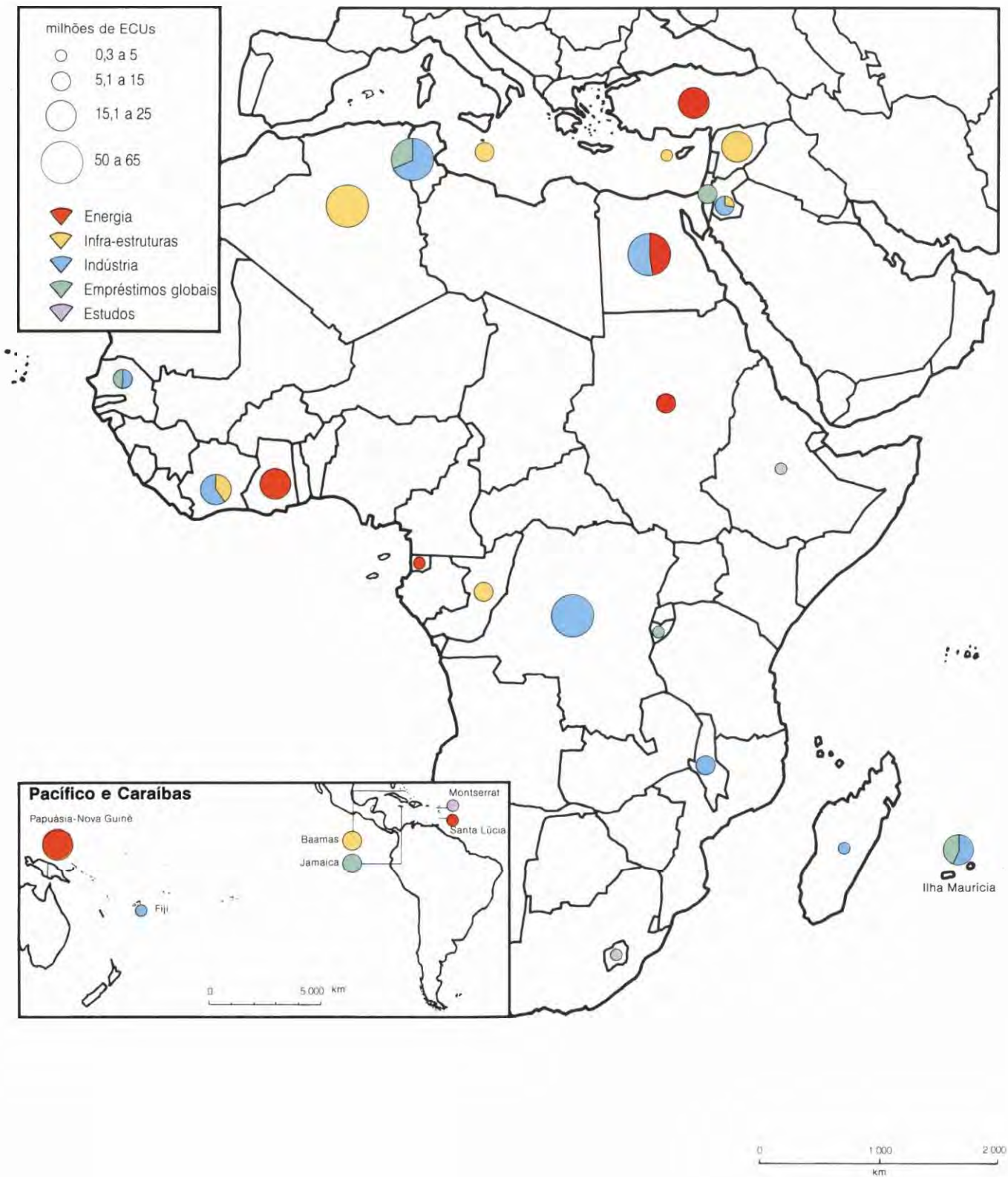
A degradação da situação económica e financeira dos Estados ACP explica igualmente a importância crescente dos financiamentos visando a reestruturação, a renovação e a modernização de instalações e equipamento existentes (cerca de um quarto dos financiamentos de Lomé II). O aparelho industrial da maioria dos Estados ACP utiliza cerca de metade da sua capacidade de produção nominal. Trata-se portanto essencialmente de preservar e de reestruturar as empresas que podem, em certas condições, ser viabilizadas. Estas operações, algumas das quais foram efectuadas por intermédio de bancos de desenvolvimento, constituem uma aplicação de recursos particularmente justificada e eficaz para o desenvolvimento económico dos países ACP.

A assinalar também a quota-parte dos projectos de infra-estruturas (15% do total), que se relacionavam com os

sectores das telecomunicações, do abastecimento de água nas zonas urbanas e das infra-estruturas portuárias, essenciais ao desenvolvimento industrial.

Os empréstimos globais a bancos de fomento constituíram cerca de 22% dos financiamentos. Um dos objectivos deste tipo de intervenções consiste em facilitar a participação de promotores dos países ACP (privados ou públicos) na concretização e no financiamento de investimentos produtivos.

Retirando ensinamentos do passado, a **Terceira Convenção de Lomé** confia ao Banco praticamente os mesmos domínios de intervenção, dando particular relevo, não só ao financiamento de projectos, mas também à respectiva reestruturação e à ajuda aos programas de acção nos sectores da indústria, da agro-indústria (incluindo as culturas industriais), do turismo e das minas, bem como da produção de energia, dos transportes e das telecomunicações. A aplicação da Convenção de Lomé II permitiu igualmente aos negociadores da Convenção de Lomé III insistir sobre a necessidade de restabelecer a capacidade de produção de empresas economicamente viáveis e de prover à manutenção dos equipamentos. Neste sentido, e de uma forma mais acentuada que no passado, a cooperação incidirá sobre a assistência ao arranque e à reestruturação de investimentos. As operações deste tipo incidirão tanto sobre projectos específicos, como sobre programas sectoriais. As intervenções no contexto de Lomé III continuarão a ser asseguradas através de empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco, bonificados a partir de recursos orçamentais da Comunidade (até um limite máximo de 1 100 milhões) e sob a forma de capitais de risco, por conta de recursos orçamentais (600 milhões).





da ao arranque de empresas, ou a renovação de infra-estruturas.

Em 1986, o Banco interveio em 13 países de **África**, concedendo 164,4 milhões, 57,7 dos quais por conta de capitais de risco. Os financiamentos destinaram-se principalmente a países da *África Central e Ocidental* e em particular, ao **Zaire**, país onde foi concedido um empréstimo de 50 milhões para a reabilitação da capacidade de exploração das minas de cobre e de cobalto. Na **Costa do Marfim**, os financiamentos (24,2 milhões) repartiram-se entre o reforço da rede de telecomunicações, uma fábrica de descaroçamento de algodão e uma fábrica de cartões de embalagem. No **Senegal**, foram igualmente financiados projectos industriais (13,5 milhões com capitais de risco), a saber: a reestruturação de um complexo químico de processamento de fosfatos e o financiamento de pequenas e médias empresas nos sectores do turismo e da pesca. No **Congo**, um empréstimo de 10 milhões por conta de capitais de risco contribuirá para a melhoria do abastecimento de água em Pointe-Noire. As outras intervenções visaram a melhoria do abastecimento de energia: no **Gana**, reforço da rede eléctrica de alta tensão no Centro e no Norte (17 milhões) e, na

**Guiné Equatorial**, central hidroeléctrica no rio Riaba (4 milhões com capitais de risco).

Na *África Austral*, exceptuando um estudo preliminar do aproveitamento dos recursos hídricos do **Lesoto** (3,5 milhões com capitais de risco), os empréstimos centraram-se em investimentos industriais: na **Maurícia** (18,5 milhões, 3,5 dos quais com capitais de risco), uma fábrica de tecidos de algodão e poliéster, que trabalha em cooperação com uma firma malgaxe, e um empréstimo global ao Banco de desenvolvimento; no noroeste de **Madagáscar**, a reestruturação de uma fábrica têxtil (3,3 milhões com capitais de risco); no **Malawi** (8 milhões, 5,5 dos quais com capitais de risco), a construção de uma serração e de uma fábrica de contraplacado no Norte e a restauração de uma fábrica de cimento no Sul.

Por último, no *leste africano*, o Banco contribuiu para o financiamento, com capitais de risco, de um novo grupo numa central hidroeléctrica no **Sudão**, no Nilo Azul (9 milhões), e para um estudo de viabilidade da exploração de uma mina de ouro na **Etiópia** (0,5 milhão).

Quadro 6: Financiamentos nos países da bacia mediterrânica e nos ACP—PTUM em 1986

(milhões de ECUs)

	Total	Recursos próprios	Recursos orçamentais	Energia	Infra-estruturas	Sectores	
						Indústria, agricultura, serviços	
						Empréstimos individuais	Empréstimos globais
Argélia	60,0	60,0	—	—	60,0	—	—
Tunísia	63,5	50,5	13,0	—	—	43,5	20,0
Egipto	62,5	62,5	—	30,0	—	32,5	—
Jordânia	9,1	9,1	—	—	2,6	6,5	—
Síria	16,0	16,0	—	—	16,0	—	—
Chipre	1,2	—	1,2	—	1,2	—	—
Israel	20,0	20,0	—	—	—	—	20,0
Malta	13,0	13,0	—	—	13,0	—	—
Turquia	18,7	—	18,7	18,7	—	—	—
<b>Total Mediterrâneo</b>	<b>264,0</b>	<b>231,1</b>	<b>32,9</b>	<b>48,7</b>	<b>92,8</b>	<b>82,5</b>	<b>40,0</b>
África	164,4	108,7	55,7	30,0	20,0	96,9	17,5
Caraíbas	23,5	21,5	2,0	5,0	8,5	—	10,0
Pacífico	21,5	20,5	1,0	17,0	—	4,5	—
PTUM	0,3	—	0,3	—	—	0,3	—
<b>Total ACP—PTUM</b>	<b>209,7</b>	<b>150,7</b>	<b>59,0</b>	<b>52,0</b>	<b>28,5</b>	<b>101,7</b>	<b>27,5</b>
<b>Total</b>	<b>473,7</b>	<b>381,8</b>	<b>91,9</b>	<b>100,7</b>	<b>121,3</b>	<b>184,2</b>	<b>67,5</b>

Nas **Caraíbas**, os empréstimos destinaram-se a investimentos de pequenas e médias empresas na **Jamaica** (10 milhões), à restauração da rede de adução de água e de saneamento básico de uma ilha das **Baamas** (8,5 milhões), à construção de uma central eléctrica e à instalação de uma linha eléctrica em **Santa Lúcia** (5 milhões, 2 dos quais com capitais de risco) e a um estudo preliminar da instalação de uma central eólica em **Montserrat** (260 000 ECUs).

Por último, no **Pacífico**. O Banco contribuiu para o financiamento de uma barragem e da ampliação de uma central eléctrica no centro da **Papuásia-Nova Guiné** (17 milhões) e de serrações em Vanua Levu e Viti Levu em **Fiji** (4,5 milhões, 1 dos quais com capitais de risco).

A distribuição dos financiamentos segundo o grau de desenvolvimento dos diferentes países revela que cerca de 55% dos empréstimos por conta de recursos próprios foram concedidos nos Estados ACP cujo rendimento *per capita* é superior a 400 US\$ e cuja capacidade de endividamento é mais elevada, e que mais de 66% dos créditos sob a forma de capitais de risco foram canalizados para projectos situados em países ACP mais desfavorecidos, cujo PIB *per capita* é inferior ou igual a 400 US\$.

O financiamento da maioria dos projectos de investimento nos Estados ACP foi feito em conjunção, essencialmente com as instituições de crédito bilaterais dos Estados-membros, o Fundo Europeu de Desenvolvimento, o Banco Mundial e outras instituições de ajuda ao desenvolvimento.

Rede de recolha e tratamento de efluentes na Jordânia (cf. lista de financiamentos, nº 393, p. 73); uma parte da água tratada é reutilizada para irrigação.





# Lista dos financiamentos no exterior da Comunidade <sup>(1)</sup>

## A. Empréstimos por conta de recursos próprios do Banco

### Contratos celebrados em 1986

O montante total dos contratos de empréstimo por conta de recursos próprios do Banco, celebrados em 1986 para projectos de investimento no exterior da Comunidade, elevou-se a 381,8 milhões, destinando-se 231,1 milhões aos países da bacia mediterrânica e 150,7 milhões aos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e aos Países e Territórios Ultramarinos (PTUM). Estas operações são contabilizadas no balanço.

Todos os empréstimos efectuados nos países ACP e nos PTUM — África beneficiaram de uma bonificação de juros por conta de recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

milhões de ECUs			
<b>EGIPTO</b>	<b>62,5</b>	<b>ISRAEL</b>	
38,8 milhões de libras egípcias (£E)		<b>390.</b> Empréstimo global ao <b>Industrial Development Bank of Israël</b> para o financiamento de pequenas e médias empresas industriais	20,0
<b>383.</b> Central térmica de Shoubrah El Kheima, 4º grupo gerador (320 MW) <b>Companhia Egípcia de Electricidade</b> 18,6 milhões de £E	30,0	<b>SÍRIA</b>	
<b>384.</b> Fábrica de cimento branco, próximo de Salamut, 220 km a sul do Cairo <b>Helwan Portland Cement Company</b> 20,2 milhões de £E	32,5	<b>391.</b> Rede de esgotos e estação de depuração em Alep, principal cidade do norte <b>Governo da República Árabe Síria (Ministério da Habitação e dos Serviços Públicos)</b> 58,8 milhões de libras sírias	16,0
<b>ARGÉLIA</b>		<b>MALTA</b>	
<b>385.</b> Conversão da RN1 em auto-estrada entre Boufarik (saída sul de Argel) e Blida (18 km) <b>República Argelina Democrática e Popular (Ministério das Obras Públicas)</b> por intermédio do <b>Banque Algérienne de Développement</b> 271,9 milhões de dinares argelinos	60,0	<b>392.</b> Modernização e extensão da rede telefónica e de telex <b>Telemalta Corporation</b> 5,1 milhões de libras maltesas	13,0
<b>TUNÍSIA</b>	<b>50,5</b>	<b>JORDÂNIA</b>	<b>9,1</b>
36,1 milhões de dinares tunisinos (DT)		2,9 milhões de dinares jordanos (JD)	
<b>386.</b> Fábrica de lacticínios em Bou Salem (130 km a oeste de Tunes) <b>Société Laitière du Nord-Ouest (LAINO)</b> por intermédio do <b>Banque Nationale de Développement Agricole</b> 1,7 milhão de DT	2,5	<b>393.</b> Rede de esgotos (77 km) e estação de depuração em Zarqa, 25 km a nordeste de Amman <b>Jordan Water Authority</b> por intermédio do <b>Reino Hachemita da Jordânia</b> 0,8 milhão de JD	2,6
<b>387.</b> Empréstimo global ao <b>Banque Nationale de Développement Agricole</b> para o financiamento de investimentos de pequena e média dimensão nos sectores agrícola e agro-industrial 9,7 milhões de DT	14,0	<b>394.</b> Extensão de uma zona industrial em Sahab, nos arredores sul de Amman, para pequenas e médias iniciativas industriais <b>Jordan Industrial Estates Corporation</b> por intermédio do <b>Reino Hachemita da Jordânia</b> 2,1 milhões de JD	6,5
<b>388.</b> Desenvolvimento da pecuária e da arboricultura em cinco complexos agrícolas <b>Empresas interessadas</b> por intermédio do <b>Banque Nationale de Développement Agricole</b> 10,8 milhões de DT	14,0	<b>Estados ACP e PTUM — África</b>	
<b>389.</b> Desenvolvimento da pecuária e da arboricultura em cinco explorações agrícolas com um total de mais de 23 000 ha <b>Office des Terres Domaniales</b> por intermédio do <b>Banque Nationale de Développement Agricole</b> 13,9 milhões de DT	20,0	milhões de ECUs	
		<b>ZAIRE</b>	
		<b>395.</b> Reabilitação das instalações de produção de fábricas de processamento de cobre e de cobalto <b>Générale des Carrières et des Mines — Exploitation — GECAMINES</b> 2 743,3 milhões de zaires	50,0
		<b>COSTA DO MARFIM</b>	<b>24,2</b>
		8 120,5 milhões de francos CFA	
		<b>396.</b> Ampliação de uma fábrica no sector da cartonagem em Yopougon, próximo de Abidjan <b>Société Nouvelle Abidjanaise de Carton Ondulé</b> 1 540,3 milhões de CFAF	4,5

(1) As aberturas de crédito referentes aos financiamentos efectuados no contexto da cooperação financeira são expressas em ECUs. Os montantes em moeda nacional constantes desta lista são apresentados a título indicativo, sendo calculados com base nos contravalores em ECUs utilizados pelo Banco aquando da assinatura dos contratos (cf. pág. 8).



<b>397.</b> Construção de uma fábrica de descaroçamento de algodão e de armazéns em Seguela <b>República da Costa do Marfim — Compagnie Ivoirienne pour le Développement des Textiles</b> 3 240 milhões de CFAF	9,7
<b>398.</b> Reabilitação e reforço da rede nacional e internacional de telecomunicações <b>República da Costa do Marfim — Office National des Télécommunications</b> 3 340,2 milhões de CFAF	10,0

#### GHANA

<b>399.</b> Reforço da rede eléctrica de alta tensão no norte do país e modernização da rede de distribuição de electricidade <b>Volta River Authority</b> 1 575,3 milhões de cedis	17,0
---	------

#### MAURÍCIA

201,1 milhões de rupias (MR)	15,0
<b>400.</b> Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas industriais, agro-industriais e turísticas e de instalações industriais nas zonas rurais <b>Development Bank of Mauritius</b> 78,7 milhões de MR	6,0
<b>401.</b> Criação de uma fábrica de tecelagem de algodão e de poliéster <b>SOCOTA Textile Mills</b> por intermédio do <b>Development Bank of Mauritius</b> 122,4 milhões de MR	9,0

#### MALAWI

<b>402.</b> Reabilitação e modernização de uma fábrica de cimento no sul do Malawi <b>Portland Cement Company Ltd</b> por intermédio de <b>Malawi Development Corporation</b> 5,1 milhões de kwachas	2,5
--	-----

## Estados ACP e PTUM — Caraíbas

milhões de ECUs

#### JAMAICA

<b>403.</b> Empréstimo global ao <b>National Development Bank</b> para o financiamento de pequenas e médias empresas dos sectores industrial, agro-industrial, mineiro e turístico 53,6 milhões de dólares da Jamaica	10,0
--	------

#### BAAMAS

<b>404.</b> Melhoria das redes de adução de água e de saneamento básico na Ilha de New Providence; instalações para o abastecimento de água potável da Ilha de Andros <b>Water and Sewerage Corporation</b> 8,8 milhões de dólares das Baamas	8,5
---	-----

#### SANTA LÚCIA

<b>405.</b> Construção de uma central diesel de 5 MW e colocação de uma linha aérea de transporte de electricidade <b>St Lucia Electricity Services Ltd</b> 8,3 milhões de dólares das Caraíbas	3,0
---	-----

## Estados ACP e PTUM — Pacífico

milhões de ECUs

#### PAPUÁSIA — NOVA GUINÉ

<b>406.</b> Construção de uma barragem-albufeira e instalação de dois geradores de 15 MW na central de Ramu na região nordeste da Ilha <b>Papúasia — Nova Guiné</b> por intermédio da <b>Commission de l'Electricité</b> 18 milhões de kinas	17,0
--	------

#### FIJI

<b>407.</b> Modernização e reestruturação de uma serração e de instalações de fabrico de madeira folheada e de contraplacado; construção de uma nova serração <b>Fidji Forest Industries Ltd</b> 4,2 milhões de dólares de Fiji	3,5
---	-----

## B. Financiamentos por conta de recursos orçamentais da Comunidade

### Contratos celebrados em 1986

O montante total dos financiamentos por conta de recursos orçamentais da Comunidade efectuados em 1986 elevou-se a 91,9 milhões, sendo 32,9 milhões concedidos sob a forma de empréstimos com condições especiais nos países da bacia mediterrânica e 59 milhões, como operações de capitais de risco nos Estados ACP e nos PTUM. Os financiamentos são concedidos pelo Banco sob mandato, em nome e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia e são contabilizados como contas extrapatrimoniais na Secção Especial (pág. 94). A responsabilidade do Banco no que se refere a estas operações limita-se à boa execução do mandato que lhe é cometido.

milhões de ECUs

#### TURQUIA

408. Central hidroeléctrica de Öslüce na Anatólia Oriental  
República da Turquia (Ministério da Energia e dos Recursos Naturais)  
13,5 biliões de liras turcas 18,7

#### TUNÍSIA

9,6 milhões de dinares tunisinos (DT) 13,0

409. Empréstimo global ao **Banque Nationale de Développement Agricole** para o financiamento de investimentos de pequena e média dimensão nos sectores agrícola e agro-industrial  
4,2 milhões de DT 6,0

410. Desenvolvimento da criação de gado e da arboricultura em cinco complexos agrícolas  
**Sociedades interessadas** por intermédio do **Banque Nationale de Développement Agricole**  
5,4 milhões de DT 7,0

#### CHIPRE

411. Rede de saneamento básico numa área de cerca de 18 000 habitantes no centro de Nicósia  
**República de Chipre (Sewage Board of Nicosia)**  
0,6 milhão de libras cipriotas 1,2

#### CONGO

415. Renovação da rede de abastecimento de água de Brazzaville e de Pointe-Noire  
Empréstimo condicionado à **Société Nationale de Distribution d'Eau** por intermédio da **República Popular do Congo**  
3 427,5 milhões de francos CFA 10,0

#### SUDÃO

416. Adição de um sétimo grupo de 40 MW no complexo hidroeléctrico de Roseires  
Empréstimo condicionado à **National Electricity Corporation** por intermédio do **Governo do Sudão**  
21,1 milhões de libras sudanesas 9,0

#### MALAWI

9 milhões de kwachas (MK) 5,5

417. Reabilitação e modernização de uma fábrica de cimento no sul do país  
Empréstimo condicionado à **Malawi Development Corporation**  
3,1 milhões de MK 1,5

418. Construção de uma serração e de uma fábrica de painéis em Chikangawa na floresta de Vipha, no norte do país  
Empréstimo condicionado ao **Estado do Malawi**, para aquisição por este de acções da **Vipha Plywood and Allied Industries Ltd** por intermédio de **Vipha Pulp and Paper Corporation Ltd**  
5,9 milhões de MK 4,0

### Estados ACP e PTUM — África

milhões de ECUs

#### SENEGAL

4 627 milhões de francos CFA 13,5

412. Empréstimo global para o financiamento de estudos e de tomadas de participação  
Empréstimo condicionado à **Société Financière Sénégalaise pour le Développement de l'Industrie et du Tourisme**  
514,1 milhões de CFAF 1,5

413. Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas dos sectores industrial, agro-industrial, do turismo e da pesca  
Empréstimo condicionado à **Société Financière Sénégalaise pour le Développement de l'Industrie et du Tourisme**  
1 713,7 milhões de CFAF 5,0

414. Restruturação de fábricas de produção de ácido sulfúrico e fosfórico em Darou Khoudoss e de adubos em M'bao, próximo de Dakar  
Empréstimo condicionado à **República do Senegal**  
2 399,2 milhões de CFAF 7,0

#### GUINÉ EQUATORIAL

419. Central hidroeléctrica no rio Riaba  
Empréstimo condicionado à **República da Guiné Equatorial (Société Nationale d'Electricité)**  
1 371 milhões de francos CFA 4,0

#### MAURÍCIA

46,6 milhões de rupias (MR) 3,5

420. Criação de uma fábrica de tecelagem de algodão e de poliéster  
Empréstimo condicionado à **SOCOTA Textile Mills** por intermédio do **Development Bank of Mauritius**  
20,4 milhões de MR 1,5

421. Empréstimo global para afectação a empresas de exportação  
Empréstimo condicionado ao **Development Bank of Mauritius**  
26,2 milhões de MR 2,0



## LESOTO

**422.** Financiamento de estudos de engenharia para o aproveitamento dos recursos hídricos dos planaltos elevados

Empréstimo condicionado ao **Governo do Lesoto** para a **Lesotho Highlands Development Authority**

8 milhões de malotis 3,5

## MADAGÁSCAR

**423.** Reabilitação de uma fábrica têxtil em Mahajanga, a noroeste da Ilha

Empréstimo condicionado à **Société Textile de Majunga** por intermédio da **República Democrática de Madagáscar**

2,5 biliões de francos malgaxes 3,3

## BURUNDI

**424.** Empréstimo global para o financiamento de estudos, de tomadas de participação e de empréstimos às empresas

Empréstimo condicionado ao **Banque Nationale pour le Développement Economique**

360,3 milhões de francos do Burundi 3,0

## ETIÓPIA

**425.** Estudo preliminar da exploração de uma mina de ouro nos jazigos de Lega Dembi

Empréstimo condicionado ao **Agricultural and Industrial Development Bank** para a **Ethiopian Mineral Resources and Development Corporation**

1 milhão de birrs 0,5

## Estados ACP e PTUM — Caraíbas

milhões de ECUs

### SANTA LÚCIA

**426.** Construção de uma central diesel de 5 MW e colocação de uma linha aérea de transporte de electricidade

**St Lucia Electricity Services Ltd**  
5,6 milhões de dólares das Caraíbas 2,0

### MONTSERRAT

**427.** Estudo preliminar sobre a instalação de uma central eólica na Ilha de Montserrat

Empréstimo condicionado ao **Montserrat Electricity Services Ltd (Ministério da Energia)**  
0,7 milhão de dólares das Caraíbas 0,3

## Estados ACP e PTUM — Pacífico

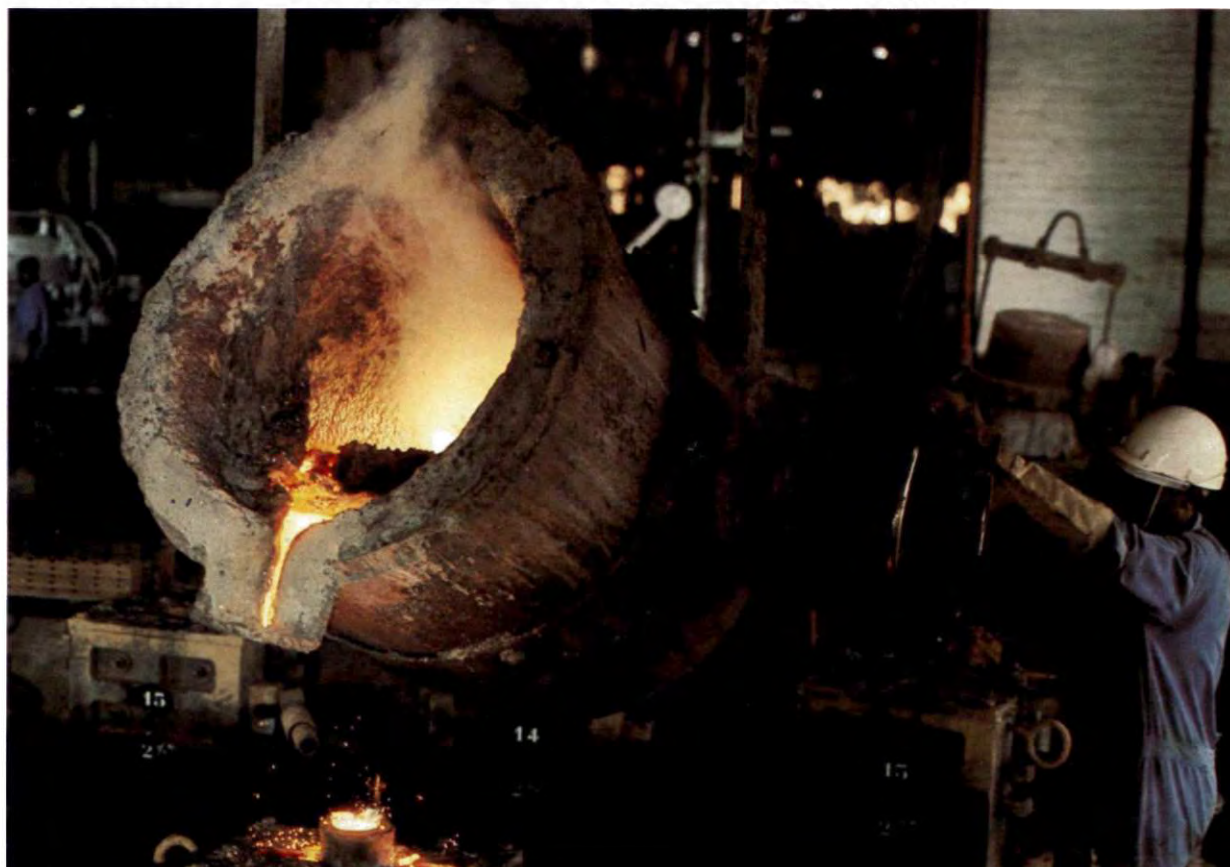
milhões de ECUs

### FIJI

**428.** Modernização e reestruturação de uma serração e de instalações de fabrico de madeira folheada e de contraplacado; construção de uma nova serração

Empréstimo condicionado ao **Native Land Trust Board**  
1,2 milhão de dólares de Fiji 1,0

Produção de cobre numa fábrica da Gécamines no Zaire (cf. lista de financiamentos, nº 395, p. 73).





# Recursos

---

*O presente capítulo trata da evolução do mercado de capitais e dos fundos aplicados pelo Banco em operações de financiamento por conta de recursos próprios, que são contabilizadas no balanço e que implicam a sua responsabilidade financeira. Esta rubrica não inclui os recursos geridos pelo Banco sob mandato e por conta e risco de terceiros, que são*

*contabilizados como contas extrapatrimoniais na Secção Especial (ver pág. 94), ou seja, os empréstimos por conta de recursos do NIC e os financiamentos concedidos nos Estados ACP e nos países da bacia mediterrânica por conta de recursos orçamentais da Comunidade.*

## Evolução do mercado de capitais

O prosseguimento, durante os primeiros meses de 1986, do declínio geral das taxas de juro nominais iniciado em 1985, relançou a procura de créditos que, em vista das condições oferecidas, encontrou um clima favorável por parte dos investidores. O mercado primário dos títulos a taxa fixa mostrou-se por conseguinte muito activo durante este período, no qual foram lançadas diversas emissões com vencimentos excepcionalmente longos.

Os investidores, que contavam com uma nova descida das taxas de juro, viram num primeiro tempo as suas expectativas confirmadas pelo declínio da taxa de desconto em alguns países e em particular nos Estados Unidos, apesar da depreciação do dólar. Todavia, em meados do ano, a queda do dólar, aliada ao receio de que um relançamento económico mais activo que o inicialmente previsto nos Estados Unidos conduzisse a uma política monetária mais restritiva, gerou um clima de incerteza entre os investidores não americanos. Este clima estendeu-se aos outros mercados que, como o do dólar, já eram objecto de uma intensa actividade emissora desde o início do ano. O movimento descendente das taxas de juro foi interrompido antes do Verão, tendo-se mesmo registado uma subida passageira em certos mercados. Os investidores tornaram-se mais selectivos, manifestando uma nítida preferência por títulos a taxa fixa de primeira ordem e de vencimento a curto prazo; perante a incerteza quanto à evolução eventual das taxas de juro, voltaram-se também para as emissões a taxa variável para as suas colocações a longo prazo.

Perante a descida do custo dos empréstimos angariados a taxa fixa e apesar de uma ligeira inversão da tendência em meados do ano, os emissores preferiram refinar as suas emissões anteriores, mais onerosas, cenário que também se verificou no sector das obrigações a taxa variável (FRN ou *floating rate notes*) expressas em dólares. Efectivamente, a procura destes títulos aumentou de tal forma, que foram lançadas com êxito avultadas emissões a longo prazo e a diferença entre as taxas

de juro e as taxas de referência interbancárias tradicionais <sup>(1)</sup> foi reduzida ou tornou-se mesmo negativa. Várias instituições financeiras aproveitaram as condições temporariamente muito favoráveis para proceder a emissões de FRN não amortizáveis, que as autoridades monetárias dos respectivos países estavam dispostas a considerar como uma fonte de fundos próprios. Mais tarde, os investidores reagiram contra a persistência da baixa sistemática dos rendimentos dos empréstimos obtidos e ainda mais, contra a emissão de FRN não amortizáveis. Nesta conformidade, as emissões de euro-papel comercial e os *swaps* de taxas de juro, meios menos onerosos de obtenção de fundos a taxa variável, voltaram a ocupar uma posição preponderante.

Estas tensões no sector das FRN ainda subsistiam no final do ano. No entanto, em virtude do declínio geral da inflação, as taxas de juro reais mantiveram-se a níveis historicamente muito elevados na maioria dos principais mercados. Este factor, aliado à queda dos preços do petróleo e ao acordo firmado entre os Estados Unidos e o Japão visando estabilizar a taxa de câmbio entre o dólar e o iene, contribuiu para reavivar entre os operadores a expectativa de uma nova baixa das taxas no mercado de títulos a taxas fixas, em que surgiram sinais de um relançamento da actividade emissora. No entanto, se não considerarmos o aumento de novas emissões para fins de refinanciamento e de obrigações convertíveis em acções ou munidas de *warrants* para a subscrição de acções, a expansão das novas emissões no mercado obrigacionista internacional e de obrigações estrangeiras nos mercados nacionais foi provavelmente inferior, em termos globais, àquela registada nos anos anteriores. A queda do dólar no mercado de divisas estrangeiras e o clima de incerteza e de tensão que a mesma gerou, especialmente no seio do Sistema Monetário Europeu, não são certamente estranhos a esta evolução.

(1) LIBOR: London inter-bank offered rate; LIMEAN: London inter-bank mean rate; LIBID: London inter-bank bid rate.

No mercado das **obrigações internacionais em marcos alemães**, a actividade primária desenvolveu-se sensivelmente, conquanto a um ritmo ligeiramente inferior ao do ano anterior. A tendência baixista das taxas de juro prosseguiu, embora entrecortada por eventuais subidas passageiras.

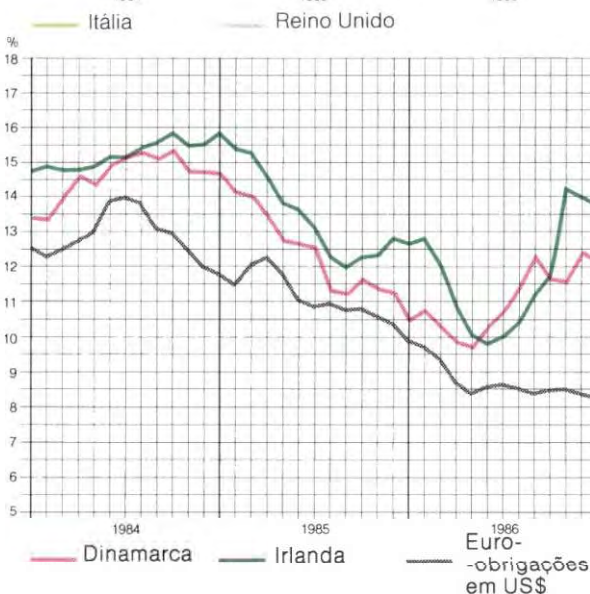
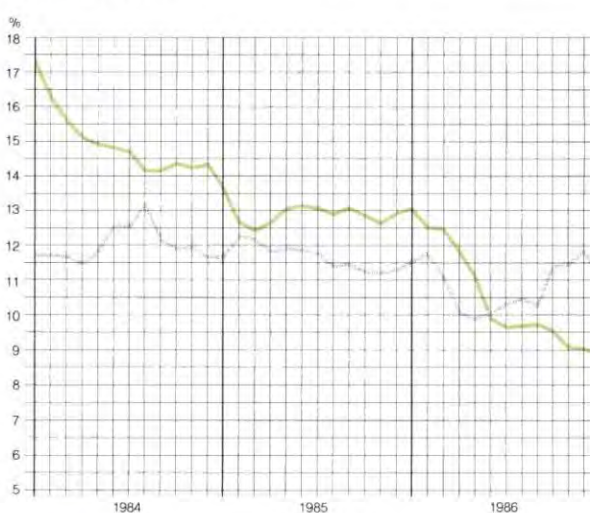
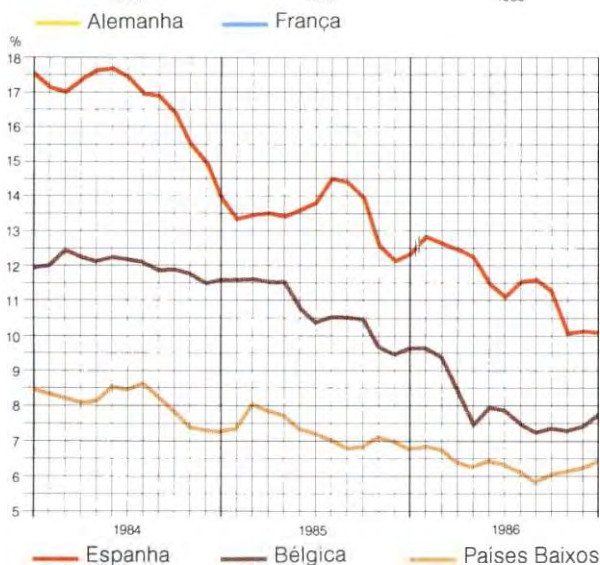
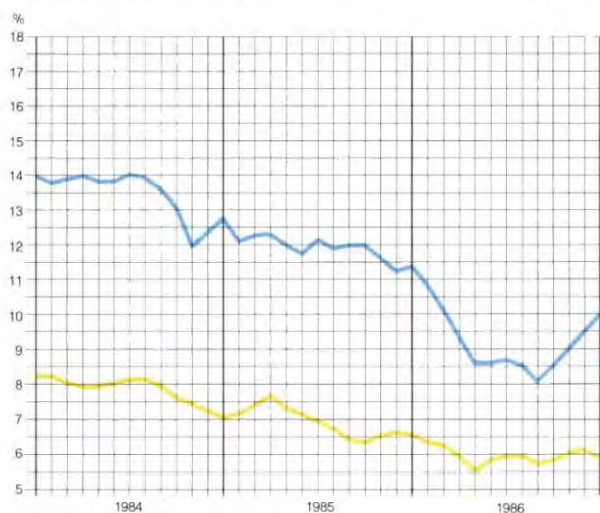
A política monetária do banco central alemão foi orientada em 1986 no sentido de uma consolidação dos resultados já conseguidos em termos de estabilização dos preços, e de uma simultânea expansão da massa monetária que possibilitasse o crescimento económico em termos reais. Nesta conformidade, o banco federal consentiu uma expansão da

massa monetária maior que aquela inicialmente prevista para o ano; ao fazê-lo, teve em conta, tanto quanto possível, a evolução da taxa de câmbio do marco em relação ao dólar dos Estados Unidos e às restantes moedas do SME.

Nos primeiros meses de 1986, foram efectuadas numerosas emissões de obrigações em DM com cupão zero, que cessaram praticamente no segundo semestre. Foram também emitidas, especialmente no primeiro semestre, obrigações a taxa variável que representam, em termos globais, um segmento do mercado muito mais importante que o das emissões de cupão zero. Todavia, o crescimento do

#### Taxa de rendimento bruto das obrigações

com cotação na bolsa nos diferentes mercados financeiros da Comunidade e cujas emissões apresentam características comparáveis às dos empréstimos contraídos pelo Banco. No que se refere ao Reino Unido e à Irlanda, os rendimentos capitalizados numa base semestral foram convertidos numa base anual, para fins de comparação.





mercado das emissões internacionais em DM deveu-se sobretudo às emissões de obrigações convertíveis ou com opção de compra de acções. Globalmente, houve um reforço do papel do DM nos mercados de emissões internacionais.

Nos **Países Baixos**, as taxas de juro a longo prazo evoluíram praticamente da mesma maneira que na Alemanha, tendo mesmo descido temporariamente a níveis mais baixos. A actividade de emissões no mercado obrigacionista em florins foi sensivelmente mais elevada que em 1985, para o que contribuíram as medidas de liberalização introduzidas no início do ano, que facilitaram o acesso dos não residentes a este mercado e paralelamente, alargaram consideravelmente o leque de instrumentos financeiros autorizados.

Em **França**, as taxas de juro declinaram até final do Verão, em vista da evolução favorável dos preços e das contas com o estrangeiro. Subsequentemente, factores externos e internos começaram a exercer uma certa pressão no sentido da subida. A actividade no mercado primário, embora sujeita a pressões temporárias, registou um aumento e o mercado do eurofranco, recentemente aberto, conheceu um fluxo regular de emissões, incluindo a primeira emissão de FRN e várias emissões de obrigações convertíveis.

A actividade primária nos mercados do **euro-sterling** e das obrigações estrangeiras (mercado *bull-dog*) foi muito afectada pela queda drástica dos preços do petróleo, que contribuiu para afastar os investidores dos títulos expressos em esterlino. Nesta conformidade, depois de se manter bastante firme na primeira metade do ano, a actividade emissora no mercado *bull-dog* foi praticamente nula no decurso da segunda metade. Durante o terceiro trimestre, não houve qualquer emissão em euro-esterlino. Foram portanto exclusivamente as emissões de FRN, lançadas quase unicamente por sociedades de crédito imobiliário (*building societies*) que permitiram manter o mercado animado durante o ano e possibilitaram um substancial aumento dos resultados globais. A tão anunciada revolução técnica e institucional, efectuada em 26 de Outubro de 1986 no mercado londrino (o *Big Bang*) pouco significado teve para os emissores estrangeiros, pelo menos até ao fim do ano.

Os **mercados italianos** da eurolira e das obrigações estrangeiras continuaram a oferecer aos emissores oportunidades atraentes, mas limitadas, e de uma forma geral, não sofreram pressões significativas. A grande redução da taxa de inflação contribuiu para relançar a procura de títulos a taxa fixa. Em **Es-**

**panha**, a escassa procura de crédito por parte do sector privado, a atenuação das pressões inflacionárias e pelo segundo ano consecutivo, o largo excedente das contas com o estrangeiro, conduziram a uma melhoria das condições de emissão no mercado obrigacionista interno.

Na **Bélgica**, graças aos resultados da política deflacionária, as condições no mercado obrigacionista melhoraram sensivelmente durante a Primavera. Mais tarde, a reinstalação de um clima de incerteza veio reduzir os efeitos positivos das novas medidas de estabilização económica adoptadas, provocando flutuações nas taxas de juro e comprometendo a estabilidade do mercado obrigacionista. No **Luxemburgo**, ao declínio prolongado durante o primeiro semestre seguiu-se um período de estabilidade, durante o qual as taxas de juro se mantiveram mais estáveis.

Na **Dinamarca**, a deterioração das contas com o exterior inverteu, durante a Primavera, a tendência para uma melhoria das condições no mercado obrigacionista, embora a adopção de medidas orçamentais mais restritivas conduzisse, em meados do ano, a um abrandamento temporário da pressão altista nos rendimentos obrigacionistas. Na **Irlanda**, o declínio inicial das taxas de juro foi seguido de uma subida significativa, devida essencialmente à rápida depreciação da libra esterlina e, em menor medida, do dólar, apesar da decisão, tomada em Agosto, de realinhar a libra irlandesa mediante desvalorização de 8% desta moeda em relação às restantes moedas do SME. Mais para o fim do ano, as condições no mercado obrigacionista voltaram a melhorar, com a estabilização da libra esterlina e o anúncio, por parte do governo, de uma política tendente a favorecer a redução das necessidades de financiamento do sector público em 1987 e a manutenção de uma taxa de câmbio estável no seio do SME. Na **Grécia**, as condições de crédito tornaram-se mais restritivas e, em **Portugal**, as autoridades promoveram a descida das taxas de juro.

O total das **emissões em ECUs** (6,6 biliões de ECUs) foi muito inferior ao do ano anterior (9,4 biliões de ECUs). O mercado foi afectado pelo enfraquecimento sucessivo de certas moedas que integram o ECU.

O abrandamento da actividade emissora foi particularmente acentuado no primeiro trimestre de 1986, antecipando-se o mercado ao realinhamento geral das moedas componentes do SME, efectivado em 6 de Abril. A actividade emissora foi subsequentemente relançada, não tendo sido afectada pela desvalorização da libra irlandesa; no entanto, foi-se



progressivamente abrandando no decurso dos meses seguintes, tendo praticamente cessado em Novembro. Atraídos principalmente pelas oportunidades de *swap*, os mutuários tenderam a abordar este mercado com taxas nominais muito baixas, que os investidores aceitaram com relutância, pois podiam obter rendimentos análogos com outras moedas. Contudo, em Dezembro verificou-se uma recuperação parcial da actividade emissora, em grande parte determinada pelo renovado interesse demonstrado pelos investidores japoneses e em menor grau, pelos investidores suíços. De uma forma geral, os problemas experimentados em 1986 no mercado do ECU deveram-se a dificuldades técnicas passageiras e não reflectem um fragilidade estrutural.

A participação do **US\$** no total das novas emissões internacionais de obrigações decresceu drasticamente no último ano, facto que é explicado pelos efeitos significativos da desvalorização do dólar em relação a todas as principais divisas, pelo declínio das emissões de obrigações a taxa variável, essencialmente expressas em dólares, e também pela estagnação das emissões estrangeiras no mercado de capitais americano (mercado *Yankee*). Uma das causas desta estagnação foi sem dúvida o volume importante de obrigações emitidas durante todo o ano por mutuários americanos que procuravam refinar empréstimos contraídos anteriormente em condições mais onerosas, facto que deixou poucos recursos disponíveis para empréstimos estrangeiros. Só no fim do ano é que os investidores voltaram a mostrar interesse pelas emissões estrangeiras.

A redução da participação do dólar nos mercados obrigacionistas teria sido ainda mais acentuada se não tivesse sido travada por um certo número de factores particulares, como por exemplo a emissão, especialmente em Agosto e Setembro, de obrigações munidas de cupões com taxas superiores às taxas do mercado (e vendidas acima do par) destinadas especialmente aos investidores japoneses. O lançamento de emissões garantidas por emprésti-

mos hipotecários (*mortgage backed securities*) quase exclusivamente no mercado do dólar, contribuiu igualmente para limitar o declínio da quota-parte desta moeda, na medida em que os investidores se foram familiarizando com esta nova e mais complexa fórmula.

A actividade emissora em **ienes** progrediu acentuadamente no ano passado, tendo a comparticipação desta divisa no mercado consequentemente aumentado. Todavia, enquanto em 1985 as emissões nesta moeda se distribuíram de uma forma quase equitativa entre as obrigações estrangeiras (mercado *Samourai*) e as obrigações em euro-iene, estas foram em muito maior número em 1986. Esta evolução pode ser explicada pelo facto de as emissões em euro-iene estarem sujeitas a procedimentos de registo menos complicados, de o seu mercado secundário beneficiar de maior liquidez e de o mercado do euro-iene ter sido alvo de medidas de liberalização muito mais amplas que o das obrigações estrangeiras, em que o volume das novas emissões efectivamente diminuiu.

As emissões de obrigações com opção de subscrição de acções, oferecidas especialmente por mutuários japoneses e americanos, constituíram um dos factores que acarretou a expansão extraordinária do **mercado suíço** de obrigações estrangeiras. A assinalar a este respeito a importante posição ocupada pelas obrigações em moeda dupla, sobretudo no primeiro semestre, bem como pela nova forma de emissão de obrigações «não datadas», a maioria das quais era acompanhada de uma taxa de juro susceptível de revisão decenal e podia ser reembolsada antecipadamente. No entanto, quase toda a actividade emissora foi constituída por obrigações clássicas, cujo mercado, de resto, deu por vezes mostras de saturação. A solidez do franco suíço continua a exercer uma atracção muito forte sobre os não residentes, conquanto o nível das taxas de juro a longo prazo se tenha mantido praticamente inalterado.

## Actividade do Banco no mercado de capitais em 1986 <sup>(1)</sup>

A relativa liquidez que prevaleceu no mercado de capitais durante pelo menos o primeiro semestre do ano e a concomitante tendência descendente das taxas de juro permitiram que o Banco aumentasse o volume dos empréstimos contraídos em todos os mercados, sem grandes dificuldades. O montante

total das suas emissões nos diferentes sectores do mercado ascendeu a 6 785,5 milhões, o que corresponde a um aumento superior a 18% em relação ao ano anterior (5 709,2 milhões) e de mais de 50% em relação a 1984 (4 360,9 milhões).

Esta angariação de fundos conduziu (após reembolsos e ajustamentos para variação das taxas de conversão) a um aumento dos empréstimos em curso

<sup>(1)</sup> Salvo indicação em contrário, todos os montantes são expressos no contravalor em ECUs.



de 3 438,7 milhões que, aliado ao saldo positivo da conta de lucros e perdas (576,5 milhões) e às contribuições dos Estados-membros para o capital do Banco, permitiu elevar os recursos do Banco em 31 de Dezembro de 1986 a 35 860,5 milhões, contra 31 561,5 milhões em 31 de Dezembro de 1985.

À excepção de uma certa tensão aparente em alguns mercados em finais de 1986 e de uma distribuição desigual das suas emissões em vários mercados, decorrente das solicitações da sua clientela, o Banco não experimentou grandes problemas na obtenção de fundos. A sua presença em certos mercados, especialmente nos do dólar e do iene, foi condicionada, não só pelos pedidos dos seus clientes, mas sobretudo pelas possibilidades de **reembolso antecipado** de empréstimos previamente contraídos a taxas mais altas. Em 1986, as emissões reembolsadas antecipadamente totalizaram os 1 089,7 milhões, em comparação com 509,6 milhões em 1985. Grande parte destas operações (758,2 milhões, ou seja, cerca de 70% do total) foi financiada através da emissão de novas obrigações (436,1 milhões), nos casos em que os anos a decorrer até ao vencimento dos empréstimos reembolsados antecipadamente eram bastante longos, ou através de operações interbancárias de duração mais curta (322,1 milhões). Em virtude da baixa sensível das taxas de juro do dólar em 1986, aliada à aceitação por parte dos investidores, da utilização pelo emissor das cláusulas de reembolso previstas nos contratos relevantes, a maior parte dos reembolsos antecipados em 1986 (696,7 milhões) verificou-se em emissões expressas em dólares. O BEI procedeu igualmente ao reembolso antecipado de empréstimos em ienes e, em menor grau, em francos suíços, francos luxemburgueses, EURCO e florins, tendo ainda renegociado colocações privadas, principalmente em ienes.

Tal como em 1985, o Banco recorreu às **operações de swap** (de juros, de divisas ou a combinação das duas operações), conquanto usasse da maior prudência. Esta técnica permitiu-lhe obter dólares a taxas variáveis em condições vantajosas, bem como divisas a taxa fixa necessárias para o desembolso dos seus empréstimos (ECUs e francos franceses), cujas condições de mercado não lhe permitiam angariar os fundos correspondentes às solicitações da sua clientela. Estas operações permitiram ainda que o Banco, tal como anteriormente, obtivesse divisas que não eram propostas aos seus clientes (emissões em dólares canadianos) e aproveitasse a liquidez de certos mercados (emissões públicas ou colocações privadas em ienes) ou os pedidos específicos de emissão por parte de mutuários de primeira ordem (emissões em dólares).

Em 1986, os recursos angariados pelo Banco a taxa variável e exclusivamente em dólares, ascenderam a 540,7 milhões (contra 899,2 milhões em 1985). Após uma ausência de vários anos — na medida em que o seu único empréstimo a taxa variável datava de 1971 — o Banco voltou ao mercado de títulos a taxa variável, angariando 291,4 milhões e aproveitando as condições relativamente vantajosas aí prevalecentes no início do último trimestre do ano. O complemento dos recursos a taxa variável foi obtido através das operações de *swap* acima referidas.

Embora se tenha verificado uma quebra nas operações do Banco a taxa variável, devida principalmente a uma menor procura por parte dos seus clientes, as **operações a taxa fixa**, incluindo operações interbancárias e a afectação de certificados de participação a taxa fixa, representaram 6 244,8 milhões (empréstimos contraídos: 5 903,8 milhões; operações interbancárias: 321 milhões; certificados de participação: 20 milhões), ou seja um aumento

Quadro 7: Recursos angariados de 1982 a 1986 <sup>(1)</sup>

Anexo IV - Recursos angariados em 1982 e 1986 (7)									(milhões de ECUs)
Exercício	Recursos obtidos	Empréstimos a longo e a médio prazo					Operações a curto prazo		Certificados de participação
		Número	Total	Empréstimos Privados	Operações Interbancárias	Empréstimos Públicos	Papel comercial	Certificados de depósito em ECUs	
1982	3 205,2	91	3 145,7	1 213,7	105,7	1 826,3	—	—	59,5
1983	3 619,4	81	3 508,4	1 130,9	62,1	2 315,4	—	—	11,0
1984	4 360,9	104	4 049,7	822,2	—	3 227,5	189,1	100,0	22,1
1985	5 709,1	75	5 324,5	1 095,5	—	4 229,0	374,0	—	10,6
1986	6 785,5	77	6 765,5	1 009,7	321,0	5 434,8	—	—	20,0

<sup>(1)</sup> A assinalar que em 1986, a Comissão das Comunidades Europeias concedeu empréstimos no valor de 477,4 milhões no âmbito do NIC, de 638,5 milhões no âmbito da EURATOM e de 1 598,8 milhões no contexto da CECA, totalizando 2 714,7 milhões (taxas de câmbio de 31. 12. 1986).

## Recursos

de 30% em relação a 1985 (4 810 milhões). Excepção feita a certos mercados em que as condições prevaletentes não permitiram a obtenção de fundos a taxas favoráveis (o *Yankee bond market*, mercado interno americano de títulos estrangeiros) ou nos quais se verificaram perturbações momentâneas durante o ano de 1986 (os mercados do ECU e do franco francês no final do ano), o Banco continuou a consolidar a sua posição nos principais mercados

de capitais, tanto na Comunidade como no exterior desta. Embora continuasse a adoptar uma abordagem prudente em relação às inovações do mercado, o BEI não hesitou em utilizar novas fórmulas, sempre que estas lhe permitiam prevenir certos riscos. Tal foi o caso de uma emissão em euro-esterlino, com fixação diferida da taxa de juro (*delayed rate setting*), que permitiu que o Banco se precavesse contra os riscos de variação das taxas de juro

Quadro 8: Recursos angariados em 1986, por divisas

	antes swaps			depois swaps	
	Milhões de ECUs	%	swaps Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A TAXA FIXA A MÉDIO E A LONGO PRAZO					
<b>Comunidade</b>					
ECU	827,0	12,2	+ 70	897,0	13,2
DM	859,4	12,7		859,4	12,7
Lit	594,1	8,7		594,1	8,7
Hfl	515,0	7,6		515,0	7,6
FF	218,8	3,2	+ 194	412,8	6,1
£	304,1	4,5		304,1	4,5
FB	262,6	3,9		262,6	3,9
Flux	56,5	0,8		56,5	0,8
	3 637,5	53,6	+ 264	3 901,5	57,5
<b>Países Terceiros</b>					
US\$	1 117,4	16,5	— 194	923,4	13,6
Yen	686,9	10,1	— 172,8	514,0	7,6
FS	510,5	7,5		510,5	7,5
\$Can	146,4	2,2	— 146,4		
ÖSch	54,4	0,8		54,4	0,8
	2 515,6	37,1	— 513,3	2 002,3	29,5
<b>Total</b>	<b>6 153,1</b>	<b>90,7</b>	<b>— 249,2</b>	<b>5 903,8</b>	<b>87,0</b>
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A TAXA VARIÁVEL A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO					
<b>Países Terceiros</b>					
US\$ — emissões de notas a taxa variável	291,4	4,3		291,4	4,3
— outros recursos			+ 249,2	249,2	3,7
<b>Total</b>	<b>291,4</b>	<b>4,3</b>	<b>+ 249,2</b>	<b>540,6</b>	<b>8,0</b>
OPERAÇÕES INTERBANCÁRIAS					
US\$	296,2	4,3		296,2	4,3
Flux	24,8	0,4		24,8	0,4
<b>Total</b>	<b>321,0</b>	<b>4,7</b>		<b>321,0</b>	<b>4,7</b>
CERTIFICADOS DE PARTICIPAÇÃO					
DM	20,0	0,3		20,0	0,3
<b>Total geral</b>	<b>6 785,5</b>	<b>100,0</b>		<b>6 785,5</b>	<b>100,0</b>



inerentes à revisão frequente das taxas dos empréstimos concedidos, em função da evolução do mercado. Além disso, o Banco condicionou sempre a recolha de fundos nos diferentes mercados de capitais à obtenção das melhores condições possíveis em termos de divisas, de prazos ou de montantes dos financiamentos, tendo em conta as preferências da sua clientela.

A posição das **moedas comunitárias** no conjunto dos recursos obtidos pelo BEI, que já era importante em 1985, foi ainda consolidada em 1986, ano em que foram mobilizados 3 946,3 milhões, isto é, 58,2% do total dos recursos a taxa fixa nestas divisas (contra 2 942,1 milhões, ou seja, 51,5% dos recursos no ano anterior), principalmente através de emissões públicas e de colocações privadas (3 901,5 milhões).

Totalizando os 897 milhões, o **ECU** voltou a ocupar a primeira posição entre as moedas comunitárias angariadas pelo Banco a taxa fixa em 1986. Não obstante a conjuntura do mercado, adversamente afectada pela queda das taxas de rendimento das emissões e pela descida da cotação do ECU decorrente das flutuações de certas moedas suas componentes, o Banco manteve a sua posição nos mercados tradicionais e abordou novos mercados. No início de 1986, fez a sua aparição no mercado internacional do ECU, com uma emissão de 180 milhões, cujo êxito permitiu relançar uma procura até aí bastante fraca. A partir daí, abordou os mercados de países comunitários (França e Alemanha) e do Japão. No mercado francês, o Banco prosseguiu a actividade iniciada em 1985, lançando uma segunda emissão cotada na Praça de Paris, de 300 milhões de ECUs, 250 milhões dos quais foram colocados por meio da rede interna da Banca francesa. O Banco interveio igualmente no mercado alemão com uma emissão internacional, sendo uma percentagem substancial da mesma colocada junto da clientela alemã. Aproveitando os atractivos que, por razões de diversificação das suas carteiras, o ECU apresentava para os investidores japoneses, o Banco colocou junto destes grande parte de uma emissão internacional de 125 milhões. O complemento dos recursos a taxa fixa foi obtido através de empréstimos privados num total de 122 milhões e de uma operação de *swap* de 70 milhões.

O **marco alemão**, cujo peso no total dos recursos angariados a taxa fixa pelo Banco aumentou muito em 1986 (879,4 milhões, contra 617,1 milhões em 1985), ocupou a segunda posição entre as divisas comunitárias, a seguir ao ECU. À excepção de uma afectação de certificados de participação no início do ano, todos os fundos nesta moeda foram obtidos

através de emissões a taxa fixa, na medida em que o diferencial de taxa de juro que se verificava em detrimento das colocações privadas na forma de «Schuldscheindarlehen» impedia o Banco de solicitar este sector de mercado em 1986. Para satisfazer os seus clientes no que respeita a esta divisa, o Banco realizou operações durante todo o ano, prolongando a duração das emissões, sempre que o mercado e a procura dos seus clientes o permitiam. Durante 1986, lançou entre outras operações, dois empréstimos obrigacionistas com um prazo excepcionalmente longo de 30 anos e com taxas de juro pouco elevadas.

Em virtude da forte procura dos clientes do BEI, aliada à intensa actividade de financiamento do Banco na Itália e à liquidez prevalecente no mercado de capitais italiano, a **lira** passou a ocupar a terceira posição entre as moedas comunitárias angariadas, com 594,1 milhões de ECUs, contra 342 milhões em 1985. O Banco recorreu principalmente ao mercado interno de capitais, no qual lançou quatro emissões públicas — uma no início do ano e as três restantes durante os últimos quatro meses, altura em que as taxas baixaram consideravelmente. Tal como no ano anterior, o BEI esteve também presente no mercado da eurolira, elevando-se as suas emissões a 101,5 milhões. Para além disso, efectuou uma colocação privada no mercado interno.

O total de fundos obtidos no mercado de capitais a taxa fixa em **florins** atingiu os 515 milhões, o que representa um aumento em relação a 1985 (424,3 milhões). As operações tomaram a forma de colocações privadas (269,1 milhões) e de emissões públicas (245,9 milhões), sendo os montantes respectivos equiparáveis.

Em **França**, a isenção de retenção na fonte sobre as obrigações facilitou o acesso do Banco ao mercado de capitais, no qual lançou uma única emissão no valor de 218,8 milhões no final do terceiro trimestre. Os restantes fundos foram obtidos através de duas operações de *swap*, com as quais o total de francos franceses angariados se elevou a 412,8 milhões.

O BEI continuou a captar verbas menos importantes a taxa fixa em vários outros mercados de capitais na Comunidade. A recolha de fundos em **libras esterlinas** registou um acentuado aumento em 1986, para 304,1 milhões (217,7 milhões em 1985). Para a angariação desta divisa, o Banco recorreu ao mercado interno britânico de títulos estrangeiros e ao mercado do euro-sterling, consoante as durações e as taxas que melhor se adequavam aos seus requisitos. Aproveitando a maior liberalização que acom-

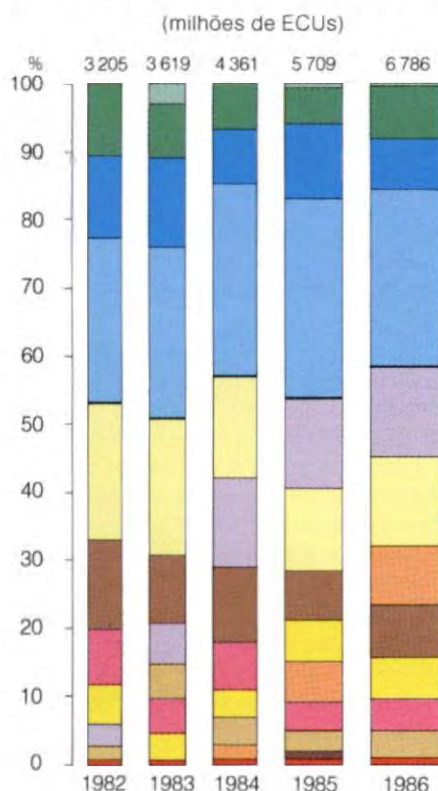
panhou o *Big Bang*, o Banco foi o primeiro emissor a utilizar com êxito a técnica das emissões com subscrição total (por parte de um só banco, sendo o consórcio subsequentemente formado) e em condições previamente fixadas (*bought deal*).

A comparticipação do **franco belga** nos recursos mobilizados a taxa fixa foi sensivelmente a mesma que no ano anterior, tendo o BEI lançado neste mercado uma emissão pública, colocações privadas e créditos bancários no total de 262,6 milhões. Os recursos angariados em **francos luxemburgueses** mais que duplicaram, em comparação com 1985, atingindo os 81,4 milhões, facto que se deve ao volume dos reembolsos antecipados financiados através de operações interbancárias.

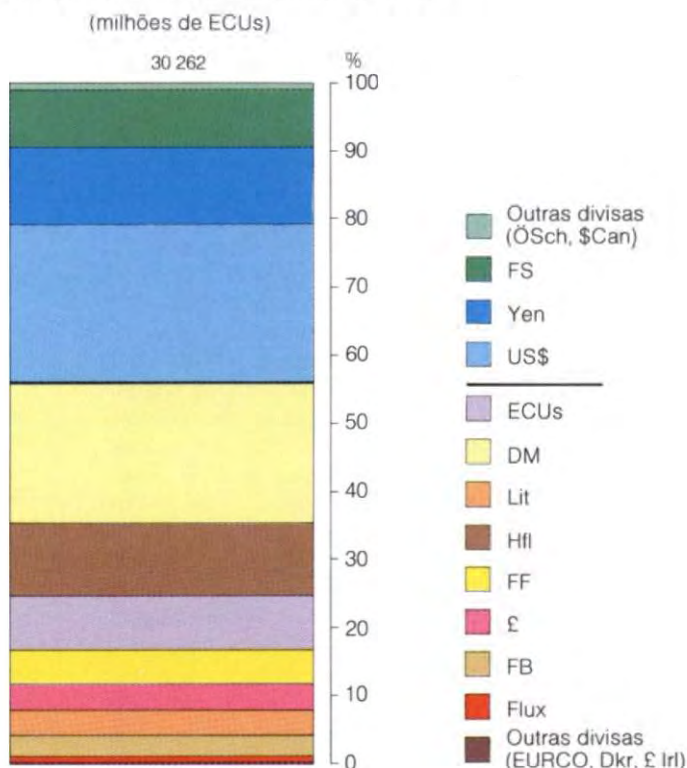
Entre as **moedas não comunitárias**, o **dólar** aumentou a sua participação nos recursos utilizados pelo Banco a taxa fixa em 1986, especialmente após negociação de operações interbancárias destinadas a financiar os reembolsos antecipados. Os fundos angariados totalizaram os 1 219,6 milhões (984,4 milhões em 1985). O dólar foi igualmente utilizado por duas vezes em operações de *swap*, que permitiram que o Banco obtivesse divisas momentaneamente não disponíveis.

Embora as condições mais vantajosas prevalecentes levassem o Banco a privilegiar o euromercado, este tentou, sempre que possível, recorrer a outros mercados. Foram lançadas quatro emissões públicas no mercado do euro-dólar, que totalizaram

Recursos angariados de 1982 a 1986



Empréstimos a médio e a longo prazo em curso em 31 de Dezembro de 1986





Quadro 9: Recursos angariados em 1986

I. Operações a longo e a médio prazo a taxa fixa e a taxa variável

EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS

Emitidos durante o mês de	Local de emissão	Moeda de subscrição	Valor em moeda nacional (em milhões)	Valor em ECUs (em milhões)	Duração do empréstimo (anos)	Taxa nominal (%)
Janeiro	Luxemburgo	Flux	1 000,000	22,399	7	8,625
Janeiro	Japão	Yen	30 000,000	168,344	12	6,60
Janeiro	Alemanha	DM	300,000	137,371	10	6,375
Janeiro	Luxemburgo	US\$	200,000	225,244	10	9,5625
Fevereiro	Luxemburgo	ECU	180,000	180,000	7	8,625
Março	Reino Unido	£	25,000	40,628	10	10,50
Março	Itália	Lit	150 000,000	100,675	8	12,75
Março	Luxemburgo	Yen	25 000,000	140,286	10	6,125
Março	EUA	US\$	200,000	225,244	12	8,25
Março	Alemanha	DM	300,000	137,371	10	5,625
Março	Países Baixos	Hfl	300,000	121,885	10	6,50
Abril	Alemanha	DM	150,000	69,081	12	5,50
Abril	Suiça	FS	200,000	110,072	10	4,875
Maio	França	ECU	300,000	300,000	12	6,50
Maio	Alemanha	DM	150,000	69,081	30	5,75
Maio	Luxemburgo	\$Can	100,000	76,389	10	9,00
Junho	Luxemburgo	Lit	150 000,000	101,525	8	10,50
Junho	Reino Unido	£	100,000	158,209	15	9,00
Junho	Alemanha	DM	300,000	138,162	10	6,125
Junho	Luxemburgo	US\$	250,000	266,884	10	7,75
Julho	Bélgica	FB	4 000,000	91,075	8	7,25
Setembro	Alemanha	DM	200,000	93,115	30	6,00
Setembro	Países Baixos	Hfl	300,000	123,986	15	6,00
Setembro	Suiça	FS	150,000	85,473	12	4,875
Setembro	França	FF	1 500,000	218,822	10	7,20
Setembro	Itália	Lit	200 000,000	135,511	10	9,00
Outubro	Luxemburgo	US\$	150,000	145,689	7	7,75
Outubro	Alemanha	DM	300,000	143,500	10	6,125
Outubro	Itália	Lit	150 000,000	103,785	9	9,00
Outubro	Japão	Yen	40 000,000	251,458	10	6,10
Outubro	Luxemburgo	ECU	125,000	125,000	7	7,75
Novembro	Luxemburgo	US\$	300,000	291,378	10	variável
Novembro	Suiça	FS	175,000	103,124	15	5,125
Novembro	Luxemburgo	\$Can	100,000	69,985	5	9,50
Novembro	Áustria	ÖSch	800,000	54,363	10	7,00
Dezembro	Luxemburgo	ECU	100,000	100,000	5	7,375
Dezembro	Luxemburgo	US\$	100,000	97,126	7	7,625
Dezembro	Itália	Lit	200 000,000	138,381	9	9,00
Dezembro	Alemanha	DM	150,000	71,750	10	6,125
Dezembro	Reino Unido	£	75,000	105,260	8	11,50
Dezembro	Luxemburgo	US\$	100,000	97,126	7	7,625

(41 empréstimos)

5 434,757

EMPRÉSTIMOS PRIVADOS

Número de operações	Moeda de subscrição	Valor em moeda nacional (em milhões)	Valor em ECUs (em milhões)	Duração do empréstimo (anos)	Taxa nominal (%)
10	Hfl	646,000	269,120	8—15	6,45—7,125
5	FB	7 500,000	171,514	6—12	7,75—9,83
5	Flux	1 500,000	34,139	5—6	6,75—8,625
2	US\$	53,350	60,084	1—10	5,925—7,50
3	FS	375,000	211,806	5—7	4,625—4,875
2	Yen	20 800,000	126,843	8—10	6,30—7,20
3	ECU	122,000	122,000	9—15	7,54—8,875
1	Lit	21 000,000	14,213	8	10,85
36			1 009,719		

II. Operações interbancárias

US\$	296,234
Flux	24,799
	321,033

III. Participação de terceiros no financiamento de empréstimos BEI

DM	19,990
----	--------

Total

6 785,499



606,9 milhões. Tal como nos anos anteriores, estes créditos foram obtidos mediante abertura de concurso a um número restrito de bancos ou foram negociados com um consórcio bancário. Aproveitando o clima favorável prevalecente em Nova Iorque no final do primeiro trimestre de 1986, o BEI pôs fim a uma ausência de dois anos do mercado interno americano para emissões estrangeiras, com uma emissão de 225,2 milhões, cuja duração era superior àquela obtida no mercado do euro-dólar. Adaptando as condições da sua emissão às preferências dos subscritores japoneses (especialmente através do pagamento de um juro semestral), o Banco pôde lançar no início de 1986 uma emissão pública de 225,5 milhões em condições muito interessantes, a qual foi colocada no Japão. Além disso, o montante das operações interbancárias com uma duração inferior a cinco anos ascendeu a 296,2 milhões e o dos empréstimos privados, a 60,1 milhões.

Em 1986, o Banco aproveitou a expansão dos mercados do **iene** a taxa fixa — tanto no mercado interno japonês, como no mercado do euro-iene — contraindo empréstimos no total de 686,9 milhões, 514 milhões dos quais correspondiam a recursos a taxa fixa e 172,8 milhões, a operações de *swap* em dóla-

res a taxa variável. Uma parte dos recursos mobilizados a taxa fixa permitiram ao Banco financiar o reembolso antecipado de emissões anteriores, no total de 217,8 milhões.

No **mercado de capitais suíço**, em fase de expansão e em que as medidas de liberalização encetadas em 1985 foram prosseguidas, o Banco obteve 510,5 milhões (354,8 milhões em 1985) através de emissões públicas (298,7 milhões) e de colocações privadas (211,8 milhões). Não deixando de recorrer aos seus consórcios bancários tradicionais, o BEI alargou no entanto a participação nos seus empréstimos a uma maior gama de instituições financeiras, no âmbito de concursos públicos.

O euromercado do **dólar canadiano** foi solicitado pelo Banco em duas ocasiões, através de emissões públicas que totalizaram os 146,4 milhões de ECUs (80,1 milhões no ano anterior), cujo produto foi objecto de operações de *swap*, com as quais obteve outras divisas a taxa fixa ou variável.

Por último, após uma ausência de três anos, o BEI voltou ao **mercado de capitais austríaco** com uma emissão pública no valor de 54,4 milhões.

## Resultados de gestão

---

Os resultados de gestão do Banco em 1986 reflectem, por um lado, a maior margem existente entre os custos dos empréstimos contraídos e os juros dos empréstimos concedidos, em que se repercute, tal como no passado, a utilização dos seus fundos próprios, e por outro lado, a redução dos lucros de investimento decorrente da descida das taxas de juro.

O montante dos juros e das comissões dos empréstimos cobrados em 1986 atingiu os 3 197 milhões (2 937,2 milhões em 1985), enquanto os juros e encargos de empréstimos contraídos ascenderam a 2 713,6 milhões (2 582,6 milhões em 1985). As comissões administrativas mantiveram-se estáveis (15 milhões, contra 15,6 milhões no ano anterior).

O ligeiro decréscimo dos rendimentos emergentes dos juros e das comissões sobre colocações, que se elevaram a 196,4 milhões de ECUs em 1986 (199,5 milhões em 1985), resultou da descida das taxas de juro a curto e a longo prazo na maioria dos mercados em 1986.

O saldo entre os proveitos e os encargos financeiros foi reduzido para 22,1 milhões em 1986 (38 milhões em 1985). Este decréscimo provém do efeito conjugado da descida das taxas de juro, que restringiu durante grande parte de 1986 as possibilidades de recompra pelo Banco das suas próprias

obrigações, e da deterioração de certos mercados no final do ano, a qual gerou uma menos-valia contabilística da carteira.

Tendo em conta as diferenças de câmbio, a imputação da anuidade de amortização dos custos de emissão e dos prémios de reembolso (69,1 milhões de ECUs), as amortizações de edifícios e de material (4,9 milhões) e a menos-valia decorrente da avaliação dos activos do Banco não abrangidos pelo artigo 7º dos Estatutos (2,3 milhões), o saldo positivo da conta de lucros e perdas elevou-se a 576,5 milhões, contra 515,8 milhões em 1985.

O Conselho de Administração recomendou ao Conselho de Governadores que deduzisse da provisão para variações da taxa de conversão do ECU, o montante de 2 314 120 ECUs, que representa a menos-valia líquida emergente em 31 de Dezembro de 1986 da avaliação dos activos líquidos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos, e afectasse o excedente de gestão do exercício de 1986, no valor de 578 765 599, às reservas suplementares.

Em 31 de Dezembro de 1986, o total do balanço elevava-se a 40 720,9 milhões, contra 35 092,1 milhões em 31 de Dezembro de 1985, o que representa um aumento de 16%.

# Administração

---

## Conselho de Administração

O Conselho sentiu profundamente o falecimento, em 23 de Maio de 1986, de um dos seus administradores, Sir Malcolm WILCOX, de cuja eminente experiência e competência o Banco usufruía desde Setembro de 1981. Para o substituir, o Conselho de Governadores nomeou Alexander James Otway RITCHIE.

Paul ARLMAN, Karl BRED AHL, José María GARCÍA ALONSO, Julián GARCÍA VARGAS, Pierre MATHIJSEN, Ian PLENDERLEITH e Jean-Claude TRICHET tiveram de deixar o Conselho em 1986 e David DELL, José António GIRÃO e Jean SAINT-GEOURS, em 1987. Para sua substituição, o Conselho de Governadores nomeou como administradores, pelo período de tempo ainda por decorrer do mandato dos seus antecessores, Jos DE VRIES, Erling JØRGENSEN, Elizabeth LLEWELLYN-SMITH, Pedro MARTÍNEZ MÉNDEZ, Miguel MUÑIZ DE LAS CUEVAS e Luís MORENO, e como suplentes, Kaj BARLEBO-LARSEN e Alastair CLARK. Denis SAMUEL-LAJEUNESSE, nomeado administrador titular para substituir Jean-Claude TRICHET, foi por sua vez substituído por Ariane OBOLENSKY.

O Conselho de Administração agradece aos Srs. Arlman, Bredahl, Dell, García Alonso, García Vargas, Girão, Mathijsen, Plenderleith, Saint-Geours e Trichet a sua inestimável contribuição para as actividades do Banco.

## Comité de Fiscalização

Na sua sessão anual de 16 de Junho de 1986, o Conselho de Governadores decidiu renovar o mandato do membro do Comité de Fiscalização cujas funções cessavam, Albert HANSEN, para os exercícios de 1986, 1987 e 1988.

A presidência foi assumida por Constantinos THANOPOULOS, até aprovação do balanço e da conta de lucros e perdas do exercício de 1986, na sessão anual de 1987.

## Organização e estrutura

Em 1986, o Comité Executivo prosseguiu a reorganização dos serviços do Banco iniciada em 1985, visando adaptar os mesmos à evolução dos requisitos do Banco e à adesão de Espanha e de Portugal.

A Direcção dos Financiamentos no Exterior da Comunidade foi reestruturada, tendo todas as fases de instrução, de acompanhamento e de administração de projectos sido reunidas em divisões estabelecidas segundo áreas geográficas, que se integram em três departamentos, um para os países da bacia mediterrânica e os outros dois para os países signatários da Convenção de Lomé. Para assegurar a coerência nas análises financeiras e nos relatórios de conclusão de trabalhos, foi criada uma divisão de apoio ao controlo de projectos, dependente do Director.

Por razões de eficácia e com vista a satisfazer mais cabalmente as exigências operacionais, o Serviço de Consultores Técnicos foi reorganizado numa base sectorial. Por último, foi efectuada a reorganização da Direcção de Estudos.

Estas alterações são apresentadas nas páginas 6 e 7 do organigrama.

## Supervisão

Numa conjuntura económica cada vez mais complexa, os órgãos de decisão do BEI continuam a empenhar-se, em todas as fases de actividade deste, em assegurar que as operações financeiras do Banco são eficazmente conduzidas, no que se refere à sua rentabilidade e à conformidade com a missão cometida ao Banco pelo Tratado de Roma e pelas convenções e protocolos celebrados com os países no exterior da Comunidade. Os procedimentos de acompanhamento dos projectos (ver caixa pág. 89) devem inserir-se no contexto geral das estruturas de controlo do Banco.

Este controlo é exercido a vários níveis, incluindo os que, nos termos dos Estatutos, competem ao *Conselho de Administração* e ao *Comité de Fiscalização*. Este último verifica a conformidade das formalidades e dos procedimentos preceituados com os Estatutos, com base nos relatórios elaborados pelos auditores externos e pela *Divisão de Auditoria Interna*, cujos relatórios lhe são sempre apresentados.

O Comité de Fiscalização aprova o programa anual de trabalho da Divisão de Auditoria Interna, elaborado em estreita colaboração com os auditores externos. Este programa incide particularmente sobre a avaliação dos sistemas de auditoria e dos procedimentos em vigor em matéria orçamental e segue a evolução da informatização.



## Instrução e acompanhamento dos projectos

### Dos primeiros contactos à assinatura do contrato de financiamento

O BEI contribui para o financiamento de projectos específicos, concedendo empréstimos directamente ou por meio de uma instituição de crédito intermediária. Esta característica da actividade do Banco reflecte a sua vocação de «banco de investimento» ao serviço da Comunidade e dos países associados, pretendida pelos seus fundadores.

Após estabelecimento de contactos entre os promotores ou intermediários e o Banco, procede-se a uma primeira apreciação dos projectos. Caso essa apreciação seja favorável, inicia-se um processo de instrução, conduzido por uma equipa geralmente composta por um engenheiro, um economista, um analista financeiro e um jurista.

Com base nos documentos facultados pelo promotor e nas informações recolhidas principalmente *in loco*, o projecto é apreciado sob vários aspectos:

- a avaliação técnico-comercial tem por objecto verificar a viabilidade do investimento do ponto de vista técnico, o realismo das estimativas de custo e de prazos e, no que se refere aos projectos industriais, a compatibilidade do projecto com as perspectivas de mercado e a regulamentação vigente em matéria de defesa do ambiente e de abertura de concursos;
- a avaliação económica centra-se na rentabilidade económica do projecto e na sua coadunação com os critérios de intervenção do Banco e os objectivos de política comunitária;
- a avaliação financeira analisa a situação financeira do promotor, as perspectivas de *cash-flow* e as garantias oferecidas. As condições do empréstimo (montante, duração, período de carência, moedas de desembolso) são negociadas com o promotor, de forma a melhor satisfazer as suas necessidades específicas, tendo em conta as disponibilidades do Banco nas diferentes moedas e, se for caso disso, a integração do empréstimo do Banco num pacote financeiro mais vultoso.

No termo da instrução, o Conselho de Administração, após ouvir o parecer da Comissão e do Estado-membro interessado, decide da concessão do empréstimo sob proposta do Comité Executivo.

Se o promotor ou o intermediário se tornar um interlocutor habitual do Banco, a apreciação dos pedidos de financiamento pode ser muito simplificada; por outro lado, para facilitar o financiamento de pequenos investimentos, em particular das PME, foi criado o sistema de empréstimos globais, que consistem, na prática, em linhas de crédito.

### Da assinatura do contrato ao reembolso final

Após assinatura do contrato e uma vez feitos os controlos usuais, procede-se aos desembolsos numa ou várias parcelas, consoante o avanço dos trabalhos.

A supervisão regular durante o andamento dos projectos permite controlar a execução dos trabalhos, a evolução do respectivo custo e, se for caso disso, a subcontratação de obras e de fornecimentos.

Após conclusão de cada projecto individual, é elaborado um relatório de apreciação, que foca essencialmente os aspectos técnicos (incluindo os relativos ao ambiente), financeiros e comerciais do projecto e que permite estabelecer uma comparação quantitativa entre os dados previsionais e os resultados finais.

Durante toda a vida dos empréstimos, a situação financeira dos promotores e garantes e os riscos bancários incorridos são objecto de um controlo regular.

No que respeita aos empréstimos globais, o controlo inclui especificamente uma análise periódica, fundamentada em visitas do local e em documentação, da situação financeira dos intermediários, das condições de utilização das verbas desembolsadas e da respectiva aplicação pelas empresas financiadas.

A actividade de acompanhamento da execução dos projectos desenvolve-se, pois, num espírito construtivo, em contacto estreito com os promotores e eventualmente, com as instituições de crédito intermediárias e os cofinanciadores.

*Nos Estados-membros*, o Departamento de Administração dos Financiamentos verifica a execução dos projectos financiados, quer a partir de recursos próprios, quer a partir de recursos do NIC e da EURATOM. São feitos relatórios de apreciação, ou no caso dos empréstimos globais, relatórios sobre as afectações, em relação a cada operação.

*No exterior da Comunidade*, cada projecto é objecto de um relatório de fim de trabalhos. Para aprofundar a análise do impacto dos investimentos financiados e retirar ensinamentos da experiência passada no campo operacional, foi iniciada uma primeira série de estudos de apreciação ulterior, quando oportuno, com o apoio de consultores externos, e em alguns casos, com a colaboração de outras instituições de crédito.

### Pessoal

Verificaram-se numerosas alterações no pessoal do Banco, em virtude da saída de vários agentes, no âmbito de um programa especial de reforma antecipada ou por terem atingido o limite de idade.

Nas Direcções de Financiamentos na Comunidade — PM2, Dennis KIRBY foi substituído por Christopher LETHBRIDGE como Director do Departamento do Reino Unido, Portugal e Irlanda. Por sua vez, este foi substituído na chefia do Departamento Dinamarca, Alemanha e Espanha por José OLIVA MARÍN.

Na Direcção de Financiamentos no Exterior da Comunidade, Thomas OURSIN e Rex SPELLER foram nomeados Directores dos Departamentos ACP I e ACP II, respectivamente. Robert CORNEZ, Director do Departamento da Administração dos Financiamentos, aposentou-se.

Na Direcção das Finanças e da Tesouraria, Wolfgang THILL aposentou-se, sendo substituído por Ulrich DAMM.

Herbert CHRISTIE passou a Director dos Estudos, substituindo Henri LEROUX, que se aposentou. Luigi GENAZZINI foi promovido a Director do Departamento de Estudos Económicos no Exterior da Comunidade. Michel DELEAU foi contratado como Director do Departamento de Estudos Económicos na Comunidade e Alfred STEINHERR, como Director *ad personam* do Departamento de Estudos Financeiros, para assistir e ulteriormente substituir Desmond McCLELAND, quando este se reformar.

Na Direcção da Administração-Geral, Hans HITZLBERGER, Consultor especial junto do Comité Executivo até 31 de Maio de 1987, e Jean EQUINET aposentaram-se, sendo substituídos, respectivamente, por Ronald STURGES, na qualidade de Chefe do Pessoal, e Roger ADAMS, na qualidade de Director do Departamento de Serviços de Gestão.

No Serviço de Consultores Técnicos, Walter LÖWENSTEIN-LOM aposentou-se. Filippo BARILLI, Chefe de Serviço Adjunto, passou a ter a seu cargo a coordenação de projectos industriais.

Em 31 de Dezembro de 1986, trabalhavam nos serviços do Banco 678 pessoas, sendo 313 mulheres e 365 homens, o que corresponde a um aumento de 5 pessoas durante o ano. Nessa data, 46 agentes do sexo feminino beneficiavam das disposições em vigor no Banco em matéria de trabalho a tempo parcial.

No decurso dos últimos cinco anos, o pessoal, a nível de quadros e de pessoal administrativo e auxiliar, distribuía-se da seguinte forma:

Anos	Quadros		Pessoal administrativo e auxiliar	
	M	F	M	F
1982	209	16	104	232
1983	223	22	108	243
1984	240	26	111	261
1985	259	34	106	274
1986	259	38	106	275
Total 1986	297 (43,8 %)		381 (56,2 %)	

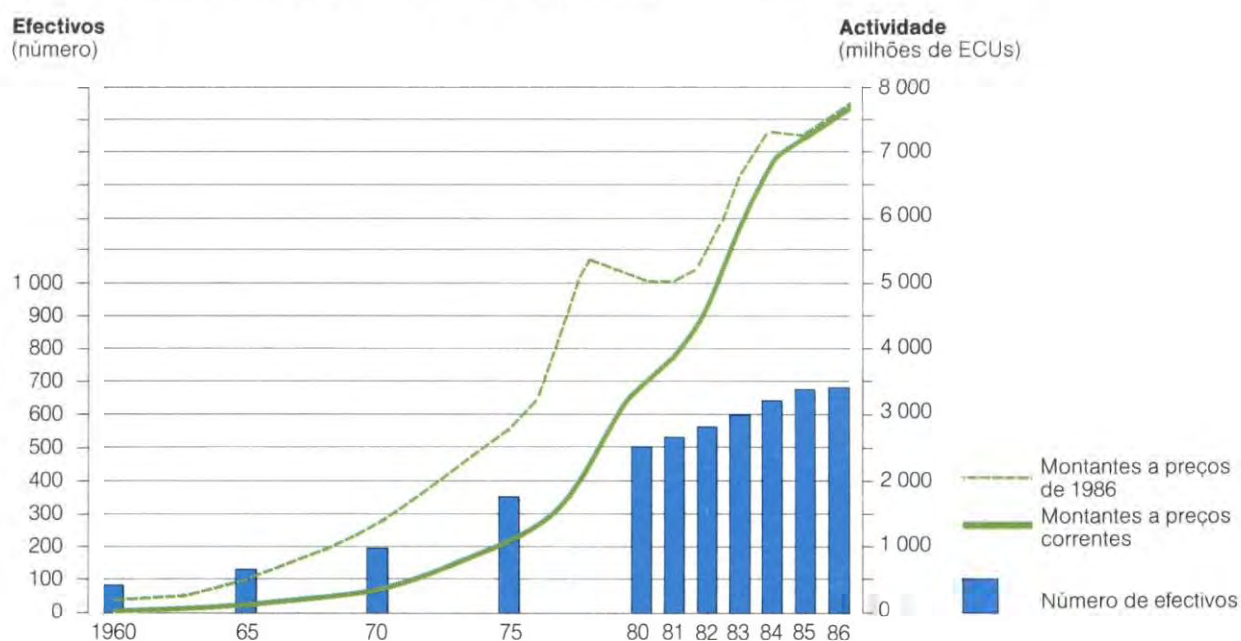
Em 1986, foram dedicados 3 404 dias a actividades de formação contínua. Além disso, duas agentes do sexo feminino, não executivas, solicitaram uma licença de um ano para seguirem cursos de formação.

No início de 1986, foi empreendida uma revisão parcial dos procedimentos de apreciação do pessoal, que ficou concluída no final do ano. Paralelamente, iniciaram-se estudos preliminares sobre a possibilidade de uma maior participação do mérito no sistema de remuneração, os quais foram prosseguidos durante 1987.

Os representantes eleitos pelo pessoal foram consultados sobre questões relacionadas com os trabalhadores do Banco, tendo participado activamente na elaboração de políticas a adoptar neste campo.

Prossegue o recrutamento nos dois novos Estados-membros, de forma a assegurar uma participação adequada dos nacionais espanhóis e portugueses no pessoal do Banco.

\*  
\* \*

**Evolução dos efectivos e da actividade global do Banco (1960—1986)**

O Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos trabalhadores do Banco pelo alto nível do trabalho por estes realizado durante o ano, pela dedicação que demonstraram e pela sua capacidade de adaptação a uma conjuntura em constante evolução.

Luxemburgo, 12 de Maio de 1987

O Presidente do Conselho de Administração  
Ernst-Günther BRÖDER



# Balanço em 31 de Dezembro de 1986

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Activo	31. 12. 1986	31. 12. 1985
<b>A creditar pelos Estados-membros na conta de capital (Anexo A)</b>	<b>1 203 762 091</b>	270 000 000
<b>A creditar na conta de reservas e provisões (Nota N)</b>	<b>154 123 642</b>	—
<b>Caixa e Bancos</b>		
À ordem ou até um ano	1 599 240 761	1 362 821 758
A mais de um ano	973 284	78 033
	<b>1 600 214 045</b>	1 362 899 791
<b>Carteira de valores (Nota B)</b>		
Até um ano	251 800 316	161 304 848
A mais de um ano	599 546 399	704 400 598
	<b>851 346 715</b>	865 705 446
<b>Receitas de empréstimos a receber</b>	<b>458 899 455</b>	91 270 285
<b>Valores a cobrar dos Estados-membros para ajustamento do capital (Anexo D)</b>	<b>12 903 290</b>	13 121 193
<b>Empréstimos concedidos (Anexo B)</b>		
Total em curso	36 344 373 008	32 531 641 659
Menos: fracção não desembolsada dos empréstimos concedidos	2 240 235 350	2 305 176 694
	<b>34 104 137 658</b>	30 226 464 965
<b>Garantias</b>		
No âmbito de empréstimos concedidos sob mandato	14 780 117	23 055 507
Com exclusão dos empréstimos concedidos por terceiros: 1986: 410 478 536; 1985: 512 253 660		
No âmbito de participações de terceiros em empréstimos concedidos pelo Banco: 1986: 190 196 341; 1985: 223 900 583		
<b>Terrenos e edifícios (Nota C)</b>	<b>41 106 263</b>	42 235 457
<b>Juros e comissões a receber</b>	<b>917 155 716</b>	850 455 142
<b>A cobrar a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME (Nota H)</b>	<b>256 010 991</b>	275 594 058
<b>Despesas de emissão a amortizar</b>	<b>371 290 530</b>	324 303 678
<b>Prémios de reembolso a amortizar</b>	<b>6 991 517</b>	9 224 135
	<b>378 282 047</b>	333 527 813
<b>Depósitos especiais para serviço de empréstimos (Nota D)</b>	<b>648 366 877</b>	690 911 979
<b>Diversos (Nota G)</b>	<b>79 846 691</b>	46 814 611
	<b>40 720 935 598</b>	35 092 056 247

Passivo	31. 12. 1986	31. 12. 1985
<b>Capital</b> (Anexo A)		
Subscrito . . . . .	28 800 000 000	14 400 000 000
Não exigido . . . . .	26 204 061 724	12 934 285 000
	<b>2 595 938 276</b>	1 465 715 000
<b>Fundo de reserva</b> (Nota N) . . . . .	<b>2 880 000 000</b>	1 440 000 000
<b>Reservas suplementares</b> (Nota N) . . . . .	<b>332 206 336</b>	1 000 598 914
<b>Provisão para variações da taxa de conversão do ECU</b> (Nota N) . . . . .	<b>15 725 159</b>	14 669 916
<b>Fundo de reforma do pessoal</b> (Nota E) . . . . .	<b>77 823 730</b>	64 376 775
<b>Valores a pagar aos Estados-membros para ajustamento do capital</b> (Anexo D) . . . . .	<b>2 780 888</b>	9 047 354
<b>Empréstimos obtidos a curto prazo</b> (Anexo C) . . . . .	<b>562 688 033</b>	659 383 128
<b>Empréstimos obtidos a médio e a longo prazo</b> (Anexo C)		
Obrigações e certificados de caixa . . . . .	24 476 585 704	21 403 488 331
Outros . . . . .	5 785 441 716	5 320 838 116
	<b>30 262 027 420</b>	26 724 326 447
Prémios de reembolso de obrigações . . . . .	9 074 707	11 430 363
	<b>30 271 102 127</b>	26 735 756 810
<b>Credores diversos</b> (Nota F) . . . . .	<b>625 476 893</b>	282 837 705
<b>Garantias</b>		
para empréstimos sob mandato . . . . .	14 780 117	23 055 507
para empréstimos concedidos por terceiros: 1986: 410 478 536; 1985: 512 253 660		
para participações de terceiros em empréstimos concedidos pelo Banco: 1986: 190 196 341; 1985: 223 900 583		
<b>Bonificações de juros recebidas antecipadamente</b> (Nota H) . . . . .	<b>820 331 636</b>	923 047 187
<b>Bonificações de juros recebidas antecipadamente por conta de terceiros</b> (Nota H) . . . . .	<b>108 290 204</b>	126 886 507
	<b>928 621 840</b>	1 049 933 694
<b>Juros e comissões a pagar e juros cobrados antecipadamente</b> . . . . .	<b>1 163 071 796</b>	1 118 365 480
<b>Cupões e obrigações vencidos e a pagar</b> (Nota D) . . . . .	<b>648 366 877</b>	690 911 979
<b>Diversos</b> (Nota G) . . . . .	<b>25 902 047</b>	21 614 056
<b>Saldo da conta de lucros e perdas</b> (Nota N) . . . . .	<b>576 451 479</b>	515 789 929
	<b>40 720 935 598</b>	35 092 056 247

## Contas Extrapatrimoniais

### Secção Especial

Fundos em gestão fiduciária		
— por conta dos Estados-membros . . . . .	284 311 245	295 986 908
— por conta das Comunidades Europeias . . . . .	8 002 808 640	7 275 996 775
Valores recebidos em caução para empréstimos sob mandato . . . . .	14 780 117	17 560 649
Valores recebidos em depósito . . . . .	56 054 859	78 835 310



# Demonstração da Secção Especial <sup>(1)</sup> em 31 de Dezembro de 1986

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Activo	31. 12. 1986	31. 12. 1985
<b>Países da Comunidade</b>		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia da Energia Atómica</i>		
Empréstimos em curso		
— não desembolsados	132 663 166	—
— desembolsados	2 398 218 069	1 988 341 853
Total <sup>(2)</sup>	2 530 881 235	1 988 341 853
<i>Por conta de recursos da Comunidade Económica Europeia</i>		
<i>(Novo Instrumento Comunitário de contracção e concessão de empréstimos — NIC)</i>		
Empréstimos em curso		
— não desembolsados	206 855 052	382 395 392
— desembolsados	4 993 510 883	4 757 896 039
Total <sup>(3)</sup>	5 200 365 935	5 140 291 431
<b>Turquia</b>		
<i>Por conta de recursos dos Estados-membros</i>		
Empréstimos em curso		
— não desembolsados	18 433 873	—
— desembolsados	284 311 245	295 986 908
Total <sup>(4)</sup>	302 745 118	295 986 908
<b>Países da bacia mediterrânica</b>		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Económica Europeia</i>		
Empréstimos em curso		
— não desembolsados	41 078 663	79 444 129
— desembolsados	262 121 337	209 555 871
	303 200 000	289 000 000
Operações de capitais de risco		
— valores a pagar	3 000 000	3 000 000
— valores desembolsados	5 000 000	5 000 000
	8 000 000	8 000 000
Total <sup>(5)</sup>	311 200 000	297 000 000
<b>Países de África, Caraíbas e Pacífico e Países e Territórios Ultramarinos</b>		
<i>A cargo de recursos da Comunidade Económica Europeia</i>		
<b>Convenções de Yaoundé I e II</b>		
Empréstimos desembolsados	100 751 997	104 806 250
Contribuições para a formação de capitais de risco		
Valores desembolsados	1 236 357	1 267 760
Total <sup>(6)</sup>	101 988 354	106 074 010
<b>Convenções de Lomé I, II e III</b>		
Operações de capitais de risco		
— valores a pagar	177 277 519	161 410 158
— valores desembolsados	241 969 997	209 129 002
Total <sup>(7)</sup>	419 247 516	370 539 160
<b>Total geral</b>	<b>8 866 428 158</b>	<b>8 198 233 362</b>

## N.B.:

Total dos valores em dívida ainda não reembolsados referentes a créditos concedidos com condições especiais pela Comissão e relativamente aos quais o Banco aceitou um mandato de cobrança da CEE:

a) no âmbito das Convenções de Lomé I e II:

em 31. 12. 1986: 701 323 070; em 31. 12. 1985: 598 273 563.

b) no âmbito dos protocolos celebrados com os países da bacia mediterrânica:

em 31. 12. 1986: 93 939 289; em 31. 12. 1985: 76 767 195.

(1) A Secção Especial foi criada pelo Conselho de Governadores em 27 de Maio de 1963; o seu objectivo, redefinido pela decisão de 4 de Agosto de 1977, consiste na contabilização das operações que o Banco efectua sob mandato e por conta e risco de terceiros.

(2) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias (77/271/ /EURATOM) de 29 de Março de 1977, (82/170/EURATOM) de 15 de Março de 1982 e (85/537/EURATOM) de 5 de Dezembro de

1985, até um montante total de três biliões para o financiamento de centrais nucleares de energia nos países da Comunidade, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia da Energia Atómica:

	2 562 985 528
A adicionar: ajustamentos cambiais	+ 148 489 948
A deduzir: reembolsos	— 180 594 241
	<u>2 530 881 235</u>



## Passivo

### Fundos em gestão fiduciária

*Sob mandato das Comunidades Europeias*

	31. 12. 1986	31. 12. 1985
Comunidade Europeia da Energia Atómica	2 398 218 069	1 988 341 853
Comunidade Económica Europeia:		
— Novo Instrumento Comunitário	4 993 510 883	4 757 896 039
— Protocolos financeiros com os países da bacia mediterrânica	267 121 337	214 555 871
— Convenções de Yaoundé I e II	101 988 354	106 074 010
— Convenções de Lomé I, II e III	241 969 997	209 129 002
	<b>8 002 808 640</b>	7 275 996 775
<i>Sob mandato dos Estados-membros</i>	<b>284 311 245</b>	295 986 908
Total	<b>8 287 119 885</b>	7 571 983 683

### Fundos a desembolsar

Empréstimos da Comunidade Europeia da Energia Atómica	132 663 166	—
Empréstimos Novo Instrumento Comunitário	206 855 052	382 395 392
Empréstimos à Turquia, Segundo Protocolo Complementar	18 433 873	—
Empréstimos e operações de capitais de risco, nos países da bacia mediterrânica	44 078 663	82 444 129
Operações de capitais de risco, Convenções de Lomé I, II e III	177 277 519	161 410 158
Total	<b>579 308 273</b>	626 249 679
<b>Total geral</b>	<b>8 866 428 158</b>	8 198 233 362

(3) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias (78/870/CEE) de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), (82/169/CEE) de 15 de Março de 1982 e (83/200/CEE) de 19 de Abril de 1983, visando a promoção dos investimentos na Comunidade e bem assim (81/19/CEE) de 20 de Janeiro de 1981, visando a reconstrução das regiões sinistradas pelo terramoto de 23 de Novembro de 1980, em Campânia e Basilicata (Itália) e (81/1013/CEE) de 14 de Dezembro de 1981, visando a reconstrução das regiões da Grécia sinistradas pelos terramotos de Fevereiro/Março de 1981, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

A adicionar: ajustamentos cambiais	+	112 209 086
A deduzir: anulações		83 873 427
reembolsos		287 555 914
	—	371 429 341
		<u>5 200 365 935</u>

(4) Montante inicial dos contratos de empréstimo celebrados para financiamento de projectos na Turquia, sob mandato e por conta e risco dos Estados-membros:

A adicionar: ajustamentos cambiais	+	10 483 980
A deduzir: anulações		215 000
reembolsos		107 738 862
	—	107 953 862
		<u>302 745 118</u>

(5) Montante inicial dos contratos celebrados para financiamento de projectos nos países do Magrebe e do Machrek, bem como em Malta, Chipre, Turquia e Grécia (10 000 000 concedidos antes da adesão deste país à CEE, em 1 de Janeiro de 1981) sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

(6) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos Estados Africanos, Malgaxe e Maurício Associados e nos Países, Territórios e Departamentos Ultramarinos (EAMMA-PTDUM) sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

nos (EAMMA-PTDUM) sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

— Empréstimos com condições especiais	139 483 056	
— Contribuições para a formação de capitais de risco	2 502 615	141 985 671
A adicionar:		
— juros capitalizados	1 178 272	
— ajustamentos cambiais	7 748 300	+ 8 926 572
A deduzir:		
— anulações	1 573 609	
— reembolsos	47 350 280	— 48 923 889
		<u>101 988 354</u>

(7) Montante inicial dos contratos celebrados para financiamento de projectos nos países de África, Caraíbas e Pacífico, assim como nos Países e Territórios Ultramarinos (ACP/PTUM) sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

— Empréstimos condicionados e subordinados	428 235 000	
— Tomadas de participação	11 232 498	
— Subscrição de obrigações convertíveis	2 499 606	441 967 104
A adicionar		
— juros capitalizados		+ 60 371
A deduzir:		
— anulações	10 514 107	
— reembolsos	9 980 681	
— ajustamentos cambiais	2 285 171	— 22 779 959
		<u>419 247 516</u>

# Conta de Lucros e Perdas do exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1986

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Receitas	1986	1985
Juros e comissões de empréstimos concedidos . . . . .	3 196 964 589	2 937 209 467
Juros e comissões de colocações . . . . .	196 412 611	199 484 300
Comissões administrativas (Nota I) . . . . .	15 033 435	15 565 292
Proveitos financeiros e outras receitas (Nota L) . . . . .	38 920 996	39 350 295
Diferenças cambiais . . . . .	760 591	—
	<b>3 448 092 222</b>	<b>3 191 609 354</b>
Despesas		
Despesas e encargos administrativos (Nota K) . . . . .	65 021 642	55 770 557
Juros e encargos de empréstimos obtidos . . . . .	2 713 603 269	2 582 625 671
Amortização de despesas de emissão e de prémios de reembolso . . . . .	69 062 946	59 916 231
Encargos financeiros (Nota L) . . . . .	16 772 462	1 368 962
Amortização		
— de compras líquidas de instalações e material . . . . .	3 185 304	2 931 193
— dos edifícios . . . . .	1 681 000	1 667 000
Diferenças cambiais . . . . .	—	219 234
	<b>2 869 326 623</b>	<b>2 704 498 848</b>
Excedente do exercício . . . . .	<b>578 765 599</b>	<b>487 110 506</b>
Menos-valia líquida emergente da avaliação dos activos do Banco não sujeitos a ajustamento nos termos do artigo 7.º dos Estatutos (Nota J) . . . . .	<b>— 2 314 120</b>	<b>— 10 213 093</b>
Proveitos extraordinários (Nota M) . . . . .	<b>—</b>	<b>+ 38 892 516</b>
Saldo (Nota N) . . . . .	<b>576 451 479</b>	<b>515 789 929</b>

# Mapa de Origem e Aplicação de Fundos para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1986

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

	1986	1985
<b>Origem de fundos</b>		
Saldo da conta de lucros e perdas	576 451 479	515 789 929
Rubricas que não implicam movimento de fundos:		
Amortização de edifícios, de compras líquidas, instalações e material	4 866 304	4 598 193
Amortização de despesas de emissão e prémios de reembolso	69 062 946	59 916 231
Aumento dos juros e comissões a pagar e juros cobrados antecipadamente	44 706 316	43 559 049
Aumento dos juros e comissões a cobrar	— 66 700 574	— 83 350 025
	628 386 471	540 513 377
Outras origens:		
Produto de empréstimos obtidos	6 301 189 196	5 875 566 869
Reembolso de empréstimos concedidos	2 269 880 430	1 851 850 634
Capital, reservas e provisões realizados pelos Estados-membros	299 210 279	135 000 000
Ajustamentos cambiais relativos a empréstimos concedidos	944 269 262	2 015 164 031
Aumento (diminuição) do total das rubricas: Credores diversos, Diversos do passivo, Fundo de reforma do pessoal e Bonificações de juros líquidas	258 645 347	— 268 959 700
<b>Total</b>	<b>10 701 580 985</b>	<b>10 149 135 211</b>
<b>Aplicação de fundos</b>		
As disponibilidades foram aplicadas em:		
Desembolso líquido de empréstimos concedidos	7 091 822 385	6 397 737 379
Reembolso de empréstimos contraídos	2 397 449 493	1 788 216 394
Despesas de emissão e prémios de reembolso de empréstimos	113 817 180	71 345 058
Terrenos, edifícios e instalações	3 737 110	2 931 193
Ajustamentos cambiais em empréstimos contraídos	832 718 651	1 807 593 508
Aumento líquido a título de ajustamento de capital dos Estados-membros	6 048 563	3 335 973
Aumento (diminuição) da rubrica Diversos do activo	33 032 080	— 8 955 906
Aumento das rubricas Caixa e Bancos e Carteira de valores	222 955 523	86 931 612
<b>Total</b>	<b>10 701 580 985</b>	<b>10 149 135 211</b>

## Anexo A — Demonstração das Subscrições de Capital

Em 31 de Dezembro de 1986

Em milhares de ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Estados-membros	Capital subscrito (1)	Capital não exigido (2)	Capital realizado e a realizar		
			realizado em 31. 12. 1986	A realizar (1)	Total
Alemanha	5 508 725	5 011 195,625	291 093,750	206 435,625	497 529,375
França	5 508 725	5 011 195,625	291 093,750	206 435,625	497 529,375
Itália	5 508 725	5 011 195,625	241 312,500	256 216,875	497 529,375
Reino Unido	5 508 725	5 011 195,625	291 093,750	206 435,625	497 529,375
Espanha	2 024 928	1 843 594,060	46 848,236	134 485,704	181 333,940
Bélgica	1 526 980	1 390 237,750	76 654,687	60 087,563	136 742,250
Países Baixos	1 526 980	1 390 237,750	76 654,687	60 087,563	136 742,250
Dinamarca	773 154	703 917,450	38 812,500	30 424,050	69 236,550
Grécia	414 190	377 098,250	20 793,125	16 298,625	37 091,750
Portugal	266 922	243 018,914	6 175,450	17 727,636	23 903,086
Irlanda	193 288	175 978,900	9 703,125	7 605,975	17 309,100
Luxemburgo	38 658	35 196,150	1 940,625	1 521,225	3 461,850
<b>Total</b>	<b>28 800 000</b>	<b>26 204 061,724</b>	<b>1 392 176,185</b>	<b>1 203 762,091</b>	<b>2 595 938,276</b>

(1) A partir de 1 de Janeiro de 1986, o capital subscrito do Banco foi elevado de 14 400 000 000 ECUs para 28 800 000 000 ECUs. Esta duplicação resulta simultaneamente do aumento da contribuição dos dez anteriores Estados-membros, incluindo o alinhamento da quota do capital subscrito pela Itália com a da Alemanha, da França e do Reino Unido (decisão do Conselho de Governadores de 11 de Junho de 1985), e da contribuição dos dois novos Estados-membros — Espanha e Portugal (artigo 2º do Protocolo nº 1 do Acto de Adesão celebrado em 12 de Junho de 1985).

a) Os dez Estados-membros pagarão, na sua moeda respectiva, 7,5% da sua quota-parte do aumento do capital, ou seja, o contravalor de um total de 908 111 250 ECUs, divididos em doze semestralidades iguais de 75 675 937,50 ECUs, em 30 de Abril e 31 de Outubro dos anos de 1988 a 1993.

b) Por força do alinhamento da sua participação, a Itália deverá pagar um montante complementar de 16 875 000 ECUs em quatro semestralidades iguais de 4 218 750, em 30 de Abril e 31 de Outubro dos anos de 1986 e 1987.

c) Em virtude da adesão à Comunidade, o Reino de Espanha e a República Portuguesa pagarão uma importância de 103 379 526 ECUs, correspondente à respectiva quota do capital subscrito pago pelos Estados-membros na data de 1 de Janeiro de 1986, em cinco semestralidades iguais de 20 675 905,2 entre 30 de Abril de 1986 e 30 de Abril de 1988, bem como o montante de 78 513 750 ECUs em doze semestralidades iguais de 6 542 812,50, que vencem em 30 de Abril e 31 de Outubro dos anos de 1988 a 1993.

d) No que se refere à parte ainda por pagar por força do aumento do capital decidido em 15 de Junho de 1981, os doze Estados-membros pagarão o montante de 293 343 750 ECUs em quatro semestralidades iguais de 73 335 937,50, que vencem em 30 de Abril e 31 de Outubro dos anos de 1986 a 1987.

A importância a pagar de 1 203 762 091 ECUs representa:

- as doze semestralidades iguais de 75 675 937,50 a pagar nos termos de a) supra.
- as duas semestralidades iguais de 4 218 750 nos termos de b) supra.
- as três semestralidades iguais de 20 675 905,20 e as doze semestralidades iguais de 6 542 812,50 nos termos de c) supra.
- as duas semestralidades iguais de 73 335 937,50 nos termos de d) supra.

(2) O Conselho de Administração pode exigir o pagamento do montante necessário para fazer face às obrigações do Banco perante os seus mutuantes.



# Anexo B — Demonstração dos Empréstimos em Curso

Em 31 de Dezembro de 1986

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Localização dos projectos	Número	Total em curso (1) (2) (3)	Montantes não desembolsados	Montantes desembolsados	% do Total em curso
<b>1. Créditos para investimentos na Comunidade e créditos relacionados</b>					
Alemanha	45	942 937 327	109 821 300	833 116 027	2,59
França	222	4 576 917 786	154 908 415	4 422 009 371	12,59
Itália	879	14 917 633 825	470 677 435	14 446 956 390	41,05
Reino Unido	346	5 628 278 219	28 900 933	5 599 377 286	15,49
Espanha	43	843 026 665	48 455 200	794 571 465	2,32
Bélgica	22	631 289 184	46 261 493	585 027 691	1,74
Países Baixos	9	179 826 936	12 793 832	167 033 104	0,49
Dinamarca	104	1 349 431 738	—	1 349 431 738	3,71
Grécia	123	1 842 761 621	32 983 619	1 809 778 002	5,07
Portugal	45	722 185 439	288 065 120	434 120 319	1,99
Irlanda	150	2 144 987 179	114 404 807	2 030 582 372	5,90
Luxemburgo	3	35 688 301	—	35 688 301	0,10
Empréstimos relacionados (*)	8	270 661 568	—	270 661 568	0,74
Sub-total	1 999	34 085 625 788	1 307 272 154	32 778 353 634	93,78
<b>2. Créditos para investimentos no exterior da Comunidade</b>					
<i>Países da Bacia Mediterrânica</i>					
Jugoslávia	6	288 991 381	105 692 496	183 298 885	0,79
Egipto	10	225 202 501	98 179 907	127 022 594	0,61
Argélia	4	152 467 948	108 716 242	43 751 706	0,41
Marrocos	8	142 041 472	27 099 725	114 941 747	0,39
Tunísia	14	114 268 693	60 202 090	54 066 603	0,31
Síria	5	96 243 817	60 095 000	36 148 817	0,26
Turquia	9	82 907 933	—	82 907 933	0,23
Jordânia	12	49 293 598	16 450 000	32 843 598	0,14
Chipre	3	45 392 840	22 342 118	23 050 722	0,12
Libano	7	28 814 688	—	28 814 688	0,08
Malta	2	14 507 080	13 000 000	1 507 080	0,04
<i>Países ACP/PTUM</i>					
Costa do Marfim	21	113 155 936	50 012 828	63 143 108	0,31
Camarões	13	109 569 525	37 546 485	72 023 040	0,30
Quênia	11	76 839 223	25 516 794	51 322 429	0,21
Nigéria	3	72 517 535	30 577 000	41 940 535	0,20
Papuaásia-Nova Guiné	4	63 306 963	36 362 550	26 944 413	0,17
Zaire	2	55 894 148	50 000 000	5 894 148	0,15
Ilhas Fiji	6	51 749 337	13 485 180	38 264 157	0,14
Trinidade e Tobago	5	38 354 547	19 107 594	19 246 953	0,11
Zimbábwe	2	34 567 756	15 099 366	19 468 390	0,10
Zâmbia	4	32 891 867	—	32 891 867	0,09
Botsuana	5	32 466 352	16 077 237	16 389 115	0,09
Senegal	4	30 193 574	—	30 193 574	0,08
Gabão	4	29 222 481	3 829 178	25 393 303	0,08
Gana	3	28 280 089	17 000 000	11 280 089	0,08
Congo	3	28 149 256	23 073 285	5 075 971	0,08
Ilha Maurícia	7	28 063 628	15 368 000	12 695 628	0,08
Mauritânia	1	22 427 804	—	22 427 804	0,06
Togo	4	18 925 442	—	18 925 442	0,05
Malawi	6	17 495 826	9 170 000	8 325 826	0,05
Jamaica	2	14 003 190	11 934 765	2 068 425	0,04
Benim	1	13 500 000	13 500 000	—	0,04
Suazilândia	3	13 292 119	—	13 292 119	0,04
Barbados	4	13 182 721	5 097 408	8 085 313	0,04
Níger	3	11 746 289	—	11 746 289	0,03
Guiné	2	10 491 139	1 414 018	9 077 121	0,03
Baamas	1	8 500 000	8 500 000	—	0,02
Nova Caledónia	2	7 943 814	—	7 943 814	0,02
Libéria	3	7 854 959	1 201 000	6 653 959	0,02
Antilhas Neerlandesas	1	7 100 000	7 100 000	—	0,02
Burkina Faso	1	6 532 568	—	6 532 568	0,02
África Ocidental	1	4 307 194	—	4 307 194	0,01
Polinésia Francesa	1	4 000 000	4 000 000	—	0,01
Santa Lúcia	1	3 000 000	3 000 000	—	0,01
África Central	1	2 600 000	2 600 000	—	0,01
Ilhas Caimão	1	2 351 734	—	2 351 734	0,01
Belize	1	1 671 065	106 000	1 565 065	0,01
Caraíbas	1	1 072 311	—	1 072 311	0,01
Montserrat	1	857 322	506 930	350 392	0,01
Tanzânia	1	537 555	—	537 555	0,01
Sub-total	220	2 258 747 220	932 963 196	1 325 784 024	6,22
<b>Total Geral</b>	<b>2 219</b>	<b>36 344 373 008</b>	<b>2 240 235 350</b>	<b>34 104 137 658</b>	<b>100,00</b>

(\*) Empréstimos relacionados com empréstimos na Comunidade; operações efectuadas nos termos do nº 1, parágrafo 2 do artigo 18 dos Estatutos e referentes a investimentos na plataforma continental norueguesa, na Áustria e na Tunísia, bem como à compra e exploração de satélites em órbita geoestacionária.



**(1) Divisas em que os empréstimos em curso são reembolsáveis:**

<i>Divisa:</i>	<i>Montante:</i>
Divisas dos Estados-membros	20 708 189 555
Outras divisas	13 395 948 103
Parte desembolsada de empréstimos em curso	34 104 137 658
Mais: fracção não desembolsada dos empréstimos em curso:	
Empréstimos a desembolsar a uma taxa de juro e numa mistura de divisas fixas, determinadas no contrato de financiamento	401 430 505
Empréstimos a desembolsar a uma taxa de juro fixa, determinada no contrato de financiamento, podendo o Banco escolher as divisas a desembolsar	1 070 431 498
Empréstimos a desembolsar a uma taxa livre, podendo o Banco escolher as taxas de juro e as misturas de divisas a desembolsar	768 373 347
	<u>2 240 235 350</u>
	<u>36 344 373 008</u>

**Calendário do reembolso dos empréstimos em curso em milhares de ECUs**

<i>ano de pagamento</i>	<i>em 31. 12. 1986</i>	<i>ano de pagamento</i>	<i>em 31. 12. 1985</i>
1987	2 319 383	1986	2 042 774
1988	2 634 024	1987	2 396 715
1989	3 115 378	1988	2 680 373
1990	3 446 759	1989	2 969 886
1991	3 516 182	1990	3 135 069
1992 a 1996	15 031 900	1991 a 1995	13 511 053
1997 a 2001	5 474 675	1996 a 2000	5 054 661
2002 a 2006	713 438	2001 a 2005	696 264
2007 a 2013	92 634	2006 a 2009	44 846
Total	<u>36 344 373</u>	Total	<u>32 531 641</u>

**(2) Desdobramento dos empréstimos em curso segundo as garantias principais de que beneficiam em 31 de Dezembro de 1986 (a)**

**A. Empréstimos para investimentos na Comunidade e empréstimos relacionados (b)**

Empréstimos concedidos aos Estados-membros ou que beneficiam da garantia destes	24 983 211 147 (c-d)
Empréstimos concedidos a instituições públicas dos Estados-membros ou por estas garantidos	5 761 717 531 (c)
Empréstimos concedidos a instituições financeiras (bancos, instituições de crédito a longo prazo, companhias de seguros) ou por estas garantidos	1 279 887 396 (c)
Empréstimos garantidos por sociedades (que não instituições financeiras) sob controlo maioritário de Estados-membros ou de instituições públicas na Comunidade	268 398 308 (c)
Empréstimos que beneficiam de garantias reais sobre edifícios	231 091 781
Empréstimos garantidos por empresas (que não bancos) do sector privado	834 554 210
Empréstimos que beneficiam de garantias reais sobre outros bens do activo; outras garantias	726 765 415
Sub-total	<u>34 085 625 788</u>

**B. Empréstimos para investimentos no exterior da Comunidade**

**1. Empréstimos concedidos no âmbito da Segunda Convenção de Yaoundé**

Empréstimos concedidos aos Estados EAMMA signatários desta Convenção ou que beneficiam da garantia destes	19 310 800
Empréstimos que beneficiam de outras garantias	870 720
	<u>20 181 520 (e)</u>

**2. Empréstimos concedidos no âmbito da Primeira Convenção de Lomé**

Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários desta Convenção ou que beneficiam da garantia destes	265 045 824
Empréstimos que beneficiam de outras garantias	8 145 405
	<u>273 191 229 (f)</u>

**3. Empréstimos concedidos no âmbito da Segunda Convenção de Lomé**

Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários desta Convenção ou que beneficiam da garantia destes	519 585 963
Empréstimos que beneficiam de outras garantias	16 909 055
Empréstimos concedidos para o desenvolvimento do potencial mineiro e energético (artigo 59)	38 047 503
	<u>574 542 521 (f)</u>

**4. Empréstimos concedidos no âmbito da Terceira Convenção de Lomé**

Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários desta Convenção ou que beneficiam da garantia destes	142 700 000
Empréstimos que beneficiam de outras garantias	8 000 000
	<u>150 700 000 (f)</u>

**5. Empréstimos concedidos no âmbito dos acordos financeiros da CEE com os países da bacia mediterrânica**

Empréstimos que beneficiam da garantia dos seis Estados-membros fundadores do BEI	241 301
Empréstimos concedidos aos países da bacia mediterrânica signatários destes acordos ou que beneficiam da garantia ou da contragarantia destes	1 239 890 649 (c)
	<u>1 240 131 950</u>

Sub-total	<u>2 258 747 220</u>
Total dos empréstimos em curso	<u>36 344 373 008</u>

(a) Certos empréstimos são cobertos por vários tipos de garantias ou de cauções.

(b) Empréstimos relacionados: operações efectuadas ao abrigo do nº 1, parágrafo 2 do artigo 18 dos Estatutos e relativas a investimentos na plataforma continental norueguesa, na Áustria e na Tunísia, bem como à compra e exploração de satélites em órbita geostacionária.

(c) O montante da garantia global prestada pela CEE para cobertura de quaisquer riscos decorrentes de compromissos financeiros nos países da bacia mediterrânica e ainda de compromissos financeiros assumidos na Grécia, em Espanha e em Portugal, emergentes de empréstimos concedidos antes da entrada destes países na CEE (cujo montante total atingia 1 218 054 770 ECUs em 31 de Dezembro de 1986), elevava-se a 2 034 585 700 ECUs em 31 de Dezembro de 1986, em comparação com 1 879 042 400 ECUs em 31 de Dezembro de 1985.

(d) Em 31 de Dezembro de 1986, o montante dos empréstimos caucionados pela CEE elevava-se a 62 813 998 ECUs.

(e) Os empréstimos concedidos no âmbito da Segunda Convenção de Yaoundé são caucionados pelos seis Estados-membros fundadores do BEI.

(f) Os montantes da caução dada pelos Estados-membros para cobertura de todos os riscos emergentes dos compromissos financeiros no contexto das convenções de Lomé elevam-se respectivamente a:

- Primeira Convenção: 114 842 500 ECUs;
- Segunda Convenção: 451 122 700 ECUs;
- Terceira Convenção: 113 025 000 ECUs.

**(3) Montante inicial dos empréstimos calculado com base nas paridades aplicadas na data de assinatura**

A adicionar	46 071 409 750
ajustamentos cambiais	+ 2 090 623 531
	<u>48 162 033 281</u>
A deduzir	
rescisões e anulações	429 929 266
reembolsos de capital ao Banco	11 197 534 666
participações de terceiros em empréstimos concedidos pelo Banco	190 196 341
	<u>- 11 817 660 273</u>
Empréstimos em curso	<u>36 344 373 008</u>

A responsabilidade total decorrente dos empréstimos e garantias concedidos pelo Banco, que nos termos do nº 5 do artigo 18 dos Estatutos não deve exceder 250 % do montante do capital subscrito (ou seja, 72 000 000 000 actualmente) elevava-se em 31 de Dezembro de 1986 a:

empréstimos	36 344 373 008
garantias:	
de empréstimos sob mandato	14 780 117
de empréstimos concedidos por terceiros	410 478 536
de participações de terceiros no financiamento dos empréstimos concedidos pelo Banco	190 196 341
	<u>615 454 994</u>
Total dos empréstimos e garantias em curso	<u>36 959 828 002</u>

## Anexo C — Demonstração Sintética dos Empréstimos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 1986

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

### Empréstimos obtidos a curto prazo

Pagáveis em	Capital não amortizado		Taxa de juro (médias ponderadas)
	31. 12. 1985	31. 12. 1986	
ECU	100 000 000	100 000 000	7,50
US\$ valor nominal	563 109 355	467 119 154	6,04
Menos:			
Montante dos descontos não amortizados	— 3 726 227	— 4 431 121	
<b>Total</b>	<b>659 383 128</b>	<b>562 688 033</b>	

### Empréstimos obtidos a médio e a longo prazo

Pagáveis em	Capital não amortizado em 31. 12. 1985	Operações do exercício			Capital não amortizado em 31. 12. 1986		
		Empréstimos	Reembolsos	Ajustamentos cambiais	Montante (1)	Taxa de juro (médias ponderadas)	Vencimento
EURCO (2)	73 274 260	—	25 385 813	573 367 +	48 461 814	8,00	1987/1989
ECU	1 592 948 000	827 000 000	35 349 000	—	2 384 599 000	9,45	1987/2001
DM	5 172 461 604	859 432 715	177 391 720	293 408 388 +	6 147 910 987	7,76	1987/2016
FF	1 333 905 516	218 821 573	74 713 715	32 437 081 +	1 445 576 293	12,46	1987/1997
£	1 116 045 947	304 097 220	79 791 971	188 681 356 —	1 151 669 840	11,34	1987/2004
Lit	491 801 616	594 090 972	24 049 874	22 639 215 +	1 084 481 929	11,28	1987/1996
FB	718 895 733	262 588 999	50 140 909	26 676 185 +	958 020 008	10,63	1987/2000
Hfl	2 754 646 610	514 993 056	159 644 527	147 528 905 +	3 257 524 044	8,85	1987/2004
Dkr	31 419 983	—	—	378 865 +	31 798 848	12,00	1987/1995
£lrl	21 006 785	—	—	1 394 533 —	19 612 252	11,50	1987/1995
Flux	248 230 486	81 335 086	50 741 698	9 077 589 +	287 901 463	9,65	1987/1995
US\$	7 812 070 061	1 705 008 813 (3)	1 187 947 063	1 351 026 686 —	6 978 105 125	10,52	1987/2000
FS	2 233 514 289	510 476 462	253 697 477	140 870 229 +	2 631 163 503	5,87	1987/2001
Yen	2 907 119 249	686 931 654 (3)	249 178 869	127 696 749 +	3 472 568 783	7,47	1987/2001
ÖSch	92 026 602	54 362 599	28 878 092	4 837 106 +	122 348 215	7,62	1987/1996
\$Can	124 959 706	146 374 312 (3)	—	31 048 702 —	240 285 316	10,48	1991/1996
<b>Total</b>	<b>26 724 326 447</b>	<b>6 765 513 461</b>	<b>2 396 910 728</b>	<b>830 901 760 —</b>	<b>30 262 027 420</b>		
Prémios de reembolso	11 430 363	—	538 765	1 816 891 —	9 074 707		
<b>Total geral</b>	<b>26 735 756 810</b>	<b>6 765 513 461</b>	<b>2 397 449 493</b>	<b>832 718 651 —</b>	<b>30 271 102 127</b>		

(1) Indicam-se no quadro a seguir (em milhares de ECUs) os montantes totais de capital necessários para o reembolso dos empréstimos a médio e a longo prazo:

ano de pagamento	valor em 31. 12. 1986	ano de pagamento	valor em 31. 12. 1985
1987	1 930 314	1986	1 525 839
1988	2 074 124	1987	2 022 956
1989	2 123 466	1988	2 146 291
1990	3 032 730	1989	2 255 025
1991	3 119 819	1990	3 154 209
1992 a 1996	15 024 368	1991 a 1995	13 519 973
1997 a 2001	2 669 973	1996 a 2000	1 845 811
2002 a 2006	127 723	2001 a 2005	265 653
2016	168 585		
<b>Total</b>	<b>30 271 102</b>	<b>Total</b>	<b>26 735 757</b>

(2) O EURCO consiste na soma dos valores fixos das moedas dos 9 Estados-membros da Comunidade Económica Europeia, a saber: 1 EURCO = 0,9 DM + 1,2 FF + 0,075 £ + 80 Lit + 0,35 Hfl + 4,5 FB + 0,2 Dkr + 0,005 £lrl + 0,5 Flux.

(3) No decurso do ano de 1986, certos empréstimos obtidos a uma taxa fixa em \$Can e Yen foram convertidos em US\$ a taxa variável e certos empréstimos obtidos a taxa fixa em US\$ e \$Can foram convertidos respectivamente em FF e em ECUs a taxa fixa.

## Anexo D — Valores a Cobrar ou a Pagar aos Estados-membros para Ajustamento do Capital

Em 31 de Dezembro de 1986

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

A aplicação das taxas de conversão indicadas na nota A do Anexo E a seguir implica o ajustamento dos montantes pagos pelos Estados-membros na respectiva moeda nacional, como contribuição para o capital do Banco, nos termos do artigo 7º dos Estatutos.

Os montantes que o Banco tem a cobrar ou a pagar são os seguintes:

A cobrar:	França	4 845 230
	Itália	140 840
	Reino Unido	4 987 537
	Espanha	1 387 183
	Grécia	1 319 887
	Portugal	198 711
	Irlanda	23 902
	<b>Total</b>	<b>12 903 290</b>
A pagar:	Alemanha	1 900 805
	Bélgica	191 171
	Países Baixos	523 644
	Dinamarca	160 396
	Luxemburgo	4 872
	<b>Total</b>	<b>2 780 888</b>



Nos termos da decisão do Conselho de Governadores de 30 de Dezembro de 1977, a liquidação das quantias a pagar ou a cobrar pelo Banco terá lugar no dia 31 de Outubro de cada ano, sempre que a diferença entre a taxa de conversão contabilística e a taxa de conversão considerada para efeitos de ajustamento

seja superior a 1,5 %. No caso dessa diferença ser inferior a 1,5 %, em qualquer dos sentidos, os montantes a ajustar serão transportados para as contas de ajustamento não remuneradas em juros.

## Anexo E — Notas sobre as Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 1986 — Em ECUs

### Nota A — Síntese dos princípios contabilísticos de base

#### 1. Bases de conversão de divisas estrangeiras

Nos termos do nº 1 do artigo 4º dos Estatutos, o Banco emprega como unidade de medida para as contas de capital dos Estados-membros e para a elaboração das suas demonstrações financeiras, o ECU utilizado pelas Comunidades Europeias.

O valor do ECU é igual à soma dos seguintes montantes das moedas nacionais dos Estados-membros:

DM	0,719	FB	3,71
£	0,0878	Flux	0,14
FF	1,31	Dkr	0,219
Lit	140,0	£IrI	0,00871
Hfl	0,256	Dr	1,15

As taxas de conversão entre as divisas dos Estados-membros e o ECU, determinadas com base nas taxas do mercado, são publicadas diariamente no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O Banco faz igualmente uso destas taxas de conversão para calcular as taxas aplicáveis às restantes moedas utilizadas nas suas operações.

O Banco efectua as suas operações nas moedas dos Estados-membros, em ECUs e em divisas não comunitárias.

Os seus recursos provêm do seu capital e reservas, dos empréstimos que contrai e dos rendimentos líquidos acumulados nas diferentes moedas, sendo detidos, investidos ou emprestados nas mesmas moedas. Por vezes, o Banco converte o produto dos empréstimos que obtém noutras divisas, celebrando simultaneamente contratos de câmbio a prazo, a fim de reaver os montantes em questão na moeda de origem.

As taxas de conversão utilizadas na elaboração dos balanços de 31 de Dezembro de 1986 e de 31 de Dezembro de 1985 foram as seguintes:

1 ECU =	1986	1985
Marco alemão	2,0761	2,18386
Franco francês	6,87503	6,70474
Libra esterlina	0,724942	0,615334
Lira italiana	1 446,19	1 489,94
Peseta espanhola	141,151	136,519
Franco belga	43,2325	44,645
Florim holandês	2,34488	2,46133
Coroa dinamarquesa	7,86192	7,95672
Dracma grega	148,526	131,200
Escudo português	156,382	140,736
Libra irlandesa	0,764828	0,714055
Franco luxemburguês	43,2325	44,645
Dólar americano	1,07038	0,887927
Franco suíço	1,73562	1,84023
Libra libanesa	98,475	16,0715
Iene japonês	171,046	178,207
Xelim austriaco	14,6128	15,3523
Dólar canadiano	1,47766	1,24088
Franco CFA	343,752	335,237

Os lucros ou perdas decorrentes da conversão dos activos e passivos do Banco em ECUs são creditados ou debitados na conta de lucros e perdas. Esta avaliação não inclui os montantes a cobrar ou a pagar pelos Estados-membros, resultantes dos ajustamentos relativos ao capital realizado nos termos do artigo 7º dos Estatutos.

#### 2. Carteira de valores

As obrigações do tesouro, os certificados de caixa e outras obrigações são geralmente avaliados pelo seu valor de compra, pelo valor nominal se o valor de compra for superior ao valor nominal do título, ou pelo valor de bolsa, sempre que este seja inferior ao valor de compra.

#### 3. Empréstimos concedidos

Os empréstimos são contabilizados no activo do Banco pelo respectivo valor desembolsado líquido.

#### 4. Imobilizações

Os terrenos e edifícios são avaliados pelo respectivo valor de custo, deduzido da redução inicial efectuada ao valor do edifício de Kirchberg e da amortização acumulada. A amortização dos edifícios de Luxemburgo-Kirchberg e de Lisboa é calculada com base no método das quotas constantes para um período de, respectivamente, 30 e 25 anos. As instalações e o material de escritório são amortizados no ano de aquisição.

#### 5. Custos de emissão e prémios de reembolso

Os custos de emissão e os prémios de reembolso são amortizados durante todo o prazo do empréstimo, com base nos montantes de capital em dívida.

#### 6. Bonificações de juro cobradas antecipadamente

Certos empréstimos beneficiam de bonificações de juro, recebidas antecipadamente ao seu valor actualizado. Estas bonificações são imputadas na conta de lucros e perdas nos vencimentos dos juros correspondentes.

#### 7. Fundo de reforma do pessoal

O Banco constituiu um fundo de pensão de reforma para o seu pessoal. Todas as contribuições pagas pelo Banco e pelo pessoal são investidas no activo do Banco. Os valores provisionados baseiam-se numa avaliação actuarial, que é actualizada todos os 3 anos.

#### 8. Impostos

O Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias, anexo ao Tratado de 8 de Abril de 1965 que instituiu um Conselho Único e uma Comissão Única das Comunidades Europeias, estipula que os bens, receitas e outros haveres do Banco estão isentos de quaisquer impostos directos.

### Nota B — Carteira de valores

A carteira de valores inclui:

	1986	1985
obrigações do tesouro, certificados de caixa e outras obrigações ao respectivo valor de compra, limitado eventualmente ao valor nominal ou de bolsa		
(valor de bolsa		
1986: 603 208 225		
1985: 723 980 677)	590 257 476	699 818 643



obrigações próprias do Banco ao seu valor de recompra, ainda não susceptíveis de anulação	12 679 401	5 597 156
efeitos bancários ao seu valor nominal	248 409 838	160 289 647
	<u>851 346 715</u>	<u>865 705 446</u>
A distribuição, segundo o vencimento, é a seguinte:		
até 3 meses	235 174 667	158 907 709
a mais de 3 meses e até 6 meses	13 269 867	1 569 949
a mais de 6 meses e até 12 meses	3 355 782	827 190
a mais de 12 meses	<u>599 546 399</u>	<u>704 400 598</u>
	<u>851 346 715</u>	<u>865 705 446</u>

#### Nota C — Terrenos e edifícios

O título «Terrenos e edifícios», que figura no activo com 41 106 263, desdobra-se da seguinte forma:

— Terrenos	773 757
— Valor líquido do edifício de Luxemburgo-Kirchberg	39 998 000
— Valor líquido do edifício de Lisboa	334 506

#### Nota D — Depósitos especiais para serviço de empréstimos

Esta rubrica, que tem a sua contrapartida no passivo, no título «Cupões e obrigações vencidos e a pagar», representa o montante dos cupões e obrigações vencidos ainda não apresentados para cobrança.

#### Nota E — Fundo de reforma do pessoal

O saldo que figura no balanço de 31 de Dezembro de 1986, de 77 823 730 (31. 12. 1985: 64 376 775), reflecte o resultado da avaliação actuarial dos direitos adquiridos segundo o Regulamento do Fundo de Reforma, acrescido das contribuições do Banco e dos seus empregados e das remunerações, e dedução feita das reduções ocorridas desde a dita avaliação.

Os encargos do regime de reforma do pessoal, incluindo os juros a cargo do Banco, para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1986, elevam-se a 13 244 630 (12 081 400 em 1985).

#### Nota F — Credores diversos

Esta rubrica inclui:	1986	1985
empréstimos bancários contrai-		
dos a curto prazo	361 992 044	75 025 560
as contas da Comunidade Económica Europeia:		
para operações no âmbito da Secção Especial e diversos montantes relacionados a regularizar	230 380 045	184 780 227
contas de depósito	26 067 843	16 826 968
montantes a regularizar ou a pagar	<u>7 036 961</u>	<u>6 204 950</u>
	<u>625 476 893</u>	<u>282 837 705</u>

#### Nota G — Contas de diversos do balanço

Estas contas compreendem:	1986	1985
no activo:		
os créditos à construção e os adiantamentos concedidos ao pessoal	29 733 746	26 005 946

os valores líquidos das operações <i>swap</i>	26 536 645	1 308 143
as contas de devedores diversos	<u>23 576 300</u>	<u>19 500 522</u>
	<u>79 846 691</u>	<u>46 814 611</u>
no passivo:		
as despesas a pagar, outros encargos administrativos previstos ou de pagamento diferido no fecho do exercício e diversos	<u>25 902 047</u>	<u>21 614 056</u>

#### Nota H — Bonificações de juro recebidas antecipadamente

a) «As bonificações de juro recebidas antecipadamente» abrangem os montantes das bonificações de juro relativos aos créditos concedidos para projectos no exterior da Comunidade, no contexto das convenções celebradas com os Estados ACP e dos protocolos acordados com os países da bacia mediterrânica, e bem assim as bonificações de juro relativas a certas operações de crédito a cargo de recursos próprios do Banco na Comunidade, colocadas à sua disposição no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME), em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979.

b) «As bonificações de juro recebidas antecipadamente por conta de terceiros» representam os montantes recebidos a título de bonificações de juro relativos a empréstimos concedidos a partir de recursos da CEE, no enquadramento das decisões do Conselho das Comunidades Europeias (78/870) de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), (82/169) de 15 de Março de 1982 e (83/200) de 19 de Abril de 1983, e bem assim nos termos do Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 2790/82 do Conselho das Comunidades Europeias de 18 de Outubro de 1982.

c) Uma fracção dos montantes recebidos no âmbito do SME foi posta à disposição como adiantamento a longo prazo. Este valor tem a sua contrapartida no activo, na rubrica «A cobrar a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME».

#### Nota I — Comissão administrativa

Este título representa a remuneração pela administração dos empréstimos concedidos sob mandato e por conta e risco dos Estados-membros ou das Comunidades Europeias, contabilizados na Secção Especial.

#### Nota J — Menos-valia líquida resultante da avaliação dos activos do Banco não sujeitos a ajustamento nos termos do artigo 7.º dos Estatutos

A aplicação das taxas de conversão utilizadas na elaboração do balanço (ver nota A) em 31 de Dezembro de 1986 acarreta uma redução líquida do valor dos activos do Banco de 2 314 120 (em 1985, 10 213 093). A avaliação não contempla os activos expressos nas moedas nacionais de cada um dos Estados-membros, correspondentes à quota-parte de capital pago por cada um dos Estados-membros na sua moeda nacional, que deve ser objecto de ajustamentos periódicos nos termos do artigo 7.º dos Estatutos (ver anexo D).

#### Nota K — Despesas e encargos administrativos

Custos com pessoal	1986	1985
Remunerações e emolumentos	40 405 832	35 578 303
Encargos sociais	11 211 127	9 687 397
Outros custos com pessoal	<u>3 319 099</u>	<u>2 243 295</u>
	54 936 058	47 508 995
Despesas gerais e administrativas	<u>10 085 584</u>	<u>8 261 562</u>
	<u>65 021 642</u>	<u>55 770 557</u>

Em 31 de Dezembro de 1986, o pessoal ao serviço do Banco elevava-se a 678 efectivos (673 em 31 de Dezembro de 1985).



**Nota L — Proveitos financeiros e outras receitas; encargos financeiros**

	1986	1985
Os proveitos financeiros e outras receitas incluem:		
lucros realizados em operações da carteira de valores	33 689 402	39 229 635
outras receitas	5 231 594	120 660
	<u>38 920 996</u>	<u>39 350 295</u>
Os encargos financeiros incluem:		
aumento da menos-valia não realizada da carteira de valores	16 430 228	1 235 813
outros custos	342 234	133 149
	<u>16 772 462</u>	<u>1 368 962</u>

**Nota M — Proveitos extraordinários**

O proveito extraordinário de 38 892 516, inscrito na conta de lucros e perdas em 31 de Dezembro de 1985, representa um estorno das provisões constituídas para encargos de pagamento diferido.

**Nota N — Reservas e provisões e afectação do excedente do exercício**

Em 16 de Junho de 1986, o Conselho de Governadores decidiu:

- transferir o saldo das reservas suplementares em 1 de Janeiro de 1986 para o fundo de reserva;

- reduzir a provisão para variações da taxa de conversão do ECU em 10 213 093, montante que representa a menos-valia líquida resultante da avaliação, em 31 de Dezembro de 1985, dos activos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos;

- afectar o excedente de gestão do exercício de 1985, acrescido do montante correspondente ao proveito extraordinário, ou seja, um total de 526 003 022, como se segue:

228 391 014 ao fundo de reserva, que atinge assim 10 % do capital subscrito;

10 000 000 à provisão para variações da taxa de conversão do ECU;

o saldo de 287 612 008 às reservas suplementares.

Em virtude de o fundo de reserva ter atingido 10 % do capital subscrito, foi afectado à reserva suplementar o montante de 44 594 328 (contribuição dos dois novos Estados-membros para o saldo da conta de lucros e perdas do exercício de 1985).

**Movimentos nas contas de reservas e de provisões no exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1986**

	saldo em 31. 12. 1985	Participação da Espanha e de Portugal nas reservas e provisões em 31. 12. 1985	Afectação do saldo da conta de lucros e perdas do exercício de 1985 e con- tribuição respectiva dos dois novos Estados-mem- bros	saldo em 31. 12. 1986
Fundo de reserva	1 440 000 000	124 499 975	+ 1 315 500 025	2 880 000 000
Reservas suple- mentares	1 000 598 914	86 510 097	— 754 902 675	332 206 336
Provisão para variações da taxa de conversão do ECU	14 669 916	1 268 336	— 213 093	15 725 159
	<u>2 455 268 830</u>	<u>212 278 408</u>	<u>560 384 257</u>	<u>3 227 931 495</u>

Por força da sua adesão, o Reino de Espanha e a República Portuguesa pagarão a importância de 256 872 736 ECUs, correspondente à respectiva comparticipação nas reservas e provisões em 31. 12. 1985 e à sua contribuição para o saldo da conta de lucros e perdas do exercício de 1985, em cinco semestralidades iguais de 51 374 547,20 ECUs, entre 30 de Abril de 1986 e 30 de Abril de 1988.

O saldo a pagar em 31 de Dezembro de 1986 eleva-se a 154 123 642 ECUs.

O Comité Executivo decidiu propor ao Conselho de Administração que recomendasse ao Conselho de Governadores a dedução, da provisão para variações da taxa de conversão do ECU, do montante de 2 314 120, que representa a menos-valia líquida resultante em 31 de Dezembro de 1986 da avaliação dos activos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos e a afectação do excedente de gestão do exercício de 1986, ou seja, 578 765 599, às reservas suplementares.

## Relatório da Price Waterhouse

Ao Presidente do  
Banco Europeu de Investimento  
Luxemburgo

Em nossa opinião, os mapas financeiros que acompanham este relatório apresentam de forma adequada a situação financeira do Banco Europeu de Investimento em 31 de Dezembro de 1986 e de 1985, bem como os resultados das suas operações e a origem e aplicação de fundos nos anos findos naquelas datas, em conformidade com princípios contabilísticos geralmente aceites e aplicados de forma consistente. Os nossos exames destes mapas financeiros foram efectuados de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceites e consequentemente incluíram as verificações dos registos contabilísticos e a adopção dos procedimentos de auditoria que consideramos necessários nas circunstâncias.

Os mapas financeiros abrangidos pela nossa opinião são os seguintes:

Balanço

Demonstração da Secção Especial

Conta de Lucros e Perdas

Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

Demonstração das Subscrições de Capital Anexo A

Demonstração dos Empréstimos em Curso Anexo B

Demonstração Sintética dos Empréstimos Obtidos Anexo C

Valores a Cobrar ou a Pagar aos Estados-membros para Ajustamento do Capital Anexo D

Notas sobre as Demonstrações Financeiras Anexo E

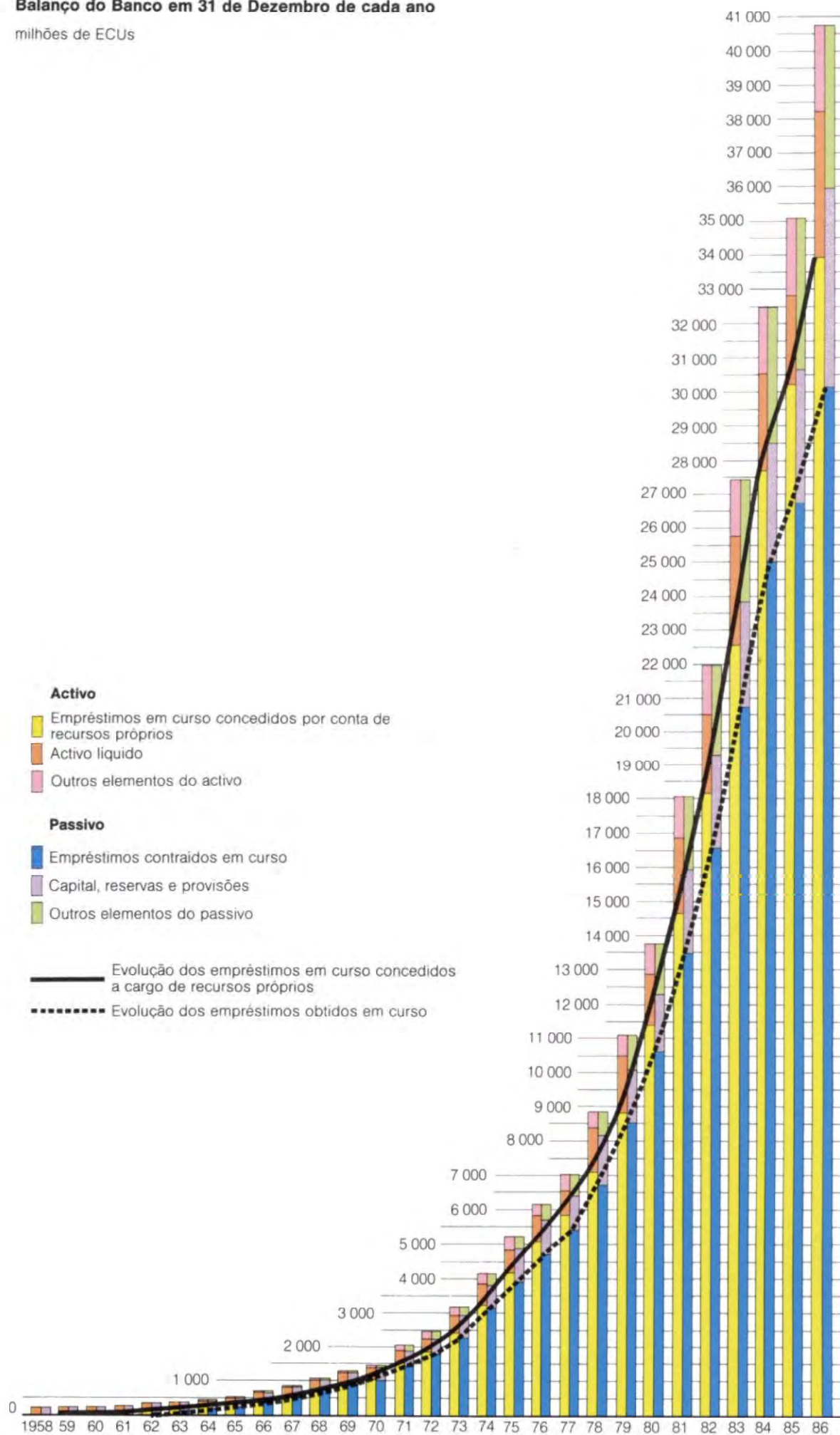
Luxemburgo, 20 de Fevereiro de 1987

PRICE WATERHOUSE



# Balanço do Banco em 31 de Dezembro de cada ano

milhões de ECUs



# Declaração do Comité de Fiscalização

---

O Comité, constituído nos termos do artigo 14 dos Estatutos e do artigo 25 do Regulamento Interno do Banco Europeu de Investimento, para efeitos de verificação da regularidade das suas operações e livros,

— após verificação dos livros, peças contabilísticas e documentos cujo exame entendeu ser necessário no exercício das suas funções,

— após exame dos relatórios elaborados pela Price Waterhouse em 20 de Fevereiro de 1987,

considerando o Relatório Anual de 1986, o Balanço do Banco e a Situação da Secção Especial em 31 de Dezembro de 1986, assim como a Conta de Lucros e Perdas relativa ao exercício encerrado nessa data, na redacção aprovada pelo Conselho de Administração na sessão de 12 de Maio de 1987,

considerando os artigos 22, 23 e 24 do Regulamento Interno,

certifica pela presente:

que as operações do Banco no decurso do exercício de 1986 foram realizadas em conformidade com as formalidades e os preceitos estipulados pelos Estatutos e pelo Regulamento Interno,

que o Balanço, a Conta de Lucros e Perdas e a Situação da Secção Especial estão conformes com os registos contabilísticos e reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Luxemburgo, 14 de Maio de 1987

O Comité de Fiscalização

C. THANOPOULOS J. BREDSDORFF A. HANSEN





O desenvolvimento de infra-estruturas comunitárias de transporte é essencial à consecução de um mercado interno unificado. Os grandes estaleiros que já se esboçam, como o Túnel da Mancha e o TGV Norte, constituem oportunidades para o Banco prosseguir as suas actividades neste domínio (Fotografias: obras na rede de auto-estradas da Lorena; equipamento ferroviário em Espanha; construção em França de um túnel destinado ao TGV Oeste-Atlântico).





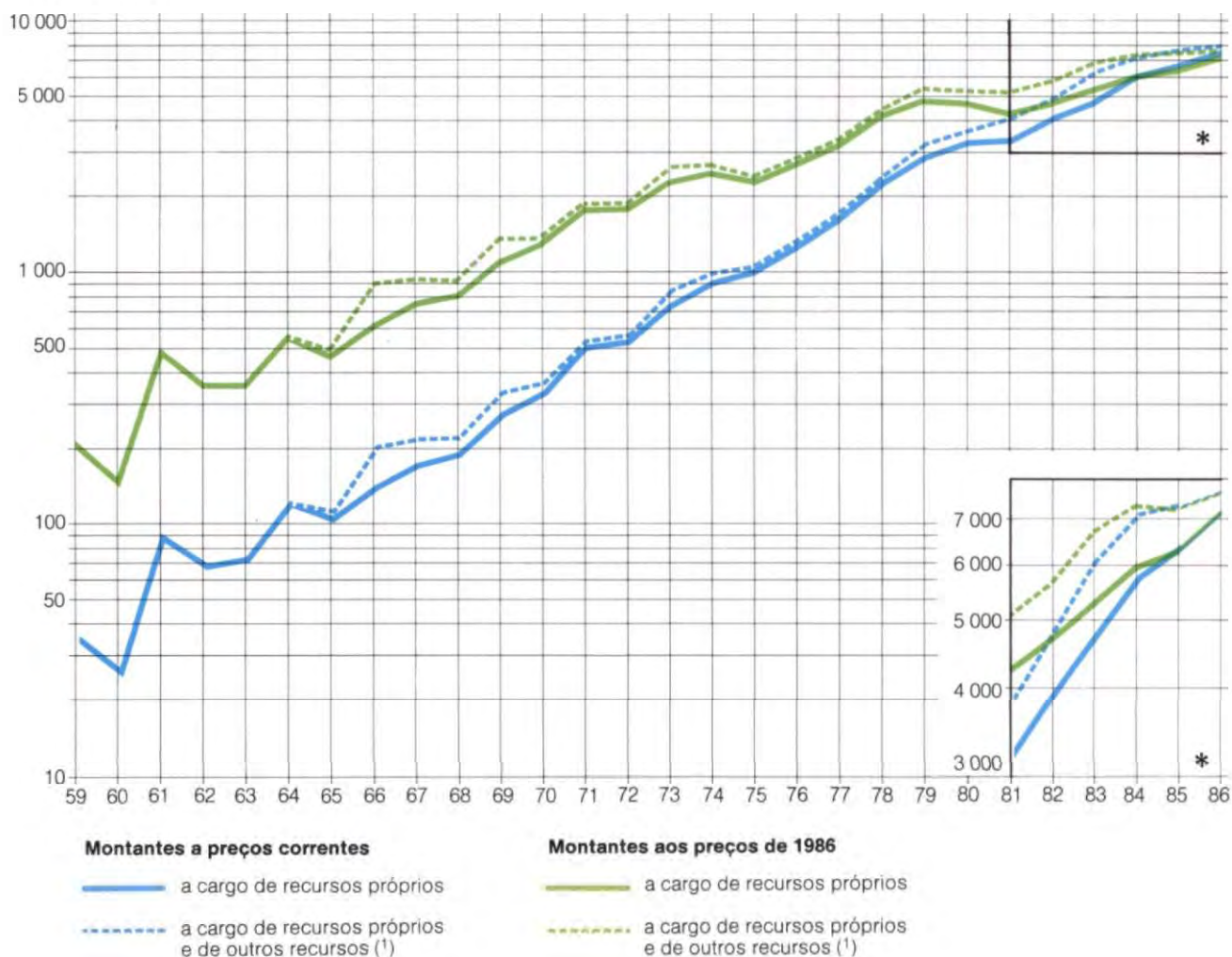
# Evolução dos financiamentos de 1959 a 1986

Em 1972, antes do primeiro alargamento da Comunidade, os financiamentos do Banco cifravam-se em cerca de 500 milhões. Em finais de 1986, após a adesão da Espanha e de Portugal, ascendiam a

mais de 7,5 biliões. Este crescimento foi muito rápido, tanto a preços correntes, como constantes, conquanto tenha abrandado nos últimos dez anos, tal como ilustra o quadro a seguir.

## Financiamentos nos Estados-membros e no exterior da Comunidade de 1959 a 1986

milhões de ECUs



(1) No exterior da Comunidade e a partir de 1979 também na Comunidade, no âmbito do NIC.

## Financiamentos na Comunidade

De 1982 a finais de 1986, o Banco outorgou 25 015 milhões por conta de recursos próprios, sob a forma de empréstimos e de garantias para apoio de investimentos na Comunidade, sendo ainda concedidos 4 449 milhões por conta de recursos do NIC. O total dos empréstimos elevou-se, pois, a 29 464 milhões.

Apresenta-se no quadro 10 a distribuição dos financiamentos por países, sectores e objectivos (ver ainda quadros 12 a 14).

Em termos globais, os últimos cinco anos caracterizaram-se por:

— uma crescente diversificação da actividade do Banco em todos os Estados-membros e, consequentemente, uma diminuição da percentagem de empréstimos na Itália (que, no entanto, ainda ascende a 46,5% do total);

— um aumento muito acentuado dos investimentos visando a protecção do ambiente (63 milhões em 1982 e 702 milhões em 1986: ver caixa, pág. 32) e dos investimentos visando o desenvolvimento e a difusão de tecnologias avançadas (41 milhões em 1982 e 574 milhões em 1986) e um menor crescimento dos empréstimos para o desenvolvimento regional, que continuam contudo a beneficiar de mais de metade do total de financiamentos, e dos empréstimos visando objectivos da Comunidade em matéria de energia (que canalizam mais de um terço do total de empréstimos);

— um acréscimo dos financiamentos para a indústria, a agricultura e os serviços, particularmente acentuado no que toca aos empréstimos individuais por conta de recursos próprios, que representaram 11% do total.

Quadro 10: Financiamentos de 1982 a 1986

Distribuição por países, sectores e objectivos

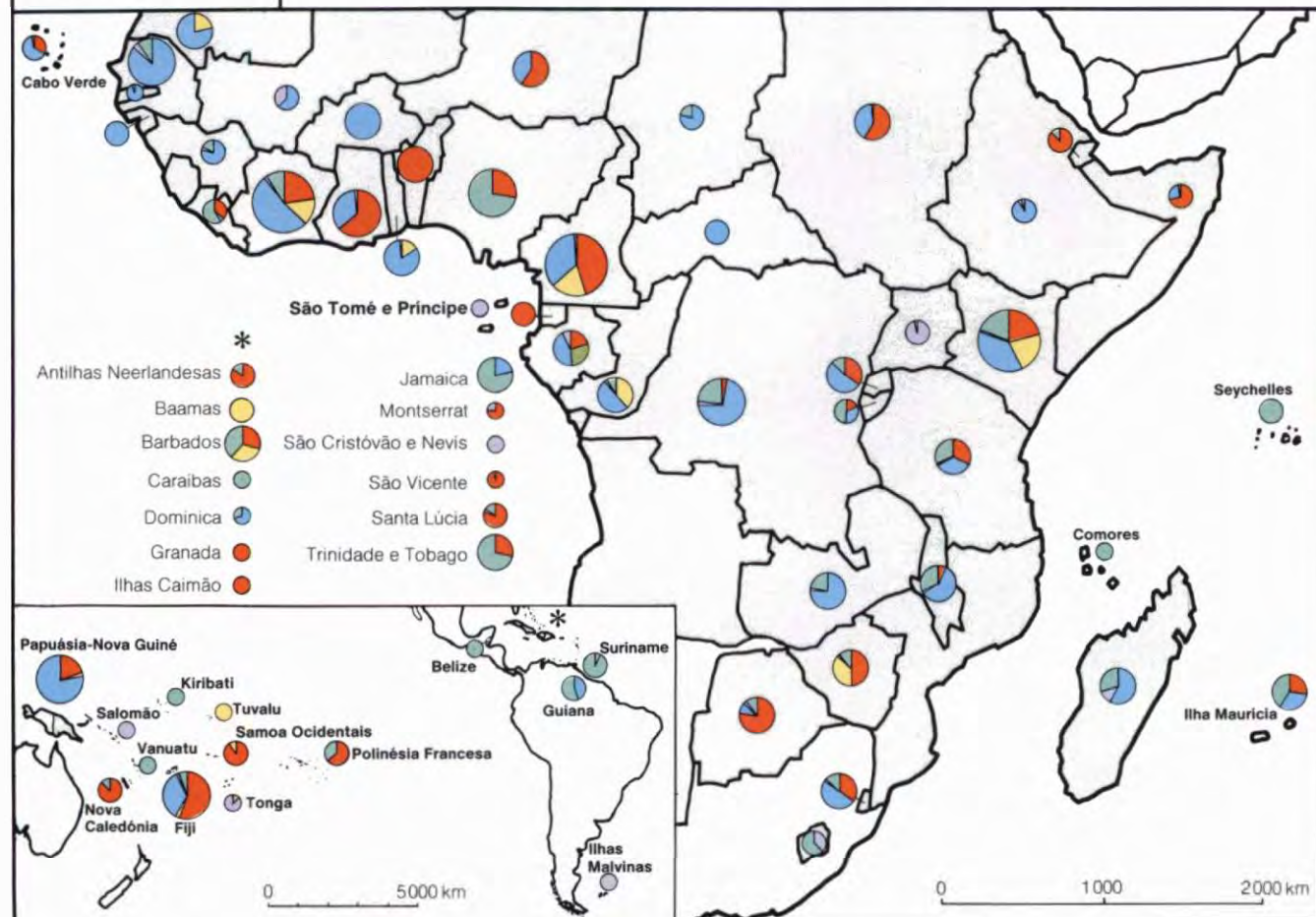
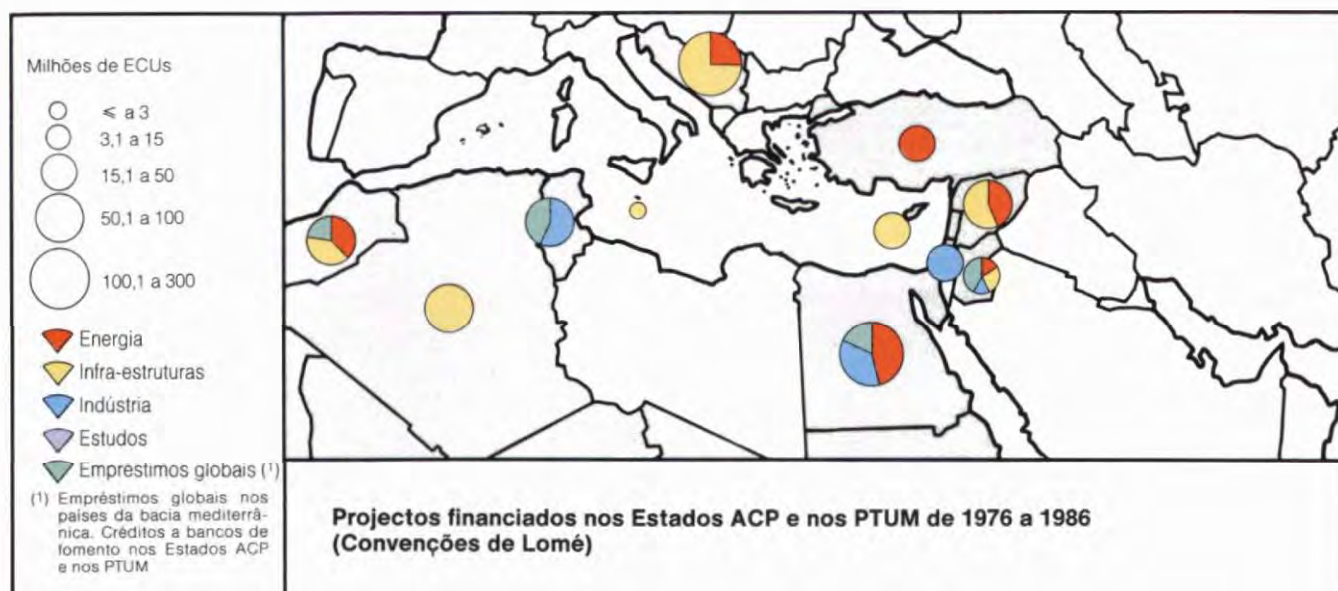
	Total	Sectores			Objectivos				
		Indústria, agricultura e serviços	Energia	Infra-estruturas	Desenvolvimento regional	Objectivos energéticos	Tecnologias avançadas e modernização de empresas	Meio-ambiente	Infra-estruturas comunitárias
Bélgica	217,0	51,6	165,4	—	51,6	165,4	46,1	—	—
Dinamarca	1 555,1	153,3	1 155,5	246,3	197,5	1 246,1	109,7	5,3	129,9
Alemanha	840,5	22,9	677,9	139,7	50,4	687,5	20,9	266,4	—
Grécia	1 929,7	523,1	396,3	1 010,2	1 909,0	533,5	20,7	231,6	41,1
Espanha (¹)	409,3	161,2	27,3	220,8	294,6	27,3	131,9	—	218,8
França	4 427,0	1 524,9	1 072,9	1 829,2	2 253,7	1 151,5	1 241,2	16,1	525,3
Irlanda	1 323,1	193,5	294,5	835,1	1 323,1	253,2	65,6	32,6	—
Itália	13 686,7	5 236,1	3 464,2	4 986,3	8 510,1	3 534,1	2 131,4	531,2	565,0
Luxemburgo	34,7	—	—	34,7	—	—	—	—	34,7
Países Baixos	167,3	95,0	—	72,3	22,1	—	95,0	—	69,1
Portugal (¹)	190,3	64,8	29,1	96,4	160,4	93,9	29,9	34,8	—
Reino Unido	4 608,8	535,6	2 589,3	1 484,0	2 087,0	2 582,1	150,5	323,7	113,8
Outros	75,0	—	—	75,0	—	—	75,0	—	75,0
<b>Total</b>	<b>29 464,4</b>	<b>8 562,0</b>	<b>9 872,4</b>	<b>11 030,0</b>	<b>16 859,5</b>	<b>10 274,7</b>	<b>4 117,9</b>	<b>1 441,6</b>	<b>1 772,5</b>

(¹) Financiamentos concedidos em Espanha e em Portugal de 1982 a 1986, incluindo os financiamentos no âmbito da ajuda de pré-adesão (milhões de ECUs)

Espanha	919,3	330,2	122,3	466,8	584,6	132,3	156,9	—	368,8
Portugal	535,3	154,8	134,1	246,4	415,4	233,9	29,9	64,8	—



Projectos financiados nos países de bacia mediterrânica de 1981 a 1986



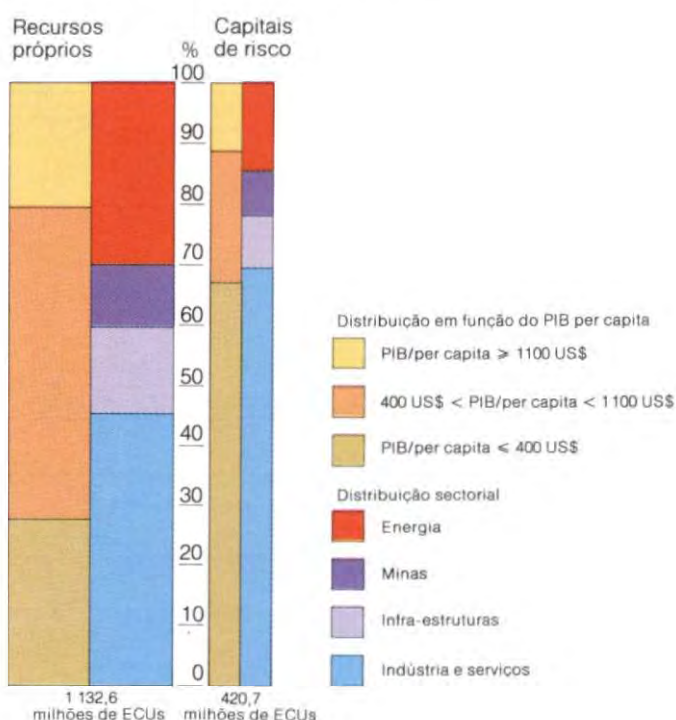


## Financiamentos no exterior da Comunidade

Nos países da bacia mediterrânica, as actividades do Banco durante os últimos anos inscreveram-se essencialmente no âmbito da segunda geração de protocolos financeiros (ver quadro 15). Os financiamentos em Espanha e em Portugal antes da adesão à Comunidade são apresentados no Relatório Anual de 1985, nas páginas 109 a 111.

Nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, bem como nos Países e Territórios Ultramarinos, o Banco interveio no âmbito das Convenções de Lomé e das decisões do Conselho relativas aos Países e Territórios Ultramarinos (PTUM) (ver quadro 16). Globalmente, os financiamentos atingiram os 1 606,6 milhões, a saber: 1 298,3 milhões em África, 117,3 nas Caraíbas, 161,1 no Pacífico e 29,9 nos PTUM. Os créditos à indústria ascenderam a 1 025,7 milhões, ao sector da energia, a 430,5 milhões e ao sector das infra-estruturas, a 150,4 milhões.

## Financiamentos nos Estados ACP



Quadro 11: Financiamentos de 1959 a 1986

(milhões de ECUs)

Anos	Total dos financiamentos	Na Comunidade			No exterior da Comunidade	
		Empréstimos por conta de recursos próprios	Empréstimos por mandato e garantias	Empréstimos por conta de recursos NIC	Empréstimos por conta de recursos próprios	Operações por conta de recursos orçamentais
1959—1981	20 998,9	16 603,1	524,4	1 014,4	1 923,4	933,6
média anual	913,0	721,9	22,8	44,1	83,6	40,6
1982	4 688,6	3 446,0	—	791,1	410,2	41,3
1983	5 923,4	4 145,9	97,6	1 199,6	427,2	53,1
1984	6 897,1	5 007,0	—	1 181,8	620,7	87,6
1985	7 184,6	5 640,7	—	883,7	584,3	75,9
1986	7 544,8	6 678,1	—	393,0	381,8	91,9
<b>Total</b>	<b>53 237,4</b>	<b>41 520,7</b>	<b>622,1</b>	<b>5 463,6</b>	<b>4 347,7</b>	<b>1 283,3</b>

Quadro 12: Distribuição dos recursos financeiros tendo em conta os objectivos económicos (1) dos financiamentos na Comunidade em 1986 e de 1982 a 1986 (2)

	1986				1982—1986			
	Total		Recursos		Total		Recursos	
	Milhões de ECUs	%	próprios Milhões de ECUs	NIC Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%	próprios Milhões de ECUs	NIC Milhões de ECUs
<b>Total dos financiamentos</b>	<b>7 071,1</b>		<b>6 678,1</b>	<b>393,0</b>	<b>29 464,4</b>		<b>25 015,3</b>	<b>4 449,1</b>
<b>Desenvolvimento regional</b>	<b>3 685,1</b>	<b>100,0</b>	<b>3 596,8</b>	<b>88,3</b>	<b>16 859,5</b>	<b>100,0</b>	<b>15 466,6</b>	<b>1 392,9</b>
Bélgica	46,1	1,2	46,1	—	51,6	0,3	51,6	—
Dinamarca	5,0	0,1	5,0	—	197,5	1,2	148,9	48,6
Alemanha	25,7	0,7	25,7	—	50,4	0,3	50,4	—
Grécia	253,0	6,9	253,0	—	1 909,0	11,3	1 628,1	280,9
Espanha	294,6	8,0	294,6	—	294,6	1,7	294,6	—
França	389,6	10,6	389,6	—	2 253,7	13,4	2 165,6	88,1
Irlanda	262,1	7,1	214,3	47,8	1 323,1	7,8	1 044,9	278,2
Itália	1 826,5	49,6	1 802,2	24,2	8 510,1	50,5	7 880,0	630,1
Países Baixos	18,1	0,5	18,1	—	22,1	0,1	22,1	—
Portugal	160,4	4,3	160,4	—	160,4	1,0	160,4	—
Reino Unido	403,9	11,0	387,7	16,3	2 087,0	12,4	2 020,0	67,0
<b>Objectivos energéticos</b>	<b>2 600,1</b>	<b>100,0</b>	<b>2 479,1</b>	<b>121,0</b>	<b>10 274,7</b>	<b>100,0</b>	<b>9 416,3</b>	<b>858,4</b>
Recursos internos	1 400,9	53,9	1 400,9	—	5 978,3	58,2	5 612,2	366,1
Energia hidroeléctrica	155,8	6,0	155,8	—	516,5	5,0	516,5	—
Energia nuclear	743,4	28,6	743,4	—	3 333,2	32,5	3 333,2	—
Hidrocarbonetos	501,8	19,3	501,8	—	1 839,6	17,9	1 596,8	242,8
Hulha, linhite, turfa	—	—	—	—	289,0	2,8	165,7	123,3
Diversificação das importações	402,0	15,4	354,2	47,8	1 266,0	12,3	1 057,3	208,7
Gás natural	245,1	9,4	245,1	—	1 004,4	9,8	890,3	114,1
Carvão	156,9	6,0	109,1	47,8	261,6	2,5	167,0	94,6
Utilização racional da energia	797,1	30,7	724,0	73,1	3 030,4	29,5	2 746,8	283,6
<b>Modernização das empresas</b>	<b>1 005,5</b>	<b>100,0</b>	<b>744,0</b>	<b>261,5</b>	<b>4 117,9</b>	<b>100,0</b>	<b>1 674,5</b>	<b>2 443,4</b>
Tecnologias avançadas	573,9	57,1	573,9	—	1 363,7	33,1	1 305,3	58,4
Modernização e conversão	52,7	5,2	52,7	—	207,7	5,0	188,3	19,4
Cooperação industrial	117,3	11,7	117,3	—	180,9	4,4	180,9	—
Investimentos das PME	261,5	26,0	—	261,5	2 365,6	57,5	—	2 365,6
<b>Meio-ambiente — património</b>	<b>701,7</b>	<b>100,0</b>	<b>701,7</b>	<b>—</b>	<b>1 441,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1 299,3</b>	<b>142,3</b>
Poluição do ar	250,1	35,6	250,1	—	250,1	17,4	250,1	—
Poluição da água e dos solos	310,1	44,2	310,1	—	1 006,7	69,8	864,4	142,3
Outras acções	138,1	19,7	138,1	—	174,9	12,1	174,9	—
Defesa do património	3,4	0,5	3,4	—	9,9	0,7	9,9	—
<b>Infra-estruturas comunitárias</b>	<b>561,5</b>	<b>100,0</b>	<b>561,5</b>	<b>—</b>	<b>1 772,5</b>	<b>100,0</b>	<b>1 544,6</b>	<b>227,9</b>
Transportes	468,3	83,4	468,3	—	1 442,1	81,4	1 290,1	152,0
Caminhos de ferro	135,3	24,1	135,3	—	135,3	7,7	135,3	—
Estradas	219,7	39,1	219,7	—	1 046,2	59,0	894,2	152,0
Transportes marítimos	26,3	4,7	26,3	—	55,5	3,1	55,5	—
Transportes aéreos	87,0	15,5	87,0	—	205,1	11,6	205,1	—
Telecomunicações	75,0	13,4	75,0	—	284,3	16,0	208,4	75,9
Outras infra-estruturas	18,2	3,2	18,2	—	46,1	2,6	46,1	—

(1) Certos empréstimos correspondem simultaneamente a vários objectivos, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável.

(2) Cf. financiamentos em Espanha e em Portugal, de 1982 a 1986, no quadro 10.



Quadro 13: Distribuição sectorial dos financiamentos na Comunidade em 1986 e de 1982 a 1986

	1986				1982—1986			
	Total		Recursos		Total		Recursos	
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs
<b>Energia</b>	<b>2 533,4</b>	<b>35,8</b>	<b>2 442,4</b>	<b>91,1</b>	<b>9 872,4</b>	<b>33,5</b>	<b>9 125,5</b>	<b>746,9</b>
<b>Produção</b>	<b>1 669,7</b>	<b>23,6</b>	<b>1 621,8</b>	<b>47,8</b>	<b>5 759,8</b>	<b>19,6</b>	<b>5 495,6</b>	<b>264,2</b>
Energia nuclear	712,8	10,1	712,8	—	3 249,4	11,0	3 249,4	—
Centrais térmicas clássicas	152,1	2,2	104,3	47,8	500,6	1,7	326,0	174,6
Centrais hidroeléctricas	154,2	2,2	154,2	—	673,5	2,3	626,9	46,6
Energias geotérmica e alternativas	109,3	1,5	109,3	—	175,1	0,6	175,1	—
Centrais de produção de calor	112,8	1,6	112,8	—	112,8	0,4	112,8	—
Exploração de hidrocarbonetos	428,5	6,1	428,5	—	972,5	3,3	972,5	—
Extracção de combustíveis sólidos	—	—	—	—	75,9	0,3	32,9	43,0
<b>Transporte e armazenagem</b>	<b>234,8</b>	<b>3,3</b>	<b>234,8</b>	<b>—</b>	<b>1 776,4</b>	<b>6,0</b>	<b>1 517,2</b>	<b>259,2</b>
Electricidade	113,6	1,6	113,6	—	659,9	2,2	659,9	—
Gás natural e petróleo	121,2	1,7	121,2	—	1 116,5	3,8	857,3	259,2
<b>Distribuição</b>	<b>523,2</b>	<b>7,4</b>	<b>488,7</b>	<b>34,6</b>	<b>1 304,7</b>	<b>4,4</b>	<b>1 172,3</b>	<b>132,4</b>
Electricidade	135,4	1,9	135,4	—	135,4	0,5	135,4	—
Gás natural	197,1	2,8	197,1	—	748,2	2,5	650,4	97,8
Calor	190,8	2,7	156,2	34,6	421,1	1,4	386,5	34,6
<b>Empréstimos globais</b>	<b>105,8</b>	<b>1,5</b>	<b>97,1</b>	<b>8,7</b>	<b>1 031,6</b>	<b>3,5</b>	<b>940,5</b>	<b>91,1</b>
<b>Infra-estruturas</b>	<b>2 621,9</b>	<b>37,1</b>	<b>2 581,4</b>	<b>40,5</b>	<b>11 030,0</b>	<b>37,4</b>	<b>9 709,3</b>	<b>1 320,7</b>
<b>Comunicações</b>	<b>1 903,3</b>	<b>26,9</b>	<b>1 887,0</b>	<b>16,3</b>	<b>7 064,2</b>	<b>24,0</b>	<b>6 477,5</b>	<b>586,7</b>
Transportes	1 323,7	18,7	1 307,5	16,3	4 026,6	13,7	3 729,8	296,8
Caminhos de ferro	297,1	4,2	297,1	—	711,4	2,4	581,7	129,7
Estradas	820,6	11,6	804,4	16,3	2 647,6	9,0	2 480,5	167,1
Transportes marítimos	53,0	0,7	53,0	—	154,6	0,5	154,6	—
Transportes aéreos	142,7	2,0	142,7	—	493,9	1,7	493,9	—
Transportes urbanos	10,4	0,1	10,4	—	10,4	—	10,4	—
Centros de ligação intermodal	—	—	—	—	8,7	—	8,7	—
Telecomunicações	579,6	8,2	579,6	—	3 037,6	10,3	2 747,7	289,9
Redes clássicas	496,1	7,0	496,1	—	2 736,9	9,3	2 505,4	231,5
Satélites e estações	83,4	1,2	83,4	—	300,7	1,0	242,3	58,4
<b>Água (captação, distribuição, tratamento)</b>	<b>359,7</b>	<b>5,1</b>	<b>359,7</b>	<b>—</b>	<b>1 769,4</b>	<b>6,0</b>	<b>1 562,9</b>	<b>206,5</b>
<b>Infra-estruturas diversas</b>	<b>185,5</b>	<b>2,6</b>	<b>161,2</b>	<b>24,2</b>	<b>1 494,9</b>	<b>5,1</b>	<b>998,8</b>	<b>496,1</b>
Habitacões	—	—	—	—	226,9	0,8	127,0	99,9
Edifícios públicos	18,2	0,3	18,2	—	203,1	0,7	37,4	165,7
Ordenamento agrícola e florestal	41,4	0,6	41,4	—	261,1	0,9	213,8	47,3
Infra-estruturas mistas	125,9	1,8	101,6	24,2	803,9	2,7	620,6	183,3
<b>Empréstimos globais</b>	<b>173,5</b>	<b>2,5</b>	<b>173,5</b>	<b>—</b>	<b>701,4</b>	<b>2,3</b>	<b>670,0</b>	<b>31,4</b>
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>1 915,8</b>	<b>27,1</b>	<b>1 654,3</b>	<b>261,5</b>	<b>8 562,0</b>	<b>29,1</b>	<b>6 180,6</b>	<b>2 381,4</b>
<b>Indústria</b>	<b>904,6</b>	<b>12,8</b>	<b>904,6</b>	<b>—</b>	<b>2 744,6</b>	<b>9,3</b>	<b>2 728,7</b>	<b>15,9</b>
Indústrias extractivas	15,7	0,2	15,7	—	15,7	0,1	15,7	—
Indústrias metalúrgicas de base	8,8	0,1	8,8	—	47,5	0,2	47,5	—
Materiais de construção	—	—	—	—	165,0	0,6	158,2	6,8
Vidro e cerâmica	43,7	0,6	43,7	—	107,0	0,4	107,0	—
Indústria química (1)	232,8	3,3	232,8	—	503,7	1,7	503,7	—
Indústria metalomecânica	128,7	1,8	128,7	—	320,6	1,1	320,6	—
Construção de material de transporte	165,1	2,3	165,1	—	774,6	2,6	769,2	5,4
Engenharia electrotécnica	243,2	3,4	243,2	—	452,2	1,5	452,2	—
Produtos alimentares	10,4	0,1	10,4	—	129,0	0,4	129,0	—
Têxteis, vestuário e calçado	13,2	0,2	13,2	—	59,2	0,2	59,2	—
Pasta de papel, papel e tipografia	25,4	0,4	25,4	—	82,8	0,3	82,8	—
Transf. de borracha e mat. plásticas	13,5	0,2	13,5	—	40,8	0,1	40,8	—
Indústrias transformadoras diversas	—	—	—	—	3,2	—	3,2	—
Engenharia civil e construção	4,2	0,1	4,2	—	43,3	0,1	39,6	3,7
<b>Agricultura e piscicultura</b>	<b>5,4</b>	<b>0,1</b>	<b>5,4</b>	<b>—</b>	<b>5,4</b>	<b>—</b>	<b>5,4</b>	<b>—</b>
<b>Serviços</b>	<b>50,6</b>	<b>0,7</b>	<b>50,6</b>	<b>—</b>	<b>128,2</b>	<b>0,4</b>	<b>128,2</b>	<b>—</b>
Turismo	11,9	0,2	11,9	—	27,8	0,1	27,8	—
Investigação — desenvolvimento	21,8	0,3	21,8	—	25,5	0,1	25,5	—
Outros serviços	16,9	0,2	16,9	—	74,9	0,2	74,9	—
<b>Empréstimos globais</b>	<b>955,2</b>	<b>13,5</b>	<b>693,7</b>	<b>261,5</b>	<b>5 683,8</b>	<b>19,2</b>	<b>3 318,3</b>	<b>2 365,5</b>
<b>Total</b>	<b>7 071,1</b>	<b>100,0</b>	<b>6 678,1</b>	<b>393,0</b>	<b>29 464,4</b>	<b>100,0</b>	<b>25 015,3</b>	<b>4 449,1</b>

(1) incluindo a refinação do petróleo.



Quadro 14: **Créditos no âmbito de empréstimos globais na Comunidade em 1986 e de 1982 a 1986** <sup>(1)</sup>

Quadro 14.1: **Apresentação sintética**

	1986						1982—1986					
	Total			Recursos			Total			Recursos		
	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs
Desenvolvimento regional	2 353	663,9	2 353	663,9	—	—	11 102	3 320,7	11 099	3 292,2	3	28,5
Objectivos energéticos	180	218,8	164	198,5	16	20,2	1 142	979,2	915	900,2	227	79,0
Tecnologias avançadas	14	43,6	14	43,6	—	—	26	88,6	26	88,6	—	—
Investimentos PME	1 368	304,1	—	—	1 368	304,1	8 223	2 117,9	—	—	8 223	2 117,9
Meio-ambiente	15	36,7	15	36,7	—	—	15	36,7	15	36,7	—	—
<b>Total</b>	<b>3 930</b>	<b>1 267,0</b>	<b>2 546</b>	<b>942,7</b>	<b>1 384</b>	<b>324,3</b>	<b>20 508</b>	<b>6 543,1</b>	<b>12 055</b>	<b>4 317,7</b>	<b>8 453</b>	<b>2 225,4</b>
do qual: Indústria	3 569	1 023,6	2 204	720,4	1 365	303,2	18 214	5 436,2	9 960	3 301,5	8 254	2 134,7
Infra-estruturas	361	243,4	342	222,3	19	21,1	2 294	1 106,9	2 095	1 016,2	199	90,7

Quadro 14.2: **Distribuição dos créditos que respondem aos objectivos em matéria de energia, de modernização de empresas e de protecção do ambiente**

	1986				1982—1986			
	Recursos próprios		Recursos NIC		Recursos próprios		Recursos NIC	
	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs
<b>OBJECTIVOS EM MATÉRIA DE ENERGIA</b>								
Dinamarca	—	—	—	—	4	8,6	—	—
Alemanha	2	8,1	—	—	2	8,1	—	—
Grécia	—	—	—	—	9	6,8	—	—
França	15	13,7	—	—	258	177,0	167	36,4
Irlanda	—	—	—	—	7	1,4	—	—
Itália	147	176,7	16	20,2	635	698,4	60	42,6
<b>Total Objectivos em matéria de energia</b>	<b>164</b>	<b>198,5</b>	<b>16</b>	<b>20,2</b>	<b>915</b>	<b>900,2</b>	<b>227</b>	<b>79,0</b>
do qual: Indústria	80	90,8	—	—	507	426,8	34	17,7
Infra-estruturas	84	107,7	16	20,2	408	467,4	193	61,3
<b>MODERNIZAÇÃO DE EMPRESAS</b>								
<b>Tecnologias avançadas</b>								
França	—	—	—	—	8	29,2	—	—
Itália	14	43,6	—	—	18	59,4	—	—
<b>Investimentos PME</b>								
Dinamarca	—	—	131	45,3	—	—	381	111,0
Grécia	—	—	30	3,0	—	—	47	19,1
Espanha	—	—	11	3,9	—	—	11	3,9
França	—	—	631	81,6	—	—	5 065	807,4
Itália	—	—	564	169,9	—	—	2 480	1 136,4
Reino Unido	—	—	1	0,4	—	—	239	40,1
<b>Total Modernização de empresas</b>	<b>14</b>	<b>43,6</b>	<b>1 368</b>	<b>304,1</b>	<b>26</b>	<b>88,6</b>	<b>8 223</b>	<b>2 117,9</b>
<b>MEIO-AMBIENTE</b>								
Alemanha	9	23,3	—	—	9	23,3	—	—
Itália	6	13,4	—	—	6	13,4	—	—
<b>Total Meio-ambiente</b>	<b>15</b>	<b>36,7</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>15</b>	<b>36,7</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
do qual: Indústria	6	13,4	—	—	6	13,4	—	—
Infra-estruturas	9	23,3	—	—	9	23,3	—	—

(1) Os créditos afectados em Espanha e em Portugal de 1982 a 1986, no contexto da ajuda de pré-adesão, foram no número de: 517 em Espanha (268,9 milhões de ECUs) e 241 em Portugal (102,9 milhões de ECUs).

Quadro 14.3: Distribuição dos créditos por conta de recursos próprios e que respondem aos objectivos de desenvolvimento regional

	1986				1982—1986			
	Indústria		Infra-estruturas		Indústria		Infra-estruturas	
	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs
<b>Bélgica</b>	—	—	—	—	<b>5</b>	<b>5,5</b>	—	—
Hainaut	—	—	—	—	3	3,9	—	—
Liège	—	—	—	—	1	0,7	—	—
Limburgo	—	—	—	—	1	0,9	—	—
<b>Dinamarca</b>	<b>37</b>	<b>4,5</b>	—	—	<b>131</b>	<b>29,6</b>	—	—
Øst for Storebælt	1	0,3	—	—	14	2,4	—	—
Vest for Storebælt	36	4,2	—	—	117	27,2	—	—
<b>Grécia</b>	<b>121</b>	<b>26,0</b>	—	—	<b>395</b>	<b>223,3</b>	<b>6</b>	<b>56,3</b>
Creta	7	2,2	—	—	27	18,6	—	—
Epiro	16	2,9	—	—	22	6,6	—	—
Grécia Central (leste)	23	5,7	—	—	82	35,5	4	48,1
Ilhas Egeu (leste)	10	0,8	—	—	19	9,5	—	—
Macedónia Central e Ocidental	23	7,3	—	—	75	42,7	—	—
Macedónia Oriental	7	1,2	—	—	29	13,0	—	—
Peloponeso-Grécia Central (oeste)	20	2,7	—	—	68	26,9	—	—
Tessália	8	2,2	—	—	38	26,6	1	4,0
Trácia	7	1,1	—	—	21	7,8	—	—
Totalidade do país	—	—	—	—	14	36,1	1	4,2
<b>Espanha (1)</b>	<b>43</b>	<b>16,6</b>	<b>19</b>	<b>29,2</b>	<b>43</b>	<b>16,6</b>	<b>19</b>	<b>29,2</b>
Andaluzia	16	7,4	7	10,8	16	7,4	7	10,8
Aragão	1	0,4	—	—	1	0,4	—	—
Canárias	2	0,5	—	—	2	0,5	—	—
Castilla La Mancha	5	1,5	3	5,1	5	1,5	3	5,1
Castilla Leon	9	2,4	3	2,2	9	2,4	3	2,2
Estremadura	1	0,2	2	4,4	1	0,2	2	4,4
Galiza	9	4,2	3	4,9	9	4,2	3	4,9
Múrcia	—	—	1	1,8	—	—	1	1,8
<b>França</b>	<b>432</b>	<b>69,8</b>	<b>214</b>	<b>56,5</b>	<b>2 942</b>	<b>498,7</b>	<b>1 637</b>	<b>450,2</b>
Alsácia	9	0,8	—	—	18	2,5	—	—
Aquitânia	19	2,0	39	23,0	289	43,3	213	76,9
Auvergne	16	1,6	54	11,3	222	33,9	225	50,6
Baixa Normandia	13	2,0	1	0,2	116	20,0	19	10,2
Borgonha	2	0,1	—	—	2	0,1	—	—
Bretanha	88	21,9	1	0,2	468	97,4	178	55,8
Centro	7	0,8	—	—	26	3,9	3	4,4
Champanha-Ardenas	1	0,2	—	—	20	2,1	9	3,1
Córsega	25	2,4	18	2,0	71	10,9	57	8,0
Franche-Comté	9	0,9	—	—	10	0,9	2	0,7
Alta Normandia	6	1,4	—	—	34	7,5	34	13,4
Languedoc-Rossilhão	29	3,3	31	3,6	203	32,3	128	36,8
Limousin	9	1,3	7	2,5	143	18,5	72	14,1
Lorena	14	1,7	—	—	130	22,5	24	10,9
Midi-Pirinéus	15	1,6	25	3,5	242	36,4	375	69,2
Norte-Pas-de-Calais	23	5,7	—	—	209	48,1	100	31,8
Região do Loire	74	12,5	12	4,7	323	54,9	84	38,6
Picardia	6	0,6	—	—	45	9,6	21	3,8
Poitou-Charentes	20	3,7	1	0,2	220	37,3	4	2,6
Provença-Côte d'Azur	28	3,0	—	—	45	5,6	—	—
Ródano-Alpes	19	2,3	25	5,3	106	11,0	89	19,3
<b>Irlanda</b>	<b>15</b>	<b>3,3</b>	<b>2</b>	<b>0,7</b>	<b>654</b>	<b>77,9</b>	<b>2</b>	<b>0,7</b>
<b>Itália</b>	<b>1 430</b>	<b>440,6</b>	<b>14</b>	<b>4,8</b>	<b>5 050</b>	<b>1 825,9</b>	<b>17</b>	<b>11,6</b>
Abruzzos	79	24,6	13	4,8	329	141,3	13	4,8
Basilicata	54	6,5	—	—	145	23,5	2	2,7
Calábria	120	18,1	—	—	329	74,9	—	—
Campânia	201	76,9	—	—	801	359,7	—	—
Friul-Venezia Giulia	11	12,0	—	—	69	41,6	—	—
Lácio	51	22,5	—	—	334	213,9	—	—
Marcas	157	45,8	—	—	477	148,5	—	—
Molissa	8	5,7	—	—	57	29,3	—	—
Apúlia	176	38,8	1	0,02	554	152,1	1	0,02
Sardenha	134	43,2	—	—	549	132,8	—	—
Sicília	179	39,2	—	—	516	119,5	1	4,1
Toscana	97	31,3	—	—	306	101,8	—	—
Trentino-Alto Adige	107	64,1	—	—	278	163,7	—	—
Úmbria	39	7,7	—	—	245	97,9	—	—
Veneza	17	4,3	—	—	61	25,4	—	—
<b>Portugal (1)</b>	<b>2</b>	<b>1,5</b>	—	—	<b>2</b>	<b>1,5</b>	—	—
Norte	1	1,0	—	—	1	1,0	—	—
Centro	1	0,5	—	—	1	0,5	—	—
<b>Reino Unido</b>	<b>24</b>	<b>10,4</b>	—	—	<b>199</b>	<b>93,7</b>	—	—
Escócia	—	—	—	—	20	6,8	—	—
Northern	—	—	—	—	18	17,9	—	—
North-West	6	3,3	—	—	39	7,8	—	—
South-West	2	0,7	—	—	22	9,0	—	—
Yorkshire & Humberside	2	0,6	—	—	35	17,2	—	—
East Midlands	4	1,8	—	—	14	7,4	—	—
West Midlands	5	1,5	—	—	13	3,1	—	—
Pais de Gales	—	—	—	—	11	5,5	—	—
Irlanda do Norte	5	2,5	—	—	27	19,0	—	—
<b>Total</b>	<b>2 104</b>	<b>572,7</b>	<b>249</b>	<b>91,2</b>	<b>9 421</b>	<b>2 772,7</b>	<b>1 681</b>	<b>548,0</b>

(1) Créditos afectados no âmbito de empréstimos globais assinados desde a adesão.



Quadro 14.4: Distribuição sectorial do conjunto dos créditos

	1986		1982—1986				
	Total		Total			Recursos	
	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	%	próprios Milhões de ECUs	NIC Milhões de ECUs
<b>Energia</b>	<b>92</b>	<b>115,4</b>	<b>416</b>	<b>475,0</b>	<b>7,3</b>	<b>467,1</b>	<b>7,9</b>
Produção	23	19,5	122	103,3	1,6	100,3	3,0
Electricidade	17	9,9	94	55,3	0,8	52,3	3,0
Calor	1	0,4	12	24,1	0,4	24,1	—
Hidrocarbonetos	5	9,2	16	23,9	0,4	23,9	—
Transporte e distribuição	69	95,9	294	371,7	5,7	366,8	4,9
Electricidade	6	9,0	29	20,9	0,3	20,9	—
Calor	5	8,8	33	104,2	1,6	103,8	0,4
Hidrocarbonetos	58	78,1	232	246,6	3,8	242,1	4,5
<b>Infra-estruturas</b>	<b>269</b>	<b>128,0</b>	<b>1 878</b>	<b>631,8</b>	<b>9,7</b>	<b>549,1</b>	<b>82,7</b>
Transportes	187	41,6	1 586	430,6	6,6	426,4	4,2
Caminhos de ferro	—	—	7	8,2	0,1	8,2	—
Estradas	180	40,0	1 544	400,1	6,1	395,9	4,2
Transportes marítimos	7	1,6	32	19,8	0,3	19,8	—
Transportes aéreos	—	—	3	2,5	0,1	2,5	—
Água (captação, distribuição, tratamento)	37	38,8	66	105,0	1,6	80,2	24,8
Infra-estruturas diversas	45	47,6	226	96,2	1,5	42,5	53,7
Habitacões	8	8,7	10	9,4	0,2	—	9,4
Edifícios públicos	6	5,2	180	46,6	0,7	2,4	44,2
Infra-estruturas mistas	19	29,1	24	35,6	0,5	35,5	0,1
Ordenamento agrícola e florestal	12	4,6	12	4,6	0,1	4,6	—
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>3 569</b>	<b>1 023,6</b>	<b>18 214</b>	<b>5 436,2</b>	<b>83,0</b>	<b>3 301,5</b>	<b>2 134,7</b>
Indústria	2 943	829,7	15 583	4 654,2	71,1	2 678,5	1 975,7
Indústrias extractivas	87	11,6	379	73,7	1,1	56,1	17,6
Indústrias metalúrgicas de base	29	21,2	162	107,6	1,6	78,6	29,0
Materiais de construção	166	40,0	978	338,3	5,2	259,2	79,1
Indústria da madeira	244	57,2	1 382	296,2	4,5	160,8	135,4
Vidro e cerâmica	50	28,5	359	203,4	3,1	117,7	85,7
Indústria química (1)	109	80,4	729	394,4	6,0	257,1	137,3
Indústria metalomecânica	551	143,7	3 429	855,6	13,1	416,2	439,4
Construção de material de transporte	132	42,1	559	203,1	3,1	130,5	72,6
Engenharia electrotécnica	123	56,5	736	264,4	4,0	164,2	100,2
Produtos alimentares	364	122,8	2 028	751,9	11,5	484,2	267,7
Têxteis, vestuário e calçado	269	65,9	1 061	345,5	5,3	144,3	201,2
Pasta de papel, papel e tipografia	210	55,9	1 263	323,5	5,0	138,1	185,4
Transf. de borracha e mat. plásticas	139	46,5	891	276,0	4,2	163,3	112,7
Indústrias transformadoras diversas	89	21,8	439	91,2	1,4	45,4	45,8
Engenharia civil e construção	381	35,6	1 188	129,6	2,0	63,0	66,6
Agricultura, silvicultura, pescas	67	23,4	289	127,9	1,9	126,6	1,3
Serviços	559	170,5	2 342	654,1	10,0	496,3	157,8
Turismo	225	90,0	1 118	373,6	5,7	336,0	37,6
Outros serviços	334	80,5	1 224	280,5	4,3	160,3	120,2
<b>Total</b>	<b>3 930</b>	<b>1 267,0</b>	<b>20 508</b>	<b>6 543,1</b>	<b>100,0</b>	<b>4 317,7</b>	<b>2 225,4</b>

(1) Incluindo a refinação de petróleo.



Quadro 15: **Financiamentos nos países da bacia mediterrânica** <sup>(1)</sup>

Quadro 15.1: **Distribuição segundo a localização**

	Total		Recursos próprios	Recursos orçamentais
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs
<b>Protocolos financeiros II (terminados em finais de 1986)</b>				
Magrebe	272,5	30,5	253,0	19,5
Argélia	85,0	9,5	85,0	—
Marrocos	90,0	10,1	90,0	—
Tunísia	97,5	10,9	78,0	19,5
Machrek	259,1	29,0	249,1	10,0
Egipto	153,0	17,1	150,0	3,0
Jordânia	42,1	4,7	35,1	7,0
Líbano	—	—	—	—
Síria	64,0	7,2	64,0	—
Israel	40,0	4,5	40,0	—
<b>Protocolos financeiros</b>				
Malta	13,0	1,4	—	—
Chipre	31,4	3,5	26,5	4,9
Jugoslávia (1982—1986)	260,0	29,0	260,0	—
Turquia (Protocolo complementar)	18,7	2,1	—	18,7
<b>Total</b>	<b>894,7</b>	<b>100,0</b>	<b>841,6</b>	<b>53,1</b>

Quadro 15.2: **Distribuição sectorial**

Sectores	Financiamentos		Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Milhões de ECUs	%	Número	Milhões de ECUs
<b>Energia</b>	<b>224,2</b>	<b>25,1</b>		
Produção	110,7	12,4		
Centrais térmicas clássicas	58,0	6,5		
Centrais hidroeléctricas	52,7	5,9		
Transporte e Distribuição	113,5	12,7		
Linhas de Electricidade	113,5	12,7		
<b>Infra-estruturas</b>	<b>410,0</b>	<b>45,8</b>	<b>25</b>	<b>4,0</b>
Transportes	296,0	33,1	13	1,9
Caminhos de ferro	66,3	7,4		
Estradas	186,7	20,9	13	1,9
Transportes marítimos	43,0	4,8		
Telecomunicações	13,0	1,0		
Infra-estruturas hidráulicas	97,0	10,8		
Ordenamento agrícola	20,0	2,3		
Água (captação, distribuição, tratamento)	77,0	8,7		
Infra-estruturas mistas	—	—	12	2,1
Empréstimos globais	4,0	0,5		
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>260,5</b>	<b>29,1</b>	<b>489</b>	<b>113,4</b>
Indústria	69,5	7,8	78	72,5
Indústrias extractivas	—	—	3	3,8
Indústrias metalúrgicas de base	—	—	4	1,7
Materiais de construção e indústria da madeira	55,0	6,1	6	3,3
Vidro e cerâmica	—	—	3	4,7
Indústria química	5,5	0,6	7	8,1
Indústria metalomecânica	—	—	10	11,3
Engenharia electrotécnica	—	—	3	2,6
Produtos alimentares	2,5	0,3	12	8,1
Têxteis, vestuário e calçado	—	—	16	10,4
Pasta de papel, papel	—	—	3	2,2
Transf. de borracha e mat. plásticas	—	—	6	7,7
Outras indústrias	—	—	1	0,3
Loteamento e edifícios industriais	6,5	0,8	4	8,3
Agricultura, silvicultura, pescas	47,5	5,3	407	39,9
Turismo	—	—	2	0,4
Outros serviços	—	—	2	0,6
Empréstimos globais	143,5	16,0		
<b>Total</b>	<b>894,7</b>	<b>100,0</b>	<b>514</b>	<b>117,4</b>

(1) Cf. duração dos diferentes protocolos e *plafonds* acordados no quadro 9, pág. 64 do Relatório Anual de 1985.

Quadro 16: Financiamentos nos Estados ACP e nos PTUM de 1976 a 1986 (Convenções de Lomé)

Quadro 16.1: Distribuição segundo a localização

(milhões de ECUs)

	Total			Recursos próprios			Recursos orçamentais		
	Total	Lomé I + II	Lomé III	Total	Lomé I + II	Lomé III	Total	Lomé I + II	Lomé III
<b>ÁFRICA</b>	<b>1 298,32</b>	<b>1 138,32</b>	<b>160,0</b>	<b>926,2</b>	<b>817,5</b>	<b>108,7</b>	<b>372,12</b>	<b>320,82</b>	<b>51,3</b>
<i>África Ocidental</i>	<i>519,1</i>	<i>464,4</i>	<i>54,7</i>	<i>394,8</i>	<i>353,8</i>	<i>41,2</i>	<i>124,3</i>	<i>110,8</i>	<i>13,5</i>
Costa do Marfim	133,2	109,0	24,2	127,8	103,6	24,2	5,4	5,4	—
Nigéria	90,0	90,0	—	90,0	90,0	—	—	—	—
Senegal	59,6	46,1	13,5	33,0	33,0	—	26,6	13,1	13,5
Gana	51,3	34,3	17,0	33,0	16,0	17,0	18,3	18,3	—
Mauritânia	32,0	32,0	—	25,0	25,0	—	7,0	7,0	—
Togo	28,4	28,4	—	20,7	20,7	—	7,7	7,7	—
Burkina Faso	22,9	22,9	—	8,0	8,0	—	14,9	14,9	—
Benim	18,3	18,3	—	13,5	13,5	—	4,8	4,8	—
Niger	16,9	16,9	—	16,0	16,0	—	0,9	0,9	—
Projectos inter-regionais	16,8	16,8	—	5,0	5,0	—	11,8	11,8	—
Guiné	14,9	14,9	—	11,9	11,9	—	3,0	3,0	—
Libéria	13,4	13,4	—	10,9	10,9	—	2,5	2,5	—
Mali	9,8	9,8	—	—	—	—	9,8	9,8	—
Cabo Verde	5,4	5,4	—	—	—	—	5,4	5,4	—
Guiné-Bissau	3,8	3,8	—	—	—	—	3,8	3,8	—
Gâmbia	2,4	2,4	—	—	—	—	2,4	2,4	—
<i>África Central e Equatorial</i>	<i>327,14</i>	<i>260,14</i>	<i>67,0</i>	<i>241,0</i>	<i>191,0</i>	<i>50,0</i>	<i>86,14</i>	<i>69,14</i>	<i>17,0</i>
Camarões	133,3	133,3	—	128,3	128,3	—	5,0	5,0	—
Zaire	76,3	26,3	50,0	50,0	—	50,0	26,3	26,3	—
Congo	41,9	31,9	10,0	28,1	28,1	—	13,8	3,8	10,0
Gabão	34,5	34,5	—	32,0	32,0	—	2,5	2,5	—
Burundi	11,7	8,7	3,0	—	—	—	11,7	8,7	3,0
Chade	9,5	9,5	—	—	—	—	9,5	9,5	—
Guiné Equatorial	6,0	2,0	4,0	—	—	—	6,0	2,0	4,0
Ruanda	5,7	5,7	—	—	—	—	5,7	5,7	—
Centráfrica	5,1	5,1	—	—	—	—	5,1	5,1	—
Projectos inter-regionais	3,1	3,1	—	2,6	2,6	—	0,5	0,5	—
São Tomé e Príncipe	0,04	0,04	—	—	—	—	0,04	0,04	—
<i>África Oriental</i>	<i>191,6</i>	<i>182,6</i>	<i>9,0</i>	<i>102,9</i>	<i>102,9</i>	<i>—</i>	<i>88,7</i>	<i>79,7</i>	<i>9,0</i>
Quênia	100,7	100,7	—	97,9	97,9	—	2,8	2,8	—
Sudão	25,7	16,7	9,0	—	—	—	25,7	16,7	9,0
Tanzânia	23,7	23,7	—	5,0	5,0	—	18,7	18,7	—
Etiópia	13,0	13,0	—	—	—	—	13,0	13,0	—
Uganda	10,3	10,3	—	—	—	—	10,3	10,3	—
Somália	9,8	9,8	—	—	—	—	9,8	9,8	—
Seychelles	4,6	4,6	—	—	—	—	4,6	4,6	—
Jibuti	3,3	3,3	—	—	—	—	3,3	3,3	—
Projectos inter-regionais	0,5	0,5	—	—	—	—	0,5	0,5	—
<i>África Austral</i>	<i>260,48</i>	<i>231,18</i>	<i>29,3</i>	<i>187,5</i>	<i>170,0</i>	<i>17,5</i>	<i>72,98</i>	<i>61,18</i>	<i>11,8</i>
Zâmbia	47,4	47,4	—	42,0	42,0	—	5,4	5,4	—
Malawi	43,0	39,0	4,0	24,5	22,0	2,5	18,5	17,0	1,5
Zimbabwe	40,4	40,4	—	35,0	35,0	—	5,4	5,4	—
Botsuana	37,3	37,3	—	35,5	35,5	—	1,8	1,8	—
Maurícia	35,5	17,0	18,5	31,5	16,5	15,0	4,0	0,5	3,5
Madagáscar	26,9	23,6	3,3	—	—	—	26,9	23,6	3,3
Suazilândia	20,2	20,2	—	19,0	19,0	—	1,2	1,2	—
Lesoto	9,6	6,1	3,5	—	—	—	9,6	6,1	3,5
Comores	0,18	0,18	—	—	—	—	0,18	0,18	—
<b>CARAÍBAS</b>	<b>117,3</b>	<b>93,8</b>	<b>23,5</b>	<b>89,6</b>	<b>68,1</b>	<b>21,5</b>	<b>27,7</b>	<b>25,7</b>	<b>2,0</b>
Trinidade e Tobago	42,0	42,0	—	42,0	42,0	—	—	—	—
Jamaica	19,0	9,0	10,0	14,0	4,0	10,0	5,0	5,0	—
Barbados	17,1	17,1	—	17,1	17,1	—	—	—	—
Baamas	8,5	—	8,5	8,5	—	8,5	—	—	—
Guiana	7,2	7,2	—	—	—	—	7,2	7,2	—
Santa Lúcia	6,2	1,2	5,0	3,0	—	3,0	3,2	1,2	2,0
Suriname	4,3	4,3	—	—	—	—	4,3	4,3	—
Projectos inter-regionais	3,0	3,0	—	3,0	3,0	—	—	—	—
São Vicente e Grenadinas	3,0	3,0	—	—	—	—	3,0	3,0	—
Belize	2,6	2,6	—	2,0	2,0	—	0,6	0,6	—
Granada	2,4	2,4	—	—	—	—	2,4	2,4	—
Dominica	1,0	1,0	—	—	—	—	1,0	1,0	—
São Cristóvão e Nevis	1,0	1,0	—	—	—	—	1,0	1,0	—
<b>PACÍFICO</b>	<b>161,1</b>	<b>139,6</b>	<b>21,5</b>	<b>127,4</b>	<b>106,9</b>	<b>20,5</b>	<b>33,7</b>	<b>32,7</b>	<b>1,0</b>
Papuásia-Nova Guiné	87,6	70,6	17,0	71,9	54,9	17,0	15,7	15,7	—
Fiji	64,5	60,0	4,5	55,5	52,0	3,5	9,0	8,0	1,0
Samoa Ocidentais	3,3	3,3	—	—	—	—	3,3	3,3	—
Vanuatu	3,0	3,0	—	—	—	—	3,0	3,0	—
Tonga	2,3	2,3	—	—	—	—	2,3	2,3	—
Kiribati	0,2	0,2	—	—	—	—	0,2	0,2	—
Salomão	0,1	0,1	—	—	—	—	0,1	0,1	—
Tuvalu	0,1	0,1	—	—	—	—	0,1	0,1	—
<b>Total: Estados ACP</b>	<b>1 576,72</b>	<b>1 371,72</b>	<b>205,0</b>	<b>1 143,2</b>	<b>992,5</b>	<b>150,7</b>	<b>433,52</b>	<b>379,22</b>	<b>54,3</b>
<b>PTUM</b>	<b>29,88</b>	<b>29,88</b>	<b>—</b>	<b>22,0</b>	<b>22,0</b>	<b>—</b>	<b>7,88</b>	<b>7,88</b>	<b>—</b>
<b>Total geral</b>	<b>1 606,6</b>	<b>1 401,6</b>	<b>205,0</b>	<b>1 165,2</b>	<b>1 014,5</b>	<b>150,7</b>	<b>441,4</b>	<b>387,1</b>	<b>54,3</b>

**Financiamentos nos Estados ACP e nos PTUM de 1976 a 1986 (Convenções de Lomé)**

Quadro 16.2: Distribuição sectorial

Sectores	Lomé III		Balanço Lomé I e II			
	Financiamentos		Financiamentos		Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Número	Milhões de ECUs
<b>Energia</b>	<b>52,0</b>	<b>25,4</b>	<b>378,5</b>	<b>27,0</b>	<b>6</b>	<b>2,8</b>
Produção	32,0	15,6	309,5	22,1	5	2,2
Centrais térmicas clássicas	2,0	1,0	98,1	7,0	3	1,8
Centrais hidroeléctricas	30,0	14,6	169,9	12,1	2	0,4
Centrais geotérmicas	—	—	9,0	0,6	—	—
Hidrocarbonetos	—	—	32,5	2,3	—	—
Transporte de electricidade	20,0	9,8	69,0	4,9	—	—
Distribuição de Electricidade	—	—	—	—	1	0,6
<b>Infra-estruturas</b>	<b>28,5</b>	<b>13,9</b>	<b>121,9</b>	<b>8,7</b>	<b>2</b>	<b>1,5</b>
Comunicações	10,0	4,9	90,3	6,4	2	1,5
Transportes	—	—	27,2	1,9	1	0,5
Caminhos de ferro	—	—	10,0	0,7	—	—
Transportes marítimos	—	—	17,2	1,2	1	0,5
Telecomunicações	10,0	4,9	63,1	4,5	1	1,0
Água (captação, distribuição, tratamento)	18,5	9,0	31,6	2,3	—	—
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>124,5</b>	<b>60,7</b>	<b>901,2</b>	<b>64,3</b>	<b>475</b>	<b>206,0</b>
Indústria	93,5	45,6	564,8	40,3	382	181,0
Indústrias extractivas	50,0	24,4	149,7	10,7	12	7,6
Indústrias metalúrgicas de base	—	—	31,5	2,2	9	4,0
Materiais de construção	4,0	1,9	59,3	4,2	13	6,0
Indústria da madeira	4,5	2,2	25,2	1,8	33	14,5
Vidro e cerâmica	—	—	4,0	0,3	8	5,4
Indústria química (1)	7,0	3,4	54,5	3,9	19	12,3
Indústria metalomecânica	—	—	0,5	—	30	10,8
Construção de material de transporte	—	—	7,3	0,5	14	5,4
Engenharia electrotécnica	—	—	—	—	7	3,7
Produtos alimentares	—	—	165,3	11,8	101	47,9
Têxteis, vestuário e calçado	23,5	11,5	42,9	3,1	50	18,8
Pasta de papel, papel e tipografia	4,5	2,2	—	—	35	18,6
Transf. de borracha e mat. plásticas	—	—	24,6	1,8	32	14,8
Indústrias transformadoras diversas	—	—	—	—	7	1,6
Engenharia civil e construção	—	—	—	—	12	9,6
Agricultura, silvicultura, pescas	—	—	—	—	7	3,9
Serviços	3,5	1,7	39,5	2,8	86	21,1
Turismo	—	—	19,3	1,4	61	17,5
Outros serviços	3,5	1,7	20,2	1,4	25	3,6
Empréstimos globais	27,5	13,4	272,8	19,5	—	—
Bancos de Fomento	—	—	24,1	1,7	—	—
<b>Total</b>	<b>205,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1 401,6</b>	<b>100,0</b>	<b>483</b>	<b>210,3</b>

(1) Incluindo a refinação de petróleo.



---

**Para quaisquer informações adicionais, dirigir-se a:**

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO  
100, bd Konrad Adenauer — L-2950 Luxembourg  
Tel. 4379-1 — Telex 3530 bnkeu lu  
Telecopiador 43 77 04

**ou a:**

Departamento Itália  
Via Sardegna, 38 — I-00187 Rome  
Tel. 4719-1 — Telex 611130 bankeu i  
Telecopiador 474 58 77

Bureau de Ligação para o Reino Unido  
68, Pall Mall — GB-London SW1Y 5ES  
Tel. 839 3351 — Telex 919159 bankeu g  
Telecopiador 930 99 29

Bureau de Ligação em Lisboa  
Avenida da Liberdade, 144-156, 8º — P-1200 Lisboa  
Tel. 32 89 89 ou 32 88 48 — Telex 15576 bnkeu p  
Telecopiador 37 04 87

Bureau de Representação em Atenas  
Ypsilantou 13-15 — GR-10675 Atenas  
Tel. 7249 811 — Telex 22 2126 bkeu gr  
Telecopiador 7249 814

Bureau de Representação em Bruxelas  
Rue de la Loi 227 — B-1040 Bruxelles  
Tel. 230 98 90 — Telex 21721 bankeu b  
Telecopiador 230 58 27

**que têm igualmente à disposição as seguintes publicações:**

**Estatutos** e outras disposições que regem o BEI  
1986; 36 p. (AL, DIN, FR, GR, ING, IT, HOL)

**Relatórios anuais**

desde 1958  
(AL, FR, ING, IT, HOL, desde 1972 em dinamarquês desde 1980 em grego e desde 1985 em espanhol e português)

**BEI-Informações**

Boletim periódico  
(AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

**Banco Europeu de Investimento 1958—1983**

1983; 116 p. (AL, DIN, FR, GR, ING, IT, HOL)

**Modalidades de Financiamento na Comunidade Europeia**

1986; 16 p. (AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

**Possibilidades de Financiamento no âmbito da Terceira Convenção de Lomé**

1986; 20 p. (AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

**100 Perguntas e Respostas**

1986; 50 p. (AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

**Banco Europeu de Investimento: elementos básicos (folheto)**

1987; (AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

---

O Banco Europeu de Investimento agradece aos promotores de investimentos que permitiram a realização das fotografias apresentadas no presente relatório.

Autores das fotografias: p. 22: Philips; p. 26: B. Turbang; p. 72: A. Hörhager; P. 76: aaa photo, Paris (Loisel); p. 106 (de cima para baixo): B. Turbang — — RENFE — SNCF c.a.v. (Olivain).

---

Impresso por: Saarbrücker Zeitung Verlag und Druckerei GmbH, Saarbrücken

---

# Banco Europeu de Investimento

## Dados gerais e objectivos prosseguidos

O Banco Europeu de Investimento (BEI) foi criado pelo Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Económica Europeia e entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1958. Os seus Estatutos fazem parte integrante do Tratado.

Os seus membros são os doze Estados-membros que integram a CEE; estes subscreveram conjuntamente o capital do Banco, que se elevava em 1 de Janeiro de 1987 a 28,8 biliões de ECUs, 2 595,9 milhões dos quais realizados ou a realizar.

Os seus recursos provêm essencialmente de empréstimos contraídos no mercado de capitais da Comunidade e de países terceiros e bem assim nos mercados internacionais.

Sendo uma instituição de direito público autónoma no seio da Comunidade, o BEI está vocacionado para contribuir, nos termos do artigo 130 do Tratado de Roma — sem prosseguir fins lucrativos — para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso da Comunidade.

\*  
\* \*

**Na Comunidade** — O BEI outorga, a partir dos seus próprios recursos, empréstimos a longo prazo ou garantias a empresas privadas e públicas e a colectividades, seja directamente, seja através de instituições financeiras. Os seus financiamentos destinam-se a investimentos nos sectores da produção, das infra-estruturas e da energia

- que contribuam para o desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas;
- que apresentem um interesse comum para diversos Estados-membros ou para a Comunidade em geral;
- que visem a modernização e a conversão de empresas ou a criação de novas actividades tornadas necessárias pelo estabelecimento progressivo do Mercado Comum.

Integram-se nestas últimas categorias:

- as infra-estruturas de interesse comunitário ou de interesse comum que contribuam para a integração económica da Europa (investimentos nos sectores de transportes e de telecomunicações que tendam a melhorar as relações intracomunitárias) ou que contribuam para a consecução de objectivos comunitários, tais como a defesa do ambiente;
- projectos no domínio da energia que concorram para a consecução dos objectivos da Comunidade: desenvolvimento de recursos internos, utilização racional da energia e diversificação das importações;
- projectos visando a modernização ou a conversão de empresas, exigida pelo estabelecimento progressivo do Mercado Comum ou por dificuldades estruturais, investimentos específicos que contribuam para reforçar a competitividade da indústria comunitária mediante desenvolvimento ou introdução de tecnologias avançadas, ou ainda projectos que resultem de uma cooperação técnica e económica estreita entre empresas de Estados-membros diferentes.

Nos termos do artigo 20 dos seus Estatutos, o BEI vela "por que os seus fundos sejam utilizados do modo mais racional no interesse da Comunidade" e apenas intervém "quando a execução do projecto contribua para o aumento da produtividade económica em geral e favoreça a realização do Mercado Comum".

Desde 1979, o Banco tem concedido igualmente empréstimos por conta de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos, principalmente para investimentos de pequenas e médias empresas na indústria e nos serviços a esta directamente ligados, visando essencialmente a difusão da inovação e das tecnologias de ponta e cuja aplicação contribua directa ou indirectamente para a criação de postos de trabalho.

O Banco foi mandatado para a concessão destes empréstimos em nome e por conta e risco da Comunidade. Nesta conformidade, selecciona os projectos e após decisão da Comissão sobre a admissibilidade de cada um em particular, procede à instrução dos pedidos, decide da concessão dos empréstimos e administra-os, em conformidade com os procedimentos previstos nos seus Estatutos e segundo os seus critérios habituais. A Comissão obtém os fundos e transfere os mesmos para o Banco, que contabiliza estes empréstimos como contas extrapatrimoniais na Secção Especial (cf. pág. 94).

O BEI intervém ainda, na qualidade de agente, na instrução e administração dos empréstimos da EURATOM aprovados pela Comissão.

\*  
\* \*

**No exterior da Comunidade** — Ao abrigo do n.º 1, 2.º parágrafo do artigo 18 dos Estatutos, o BEI pode conceder financiamentos no exterior da Comunidade, mediante autorização especial do seu Conselho de Governadores. Esta disposição aplica-se:

- caso a caso, para autorizar o financiamento de certos projectos que apresentem um interesse particular para a Comunidade (como por exemplo, comunicações via satélite, abastecimento de energia, etc.);
- globalmente, até um montante limite estipulado para cada país ou grupo de países, no âmbito dos acordos, convenções ou decisões que regem a cooperação financeira da Comunidade com diversos países terceiros.

A esfera de actividades do BEI estende-se actualmente a 66 países da África, das Caraíbas e do Pacífico, signatários da Convenção de Lomé (Estados ACP) e a 12 países da bacia mediterrânica (Turquia, Jugoslávia, Argélia, Marrocos, Tunísia, Egipto, Jordânia, Líbano, Síria, Israel, Chipre e Malta). Na maioria destes países, o BEI concede, além dos empréstimos por conta dos seus próprios recursos, financiamentos em condições especiais por conta de recursos orçamentais, que gere na qualidade de mandatário da Comunidade; estas últimas operações são contabilizadas como contas extrapatrimoniais na Secção Especial.



**Den europæiske Investeringsbank**

**Europäische Investitionsbank**

**Ευρωπαϊκή Τράπεζα Επενδύσεων**

**European Investment Bank**

**Banco Europeo de Inversiones**

**Banque européenne d'investissement**

**Banca europea per gli investimenti**

**Europese Investeringsbank**

**Banco Europeu de Investimento**